



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



VICTOR AURÉLIO SANTANA NASCIMENTO

**CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
HUMANO NO "COMÉRCIO MAIS BARATO DA BAHIA"**

Salvador, BA
2024

VICTOR AURÉLIO SANTANA NASCIMENTO

**CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO
HUMANO NO "COMÉRCIO MAIS BARATO DA BAHIA"**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia do Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Transições desenvolvimentais e contextos educacionais.

Orientadora: Dr^a. Dóris Firmino Rabelo.

**Salvador, BA
2024**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

N244 Nascimento, Victor Aurélio Santana
Condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano no "comércio mais barato da Bahia" / Victor Aurélio Santana Nascimento. – Salvador, 2024.
276 f.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Dóris Firmino Rabelo
Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2024.

1. Psicologia do Desenvolvimento. 2. Socialismo. 3. Trabalho. 4. Santo Antônio de Jesus (BA). I. Rabelo, Dóris Firmino. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 155.4

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Instituto de Psicologia - IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI
MESTRADO ACADEMICO E DOUTORADO



TERMO DE APROVAÇÃO

**CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO
"COMÉRCIO MAIS BARATO DA BAHIA"**

Victor Aurélio Santana Nascimento

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Dóris Firmino Rabelo (Orientadora)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof.^a Dr.^a Juliana Prates Santana
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof.^a Dr.^a Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Prof.^a Dr.^a Maria da Graça Druck de Faria
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof.^a Dr.^a Cristiana Mercuri de Almeida Bastos
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Salvador, 23 de abril de 2024.

Dou fé.

Documento assinado digitalmente
 **DORIS FIRMINO RABELO**
Data: 24/04/2024 07:59:57-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Dóris Firmino Rabelo

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida mãe, Deusdete Santos de Santana, pelo seu grande amor, pelo cuidado dedicado, pelas renúncias; por sua crença nos meus passos, pelo seu sorriso acolhedor e por ter me ensinado a conversar com árvores e flores. Toda primavera faz lembrar o seu nome, mãe. Ao meu querido pai, Everaldo Moreira Nascimento, pelos passos que não deu para que eu pudesse caminhar, pelo seu inegável amor, atenção e amparo incondicional; por sempre incentivar que eu fosse adiante e, quando fosse, mesmo longe, ter deixado claro que eu sempre teria um abraço para onde voltar. Amo vocês!

Aos mestres que ao longo da vida me ensinaram que a produção de conhecimento de muito pouco vale quando não orientada para a construção de um mundo melhor.

Aos trabalhadores e trabalhadoras do comércio de Santo Antônio de Jesus que, mesmo dispondo de um tempo exíguo, aceitaram a participar da pesquisa e a tornaram possível.

À professora Dóris Firmino Rabelo, minha orientadora, por toda parceria, contribuições e autonomia acadêmica dada durante a pesquisa.

Às professoras Ilana de Paiva, Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Juliana Prates Santana, Maria da Graça Druck de Faria, Cristiana Mercuri de Almeida Bastos, Juliana Aparecida de Oliveira Camilo, Lia da Rocha Lordelo e Jair Batista, por suas contribuições nas diferentes etapas de qualificação, exame e defesa da tese.

Aos amigos e amigas que me acompanharam no processo e que fortaleceram a minha caminhada com amorosidade, celebração e escuta atenta. Agradeço especialmente à Jamile Santana Lima, pelo companheirismo e cuidado irrestritos em alguns dos momentos mais difíceis dessa caminhada.

Dedico esse trabalho às trabalhadoras e
trabalhadores do comércio de Santo Antônio de
Jesus – Bahia.

É possível que algum psicólogo social opte por se colocar a serviço da ordem estabelecida, seja por interesse de classe, por convicção ou simplesmente por interesse pessoal. Todavia, a opção pela postura oposta fica aberta e não somente no nível das intenções subjetivas ou das aplicações práticas, mas também da configuração mesma do saber e fazer científicos.

Ignácio Martín Baró, 1983.

SUMÁRIO

RESUMO	X
RESUMÉN	XI
ABSTRACT	XII
LISTA DE FIGURAS	XIII
LISTA DE TABELAS	XIV
1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Psicologia e Marxismo	19
2. OBJETIVOS	22
2.1 Objetivo geral	22
2.1 Objetivos específicos	22
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	23
3.1 Desenvolvimento humano e marxismo	23
3.1.1 Ontologia e particularidades históricas	23
3.1.2 Ontologia hegeliana e o giro marxista	26
3.1.3 Ontologia econômica e o desenvolvimento humano	29
3.1.4 O ser social	35
3.1.5 A concepção materialista de desenvolvimento humano em Vigotski	42
3.1.6 Considerações sobre austeridade, condições de vida e desenvolvimento humano: o caso brasileiro	48
3.1.7 Considerações finais	51
3.2 Trabalho	52
3.2.1 Trabalho e questão social	54
3.2.2 A mercadoria força de trabalho	59
3.2.3 A “Questão Social”	62
3.2.4 Ajuste estrutural e Reforma Trabalhista no Brasil	64
3.2.5 Reforma Trabalhista e aprofundamento da “Questão Social”	67
3.2.6 Considerações finais	71
3.3 Capitalismo e a racialização do trabalho	72
3.3.1 Aproximações marxistas	72

3.3.2 Prosperidade capitalista e a degradação do mundo negro: fundamentos históricos para uma compreensão do presente	74
3.3.3 Condições de vida e trabalho da população negra no mundo capitalista pós-abolição	83
3.3.4 Condições de vida e trabalho do negro no Brasil do trabalho “livre”.....	88
3.3.5 Aspectos sociodemográficos da população negra no Brasil contemporâneo	91
3.4. Divisão sexual do trabalho, capitalismo e desenvolvimento restrito	96
3.4.1 Trabalho produtivo, trabalho reprodutivo e suas articulações na estrutura patriarcal-capitalistas	97
3.4.2 A sobreposição de gênero, classe e raça	104
3.5 Aspectos históricos das condições de vida e trabalho no “comércio mais barato da Bahia”	109
3.5.1 Dos fundamentos e seus intrincamentos comerciais	109
3.5.2 “Um museu de grandes novidades”	116
4. MÉTODO	125
4.1 Considerações gerais sobre o percurso metodológico	125
4.1.1 O materialismo histórico dialético	125
4.1.2 O caminho até o método de Marx	128
4.1.3 O método em Marx	139
4.2 O Procedimento metodológico para obter informações	145
4.2.1 Desenho da pesquisa	145
4.2.2 Estudo 1	145
4.2.3 Estudo 2	149
4.3 Procedimentos éticos e viabilidade	153
4.3.1 Termo de consentimento livre e esclarecido	154
4.3.2 Análise crítica de riscos e benefícios	154
4.3.3 Responsabilidades do pesquisador	155
5. RESULTADOS	155

5.1 ESTUDO 1 - Perfil sociodemográfico e condições materiais de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio varejista de Santo Antônio de Jesus-Bahia	155
5.1.1 Diferenças de gênero nas condições de vida e trabalho de trabalhadores(as) do comércio de SAJ	159
5.1.2 Diferenças de raça/cor nas condições de vida e trabalho de trabalhadores(as) do comércio de SAJ	161
5.1.3 Discussão	169
5.2 ESTUDO 2 - As relações trabalhistas a partir de relatos da experiência cotidiana das/os participantes	176
5.2.1 Descrição dos participantes	176
5.2.2 Descrição das Unidades Temáticas (Temas)	179
5.2.3 Unidade de Análise I – Tempo e Trabalho	182
5.2.4 Unidade de Análise II – Relações no Trabalho	197
5.2.5 Unidade de Análise III – Renda e endividamento	210
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	246
ANEXO I – Questionário Sociodemográfico	272
ANEXO II – Roteiro de entrevista semiestruturada	275
ANEXO III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Estudo 1	276
ANEXO IV - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Estudo 2	278

RESUMO

NASCIMENTO, V. A. S. Condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano no “Comércio mais barato da Bahia”. Tese de Doutorado. Salvador. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia, 2024.

Esse trabalho teve por objetivo investigar as relações entre condições de vida, condições de trabalho e desenvolvimento humano de trabalhadoras (es) do comércio de Santo Antônio de Jesus – BA, em 2022. Como fundamento teórico, partimos dos acúmulos da tradição do pensamento marxista, sobretudo das categorias ontológicas elaboradas por Marx e Lukács na discussão sobre o Ser Social. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, combinando abordagens quantitativas e qualitativas. A primeira etapa (Estudo 1) consistiu em um estudo analítico de corte transversal de abordagem quantitativa. Participaram 464 trabalhadoras (es) que responderam a um questionário sociodemográfico que abordou informações demográficas, renda, condições de moradia, condições de saúde, mobilidade urbana, jornada de trabalho, trabalho reprodutivo, endividamento e sindicalização. Foram feitas análises estatísticas bivariadas e calculados os tamanhos de efeito. Os resultados mostram que a classe trabalhadora empregada no comércio de Santo Antônio de Jesus é majoritariamente negra, feminina, de baixa renda, endividada, estudou até o ensino médio e não conta com suporte sindical. Os dados revelaram diferenças importantes de gênero e raça quanto à escolaridade, renda e trabalho reprodutivo. Na segunda etapa (Estudo 2), foi realizado um estudo qualitativo, exploratório, descritivo, de caráter transversal, no qual 20 trabalhadoras (es) que fizeram parte do Estudo 1 participaram de uma entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados segundo o método da Análise Temática, procedimento que deu origem a três Unidades Temáticas: 1) Tempo e Trabalho (engloba os seguintes subtemas: a) Jornada de Trabalho, b) Trabalho Flexível, c) Falta de Tempo Livre, d) Trabalho Reprodutivo); 2) Relações no Trabalho (subtemas: a) Reificação, b) Diferença setorial, c) Micropolítica patronal e fragilidade na cobertura sindical); e 3) Baixa Renda e Endividamento (subtemas: a) Insuficiência Salarial, b) Precariedade material e imaterial, c) Endividamento). Os resultados indicaram que o cenário de vida/trabalho no comércio de SAJ reproduz, em sua particularidade, características estruturantes do modo de produção capitalista que limitam as possibilidades de desenvolvimento humano. Tais limites estão expressos no consumo sistemático do tempo de vida, na precariedade material provocada pela superexploração da força de trabalho, no aprofundamento das precarizações graças a racialização do trabalho, a fragilidade sindical e as restrições patriarcais.

Palavras-chave: Psicologia do Desenvolvimento; Marxismo; Reprodução Social; Trabalho; Santo Antônio de Jesus – Bahia.

RESUMEN

NASCIMENTO, V. A. S. Condiciones de vida, trabajo y desarrollo humano en el “Comercio más barato de Bahía”. Tesis de doctorado. Salvador. Programa de Postgrado en Psicología. Universidad Federal de Bahía, 2024.

El objetivo de este estudio fue investigar la relación entre las condiciones de vida, las condiciones laborales y el desarrollo humano de los y las trabajadoras del sector del comercio en Santo Antônio de Jesus (Bahía), en 2022. Como base teórica, nos basamos en los acervos de la tradición de pensamiento marxista, especialmente en las categorías ontológicas elaboradas por Marx y Lukács en su discusión sobre el Ser Social. La investigación se llevó a cabo en dos etapas, combinando enfoques cuantitativos y cualitativos. La primera etapa (Estudio 1) consistió en un estudio analítico transversal con un enfoque cuantitativo. Participaron 464 trabajadores, que respondieron a un cuestionario sociodemográfico que abarcaba información demográfica, ingresos, condiciones de vivienda, condiciones de salud, movilidad urbana, jornada laboral, trabajo reproductivo, endeudamiento y sindicación. Se realizaron análisis estadísticos bivariados y se calculó el tamaño del efecto. Los resultados muestran que la clase trabajadora empleada en el comercio de Santo Antônio de Jesus es mayoritariamente negra, femenina, con baja renta, endeudada, con nivel de estudios hasta la enseñanza media y sin apoyo sindical. Los datos revelaron diferencias significativas de género y raza en términos de escolaridad, renta y trabajo reproductivo. En la segunda etapa (Estudio 2), se realizó un estudio cualitativo, exploratorio, descriptivo y transversal, en el que 20 trabajadoras que formaron parte del Estudio 1 participaron en una entrevista semiestructurada. Los datos se analizaron mediante el método de Análisis Temático, que dio lugar a tres Unidades Temáticas: 1) Tiempo y Trabajo (que engloba los siguientes subtemas: a) Jornada Laboral, b) Trabajo Flexible, c) Falta de Tiempo Libre, d) Trabajo Reproductivo); 2) Relaciones en el Trabajo (subtemas: (a) Reificación, b) Diferencia Sectorial, c) Micropolítica Patronal y Debilidad de la Cobertura Sindical); y 3) Baja Renta y Endeudamiento (subtemas: (a) Insuficiencia Salarial, (b) Precariedad Material e Inmaterial, (c) Endeudamiento). Los resultados mostraron que el escenario vida/trabajo en el sector minorista de SAJ reproduce, en su singularidad, características estructurales del modo de producción capitalista que limitan las posibilidades de desarrollo humano. Estos límites se expresan en el consumo sistemático del tiempo de vida, la precariedad material causada por la sobreexplotación de la fuerza de trabajo, la profundización de la precariedad derivada de la racialización del trabajo, la fragilidad sindical y las restricciones patriarcales.

Palabras clave: Psicología del Desarrollo; Marxismo; Reproducción Social; Trabajo; Santo Antônio de Jesus - Bahia.

ABSTRACT

NASCIMENTO, V. A. S. Living, working and human development conditions in the “Cheapest Commerce in Bahia”. Doctoral thesis. Salvador. Postgraduate Program in Psychology. Federal University of Bahia, 2024.

This research aims to investigate the relationship between the living conditions, working conditions and human development of commercial workers in Santo Antônio de Jesus (Bahia) in 2022. Its theoretical framework is based on contributions from the tradition of Marxist thought, especially the ontological categories elaborated by Marx and Lukács in their discussion of Social Being. The research was carried out in two stages, combining quantitative and qualitative approaches. The first stage (Study 1) consisted of a cross-sectional analytical study with a quantitative approach. A total of 464 workers took part, completing a sociodemographic questionnaire that covered demographic information, income, housing conditions, health conditions, urban mobility, working hours, reproductive work, debt and unionization. Bivariate statistical analyses were performed and effect sizes were calculated. The results show that the working class employed in commerce in Santo Antônio de Jesus is mostly black, female, low-income, in debt, who have studied up to secondary school and do not have any union support. The data revealed significant gender and racial differences in terms of education, income and reproductive work. In the second stage (Study 2), a qualitative, exploratory, descriptive, cross-sectional study was carried out, in which 20 workers who were part of Study 1 took part in a semi-structured interview. The data was analyzed using the Thematic Analysis method, which led to three Thematic Units: 1) Time and Work (comprising the following sub-themes: a) Working Hours, b) Flexible Work, c) Lack of Free Time, d) Reproductive Work); 2) Relationships at Work (sub-themes: (a) Reification, (b) Sectoral Difference, (c) Employer Micropolitics and Weakness in Union Protection); and 3) Low Income and Debt (sub-themes: (a) Wage Inadequacy, (b) Material and Immaterial Precariousness, (c) Debt). The results revealed that the life/work scenario in SAJ's commerce reproduces, in its specificity, structural characteristics of the capitalist mode of production that limit the potential for human development. These constraints are expressed in the systematic consumption of life time, in the material precariousness caused by the overexploitation of the workforce, in the intensifying of precariousness thanks to the racialization of work, trade union fragility and patriarchal restrictions.

Keywords: Developmental Psychology; Marxism; Social Reproduction; Labour; Santo Antônio de Jesus - Bahia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Praça Padre Mateus, Santo Antônio de Jesus, 1957	109
Figura 2. Mapa do Recôncavo Baiano	110
Figura 3. Mapa Temático	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	146
Tabela 2	156
Tabela 3	157
Tabela 4	158
Tabela 5	159
Tabela 6	160
Tabela 7	161
Tabela 8	161
Tabela 9	162
Tabela 10	163
Tabela 11	167
Tabela 12	171

1. INTRODUÇÃO

Em março de 2015, quando iniciei o meu percurso na Residência Multiprofissional de Saúde da Família com Ênfase no Campo – RMSC, pela Universidade de Pernambuco, fui questionado sobre quais as contribuições da Psicologia para a saúde da população camponesa. Na ocasião, a pergunta não se endereçava à generalidade do acervo de sistemas teórico-metodológicos acumulados pela Psicologia. Mas, a qualquer reduto contra-hegemônico que tivesse ousado distanciar-se da tradição urbanocentrada dessa ciência e profissão, para pensar o mundo camponês desde as suas particularidades materiais e consequentes especificidades existenciais.

Foi a partir desse ponto que percebi o quanto, por anos, me avizinhei de pressupostos teóricos que pouco diziam dos problemas, angústias e urgências subjetivas das camadas populares. Fiz curvas importantes e encontrei na produção latino-americana pontos de partida fundamentais, tanto para o trabalho que desenvolvi no mestrado, quanto para o que proponho agora.

A primeira das reorientações que fiz foi na concepção de sujeito. Partindo da tradição do pensamento marxista, assimilei a tese marxiana de que o intercâmbio material entre a humanidade e a natureza constitui uma unidade dinâmica e dialética. Ao trabalhar, isto é, ao intervir teleologicamente sobre mundo a fim de garantir a própria sobrevivência, a humanidade, em um só tempo: constrói as condições materiais necessárias para a reprodução da vida, desenvolve as suas potencialidades biológicas e psíquicas; e consolida gradativamente a sua interdependência social, pois, para que se integre efetivamente na complexa sociabilidade precisa acessar os bens materiais e imateriais historicamente acumulados pelas comunidades humanas (MARX, 2017; MARX; ENGELS, 2007). A falta de acesso, o acesso precário ou o pleno acesso a esses produtos sócio-culturais modelam diferentes formas de desenvolvimento do ser social. Como dito por Neri (2006 p.21),

Para que o desenvolvimento se estenda até as idades avançadas, são necessários avanços cada vez expressivos na evolução cultural e na disponibilidade de recursos culturais. A expansão da duração da vida, que hoje está quase no limite máximo estabelecido pelo genoma humano, só foi possível graças a investimentos em instrumentos, habitação, técnicas e equipamentos de trabalho, higiene, imunização, antibióticos e outros recursos de proteção às agressões do ambiente e educação.

Os deslocamentos teóricos daí decorrentes me aproximaram da Epidemiologia Crítica. Desde a década de 1970, o modo como o desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos se

articula com as particularidades da realidade material tem sido objeto de estudo na América Latina. Tais estudos se encontram no campo da Epidemiologia Crítica, formulada como contraponto à Epidemiologia Funcionalista norte-americana e seus compromissos com o grande capital (MOREIRA, 2013). Sob a alcunha de “Determinação Social da Saúde” (DSS), autores como Jaime Breilh, Naomar Almeida-Filho, Paulo Fleury-Teixeira, Carla Bronzo, Roberto Passos Nogueira, Paulo Amarante, entre outros, destacam como os aspectos estruturais das comunidades humanas precisam ser considerados como fundamentais se quisermos compreender efetivamente tanto os seus padrões sanitários, quanto suas formas particulares de viver, de se desenvolver, adoecer e morrer no mundo.

Tal compreensão passa, fundamentalmente, pelo olhar crítico às características estruturais do modo de produção capitalista. Sua cisão em diferentes classes cria diferentes cenários materiais para a existência humana, forjando, assim, diferentes condições de saúde e desenvolvimento humano em seus aspectos biopsicossociais (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014).

Nesse sentido, afirmam Fleury-Teixeira e Bronzo (2010, p. 39):

É mais do que evidente o grande diferencial de risco ambiental ou físico a que estão cotidianamente submetidos os indivíduos, tanto em seu trabalho como no domicílio e entorno, conforme a sua posição social. (...) A exposição a agentes biológicos, químicos ou físicos danosos, a deficiência nutricional, o desgaste físico generalizado ou o esforço repetitivo e o estresse no trabalho, são características das condições sociais de pobreza ou miséria que ainda acometem a maior parte da população mundial. Além dessa maior exposição a riscos, a vulnerabilidade das populações carentes é ampliada pela deficiência no acesso à educação e aos serviços de saúde, o que reduz a sua capacidade de lidar positivamente com esses riscos.

Um esforço semelhante de articulação entre as condições materiais de vida, saúde e desenvolvimento humano é percebido também na obra do psicólogo Ignacio Martín-Baró. E foi o contato com o seu projeto ético-político para a Psicologia latino-americana que me levou ao terceiro dos três giros teóricos que me trouxeram à pesquisa atual.

Partindo de novas formas de experiência da fé cristã (Teologia da Libertação), da oposição às explicações que buscavam justificar ideologicamente as estruturas de poder na América Latina (GABORIT, 2011) e da interpretação marxiana sobre a sociedade de classes, Martín-Baró (2011) teceu críticas contundentes ao distanciamento existente entre a Psicologia latino-americana e os problemas cruciais vivenciados pelas maiorias populares do continente. Para o autor, o mimetismo científico, a ausência de uma epistemologia adequada e o dogmatismo provinciano levado ao limite pela Psicologia latino-americana, mantinham os

olhos dos psicólogos e psicólogas aqui residentes, sua teoria e prática, distantes dos determinantes sociais do sofrimento das maiorias populares oprimidas.

O autor denunciou a requeitada defesa da assepsia científica realizada nos círculos acadêmicos, que tentava fazer crer que, durante a sua história, a Psicologia foi e continuava a ser uma disciplina neutra e distante dos interesses expressos nos marcos do modo de produção capitalista. Tal crítica lançou os fundamentos para uma noção de compromisso com a transformação de realidades estruturadas em dinâmicas opressoras e, por isso, precárias, adoecedoras, limitadoras do desenvolvimento humano (MARTÍN-BARÓ, 2011).

Esse compromisso foi expresso em seu projeto ético-político nomeado de Psicologia da Libertação, cuja finalidade é construir saberes e práticas, nas mais distintas subáreas da Psicologia, que partam da realidade concreta das maiorias populares e busquem responder aos seus problemas cruciais a partir de uma perspectiva de libertação material e simbólica.

Nesse ponto, é importante destacar que, nos últimos anos, inclinações nesse sentido também têm sido observadas na Psicologia do Desenvolvimento. Embora tradicionalmente o as pesquisas em desenvolvimento humano tenham dado ênfase aos estudos da criança e do adolescente (MOTA, 2005), os estudos mais recentes sobre Psicologia do Desenvolvimento (LORDELO, 2002a, 2002b; CARVALHO, 2002; BICHARA, 2002; SILVA; KOLLER, 2002; RABINOVICH, 2002; RABELO; SILVA; ROCHA, 2023) têm indicado uma inclinação crescente da disciplina às questões socioculturais. Segundo Mota (2005), esse fenômeno compõe aquilo que foi chamado de a quarta fase (1990 aos dias atuais) da Psicologia do Desenvolvimento, momento no qual é percebido maior interesse por estudos sistêmicos e contextuais, orientados para o curso da vida e que reconhecem a importância de incorporar conhecimentos produzidos em outras áreas, inclusive, aqueles que tratam dos aspectos históricos associados ao desenvolvimento humano.

Prova desse fenômeno pode ser observada no surgimento da Psicologia Social do Desenvolvimento enquanto abordagem que faz uma releitura do desenvolvimento em termos sociais e interativos. Se preocupa, portanto,

(...) com a integração do intersíquico com o intrapsíquico, e sobretudo mais direcionado para o estudo do indivíduo no seu cotidiano, atento aos aspectos socioculturais de sua existência, coincide também com a tomada de posição crítica, em função de uma ideologia renovadora e contra maneiras mais ou menos mistificadas ou declaradas de conservação das formas sociais constituídas ou de manutenção das condições de controle e exploração de determinados grupos – classes sociais, nações, etnias – em relação a outros grupos (ROAZZI *et al.*, 2013, p.65).

Esse posicionamento, guardadas as especificidades, faz convergir a Psicologia do Desenvolvimento para uma acepção que articula, numa mesma direção, o marxismo, a Epidemiologia Crítica e a Psicologia Social da Libertação: a concepção do indivíduo enquanto ser social, portanto, histórico e produtor de história.

1.1 Psicologia e Marxismo

A articulação entre psicologia e marxismo tem aquecido debates nos mais variados espaços que propõem uma crítica radical aos fundamentos dessa ciência e profissão. Para Lacerda Jr. (2010), a resposta para a possibilidade ou impossibilidade desse diálogo se encontra no modo como a psicologia se constituiu comprometida com hegemonia da classe burguesa.

Se em sua busca inicial por emancipação humana e ruptura com as históricas obstruções feudais a burguesia se amparou largamente na razão expressa pela economia política clássica, ao tornar-se classe dominante, abandonou suas bandeiras e dedicou-se a converter o conhecimento científico em um instrumento limitado a atender os imperativos de reprodução, valorização e acumulação de capital (PINASSI, 2009; HENRIQUES, 1978). Como nos diz Marx (apud LUKÁCS, 2010, p. 51),

Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos da polícia ou não. Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espadachins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a predominância apologética.

Foi nesse cenário de decadência ideológica burguesa que a psicologia – antes dedicada a entender a autoatividade humana, o sujeito, sua natureza e suas condições de desenvolvimento – reorientou seus interesses pondo-os a serviço do ordenamento social e acumulação capitalista. O abandono da problemática ontológica, a adoção de concepções a-históricas sobre o mundo e a aproximação crescente das demandas do mercado foram marcas desse novo período. A psicologia se ergueu, portanto, dentro de um conjunto diverso de saberes comprometido em justificar e naturalizar a sociabilidade capitalista, criando explicações para as suas contradições e compondo esforços na minimização dos seus efeitos degradantes (LACERDA JR., 2016).

(...) a psicologia nasceu como ciência particular que se formou fraturando a perspectiva da totalidade, criando uma abstração e tendo como ponto de partida a necessidade de evasão da realidade pelo pensamento decadente. A psicologia nasce do pressuposto de que é possível conhecer a realidade sem remeter à totalidade, ou

seja, que é possível estudar a vida humana sem remeter ao estudo da sociedade ou da história – assim como sociólogos tentam estudar a sociedade sem olhar para a economia, a política ou a vida psíquica (LACERDA JR., 2010, p.373).

Na contramão dessa razão fragmentada e pouco interessada em interpelar as determinações materiais da vida em sociedade, Marx (2017) realizou uma crítica radical ao modo de produção capitalista dando relevo às determinações ontológicas que caracterizam o ser social nessa sociabilidade e, assim, nos brindou com possibilidade de pensarmos o mundo e as relações que nele se constituem por fora das margens estreitas da razão burguesa. Ao afirmar a radicalidade histórica da humanidade, o autor redimensionou a relação entre o ser humano, a natureza e a sociedade, mostrando como, através do trabalho, homens e mulheres transformam ativamente e intencionalmente a natureza para satisfazer suas necessidades. Mais que isso, Marx nos mostrou como, ao intervir na realidade para garantir a própria sobrevivência, homens e mulheres se afastam das barreiras naturais e constroem a si mesmos como seres sociais.

Para Lacerda Jr. (2016, p.261), “a novidade teórica da obra de Marx é justamente a de fundar uma ontologia histórico-materialista que afirma a historicidade como traço essencial de todo e qualquer ser”, tese que contrasta radicalmente as teses psicológicas alinhadas à razão burguesa tão apressadas em apresentar a humanidade como essencialmente determinada pela natureza, imutável e, portanto, limitada em qualquer propósito de transformação da realidade.

O entendimento ontológico marxiano implica pensar o desenvolvimento humano como um fenômeno resultante das condições históricas particulares, contrapondo qualquer concepção homogeneizadora de “aparelho psíquico”, estrutura psicológica, modelo de desenvolvimento humano, noções de sujeito, etc. Nas comunidades humanas primitivas, por exemplo, guardadas as particularidades, a experiência de interdependência imediata da vida comunal gerou formas de individualidade e dinâmicas relacionais muito mais integradas às demandas comunitárias que aquelas observadas a partir da dissolução dos laços comunais e generalização da produção capitalista orientada para a produção sistemática de mercadorias. Nas palavras de Vasconcelos (2014, p.149, grifo do autor): “A generalização do valor de troca implica a *emergência de uma nova forma de natureza genérica humana*, diferenciada das determinações meramente naturais, imutáveis, como nos animais”.

O que se percebe, portanto, é uma contraposição de fundamento entre psicologia e marxismo. Como demonstrado por Lacerda Jr. (2010), há uma contradição radical entre os propósitos e desenvolvimentos teóricos que constituíram o desenvolvimento da psicologia e a densa crítica realizada por Marx (2017) ao modo de produção capitalista e suas disciplinas

apologéticas. Não à toa, embora o pensamento marxiano tenha estimulado significativos debates e produções em diferentes áreas das ciências sociais, os grandes centros de psicologia se mantiveram à distância por aproximadamente 50 anos após a publicação das principais obras de Karl Marx. Orientada para estudos descritivos de uma consciência vista como epifenômeno, a psicologia pouco se abriu para a interpretação materialista, histórica e dialética da realidade proposta Marx, tampouco para a sua perspectiva ontológica de que a consciência humana é um produto social constituído a partir da apropriação dos elementos materiais e imateriais historicamente acumulados pela humanidade (LEONTIEV, 2014).

A indisposição interteórica não foi unilateral. Como destaca Silveira (1989 apud VASCONCELOS, 2014, p.21),

O interesse pela questão da subjetividade no interior do pensamento marxista esteve praticamente congelado, sob o período que se convencionou chamar de “stalinista”, e ainda hoje é alvo da crítica mordaz por parte de certas correntes que se propõem marxistas, encarando-as como uma questão burguesa ou pequeno-burguesa, chegando a reconhecer a supressão das questões (da subjetividade) no interior no pensamento marxista.

Produções como as de Vigotsky, Leontiev, Lúria e Baktin, que se dedicavam ao estudo da cognição e linguagem, foram censuradas na União Soviética stalinista a partir dos anos 1930 só vindo a serem apropriadas pela psicologia do desenvolvimento e educação a partir dos anos 1970, graças à sua clara inclinação sociológica. Embora possamos indicar aberturas de autores identificados com o chamado “marxismo ocidental¹” para a construção de diálogos entre a psicologia e o marxismo – Erich Fromm, Wilhelm Reich, Herbert Marcuse, Louis Althusser, etc. –, as correntes mais ortodoxas do campo político marxista, no século XX, mantiveram-se resistentes a essas aproximações teóricas (VASCONCELOS, 2014).

Ocorre que, mesmo com os tensionamentos epistemológicos, ontológicos e metodológicos que historicamente marcaram essa relação, a defesa marxiana da historicidade abriu caminho para teses dissidentes em psicologia. Teorias e práticas psicológicas passaram a ser problematizadas desnudando atravessamentos ideológicos, destacando contradições e estimulando reflexões sobre a função social da psicologia enquanto ciência e profissão. Novos referenciais teóricos vêm incorporando categorias de análise marxianas e assumindo tanto sua perspectiva ontológica quanto o horizonte de sua práxis emancipatória, seja através de pesquisas que denunciam a alienação e a exploração humana na sociabilidade capitalista, seja

¹ Conceito trabalhado por Perry Anderson (2004).

através da elaboração de intervenções preocupadas com as demandas históricas das maiorias populares oprimidas (MARTN-BARÓ, 2011).

O presente trabalho se inclui no conjunto das pesquisas que buscam articular a tradição do pensamento marxista e a psicologia. Orienta-se para uma compreensão materialista e histórica do desenvolvimento humano através da análise das condições de reprodução social vividas por uma parcela da classe trabalhadora do município de Santo Antônio de Jesus. Para tanto, esse estudo incorpora categorias ontológicas elaboradas por Marx e se aproxima do debate realizado por Lukács (2018) sobre o ser social, destacando aspectos das dimensões singular, particular e universal que regulam as condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano na sociabilidade capitalista. Espera-se que este trabalho contribua para o estreitamento das relações entre a Psicologia do Desenvolvimento e as particularidades das condições de vida da classe trabalhadora brasileira, estimulando o desenvolvimento de saberes atentos aos seus problemas históricos e práticas que contribuam para a sua resolução.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar a relação entre as condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano de trabalhadoras (es) do comércio de Santo Antônio de Jesus - BA.

2.1 Objetivos específicos

a) Analisar os indicadores sociodemográficos que expressam estatisticamente as condições materiais de vida da população em estudo;

b) Analisar as relações trabalhistas a partir de relatos da experiência cotidiana dos (as) participantes da pesquisa.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Desenvolvimento humano e marxismo

Nesse capítulo, buscaremos demonstrar que, ao estabelecer uma relação direta entre as condições materiais de produção e reprodução da vida e a formação do ser social, a tradição do pensamento marxista nos oferece fundamentos ontológicos consistentes para pensarmos o desenvolvimento humano em seus aspectos biopsicossociais. A princípio, apresentaremos uma discussão introdutória sobre aspectos ontológicos que cercam a produção de Marx, destacando fronteiras entre alguns dos seus pressupostos e os de Hegel. A despeito das críticas expressas nos termos “economicista” e “reducionista”, serão apontados equívocos contidos nas interpretações que desprezam as categorias econômicas das quais Marx parte e que resultam no esvaziamento da sua complexidade ao as fazerem confundir com a performance instrumental da Economia contemporânea. Por fim, apontaremos alguns desdobramentos da adoção de políticas de austeridade no Brasil e as relações que esse estrangulamento econômico guarda com as condições e possibilidades de desenvolvimento humano no cenário brasileiro.

3.1.1 Ontologia e particularidades históricas

Embora possa ser encontrada com diferentes definições em diferentes áreas do conhecimento, o termo ontologia (do grego: *ontos*, ser; e *logos*, palavra) é original da palavra aristotélica “categoria”, historicamente utilizada como um recurso de classificação (ALMEIDA; BAX, 2003). Em seu sentido filosófico, foi introduzido pelo filósofo alemão Rudolph Goclenius, em 1613, para designar o estudo do "ser enquanto ser" (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

Não restam dúvidas de que o húngaro György Lukács é um dos mais brilhantes e influentes estudiosos sobre tema. Afim de apreender teórico-filosoficamente as determinações histórico-concretas do modo de ser e de reproduzir a vida, Lukács (2018) conferiu à ontologia um tratamento histórico e sistemático. Para tanto, partiu dos alicerces metodológicos desenvolvidos pela tradição do pensamento marxista – o materialismo histórico dialético –, e realizou profundas críticas ao neopositivismo, ao existencialismo e a outras concepções ontológicas erigidas sobre bases idealistas. Segundo o autor, só Marx dá um justo tratamento à

questão ontológica, ao articular de modo visceral as categorias da Natureza onde os sujeitos se constituem e as formas mais complexas de existência, como as formações sociais.

Para Marx (2017), é na relação que estabelece com a realidade material que o ser social se desenvolve e espelha, subjetiva e dialeticamente, a realidade objetiva que sua práxis constrói. Apesar desse entendimento, há uma longa tradição no debate ontológico que afirma princípios dualistas em seus entendimentos ônticos e tangem os aspectos materiais da sociabilidade humana para o plano das ideias. Essa tradição, já observada na antiguidade grega, construiu, sobretudo a partir das formulações platônicas, um dualismo ontológico que pôs, de um lado, o mundo terreno, sua materialidade e suas necessidades concretas, e, de outro, um mundo transcendente que oferece garantias onde o mundo material falhou (FILHO, 1991).

Como observa Lukács (2018, p.36), essa concepção bimundana tem sido secularmente mantida através de concepções que, à semelhança da cristandade, escoram-se numa

concepção teleologicamente fundada do mundo dos seres humanos, no qual se realiza seu destino, no qual seu comportamento define sua salvação ou sua danação, e do mundo compreensivo, teleologicamente ainda superior, cósmico-transcedente, de Deus, cujo ser constitui a garantia ontológica última da indubitabilidade do poder de Deus na realidade terrena; o cosmo é, portanto, fundamento ontológico e objeto visível do poder de Deus.

A religião e a igreja cristã mantiveram essa noção de mundo intacta por séculos (RUBANO; MOROZ, 1996a). Somente com os avanços das forças produtivas e descobertas de Copérnico, Kepler, Galileu, Newton e Darwin pode-se observar abalos na ontologia dualista religiosa, em benefício de uma ontologia fundada nos achados das ciências naturais (ENGELS, 2020). O olhar para a natureza em sua objetividade, materialidade e legalidade próprias, resultou numa base ontológica sólida para olhar o mundo, ainda que firmado em princípios mecanicistas e sem qualquer abertura para uma ontologia do ser social (GIOIA, 1996; RUBANO; MOROZ, 1996b).

No que tange às influências sobre os modos de organização social, os avanços observados nas ciências naturais, entre os séculos XVI e XVIII, foram determinantes de diferentes desdobramentos nos anos que se seguiram. O inegável crescimento do domínio humano sobre a natureza permitiu um significativo aumento nos níveis de produtividade, fato que demandou a produção de discursos mais elaborados capazes de produzir consensos e garantir a livre circulação de capitais (COCHO, 1980; ENGELS, 2020). Nos termos de Lukács (2018, p. 46), a organização burguesa do mercado demandou instrumentos sofisticados de “manipulação” capilarizados na práxis econômica, no cotidiano e na ciência.

Marx (2007) já nos alertava para a articulação existente entre as características das formações sócio-materiais, as relações de poder que delas decorrem e a formulação de ideias capazes de viabilizar, ainda que com turbulências, a efetivação dos interesses das classes dominantes em cada momento histórico. As distintas e antagônicas classes, em sua relação com o mundo, requerem diferentes representações da realidade para tornar seus interesses exequíveis. Nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, o neopositivismo do Círculo de Viena, levando ao limite seu embate com a “metafísica” e outras ameaças ao avanço da sociedade burguesa, reivindicou à ciência proposições metodológicas que a prevenisse de qualquer direcionamento ontológico capaz de pôr em risco a fruição classista. Propôs uma ciência unitária, um método e uma linguagem que fizessem convergir os entendimentos sobre o mundo para uma só compreensão. Ao regular a linguística científica, definir qual deveria ser a preocupação da ciência e excluir um plural de possibilidades de entendimentos sobre a realidade, o neopositivismo negou qualquer figuração de mundo diversa da sua e atestou sua função instrumental na reprodução das formas sociais já existentes.

A demanda por uma ciência unitária representa, portanto, uma manipulabilidade unitária da totalidade do material cognitivo, independentemente de como a própria realidade é constituída, como se em seus domínios do ser não houvesse estrutura e dinâmica peculiares e, por consequência, legalidades peculiares (LUKÁCS, 2018, p. 68).

Mesmo apostando na manipulação da realidade mediante uma linguagem matematizada, semanticamente unificada, o neopositivismo fracassou em sua empreitada. Segundo Lukács (2018), tal fracasso resultou da impossibilidade de supressão de uma realidade que é complexa e que comporta diferentes entendimentos ontológicos sobre o mundo e sobre o modo como nele produzimos e reproduzimos a vida.

Não obstante a importância do reconhecimento da diversidade do real, tal constatação, ao passo que estimulou críticas contundentes às teses neopositivistas, também pavimentou o caminho para a formulação de um relativismo ontológico desastroso. As correntes pós-positivistas, negando a noção de incontestabilidade, argumentam que toda figuração do mundo tem um fundamento ontológico que parte de uma especificidade no tempo e espaço, sendo, portanto, construtos que respondem a consensos locais. Partindo desse pressuposto, cria-se a impossibilidade de apanhar o mundo de forma objetiva em sua totalidade, restando apenas interpretações fragmentadas e distanciadas de leis gerais de funcionamento da realidade (DUAYE, 2019).

Os avanços das ciências naturais também estimularam debates e proposições distintas daquelas acima mencionadas. Caberia apontarmos aqui outras formulações ontológicas que, assim como o neopositivismo e correntes pós-positivistas, harmonizam a vida cotidiana e a atividade científica com as condições de desenvolvimento do modo de produção em vigor (PREIRA; GIOIA, 1996a; COCHO, 1980; FILHO, 1991). Porém, afim de alcançarmos um debate ontológico mais aprofundado em Marx, daremos a partir de agora mais atenção às formulações dialéticas desenvolvidas pelo filósofo alemão Georg Hegel, cuja obra influenciou profundamente as formulações marxistas.

3.1.2 Ontologia hegeliana e o giro marxista

As contradições objetivas observadas após a revolução burguesa na França criaram condições adequadas para novas interpelações ontológicas. O abismo existente entre as promessas de emancipação humana através da razão iluminista e os caminhos assumidos pela revolução, trouxe à superfície reflexões sobre a efetividade da razão enquanto vetor capaz de construir a sociedade desejada pelos grupos populares em conflito com os resquícios do Antigo Regime (NETTO; BRAZ, 2012). Alguns setores, recuando diante das contradições observadas, regrediram ao passado na busca por referências para reconstrução do presente e das possibilidades de futuro; outros, defenderam o entendimento de que as condições em que se encontravam caracterizavam um momento de transição para o reino da razão iluminista onde as contradições não mais existiriam (LUKÁCS, 2018). Hegel, por sua vez, não recorreu ao passado, tampouco à crença numa transição para um futuro sem contradições: para o filósofo, a contradição é, por si, um princípio ontológico fundamental, estruturante da realidade, da vida humana e não um estado de coisas do qual devemos nos desviar.

(...) o que é afirmativo imediatamente e assim permanece, sem precisar resolver o problema da conciliação, nada tem com a vida. A vida progride para a negação, com a dor que ela arrasta, e só afirma perante si mesma após o apaziguamento da oposição e da contradição. Perdida está, porém, se se imobilizar na oposição e se instalar na contradição (HEGEL, 1999, p.122).

As contradições enquanto expressões da articulação entre sequência dialética e historicidade, conferem à dialética um peso ontológico que jamais tivera na filosofia. Na concepção ontológica de Hegel a Natureza constitui a base sobre a qual se dá o desenvolvimento do ser humano, da sociedade e da história. Mas, enquanto base, a Natureza apresenta limites que são superados pela dialética histórica com novas categorias, conexões e leis

qualitativamente novas (SAVIOLI; ZANOTTO, 1996). Tais conexões ontológicas e qualitativamente superiores ganham expressão no pensamento através de categorias lógicas e são compreendidas como “componentes dinâmicos do movimento essencial da realidade, como graus ou etapas no caminho do espírito para realizar a si mesmo” (LUKÁCS, 2018, p.197-198).

Diferente de Kant, Fichte e Schelling que, no que se refere à ontologia, expressam-se filosoficamente de forma independente da lógica, Hegel buscou dar à sua ontologia um fundamento lógico apreendido em um sentido dialético (FILHO, 1991). Nas palavras de Lukács (2018, p.212),

Hegel é o único, entre os representantes da filosofia clássica alemã, a apresentar essa tendência para uma ontologia baseada na lógica, para uma ontologia que só consegue encontrar expressão adequada em categorias e relações lógicas. Por um lado, isso faz com que ele seja o único, em ligação com essa nova cognição do mundo, a lançar as bases para uma nova lógica, uma lógica dialética; por outro lado, dando expressão à sua nova ontologia nessa nova lógica, ele sobrecarregou as categorias lógicas de conteúdos ontológicos, englobando incorretamente em suas articulações relações ontológicas, além de ter deformado de várias maneiras os importantíssimos conhecimentos ontológicos novos ao forçar seu enquadramento dentro de formas lógicas.

Segundo Lukács (2018, p.220-221), todo o trabalho filosófico de Hegel se endereça ao conhecimento da história e da sociedade, orientação que resulta na formulação de categorias dentro dessas duas esferas. No entanto, uma vez subordinadas à lógica, tais categorias costumam incorrer em generalizações que extrapolam os limites das esferas para as quais se orientam. Ao tratar como conexões lógicas os objetos e conexões da realidade, Hegel (1999) incorre em contradições decisivas, pois, tomando-as em abstrações lógicas, deixa de lado suas determinações concretas, deformando-as em enquadramentos forçados a formas lógicas. Resulta que, ao subordinar a heterogênea realidade material e o complexo ser social ao processo lógico homogeneizado, tudo o que é elaborado em termos lógicos passa a ser tomado como realidade (MARX; ENGELS, 2007). Vejamos como o autor submete a realidade à ideia:

O conceito realizado constitui a ideia. É esta a definição abstrata. Mas enganar-se-ia quem imaginasse que o conceito e a realidade unidos na ideia se neutralizam mutuamente como dois corpos químicos que, ao combinarem-se, perdem as qualidades próprias a cada um deles. Não, o conceito é que decide tudo. Na ideia, é ele que representa a unidade e desempenha, por isso, o papel dominante. Ao unir-se-lhe na ideia, o conceito não faz qualquer concessão à realidade porque já é, por si próprio e por força da sua natureza, uma unidade; de si próprio engendra a realidade pela qual e na qual prossegue o seu desenvolvimento, sem deixar de permanecer idêntico a si próprio, sem nada ceder da sua essência. (...) A ideia, é, pois, o real em geral e só o real. O real começa por aparecer como possuidor de uma existência externa, como senhor de uma realidade sensível; mas o real sensível só é verídico ou verdadeiramente real quando corresponde ao conceito. E verídico só é então, não no sentido subjetivo, no da correspondência entre as minhas representações e as coisas

existentes, mas no sentido objetivo, no da correspondência entre um objeto exterior, ou o eu real, e o conceito. Só na conformidade com o conceito, a existência exterior é verdade (HEGEL, 1999, p.128).

Outra característica que deve ser destacada na ontologia hegeliana é a da processualidade como categoria central. Depois de Heráclito, Hegel foi o primeiro pensador a abandonar a prioridade do ser frente o devir, assumindo a processualidade dialética e suas contradições como estruturantes da realidade (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 1996a, 1996b).

Mas aqueles que pretendem que é inexistente o que em si tem uma contradição na forma da identidade de contrários, afirmam implicitamente a inexistência do que é vivo porque a força da vida ou, mais ainda, o poder do espírito consiste precisamente em afirmar em si a contrariedade, em a suportar e a ultrapassar. O processo da vida consiste nisso precisamente de afirmar e resolver a contrariedade entre a unidade ideal e a separação real dos membros, e toda vida é um processo (HEGEL, 1999, p.139).

Apesar das desigualdades que se apresentam no real, isto é, das particularidades típicas de uma realidade dinâmica e contraditória, são essas particularidades inter-relacionadas umas com as outras que constituem a totalidade. E não se trata aqui de uma colcha de retalhos da qual resulta uma totalidade fragmentada, despossuída de funcionamento e dinâmica próprias (FILHO, 1991). Como destaca Lukács (2018, p.237-238) sobre Hegel, “O todo do qual ele fala, de modo programático, é uma totalidade que se constrói com as inter-relações dinâmicas de totalidades relativas, parciais, particularidades”.

Ora, a verdadeira natureza do conceito exige que as diferenças reais, ou seja, a realidade das diferenças independentes e da unidade também objetivamente independente, possam reintegrar-se numa só e mesma unidade, num todo que, se permite subsistirem as explicações particulares, não deixa, no entanto, de dominar a independência delas e a procurar suprir mediante o retorno das diferenças a uma unidade subjetiva, ideal e mediante a atribuição de, por assim dizer, uma alma. Então, as particularidades não só ficam justapostas, como ainda deixam de ser partes, apresentando entre si tais ou tais relações, para serem membros; isto é, deixam de existir cada uma para si e adquirem uma existência verdadeira naquela unidade ideal. Só nesta articulação orgânica se acha realizada a unidade conceitual, ideal, tabernáculo e alma imanente dos membros (HEGEL, 1999, p.137).

Esse princípio constitutivo da realidade expressa uma característica indelével da ontologia hegeliana, mesmo sendo ele, como dito, sujeito aos enquadramentos lógicos em sua realização concreta. Temos, portanto, uma totalidade geral que resulta de totalidades parciais e que, por seu caráter processual e contraditório, é, fundamentalmente, dinâmica (SAVIOLI; ZANOTTO, 1996).

Partindo dos avanços inegáveis de Hegel para o pensamento dialético, Marx e Engels (2007), ao situarem a realidade social como critério último do ser social, rechaçam o método hegeliano de expor as conexões concretas sobre bases logicistas. Há em Marx uma busca pela concretude das conexões constituintes do ser social, busca essa que resulta nos densos estudos econômicos do autor e em sua originalidade ao pensar as categorias econômicas enquanto categorias da produção e reprodução da vida humana (NETTO; BRAZ, 2012). Esse salto consolida a possibilidade do debate ontológico sobre o ser social dá-se sobre bases materiais sem, todavia, incorrer em estreitamentos economicistas ou logicistas.

Esse é um dos pontos cruciais que diferenciam Hegel e Marx em seus entendimentos ontológicos sobre o mundo. No primeiro, o processo ontológico do ser social se aproxima demasiadamente do cognoscitivo, de uma interpretação logicista, afastando-se das suas conexões concretas. No último, o ser social tem na economia sua prioridade ontológica, isto é: a gênese do gênero humano encontra-se na relação concreta produtiva que a humanidade estabelece com a natureza afim de garantir a própria sobrevivência (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2017).

Se é na relação concreta e teleológica com a realidade material que a humanidade se desenvolve enquanto gênero, são os elementos constitutivos dessa relação com a natureza que precisam ser observados para que haja um entendimento adequado do seu desenvolvimento, e não seus substratos lógicos (MARX, 2008). É seguindo nessa direção que Marx (2017) apresentará o trabalho humano como categoria ontológica central para o entendimento da realidade e do desenvolvimento humano.

3.1.3 Ontologia econômica e o desenvolvimento humano

Enquanto movimento intelectual, o Marxismo foi uma das maiores contribuições ao pensamento do século XX, influenciando uma diversidade de disciplinas e movimentos emancipatórios espalhados por todo o mundo. Para Boucher (2015, p.13), trata-se do “esforço mais constante até agora feito para pensar historicamente o presente e para uma compreensão reflexiva do próprio pensamento dentro de um contexto sócio-histórico”.

Apesar das marcas inegáveis do pensamento marxista, ainda presentes e atualizadas no século XXI, para os que advogam por um mundo neoliberal, o marxismo falhou. Os entusiastas da política capitalista de livre mercado – defendida como caminho estratégico capaz de promover prosperidade e justiça social – não conseguem esconder a flagrante tragédia capitalista expressa cotidianamente na miséria crônica das maiorias populares, nas crises

cíclicas e na destruição sistemática dos recursos naturais do planeta. Mas, para eles, foi o marxismo quem fracassou.

À revelia dessa desfaçatez interessada, o pensamento marxista tem dado grandes sinais de prosperidade tanto no que tange à circulação mais ampla de suas categorias de análise da realidade, quanto no amadurecimento teórico que resulta do esforço de acompanhar o movimento do real e tornar suas mudanças inteligíveis. Parte desse amadurecimento tem se dado no debate sobre o indivíduo e sua particularidade enquanto ser social, isto é, enquanto ser vivo que tem o seu desenvolvimento atrelado às mediações existentes no convívio em sociedade. Alguns desses esforços analíticos contemporâneos podem ser observados em estudos como os realizados por Teixeira (1993), Alves (1999), Silveira (1989), Palangana (1998), Palangana e Inumar (2001), Sobral (2005), Duarte (1993 e 2004) e Arcáry (2002), que, apesar dos diferentes caminhos argumentativos, buscam apanhar as mediações e determinações onto-históricas do desenvolvimento humano na sociabilidade capitalista, a partir da obra de Karl Marx.

Nessa esfera de debate, não são raras as críticas empenhadas em destacar o Marxismo como uma tradição de pensamento reducionista, etapista, que restringe a interpretação da realidade aos seus aspectos econômicos, deixando de lado um conjunto de outros elementos que compõem a complexidade da vida em sociedade e, portanto, da própria individualidade humana em sua experiência social. Afinal, como poderia uma interpretação restrita à economia dar conta do desenvolvimento humano em toda a sua complexidade? Há aqui uma distinção preliminar que precisa ser feita para formularmos uma resposta apropriada. Trata-se da diferença entre Economia e Economia Política.

Embora tenha aparecido pela primeira vez no Tratado de Economia Política, publicado em 1615, por Antonie Montchrétien, o termo “Economia Política” só passou a ser reconhecido como um campo teórico no início do século XIX, apresentando duas características fundamentais. A primeira delas diz respeito ao seu caráter ampliado, sem pretensões de análises fragmentadas da realidade e isolamento de fenômenos sociais. De acordo com Netto e Braz (2012, p.29)

(...) à Economia Política interessava compreender o conjunto das relações sociais que estava surgindo na crise do Antigo Regime (...). Os clássicos da Economia Política não desejavam, com seus estudos, construir simplesmente uma disciplina científica entre outras: almejavam compreender o modo de funcionamento da sociedade que estava nascendo das entranhas do mundo feudal; por isso, nas suas mãos, a Economia Política se erguia como fundante de uma teoria social, um elenco articulado de ideias que buscava oferecer uma visão do conjunto da vida social. E mais: os clássicos não

se colocavam como “cientistas puros”, mas tinham claros objetivos de intervenção política e social.

A segunda das características apontada pelos autores deriva das influências próprias do jusnaturalismo moderno – séculos XVII e XVIII –, cujos traços expressavam-se no entendimento sobre as categorias e instituições sociais como sendo naturais, invariáveis, eternas naquilo que lhes era fundamental. Categorias como propriedade, mercado, lucro e capital, eram entendidas como essenciais das formações sociais humanas e sem as quais a mesma estaria comprometida (NETTO; BRAZ, 2012).

A crise e dissolução desta Economia Política Clássica, observada na primeira metade do século XIX, tiveram suas razões na renúncia burguesa aos valores emancipatórios que serviram de lastro em sua luta contra o modo de produção feudal. Se outrora o enfrentamento político contra o Estado Absolutista e suas instituições feudais demandavam um arcabouço teórico orientado para a compreensão e, sobretudo, transformação das relações estruturantes da feudalidade ocidental, após o triunfo da Revolução Burguesa, parte dos ideais emancipatórios que presidiram as frentes de luta foram abandonados pelo regime burguês. Ora, pautar emancipação política continuava sendo fundamental para uma sociedade de livre mercado. Mas, os desejos ampliados de emancipação econômica e social inviabilizavam o desenvolvimento capitalista que se nutria da desigualdade e da exploração da classe trabalhadora. Desse modo, a burguesia passou de classe que encarnava os interesses de emancipação humana (i. é, emancipação política, econômica e social) para uma classe conservadora. E essa mudança ganhou expressões tanto nos conflitos concretos de classes, quanto nos contornos teóricos da Economia Política.

As novas modulações na correlação de forças políticas engendraram tanto um abandono da investigação social e econômica a partir da produção material, quanto produziram, a partir da segunda metade do século XIX, uma nova disciplina científica desinteressada com os aspectos políticos, históricos e sociais que cercam a produção da vida material: a Economia. Nas palavras de Netto e Braz (2012, p.34),

No marco dessa “divisão intelectual do trabalho científico”, a Economia se especializa, institucionaliza-se como disciplina particular, específica, marcadamente técnica, que ganha estatuto científico-acadêmico. Adequada à ordem social da burguesia conservadora, torna-se basicamente instrumental e desenvolve um enorme arsenal técnico (valendo-se intensivamente de modelos matemáticos). Ela renuncia a qualquer pretensão de fornecer as bases para a compreensão do conjunto da vida social e, principalmente, deixa de lado procedimentos analíticos que partem da produção – analisa preferencialmente a superfície imediata da vida econômica (os fenômenos da circulação), privilegiando o estatuto da distribuição dos bens produzidos entre os

agentes econômicos e quando, excepcionalmente, atenta para a produção, aborda-a de modo a ladear a teoria do valor-trabalho.

A nova disciplina Economia, apesar de preservar concepções jusnaturalistas e categorias supra-históricas convergentes à dinâmica burguesa, realiza uma clara ruptura com a primeira das características da Economia Política Clássica supramencionadas. Marx (2017), por sua vez, em seu esforço de apreensão das leis que regem a sociabilidade capitalista, historicizou as categorias antes naturalizadas pelos clássicos e, através de um método crítico-dialético, manteve a produção material da vida como ponto de partida para a compreensão da realidade. Quando, portanto, Marx (2017; 2008) trata dos aspectos da estrutura econômica como fundamento ontológico intransponível para o desenvolvimento humano, o autor parte do conjunto das relações e condições de produção e reprodução da existência humana, e não do estreito olhar da Economia burguesa que restringe instrumentalmente os aspectos econômicos aos fenômenos de superfície da vida econômica. Nas palavras do autor:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (MARX, 2008 p.47).

Nesses termos, Marx (2008) estabelece uma relação direta entre as condições concretas de produção da existência material (a estrutura econômica) e o próprio desenvolvimento humano expresso em seus aspectos físicos, psíquicos e sociais. O trabalho, enquanto atividade humana que tem por fim atender às suas necessidades e garantir a sobrevivência, constitui, além de núcleo da prática econômica, uma a matriz de práticas não econômicas como a política, jurídica, ideológica, etc. (BOUCHER, 2015). Como nos diz Vieira (2018, p. 127):

Ao tratar da produção, Marx está interessado nas relações entre os homens no modo de produção capitalista. E, ao contrário do que um reducionismo econômico possa compreender, ele vai analisar não só a instância econômica, mas ainda o caráter social e político em que essa instância condiciona e é condicionada. É assim que ele irá negar o pretense caráter natural dado às relações capitalistas pelos economistas burgueses, tais como Adam Smith.

Trata-se, portanto, de um equívoco primário a crítica feita a Marx, pois, ao qualificar seu pensamento como economicista, a compreensão de economia utilizada por seus detratores

destoa da compreensão de economia utilizada pelo autor. Ainda nesse sentido, nos diz Lukács (2018, p.291):

É certo que as obras econômicas do Marx maduro estão centradas coerentemente na cientificidade da economia, mas nada tem em comum com a concepção burguesa, segundo a qual a economia é mera ciência particular, na qual os chamados fenômenos econômicos puros são isolados do conjunto das inter-relações do ser social como totalidade e, depois, analisados nesse isolamento artificial, visando – eventualmente – relacionar de maneira abstrata o território assim formado com outros territórios isolados de modo igualmente artificial (o direito, a sociologia, etc.). A economia marxiana, ao contrário, parte sempre da totalidade do ser social e volta a desembocar nessa totalidade.

Apesar das distâncias apresentadas, o estreito enquadramento economicista realizado pelos críticos do pensamento de Marx, contribui para um certo estranhamento quando se pretende discutir desenvolvimento humano partir dos acúmulos marxistas. Não obstante, ao olharmos desde as chamadas obras de juventude às obras de maturidade de Marx, o que se verifica são as determinações do desenvolvimento humano matizadas nas condições históricas e objetivas de produção e apropriação da realidade material. Como nos diz o autor, “Nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida (MARX, 2008, p.237). Isto é, o esforço de compreensão dos modos de produzir a vida constitui, concomitantemente, um esforço de compreensão daqueles que produzem e que desenvolvem suas faculdades na interação dialética com o mundo (ALVES; SILVA, 2012).

Assim, o debate sobre o desenvolvimento humano a partir das contribuições marxistas, passa, necessariamente, pela compreensão da complexa realidade material onde os indivíduos produzem e reproduzem a vida. Uma realidade repleta de mediações sociais – das mais simples às mais complexas – que delineiam as condições de desenvolvimento biopsicossocial desses sujeitos a partir dos seus impedimentos e possibilidades características.

Foi com esse objetivo de compreensão que Marx (2008), na década de 1840, operou uma inversão materialista de teses centrais do pensamento de Hegel, abandonando seus vícios idealistas ao centralizar a realidade material como ponto de partida para a compreensão do mundo e dos fenômenos que neles se dão. Para o autor, o caminho adequado para conhecer a realidade social deve partir da compreensão das mediações mais simples até as múltiplas relações que caracterizam a totalidade. “Somente desse modo, isto é, através da relação entre singularidade, particularidade e universalidade se pode compreender a realidade existente como ‘a unidade do múltiplo’ (OLIVEIRA, 2005, p.12).

Na esteira de Marx, ao olharmos para a realidade concreta, percebemos que a matéria se apresenta como um todo heterogêneo, expresso em diferentes composições, estados e submetida a correlações dinâmicas. Essas diferentes composições da matéria, as formações materiais autônomas, vinculam-se abstratamente a conceitos como “corpo”, “árvore”, “átomo”, “água” e outros significantes desenvolvidos para representar os modos específicos de organização da matéria. O conjunto dessas formações materiais constitui a matéria.

De acordo com Cheptulin (2004, p.73-74),

Sendo os elos de uma mesma matéria, as diferentes formações materiais (coisas, corpos, fenômenos) possuem toda uma série de propriedades comuns que entram no conteúdo do conceito de matéria e é preciso notar que elas existem objetivamente, fora e independentemente da consciência humana, possuem características espaciais e temporais, estão em movimento, têm seus próprios aspectos e ligações necessárias e contingentes, singulares e gerais, possíveis e reais, incluem a causalidade, a contradição e possuem todas um conteúdo e uma forma, uma essência e um fenômeno etc. Mas, ao lado das propriedades e ligações universais próprias de cada formação material particular, o conceito de matéria inclui em si propriedades e ligações, que são características não de cada formação material particular, mas apenas de todo seu conjunto, isto é, do mundo em sua totalidade.

São essas propriedades e ligações que se repetem nas mais distintas formações materiais que constituem o universal. Estar vivo, desenvolver atividade consciente e viver em sociedade, por exemplo, são características universais da humanidade. Em se tratando de comunidades humanas cuja dinâmica produtiva é regulada pelos condicionamentos do modo de produção capitalista, podemos listar como características universais: a concentração das forças produtivas nas mãos de pequenos grupos, a apropriação privada de riquezas coletivamente produzidas, a exploração da força de trabalho como condição estruturante da sociabilidade e o regime de assalariamento como regra. Diferente dos aspectos comuns, “as propriedades e ligações que são próprias apenas a uma formação dada (coisa, objeto, processo) e que não existem em outras formações materiais constituem o singular” (CHEPTULIN, 2004, p.194).

Sendo o singular aquilo que não se repete e que, portanto, distingue as diferentes formações sociais, o particular – singularidade mediada e circunscrita sob termos universais – sempre apresentará semelhanças com o singular. Decorre que

O que distingue os objetos confrontados constitui o particular e o que exprime sua semelhança é o geral. Assim, a predominância da propriedade privada na sociedade capitalista e da propriedade social na sociedade socialista representa o particular dessas sociedades, na medida em que esse traço distingue uma da outra. Da mesma forma, a exploração do homem nos países capitalistas e sua ausência nos países socialistas é o particular (CHEPTULIN, 2004, p.197).

Segundo Oliveira (2005, p.17), é na universalidade que a singularidade se constrói e, de modo dialético, a universalidade se expressa na singularidade tendo as mediações sociais como particularidade. Nas palavras da autora:

Ora, a importância da particularidade (na relação singular-particular-universal) na análise de um determinado fenômeno está no fato de que ela se constitui em mediações que explicam os mecanismos que interferem decisivamente no modo de ser da singularidade, na medida em que é através delas que a universalidade se concretiza na singularidade. A cuidadosa identificação e caracterização da particularidade é condição *sine qua non* para compreender-se como se dá essa concretização da universalidade no vir-a-ser da singularidade. Somente dessa forma é possível a aproximação do pensamento ao ser concreto da realidade em movimento, ao movimento processual da tensão entre a universalidade e a singularidade, mediada pela particularidade.

Decorre que o singular e o geral não existem dissociados um do outro, mas, articulados por formações materiais particulares (CHEPTULIN, 2014). Essa compreensão da dialética do singular-particular-universal é fundamental para pensarmos o desenvolvimento humano a partir da tradição do pensamento marxista, pois,

A universalidade humana, como a entende Marx, não se opõe ao nível do singular como um ente geral ou universal autonomizado, nem igualmente se acha definido como instância a priori inscrita na série de instruções ou padrões de constituição imediatamente corporal dos homens. O humano é antes de tudo um produto da interatividade social dos homens, da forma como social e historicamente indivíduos socialmente determinados empreendem seu comportamento ativo, a produção objetiva dos âmbitos de sua existência concreta por meio da transformação da natureza (ALVES; SILVA, 2012, p.240).

Como visto, para Marx, as formações materiais são elementos imprescindíveis para compreendermos a realidade objetiva e os sujeitos que nela se desenvolvem. São nas complexas sociedades, com suas inúmeras mediações, que as individualidades se realizam. Partindo desse pressuposto, de que o desenvolvimento humano não se dá apartado dos aspectos universais, particulares e singulares que circunscrevem as diferentes formações materiais, está claro que a análise do desenvolvimento humano deve se dar associada a análise dos aspectos que caracterizam as formações sociais em que os indivíduos estão inseridos (ALVES; SILVA, 2012).

3.1.4 O ser social

“Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais,

sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, 86-87).

Ao dedicar esforços para apreensão e sistematização dos princípios gerais da realidade – sobretudo da realidade capitalista –, Marx (2017) expôs também os fundamentos para uma ontologia do ser social. O autor caracterizou as bases concretas sobre as quais um ser dotado de singularidade biológica, através de mediações sociais, extrapola suas fronteiras orgânicas e engendra um modo particular de existência no mundo. Segundo Guerra e Jimenez (2016, p.65), nesse esforço, Marx

evidencia tanto os elementos universais, ou seja, as determinações ontológicas da individualidade humana, bem como seu processo de complexificação no curso do envolver histórico indicando, particularmente, de que forma esta se manifesta no modo de produção capitalista.

Em estudo realizado sobre as chamadas obras de juventude de Marx, Teixeira (1993) identifica a individualidade na obra de Marx expressa como o resultado de três determinações elementares, dinâmicas e insuprimíveis mesmo frente às diferenças históricas assumidas pela sociabilidade humana em seu processo de desenvolvimento. São elas: a naturidade, o trabalho e a generidade.

Se há algo que nós podemos eleger como condição básica para a existência da sociedade humana, é a existência de indivíduos reais, vivos e cuja existência se encontra condicionada à possibilidade material de manutenção e reprodução da própria vida, através de uma relação com a natureza capaz de satisfazer cotidianamente os seus imperativos fisiológicos. É por partir desse pressuposto que Marx e Engels (2007) escrevem:

(...) devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p.32-33).

O que há de mais básico para que se garanta a existência humana, em qualquer momento histórico e formação social, é a produção dos meios que garantam a satisfação das suas necessidades orgânicas. Esse fato imprescindível aponta para uma característica ontológica indelével do indivíduo humano: o seu traço natural, biológico, e, por isso, tomado como

elementar na análise marxista sobre o desenvolvimento humano (TEIXEIRA, 1993). Há que se dizer, no entanto, que, para Marx (2017), apesar de todo indivíduo ser dotado de um corpo cuja singularidade biológica é fundamental para o seu desenvolvimento, esses atributos naturais não garantem, por si só, a sua existência, forçando-o ultrapassar suas estreitas fronteiras orgânicas.

Mesmo inegavelmente orgânica, “a vida humana aparece como continuamente reconfigurada pela forma da interatividade social, desde suas esferas mais aparentemente “naturais”, como a nutrição e a sexualidade, até aquelas surpreendentemente “espirituais”, como o pensamento científico e a arte (ALVES; SILVA, 2012, p. 241). Tal reconfiguração se dá tanto através da atividade produtiva material quanto através das expressões espirituais que sofrem as mediações e limites de apropriação concreta do mundo.

É, pois, no processo pelo qual homens e mulheres interagem com a Natureza afim de produzirem as próprias condições materiais da vida, isto é, através do trabalho, que Marx estabelece as categorias fundamentais do desenvolvimento humano, deslocando a sua essencialidade dos padrões biológicos preestabelecidos para uma processualidade histórica (MARX; ENGELS, 2007).

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, **ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade**: seus braços e pernas, cabeça e mãos. **Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio** (MARX, 2017, p.255, grifos nossos).

Considerando que as intervenções realizadas na Natureza pela humanidade, a fim de atender às suas demandas de sobrevivência, produzem novas condições concretas de existência, podemos concordar que as sucessivas alterações realizadas geram novas gradações ontológicas e, na medida que se acumulam, complexificam material e subjetivamente a sociabilidade humana (GUERRA; JIMENEZ, 2016). Partindo do mesmo suposto, Teixeira (1993, p.9) nos diz que o desenvolvimento cumulativo a partir da interação com a Natureza

confere à dinâmica imanente ao agir humano a configuração de uma espiral onde o movimento potencializa a si próprio, pois o desenvolvimento da produção material, ao satisfazer as necessidades mais imediatas, cria condições para o exercício de formas propriamente humanas de atividade e inter-relação, permitindo a evolução da consciência sobre o próprio trabalho e sobre a existência humana em geral, o que, por sua vez, tende a resultar em novos avanços na atividade imediatamente produtiva e no conjunto da realização humano-societária.

Aqui chegamos à um ponto central do pensamento marxista sobre as condições de possibilidade do desenvolvimento humano: o fato da individuação e humanização darem-se geracionalmente sempre a partir de um novo patamar das forças produtivas, torna a capacidade de desenvolvimento humano dependente do grau de apropriação e usufruto do conjunto de bens materiais e imateriais até então acumulados pela humanidade. É essa apropriação que garantirá ao indivíduo o desenvolvimento das habilidades e capacidades que particularizam o gênero humano em determinado período histórico, frente aos demais animais. Noutra formulação, na proporção que o indivíduo, com todo o seu repertório biológico, interage de forma mediada com a natureza externa e acessa as objetivações humanas (linguagem, leis e outros regulamentos culturais, instituições de ensino, tecnologias de cuidado em saúde, comunicação, instrumentos de trabalho, saneamento básico, etc.), ele desenvolve aquilo que caracteriza um outro elemento ontológico constitutivo do desenvolvimento humano: a genericidade.

É a partir das relações sociais estabelecidas numa formação sócio-material, que os indivíduos se apropriam dos acúmulos materiais e imateriais produzidos pelo gênero humano e, assim, desenvolvem suas faculdades e manifestam um modo particular de existir no mundo. Não à toa, nos dizem Marx e Engels (2007, p.422),

(...) o desenvolvimento de um indivíduo é condicionado pelo desenvolvimento de todos os outros, com os quais ele se encontra em intercurso direto ou indireto, e que as diferentes gerações de indivíduos que entram em relações uns com os outros possuem uma conexão entre si, que a existência física das últimas gerações depende da existência de suas predecessoras, que essas últimas gerações, recebendo das anteriores as forças produtivas e as formas de intercâmbio que foram acumuladas, são por elas determinadas em suas próprias relações mútuas. Em poucas palavras, é evidente que um desenvolvimento sucede e que a história de um indivíduo singular não pode ser de modo algum apartada da história dos indivíduos precedentes e contemporâneos, mas sim é determinada por ela.

Tais relações, por sua vez, obedecem às configurações do estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em que os indivíduos se encontram e como se organizam as relações de produção e reprodução da vida (TEIXEIRA, 1993). Apesar da genericidade só se efetivar dentro de uma formação social, o modo como as relações de produção se organiza pode viabilizar ou não o acesso aos produtos históricos do gênero humano, estabelecendo, assim, diferentes níveis de apropriação e desenvolvimento humano.

A relação entre o indivíduo e o gênero humano sempre se realiza no interior das relações sociais concretas e históricas nas quais cada homem se insere. A genericidade dos indivíduos não é uma substância exterior a sua socialidade. Por que então a utilização da categoria de gênero humano na análise da formação do indivíduo, isto é, por que não analisar essa formação simplesmente como uma relação entre indivíduo e sociedade? Porque embora a forma concreta de existência da genericidade seja a socialidade, a apropriação de uma socialidade concreta do indivíduo não possibilita **necessariamente** a objetivação plena desse homem enquanto ser genérico, isto é, pertencente ao gênero humano (DUARTE, 1993, p. 111, grifo nosso).

No decorrer da história tem-se visto que as possibilidades de desenvolvimento pleno dos indivíduos, condicionado ao acesso aos avanços do gênero humano, não se encontram abertas de igual modo para todos os seres humanos. Parte significativa da humanidade encontra-se cerceada ou mesmo impedida, pela estrutura social em que se encontra, de acessar as objetivações concretizadas intergeracionalmente ao longo da história humana. Segundo Oliveira (2001, p.3), essas “São objetivações que precisam ser apropriadas, pelo indivíduo, para que possa dominar o sistema de referências do contexto em que vive e, assim, objetivar-se como sujeito ativo e participante das transformações desse contexto”. Isto é, a possibilidade de desenvolver-se biopsicossocialmente enquanto ser humano encontra-se diretamente associada ao acesso dos bens produzidos, complexificados e acumulados pela humanidade.

É firmado nessa tese que Marx desenvolve seu pensamento considerando o desenvolvimento do indivíduo como um fenômeno associado ao desenvolvimento histórico das forças produtivas e à distribuição das riquezas coletivamente produzidas. O modo como os bens materiais e imateriais necessários para atender às necessidades humanas são produzidos, distribuídos e viabilizados dentro de uma formação social estruturam as relações entre os indivíduos, assim como, suas condições de desenvolvimento.

Desenvolvimento humano alienado em uma existência alienada

Antes de avançarmos em nossa discussão, é preciso que façamos um destaque que nos previna de conclusões fatalistas sobre as condições e possibilidades de desenvolvimento humano. Ao afirmarmos que o desenvolvimento do ser social está condicionado ao acesso aos bens materiais e imateriais historicamente acumulados pela humanidade, abrimos margens para que o leitor considere: ora, a experiência humana nas sociedades de classe tem sido historicamente marcada por escassez. Guardadas as particularidades, nos modos de produção asiático, escravista, feudal e capitalista, as classes sociais possuem diferentes níveis de acesso aos acúmulos do gênero humano. Para algumas delas, até mesmo as condições mais básicas

para a reprodução da vida foram negadas. Se é a apropriação dos acúmulos da humanidade que viabiliza o pleno desenvolvimento humano enquanto ser social, o que a limitação imposta pelas sociedades de classes gerou? Os indivíduos mantidos distantes desses acúmulos não se desenvolveram enquanto seres sociais?

A discussão feita por Marx (2004) sobre o fenômeno da *alienação* pode nos trazer esclarecimentos importantes para essas questões. O termo alienação (*Entäusserung*) – que, por vezes, aparece na obra marxiana com o mesmo sentido de estranhamento (*Entfremdung*) – é um conceito com diferentes acepções na história do pensamento humano e que é incorporado por Marx (2004) a partir do legado e crítica à obra hegeliana, onde, a partir de uma perspectiva idealista, é tratado como um fenômeno que surge na consciência e que nessa dimensão precisa ser superado. Para utilizá-lo, Marx precisou afastá-lo de uma concepção metafísica dando-lhe novas dimensões e entendendo-o como

um fenômeno que deve ser entendido a partir da atividade criadora do homem, nas condições em que ela se processa. Deve ser entendido, sobretudo, a partir daquela atividade que distingue o homem de todos os outros animais, isto é, daquela atividade através da qual o homem produz os seus meios de vida e se cria a si mesmo: o trabalho humano (KONDER, 2009, p.40).

Para Marx, a alienação resulta da divisão social do trabalho, um processo histórico observado a partir da nova organização produtiva decorrente da revolução neolítica. O avanço tecnológico observado nesse período possibilitou mudanças centrais entre os grupos humanos, dentre os quais pode-se listar: a produção de excedentes, o desligamento de uma parcela da população da produção direta, a criação de classes sociais, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, a emergência da propriedade privada e cisão entre público e privado, além da fragmentação da comunidade primitiva e produção progressiva de uma experiência social alienada, isto é, apartada da totalidade.

O sujeito primitivo que vivia em unidade orgânica com a comunidade, passou a diferenciar e a ser diferenciado por sua posição na divisão social do trabalho e a desenvolver uma consciência parcial do mundo graças a sua experiência fragmentada/dividida na produção da vida (VASCONCELOS, 2014).

A conquista da capacidade de diferenciar pelo pensamento humano representou um golpe mortal na forma de consciência largamente em vigência no período anterior, porque acabou com a *unidade indiferenciada* que era constituída pelo mundo mental do primitivo. A unidade indiferenciada da concepção mítica sofreu um processo de destruição simultâneo ao processo de destruição da comunidade espontânea anterior

à divisão social do trabalho. “Dividido o trabalho – escreve Engels – divide-se o homem” (*Anti-Dühring*) (KONDER, 2009, p.64).

A consciência elaborada nessas circunstâncias, dotada de aparelhagem conceitual que a tornava estruturalmente muito mais complexa, mais evoluída e dotada de maior organicidade do que qualquer das formas de consciência possíveis dentro das condições de existência do homem primitivo, apresentava-se, contudo, desde o início, como *viciada* pela divisão do trabalho e pela *alienação* daí resultante (KONDER, 2009, p.79).

É no modo de produção capitalista que a alienação inerente ao sistema de propriedade privada e divisão do trabalho se aprofunda de forma drástica e se universaliza através da separação sistêmica e progressiva entre os produtores diretos (trabalhadores), os meios de produção e os produtos do trabalho. Aprofunda-se ainda ao afastar o indivíduo das propriedades e particularidades do gênero humano, transformando-o em mercadoria², uma mera ferramenta explorada no processo de produção e circulação de capital.

Ao olhar para criticamente para esse cenário, Marx (2004) se dedica a apontar diferentes formas de alienação da classe trabalhadora sob os marcos do capital. Entre elas, interessa-nos destacar aqui: a) a alienação via reificação, isto é, através da redução do trabalhador à condição de objeto pela exploração capitalista; b) a alienação do trabalhador em relação a sua atividade produtiva, pois, o trabalho por ele realizado não tem por escopo o atendimento direto das suas demandas e/ou necessidades; c) a alienação do em relação ao produto do seu trabalho, pois, a mercadoria por ele produzida desde o princípio pertence ao dono dos meios de produção; d) a alienação do trabalhador em relação à natureza, isto é, em relação à natureza transformada pelo trabalho em habitação, alimento, saneamento básico, aquecimento, vestuário, etc.; e) a alienação do trabalhador em relação ao gênero humano, uma vez que, ao ser instrumentalizado e ter seu tempo de vida consumido na exploração capitalista ele é afastado dos acúmulos do gênero humano e reduzido à mera satisfação das necessidades animais. Além disso, aliena-se também do gênero humano ao fazer da vida genérica um modo de vida individualizada (KONDER, 2009; VASCONCELOS, 2014).

Esse conjunto de formas de alienação apontado por Marx, por ser estruturalmente constitutivo do modo de produção capitalista, apontam para entendimentos importantes sobre o tema. O primeiro deles é que: a experiência humana na sociedade de classes – sobretudo no modo de produção capitalista – é uma experiência estruturalmente alienada. Em se tratando da classe trabalhadora do regime capitalista, Marx nos mostra que ela se encontra estruturalmente

² Lukács (2003) nomeará esse processo de “reificação”, fenômeno que discutiremos mais adiante nesse trabalho, à luz da experiência particular das trabalhadoras e trabalhadores do município de Santo Antônio de Jesus.

alienada/afastada dos produtos do próprio trabalho, da natureza transformada em benefício da reprodução da vida, afastada do desfrute dos acúmulos humanos graças ao consumo sistemático do seu tempo de vida nos processos de exploração produtiva.

O segundo entendimento é que: quanto maior é a alienação da classe trabalhadora, menor é o acesso aos bens materiais e imateriais historicamente acumulados pela humanidade. E, quando menor é esse acesso, mais restritas são as condições e possibilidades de desenvolvimento humano. Logo, é possível concluirmos que: a experiência alienada na sociedade de classes produz um desenvolvimento humano alienado. Não há que se pensar na existência de um não-ser social distanciado das condições de desenvolvimento. Mas, é correto pensarmos em um ser social cujo desenvolvimento é alienado em razão de uma existência alienada. Um desenvolvimento alienado, apartado, distanciado dos acúmulos humanos e que, por isso, não alcança a condição de ser social genérico, de ser universal, de ser social que desenvolveu todas as potencialidades possíveis ao gênero humano.

É importante destacarmos ainda que a classe trabalhadora é heterogênea e, sendo assim, é preciso considerarmos o quanto algumas particularidades da sua experiência aprofundam ou amenizam os processos de alienação na sociabilidade capitalista. Um olhar mais detido sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora nos países da periferia capitalista (países subdesenvolvidos), por exemplo, logo nos mostraria uma classe trabalhadora ainda mais pauperizada e alienada que a classe trabalhadora dos países do centro capitalista (MARINI, 2011). Dentro da particularidade periférica, a análise das condições de vida e trabalho da população negra e feminina nos levará a níveis ainda mais profundos de exploração e alienação dos produtos do trabalho, na natureza, do gênero humano, etc. Isto é, é possível encontrarmos diferentes condições de desenvolvimento humano alienado em virtude das particularidades às quais os diferentes grupos humanos encontram-se submetidos. Dedicaremos mais espaço à essas particularidades durante esse trabalho.

3.1.5 A concepção materialista de desenvolvimento humano em Vigotski

Posta à teste, a tese marxista de que são as condições materiais de existência que condicionam os contornos da consciência humana encontra validade onde quer que olhemos. Tratando-se do contexto russo, no início de século XIX, é inegável que o seu cenário revolucionário tenha exercido fortes influências sobre a produção intelectual da época. Em Moscou, após quatro anos do triunfo da Revolução de Outubro de 1917, o dualismo (subjetivismo x objetivismo) observado na Psicologia fora sistematicamente debatido como um

ponto a ser superado, dando lugar a caminhos teórico-metodológicos capazes de responder resolutivamente aos problemas práticos enfrentados pela Revolução – como, por exemplo, a superação dos altos níveis de analfabetismo herdados da Rússia czarista (SABEL, 2006).

Segundo Molon (2015, p.24),

A psicologia na Rússia estava se consolidando, ao mesmo tempo em que tentava se reconstituir, pela mudança dos seus pressupostos epistemológicos, pois estava inexoravelmente vinculada ao momento sócio-histórico e político da revolução socialista, que engendrou mudanças significativas em diversas áreas, como poesia, arte, cinema, teatro, lingüística, pintura... A psicologia não ficou à margem deste movimento revolucionário, que propiciou a aceleração do desenvolvimento que vinha acontecendo, oferecendo condições materiais por meio da criação de vários institutos e instituições, como também influenciou na definição dos paradigmas científicos.

As diversas escolas de Psicologia gestadas entre o final do século XIX e início do século XX variavam entre abordagens mecanicistas e abordagens idealistas dos processos psicológicos (ZANELLA, 1994). As principais tendências observadas eram a reflexologia, a reactologia, a paidologia, a psicotécnica, a pedologia e o enfoque sócio-histórico (MOLON, 2015). Se, por um lado, as abordagens mecanicistas a-históricas e não dialéticas, amparadas em características biológicas, negavam qualquer diferença qualitativa entre as funções psicológicas primitivas e as superiores atreladas à sociabilidade; por outro, as correntes idealistas, apesar de reconhecerem o caráter distintivo entre as funções psíquicas inferiores e superiores, não se dedicavam a explorar as relações existentes entre os processos mentais e os aspectos históricos, materiais e fisiológicas que os condiciona (VIGOTSKI, 2021).

Segundo Vigotski (2021, p.2-3), parte significativa dos equívocos na compreensão do desenvolvimento humano e, particularmente, das funções mentais superiores situa-se

principal e primariamente na incapacidade de abordar esses fatos como parte do desenvolvimento histórico, na limitação de considerá-los apenas processos e formações naturais, misturando e não distinguindo o processo natural do cultural, o essencial do histórico, o biológico do social na abordagem do desenvolvimento mental da criança.

Tal dificuldade de explicar adequadamente as diferenças entre os processos naturais e históricos do desenvolvimento é devedora da tradicional formulação atomista vista na Psicologia, que decompõe e reduz as estruturas mentais superiores em elementos primários orgânicos, ao passo que despreza uma consideração materialista dos aspectos psicológicos. Segundo o autor, é fato que o entendimento das propriedades biológicas é imprescindível para que compreendamos o desenvolvimento das funções mentais superiores. “O desenvolvimento

das formas superiores de comportamento requer certo grau de maturidade biológica, determinada estrutura como pré-requisito” (VIGOTSKI, 2021, p.43-44). Mas, o que se observa hegemonicamente são entendimentos que se baseiam nas teses das ciências naturais ou em aspectos essencialmente metafísicos, afastados do ambiente social.

Quando se fala, por exemplo, sobre o desenvolvimento da fala e do pensamento em crianças em idade pré-escolar e escolar, os processos de julgamento, aspectos constituintes da personalidade, dos conceitos de mundo e outras funções mais complexas,

há uma abordagem metodológica peculiar como se eles fossem categorias naturais e inatas da psicologia. Tudo é considerado à parte do aspecto histórico. Os conceitos de mundo e de causalidade da criança da Europa moderna em um meio educado e os conceitos de uma criança de qualquer tribo primitiva, a visão de mundo de uma criança da Idade da Pedra, da Idade Média e do século XX, são todos basicamente os mesmos, idênticos, equivalentes. (...) A criança e o desenvolvimento de suas funções mentais superiores são considerados *in abstracto* – fora do ambiente social, do ambiente cultural e suas formas de pensamento lógico, visão de mundo e conceitos sobre causalidade que governam essas funções (VIGOTSKI, 2021, p.17).

A elucidação efetiva dos aspectos básicos e superiores do desenvolvimento humano, no entanto, deve estar atrelada à análise cuidadosa do seu desenvolvimento na história, apanhando as particularidades típicas das distintas formações sócio materiais. Não é razoável que o estudo do desenvolvimento humano se dê apartado do estudo sociológico, da consideração aos elementos concretos que o condicionam, pois,

A cultura cria formas especiais de comportamento, ela modifica a atividade das funções mentais, ela constrói novas superestruturas nos sistemas envolvidos no comportamento humano. (...) No processo do desenvolvimento histórico, o homem social muda os métodos e os instrumentos de seu comportamento, transformam os instintos e as funções naturais, e desenvolve e cria novas formas de comportamento – especificamente culturais (VIGOTSKI, 2021, p.35).

Ao transitar pelo desfiladeiro dualista da psicologia de sua época, Vigotski (2021) aponta para o materialismo histórico dialético como uma alternativa metodológica capaz de conduzir a psicologia à uma síntese: explicar o desenvolvimento humano enquanto processo estruturado sobre as inegáveis características biológicas, mas, que extrapola as características de base orgânica graças as mediações materiais desenvolvidas, acumuladas e transferidas intergeracionalmente durante todo o processo histórico da humanidade. Resultam daí estágios de desenvolvimento qualitativamente superiores aos limites estritamente orgânicos.

Nesse sentido, a concepção vigotskiana de desenvolvimento humano é tanto gnosiologicamente materialista, ao considerar a realidade objetiva como ponto de partida no

fazer científico, quanto logicamente dialética, ao reconhecer o complexo movimento dialético da realidade, que conjuga diferentes dimensões da existência. Quanto a isso, diz-nos Sabel (2006, p.93, grifo nosso):

Para Vigotski, a psicologia será materialista na medida em que levar em conta a materialidade de seu objeto, bem como a necessidade de estar conectada eticamente com a vida real; será histórica na medida em que considerar o seu objeto – homem – como produto de processos históricos; e será dialética na medida em que considerar e explicar dialeticamente este mesmo objeto: **o homem é constituído pelas circunstâncias, ao mesmo tempo em que também as constitui.**

Entendendo que não havia em Marx e Engels uma teoria materialista do psiquismo humano, Vigotski opera uma articulação entre psicologia e marxismo a partir do método materialista histórico dialético, tomando-o como concepção epistemológica e metodológica capaz de explicar concretamente os fenômenos antes deixados aos cuidados do reducionismo biológico ou idealista. Dialogando com a tradição do pensamento marxista, o autor parte do pressuposto de que as formações sociais constituem uma totalidade (universalidade) que se relaciona com diferentes particularidades. É na relação dialética entre o universal e o particular que o indivíduo se desenvolve e incrementa o conjunto de elementos constituintes do gênero humano (PAES, 2006).

Segundo Santa e Baroni (2014), apesar do materialismo histórico-dialético ter sido uma importante ferramenta de análise e fundamental no estabelecimento do modelo científico de estudos dos fenômenos psíquicos, Vigotski não pode ser considerado um teórico marxista, mas, sim um pensador marxista, isto é, utilizava as categorias marxistas para analisar a realidade e seus fenômenos. Pode-se observar, por exemplo, o modo como Vigotski retoma a categoria de trabalho, amplamente desenvolvida por Marx e Engels, para discutir a noção de mediação instrumental com o uso de signos e consequente desenvolvimento das funções mentais superiores que distiguem homens e mulheres dos outros animais.

A partir das características do trabalho, Vigotski (2021) estende a lógica instrumental para os processos psíquicos. Para o autor, quando, diante de um problema concreto no mundo, o indivíduo não consegue resolução a partir das suas características orgânicas/primitivas/genéticas, ele introduz um instrumento auxiliar de mediação – do ponto de vista psicológico, análogos à produção e uso de ferramentas de trabalho – que alteram qualitativamente todo o processo psíquico conhecido, complexificando as suas funções mentais de base. A esse instrumento mediador autor chama de signo.

Os signos têm caráter social, são desenvolvidos e apreendidos nas relações interpessoais, afastando qualquer possibilidade de origem biológica. As condições concretas postas como obstáculos para a realização de uma demanda estimulam a produção do signo de forma interativa e, por conseguinte, a formação de funções mentais superiores. Assim, a formação das funções complexas que diferenciam o humano dos demais animais é desencadeada pela relação que este estabelece com a realidade material.

Alguns exemplos de mediação instrumental são trazidos por Vigotski (2021) para ilustrar essa passagem. Um deles refere-se às funções mnemônicas e mnemotécnicas, que são procedimentos para memorização dirigidos para o domínio da própria memória. Diferente do que ocorre no funcionamento da memória natural, a memória voluntária requer certo controle via uso de signos como recursos disponíveis na esfera social. Ao criarmos marcações, registros numéricos e/ou verbais para facilitar a memorização, alteramos substancialmente a nossa capacidade de memorizar. “Quando memorizamos não os objetos ou experiências, mas, seus registros verbais, nós abreviamos, ordenamos e abstraímos, segregamos o material, isto é, modificamos profundamente aquilo que devemos memorizar” (VIGOTSKI, 2021, p.355). Isto é, ao fazermos uso da lembrança baseada em signos, alcançamos resultados superiores aos proporcionados pela memória natural.

Contudo, tal ampliação da função mnemônica só é possível através da apropriação progressiva de elementos externos característicos da genericidade humana, capazes de mediação, como: a linguagem, a escrita, mapas, desenhos, gráficos, formas numéricas e outros signos produzidos pelo gênero humano. Como dito por Molon (2015, p.102), “Sem a mediação dos signos não há contato com a cultura. Desde que a criança nasce ela se relaciona pela mediação, que acontece de diferentes maneiras, diferentes intensidades e inúmeras formas”. E é na interação social que homens e mulheres acessarão esses signos e desenvolverão complexos sistemas de mediação sem os quais o ingresso nos distintos fluxos sociais fica comprometido.

(...) nenhuma criança poderia amadurecer naturalmente suas habilidades aritméticas, mas assim que a criança atinge a idade escolar, ou um pouco mais cedo, ela adquire os conceitos aritméticos e as operações subsequentes a partir de experiências externas de pessoas próximas a ela. Assim, não podemos dizer que a aquisição da adição e da subtração aos 8 anos e da multiplicação e da divisão aos 9 anos é o resultado natural do desenvolvimento da criança; essas são apenas mudanças externas que provêm do ambiente e não podemos considerá-las um processo de desenvolvimento interno” (VIGOTSKI, 2021, p.206).

Aqui está mais um ponto de aproximação das formulações marxianas. Para Marx (2017), é na medida que interage com o mundo e cria condições particulares de existência que

o indivíduo modifica seu próprio funcionamento na realidade. Ao estender o conceito de mediação instrumental material no trabalho para a esfera simbólica no uso de signos, Vigotski (2021, p.114) estabelece uma ponte entre a realidade material e o desenvolvimento das funções mentais superiores, demarcando suas raízes sociais: “Não é a natureza, mas a sociedade que deve ser considerada, em primeiro lugar, como um fator determinante do comportamento humano”.

Pensar o desenvolvimento humano com lentes marxianas implica, no entanto, além discutir suas relações diretas com a realidade material, problematizar o modo como a cisão de classes organiza diferentes condições e possibilidades de desenvolvimento graças às desiguais condições de acesso e apropriação das riquezas produzidas na sociedade. Importa saber que é na escola que as habilidades aritméticas são desenvolvidas e que esse processo permite à criança realizar operações mais complexas e fundamentais dentro de uma sociabilidade humana complexa. Mas, importa também discutir quais são os grupos sociais que possuem acesso real e em condições adequadas de aprendizagem nessas instituições. Se há signos culturais que mediam o nosso desenvolvimento e fruição em sociedade, mas eles são inacessíveis, é possível pensarmos em diferentes gradientes de desenvolvimento humano.

Consideremos um exemplo. Cito Vigotski (2021, p.47) ao tratar da possibilidade de desenvolvimento a partir do acesso a um bem imaterial da humanidade, a linguagem escrita:

Uma criança cega não pode dominar a linguagem escrita porque ela é formada por um sistema de símbolos ou sinais gráficos que substituem os sons separadamente da linguagem falada. A escrita é baseada em um sistema de estímulos óticos inacessíveis ao cego. Essa forma de comportamento, essa função cultural, que tem um grande significado para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento internos (leitura), para as formas culturais de memória etc. permanecem inacessíveis à criança cega até a criação e a introdução de um novo caminho alternativo de desenvolvimento da linguagem escrita, a chamada linguagem Braille. O alfabeto tátil substituiu o ótico, tornando a leitura e a linguagem escrita acessíveis para o cego. Mas para isso foi necessária a criação de um sistema particular, artificial, especial, auxiliar, adaptado às peculiaridades da criança cega.

É prudente emendarmos o trecho dizendo que, em nível individual, para que o alfabeto ótico fosse substituído pelo tátil, viabilizando o desenvolvimento da linguagem escrita e seus desdobramentos cruciais para o gênero humano, foi necessária a criação, mas, sobretudo, o acesso da criança cega ao sistema de linguagem Braille. Sem o acesso ao Braille a criança em questão continuaria à margem do desenvolvimento de algumas faculdades e habilidades capazes de melhor integrá-la nas comunidades humanas. É elementar para a nossa discussão destacar aqui, como foi destacado no tópico anterior, que a existência de produtos do gênero

humano capazes de estimular o desenvolvimento das potencialidades humanas, por si só, não garante o seu desfrute, principalmente em sociedades em que grupos humanos se encontram socioeconomicamente alijados desses produtos.

São inúmeros os caminhos pelos quais podemos interrogar as condições de desenvolvimento humano, desde os determinantes singulares, particulares e universais da existência humana. Sigamos agora em nossa reflexão para pensarmos a questão do acesso às condições concretas que favorecem o desenvolvimento humano olhando para determinações mais amplas da sociabilidade humana.

3.1.6 Considerações sobre austeridade, condições de vida e desenvolvimento humano: o caso brasileiro

O aprofundamento da crise econômica desencadeada pela bolha imobiliária estadunidense, em 2008, deu destaque aos planos de austeridade que reduzem a atuação do Estado na garantia de condições básicas de sobrevivência e “distribui sacrifícios à população”. A adoção de ajustes fiscais encontra defesa nas teses modernas de que, frente à desaceleração econômica e ao aumento da dívida pública, o corte em gastos públicos deve ser uma estratégia utilizada com fins de retomada do crescimento econômico. Todavia, o aumento nos níveis de desigualdade social, da dívida pública e da recessão econômica experimentado por países de capitalismo central e periférico após adotarem políticas de austeridade em resposta à crise, demonstrou efeitos contrários aos esperados. A redução de investimentos públicos resultou em desaceleração econômica, desemprego, restrição no poder de compra da população, redução da demanda do setor privado na venda de bens e serviços, fatos que, nessa ordem, levaram à redução do crescimento do PIB, da arrecadação estatal e à déficits fiscais (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018, p.14).

A despeito das lições históricas, o Brasil, em sua escalada neoliberal, tem assumido um compromisso crescente com a redução de gastos públicos. A partir de 2016, o ambiente de austeridade se exacerbou com a aprovação da Emenda Constitucional nº95, uma medida inédita no mundo, que estabeleceu um teto fixo para os gastos públicos durante 20 anos, com ajuste limitado à taxa de inflação do ano anterior, calculada a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidos Amplo (IPCA) e com projeções de, nesse período, reduzir em 8% as despesas primárias do governo federal (MATTOS, 2018).

De acordo com Dweck, Silveira e Rossi (2018, p.32),

Em vinte anos, no período de 1997 a 2017, o gasto primário do governo central cresceu de 14% para 19% do PIB. Esse crescimento refletiu a regulamentação dos direitos sociais conforme foi pactuado na CF 88. Já com a EC 95 nos próximos vinte anos, de 2017 a 2037, considerando uma taxa média de crescimento do PIB de 2,5% ao ano, espera-se que o gasto primário do governo federal retorne para a casa de 12% do PIB em 2037 (...). Ou seja, a EC 95 propõe retroceder nos próximos vinte anos o que o país avançou nos últimos vinte anos em termos de consolidação dos direitos sociais no Brasil.

Para Fagnani (2018), a radicalização do projeto liberal, expresso nos ajustes fiscais que incluem a EC 95/2016, retrata um momento histórico no qual os processos de redemocratização e de construção de um Estado social no Brasil, iniciados em 1988, foram duramente golpeados. Um dos grandes golpes viabilizados pelo novo regime fiscal está na inviabilização da Seguridade Social tal qual existia.

A Seguridade constitui um mecanismo de proteção social que beneficia, direta e indiretamente, mais de 140 milhões de brasileiros e brasileiras. Além das transferências diretas através da previdência rural e urbana – que, entre beneficiários diretos e familiares, alcança cerca de 99 milhões de pessoas – e do Seguro Desemprego, a Seguridade é composta também pelos amplos serviços prestados gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) – que alcança cerca de 70% dos brasileiros e brasileiras de baixa renda, com mais de 2,8 bilhões de atendimentos anuais em diferentes níveis de complexidade e linhas de cuidado – e pela Assistência Social, que, entre outras coisas, beneficia mais de 4,5 milhões de famílias com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), fazendo dela umas das grandes políticas de combate à pobreza e indigência. A Seguridade conta ainda com o Programa Nacional de Merenda Escolar (PNME), que beneficia cerca de 40 milhões alunos e alunas de escolas públicas. Todas essas políticas encontram-se asfixiadas e progressivamente fragilizadas em razão do contingenciamento de gastos estabelecido na EC 95.

Além dos prejuízos observados das políticas acima mencionadas, não podemos desprezar, para as considerações que se seguirão sobre desenvolvimento humano, outros desdobramentos do novo regime fiscal. Com a EC 95 se encontram comprometidos também os investimentos destinados à construção de escolas e creches; à interiorização e qualificação do ensino superior (CARA; PELLANDA, 2018); os recursos que garantiam a permanência de milhares de alunos e alunas contempladas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes); as estratégias de incentivo à inovação em ciência e tecnologia através de bolsas de mestrado e doutorado; reajustes salariais para professores e professoras, entre outras metas

associadas à garantia do acesso e universalização do ensino previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 (OLIVEIRA, 2018).

No que diz respeito às políticas de habitação, Amore e Leitão (2018) apontam para perdas significativas na capacidade orçamentária para produção de novas moradias, requalificação habitacional, obras de saneamento, urbanização de favelas, locação social, entre outras ações que atendem a necessidades históricas, em um país cuja constituição prevê a moradia como direito social.

Aliado aos prejuízos na operacionalização de políticas de moradia, saúde, educação e proteção social, Mattos (2018) alerta para o fato dos limites estabelecidos pela EC 95 nos gastos públicos inviabilizarem também investimentos adequados no setor de produção de alimentos: na agricultura familiar, de onde provém cerca de 70% dos alimentos presentes na mesa dos brasileiros e brasileiras. Parte significativa dos pequenos produtores rurais depende de políticas públicas para manterem sua produção e até mesmo para garantir a subsistência no campo. No limite, os retrocessos resultantes do novo regime fiscal

(...) podem gerar efeitos preocupantes, como o recrudescimento da violência no campo, empobrecimento massivo da população rural, aumento do êxodo rural, redução drástica da produção de alimentos ao mercado de consumo doméstico e riscos de perda de garantia de soberania e segurança alimentar e nutricional da sociedade brasileira (p.243).

Por outro dado, segundo Fagnani (2018, p.59), as recessões geradas pela execução de políticas de austeridade são funcionais dentro do modo de produção capitalista. Além de favorecerem os processos de privatização após o sucateamento da coisa pública, contribuem para

rebaixar custos trabalhistas, combater a inflação (mediante desemprego em massa), rechaçar programas redistributivos e criminalizar partidos populares, tidos como “populistas”. A “austeridade” também é funcional para justificar a implantação do Estado Mínimo liberal, dado que “não há alternativa”. Essa sentença peremptória conduz à falsa visão de que “as demandas sociais da democracia não cabem no orçamento”, construção ideológica que ignora o fato de que o comportamento do gasto social no Brasil não é “um ponto fora da curva” na história das nações industrializadas e democráticas.

Como indicado pelo autor, caberia ainda tratarmos sobre os efeitos deletérios da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), aprovada sob a justificativa de ser esta uma medida capaz de gerar empregos formais e favorecer um aquecimento econômico sem prejudicar direitos conquistados pela classe trabalhadora (MARINHO, 2016). Mas, trataremos esse

aspecto de forma mais detida em outro momento. O exposto até aqui já nos serve como largada para refletirmos sobre as articulações existentes entre aspectos econômicos, condições materiais de vida e desenvolvimento humano no cenário brasileiro.

A partir dos pressupostos ontológicos marxistas expostos nesse capítulo, depreendemos que as condições materiais de produção e reprodução da vida em sociedade (i. é, a estrutura econômica e sociais), o acesso aos bens materiais e imateriais historicamente acumulados pelo gênero humano, são determinantes para o desenvolvimento das faculdades biopsicossociais da humanidade. Compreendemos também que, em um modo de produção que se estrutura fundamentalmente a partir das desigualdades – como ocorre no modo de produção capitalista –, o acesso a essas condições materiais de produção e reprodução da vida também se dá de modo desigual gerando, portanto, diferentes possibilidades e limitadores de desenvolvimento nos diferentes grupos humanos.

Resta-nos perguntar: considerando as restrições impostas pelo novo regime fiscal brasileiro ao acesso a serviços de saúde, educação, a políticas de moradia, trabalhistas e de alimentação, até 2036, é correto afirmar que as condições de desenvolvimento humano no Brasil se encontram progressivamente prejudicadas pelo esfacelamento liberal das políticas sociais no país? Cabe-nos uma pergunta mais: quais prejuízos assume a Psicologia do Desenvolvimento quando afasta das suas formulações teórico-metodológicas o olhar para os aspectos sociopolíticos e econômicos que transversalizam a experiência humana em sociedade?

3.1.7 Considerações finais

À guisa de conclusão, segue-se uma síntese:

I) Afastando-se das interpretações idealistas sobre o ser e sobre mundo que alcançaram sua maior expressão em Hegel, as formulações marxistas concebem o homem e a mulher como resultados de relações complexas e mediadas com a realidade material. É a partir das demandas concretas de sobrevivência que eles intervêm na natureza, modificam-na e, assim, modificam a si mesmos desenvolvendo as capacidades e habilidades que caracterizam o gênero humano.

II) Diferente da Economia contemporânea e sua aderência aos interesses classistas da burguesia, a Economia Política Clássica da qual Marx parte para formular suas críticas à sociabilidade capitalista, interessava-se pela compreensão do conjunto das relações históricas, políticas e sociais que viabilizam, objetiva e subjetivamente, a produção e reprodução material da vida em sociedade. Essa diferença é crucial para entendermos que: ao assumir a estrutura

econômica como ponto de partida para a interpretação das relações humanas, Marx considera as diversas e complexas relações que se estabelecem afim de garantir a vida. Portanto, é equivocada a compreensão de que seu olhar está restrito à uma disciplina especializada, técnica e limitada a modelos matemáticos.

III) Embora as possibilidades de desenvolvimento do gênero humano estejam dadas na relação que homens e mulheres estabelecem com os bens materiais e imateriais historicamente acumulados pela humanidade, relações e condições particulares de produção da vida – como a capitalista – podem estabelecer barreiras que, ao privá-los do acesso, limitam as possibilidades de desenvolvimento e criam gradientes de desenvolvimento biopsicossocial distintos e desiguais.

VI) Em países como o Brasil, políticas de austeridade adotadas por governos neoliberais, ao restringirem os gastos públicos em políticas de educação, saúde, segurança alimentar, segurança habitacional, etc., limitam o acesso à bens e serviços fundamentais para o desenvolvimento humano, gerando, assim, perspectivas desoladoras para a grande maioria popular que depende desses recursos.

V) Se o pleno acesso aos recursos materiais e imateriais intergeracionalmente produzidos e acumulados pela humanidade exerce papel crucial sobre o desenvolvimento humano, compete também à Psicologia do Desenvolvimento – e não apenas aos movimentos socioterritoriais populares – o compromisso ético-político com a disputa por melhores condições de vida e desenvolvimento humano.

3.2 Trabalho³

Apesar do lugar destacado no debate social, a centralidade do trabalho na sociedade tem sido um dos temas mais controversos dos últimos anos (PINTO, 2013). Segundo Cardoso (2011), a crise estrutural do capitalismo, da regulação econômica do sistema taylorista-fordista e o surgimento de um setor alternativo estruturado sobre novas tecnologias da informação, automação microeletrônica e economia de serviços, lançou as bases para uma racionalidade que, a partir dos anos 1960, argumentava contra a centralidade do trabalho como organizador da vida social. Um dos primeiros expoentes desse movimento intelectual foi Jurgen Habermans, em seu texto “Técnica e ciência como ideologia”, de 1968. Anos mais tarde, o autor ampliou o

³ O trecho que vai do tópico 3.2 ao 3.2.6 foi apresentado como trabalho final da disciplina “Trabalho, questão social e serviço social no capitalismo contemporâneo”, ministrada pelas professoras Dr.^a Cristiana Mercuri de Almeida Bastos e Dr.^a Maria da Graça Druck de Faria, no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social – UFBA, em 2021.

debate ao publicar, em 1976, “Para a reconstrução do materialismo”, e, em 1981, “A teoria da ação comunicativa”. Outros autores como, Gorz (1982), Offe (1989), Méda (1999), Rifkin (1995) e Kurz (1992), engrossaram a fileira de antíteses com seus trabalhos⁴.

Não se pode negar o significativo desenvolvimento das forças produtivas e seus desdobramentos nas taxas crescentes de desemprego e reduzida demanda de trabalhadores e trabalhadoras na produção de bens materiais. No entanto, ao voltarmos os nossos olhos para o chamado “Terceiro Mundo”, o que se percebe é um esgarçamento do trabalho estável e a presença cada vez maior de postos de trabalhos informais, terceirizados e precarizados (ANTUNES, 2005). O trabalho humano, excluído do processo produtivo transformado pela racionalização informática e microeletrônica, foi deslocado para setores subsidiários de produção. Como nos diz Carvalho (2011, p.289-290):

(...) de modo distinto do propugnado por Gorz, não houve extinção de nenhuma classe operária, mas observou-se a velha polarização das qualificações, por meio da qual um núcleo pequeno de trabalhadores passa a conviver com as inovações informáticas e microeletrônicas e outro, mais numeroso e menos qualificado, é deslocado para áreas de apoio aos setores produtivos informatizados. (...) É certo que o pós-fordismo reduziu consideravelmente o contingente de trabalhadores do interior das fábricas com seu princípio produtivo da *lean factory* e da *lean production*, mas este, por sua vez, sequer foi capaz de eliminar o trabalho vivo de modo a nos dar subsídios para dizer “adeus à classe trabalhadora”.

Esse é um ponto crucial para a nossa discussão, pois, aponta para aquilo que Antunes (2005, p.37) entenderá como uma nova morfologia do trabalho:

Portanto, em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior interrelação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. O que remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender sua forma de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo, e não à sua negação.

Depreende-se, portanto, que, apesar das distintas configurações durante a história da humanidade, o trabalho foi e continua sendo fundamental para a consolidação de diferentes formações sociais e trajetórias de desenvolvimento humano. Mesmo com as rápidas

⁴ Como destaca Antunes (2005), chama a atenção o fato de que 2/3 da humanidade que trabalha habitarem a América Latina, a África, a Ásia e o Oriente, e o autores entusiastas da tese de descentralização do trabalho como eixo organizador da vida social, serem todos europeus.

transformações tecnológicas estimuladas pela concorrência capitalista, todas as esferas do trabalho social dependem, em maior ou menor medida, da presença humana. E essa integração é o que garante tanto a produção de novas formas de sociabilidade quanto novas condições materiais para o desenvolvimento humano.

Assim, é precipitado imaginar o mundo humano sem aquilo que o viabiliza. A baixa alocação de homens e mulheres na produção de bens de consumo, as altas taxas de desemprego observadas na contemporaneidade, são fenômenos decorrentes da própria dinâmica do modo de produção capitalista (MPC), configurando expressões de uma particularidade histórica dentro dos marcos do capital. Diz-nos Netto (2001, p.43):

Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez ([...] determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que proporcionavam os supostos, no plano imediato, da redução, e, no limite, da sua superação.

Nesse sentido, à revelia do desenvolvimento das forças produtivas capazes de extinguir as mazelas materiais da vida humana, a sociabilidade capitalista produz e aprofunda desigualdades. Essa particularidade que emerge da dinâmica capitalista é chamada de “questão social” e assume coloridos diferentes na proporção que são alteradas as correlações de forças entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2001).

Compreender as formas como o trabalho é organizado em sua relação com o capital, seus sentidos e vicissitudes, é crucial para que possamos entender não apenas seus rumos no século XXI, mas, também os seus desdobramentos sobre as diferentes esferas da vida, configurando diferentes variantes da questão social.

3.2.1 Trabalho e questão social

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (MARX, 2017, p.120).

Se nos permitirmos uma digressão sobre os sentidos assumidos pelo trabalho durante a história da humanidade, nos depararemos com concepções que ora destacam o que há de

positivo, ora o que há de negativo nessa atividade. Desde o mundo antigo, o trabalho oscila entre o martírio e aquilo que dignifica a existência humana. A manutenção, ainda hoje, dessa dupla faceta só atesta que, quer como processo humanizador, quer como expiação, o trabalho se mantém como eixo organizador da vida em sociedade (ANTUNES, 2005).

A ascensão da categoria *trabalho* como uma importante categoria dentro do pensamento sociológico tem relação direta com o movimento material das formações sociais no ocidente. A hegemonia burguesa, vista a partir da Revolução Industrial, a redução do trabalho à mercadoria e sua exploração como condição estruturante da acumulação capitalista, fizeram dessa atividade e sua teorização elementos centrais para o entendimento da vida em sociedade. Mesmo autores clássicos que precedem a formulação da Sociologia enquanto campo específico do conhecimento, já construíam seus argumentos e teses assumindo o trabalho como categoria central de análise.

Entre esses autores, vale destacar o proeminente filósofo alemão Georg Hegel (1770-1831), cuja influência se estende desde os intelectuais orgânicos da burguesia até aqueles cujos trabalhos se dedicaram à uma crítica profunda ao modo de produção capitalista.

No início do século XIX, Hegel formulou a tese de que é através da ação intencional e reflexiva do trabalho que a humanidade decodifica a natureza e desenvolve consciência. Derivam daí suas formulações sobre a constituição da sociedade civil, vista como efeito da mediação e certo grau de divisão do trabalho para atender à um conjunto de necessidades objetivas e subjetivas. Esse processo viabilizou, segundo o autor, um progressivo distanciamento dos estados primários da natureza e produção do fenômeno social. A concepção hegeliana foi fundamental para o entendimento do trabalho como processo através do qual o ser humano tanto se exterioriza, ao objetivar suas demandas no mundo material; quanto interioriza o social, apropriando-se do mundo via imagens, regras e demais processos de socialização, nos quais “o ego apreende o mundo das comunidades existentes, bem como seleciona o conjunto de papéis nos quais ele se investe”. Assim, o trabalho torna possível a consciência humana, o domínio sobre a natureza e a produção de diferentes relações sociais resultantes da sua transformação (CARDOSO, 2011, p. 268).

A partir de meados do século XIX a estruturação da moderna teoria social e a fundação da Sociologia lançaram as bases para que outros autores clássicos desenvolvessem suas teses marcadas pela centralidade da categoria trabalho. Entre eles, o francês Émile Durkheim (1858-1917), que deu evidência à solidariedade e à integração social como resultantes da divisão do trabalho. Segundo o autor, a divisão do trabalho decorre da necessidade de realização de uma

tarefa comum a diferentes indivíduos. Trata-se, em princípio, de uma estratégia de cooperação. Na proporção que se complexificam as relações e as necessidades humanas, mais o trabalho se fragmenta e mais interdependência é gerada entre os indivíduos, de tal sorte que, a ineficiência de um setor de trabalho compromete o atendimento à demanda comunitária. Ocorre que, o crescimento dos mercados capitalistas e a crescente especialização estimulada pelas sociedades industriais, produziram uma profunda diferenciação social enfraquecendo a consciência coletiva que outrora constituía os fundamentos da divisão do trabalho. Assim, crises são geradas pela perda da função solidária da divisão do trabalho. Frente às crises que o metabolismo capitalista provoca nessa rede orgânica de solidariedade, Durkheim estendeu sua discussão ao modo como as corporações de ofício poderiam cumprir o papel de regulação capaz de restaurar o caráter solidário da divisão do trabalho, viabilizando maiores níveis de integração social (RODRIGUES, 1988; SANSON, 2021). Todavia, essa resposta à anomia gerada pela crise é passível de críticas, se considerarmos as particularidades observadas no mundo do trabalho contemporâneo.

A categoria trabalho também teve um lugar de destaque na obra de Max Weber, para quem a racionalidade capitalista não estava restrita aos aspectos infraestruturais da economia. O autor observou que a disciplinarização do trabalho livre, aliado à organização industrial, encontrou convergências importantes no *ethos* da Reforma Protestante. Partindo dessa constatação, dedicou-se a mostrar como a noção moderna de trabalho, dentro dos marcos capitalistas, sofreu influências de um de uma ética religiosa que fez do trabalho metódico um compromisso religioso, uma vocação (*beruf*) (WEBER, 2004; SANSON, 2021).

Contudo, é em Marx (2017) que encontraremos uma análise sem precedentes sobre o modo de produção capitalista, suas contradições sistêmicas e a centralidade do trabalho em seu funcionamento. O autor propõe algo fundamental para a discussão que se seguirá nesse texto: o entendimento de que, através do trabalho homens e mulheres constroem não apenas as bases materiais da sociedade, mas também, se constituem como seres sociais. Tal entendimento é compartilhado por Engels (2013), para quem o trabalho é responsável pela própria criação da humanidade. É a partir do trabalho que nos distinguimos das formas pré-humanas, ao convertermos dialeticamente trabalho em desenvolvimento humano.

Corroborando os escritos de Engels (2013), em texto dedicado a pensar o trabalho no século XX, Pinto (2013, p.9) nos mostra como esse desenvolvimento atrelado ao trabalho se dá desde as esferas biológica (desenvolvimento do cérebro, uso do polegar, marcha ereta, etc.) e

cognitiva (consciência sobre o mundo, capacidade de abstração, desenvolvimento de funções como memória, etc.) até a dimensão social:

O manejo de ferramentas e a experimentação acumulativa das propriedades naturais estiveram na base do desenvolvimento cerebral humano, resultando na ampliação de nossa capacidade de comunicação pela linguagem corporal e verbal. Dessas capacidades, e como parte da regulação das relações sociais, advém as estruturas de pensamento complexas, possibilitando as formações tribais e comunais, cuja divisão do trabalho não apenas se sustentava nas condições físicas dos membros, mas também implicava em ordenamentos em todas as esferas da vida, do plano político ao mítico e mesmo artístico.

O trabalho tanto se diversificou quanto se complexificou na proporção que novas circunstâncias iam se estabelecendo. Novos cenários climáticos, por exemplo, trouxeram novas exigências de habitação e confecção de objetos que lhes protegessem do frio; o desenvolvimento da agricultura e da pecuária possibilitaram o sedentarismo, a existência de amplas comunidades com linguagem e normas de convivência compartilhadas, a divisão do trabalho, a produção de excedentes, o comércio e a exploração de grupos humanos. Isto é, ao passo que novas bases materiais foram se constituindo pela intervenção humana na natureza, mais complexa se tornava essa relação, demandando novas habilidades sociais e individuais que a diferenciavam progressivamente dos outros animais.

Embora durante a sua existência outros animais também modifiquem a natureza, suas atividades não se dão de forma intencional e planejada. Enquanto cabras se alimentam e, assim, destroem a vegetação de um local em uma ação instintiva, homens e mulheres, ao devastarem uma superfície para plantar arroz, o fazem conscientes de que aquela ação os fará alcançar objetivos pré-concebidos. Diz-nos Marx (2017, p.255):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo (...).

Aqui, então, está colocada uma outra característica essencial do trabalho humano: de ser ele primeiro idealizado para depois ser objetivado. Frente a uma necessidade concreta, homens e mulheres projetam em suas consciências alternativas de resolução e agem intencionalmente sobre o meio ambiente objetivando aquilo que foi antecipado no nível das ideias.

Além dessa peculiaridade, outras características diferenciam o trabalho das atividades desenvolvidas por outros animais: a primeira delas está no fato do trabalho ser realizado de forma mediada por instrumentos interpostos entre o objeto do trabalho e quem o executa. Esse fenômeno possibilita um certo grau de distanciamento dos padrões biologicamente estabelecidos. A segunda delas está em sua realização envolver conhecimentos e habilidades acumuladas e transmitidas na relação concreta com os seus pares e a natureza externa, aspecto ausente noutros grupos de animais (NETTO; BRAZ, 2012).

A escolha dos instrumentos mais adequados para alcançar os fins que se deseja, assim como, o uso deliberado de conhecimentos específicos como recurso para atender às necessidades objetivas de sobrevivência, sugerem outras duas características do trabalho: trata-se de uma atividade orientada para um fim; e, antes de ser objetivada, é idealmente prefigurada. Como nos diz Netto e Braz (2012, p.44): “O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta da transformação material da natureza)”.

Acontece que, toda objetivação produz uma realidade diferente e sujeitos diferentes. Ao construir uma ponte, uma mulher tanto altera uma realidade material compartilhada quanto adquire conhecimentos e habilidades a partir de sua experiência produtiva. O efeito do seu trabalho muda o modo como os seres que habitam naquele local se relacionam com o espaço, e possibilita o aprimoramento dos conhecimentos e habilidades acumuladas a partir a incorporação por outrem de elementos que melhorem os resultados. Assim, aquilo que começou como um objeto simples e de apelo individual, torna-se fundamento para produções e relações sociais mais complexas. A manipulação de metais, por exemplo, abriu o mundo para possibilidades que reorganizaram as formações sociais desde o nível da experiência individual até às maiores estruturas de poder. Essas novas configurações materiais estimularam novos hábitos, interesses, delineamentos geopolíticos. Por ser assim, nos dizem Netto e Braz (2012, p.46):

O trabalho é, sempre, atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto maior (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos. Essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc. – e tudo isso, além de somente ser possível com a comunicação propiciada pela linguagem articulada, não está regido ou determinado por regularidades biológicas.

É esse caráter coletivo do trabalho que produzirá um ser social, cujas características não se devem estritamente à sua herança biológica, mas, sobretudo, ao conjunto de mediações

histórico-concretas presentes ao longo da sua existência. Sem perder a sua estrutura orgânica, mediante o trabalho, uma espécie natural tornou-se um ser social, cuja particularidade está em sua capacidade de: realizar atividades orientadas por objetivos, objetivar aquilo que antecipa idealmente, estabelecer comunicação a partir de uma linguagem articulada, refletir sobre si e sobre o mundo; agir no mundo a partir de escolhas e não a partir de determinações biológicas; socializar-se e universalizar-se a partir dos espaços formais e informais de interação social (NETTO; BRAZ, 2012).

3.2.2 A mercadoria força de trabalho

Como vimos acima, para garantirem a sobrevivência, homens e mulheres agem de modo intencionado, planejado e mediado por instrumentos sobre a natureza. Essa atividade que transforma as condições materiais e subjetivas de existência gera produtos que possuem um valor de uso, isto é, possuem utilidade para aqueles que os produzem e para aqueles que os consomem. Valores de uso que podem ser reproduzidos, que satisfazem necessidades sociais e que, por isso, são destinados à troca e venda (possuem valor de troca), são chamados de mercadoria (NETTO; BRAZ, 2012).

Não é à toa que Marx inicia *O Capital* com um capítulo dedicado à mercadoria. Em seu esforço de análise e crítica do MPC, Marx percebeu que, embora as primeiras formas de produção mercantil o precedam, é justamente no Capitalismo que ela se radicaliza ao ponto de tornar a vida (força vital, força de trabalho) em mercadoria.

Entre os distintos eventos que contribuíram para a transformação da vida em mercadoria, Marx (2017) destaca um fenômeno que compõe o fundamento do Capitalismo: a acumulação primitiva. De acordo com o autor, para que o MPC se desenvolvesse foi necessário que se realizasse uma separação entre produtores diretos (camponeses, artesãos, tecelãs, etc.) e os seus meios produtivos (terra, matéria-prima, instrumentos de trabalho, etc.), de modo que se constituísse uma realidade com duas classes fundamentais: a capitalista (burguesa), que através de violências históricas passou a concentrar os meios de produção; e o proletariado, a quem, despossuído dos meios de produção, só resta vender sua força de trabalho para garantir a própria sobrevivência.

Posta à venda, o patrão paga ao trabalhador para que use a sua força de trabalho para o fim que deseja. Ao pagar um salário mensal à um trabalhador, o patrão passa a ter direito a utilizar a sua força de trabalho durante um mês, como teria direito de usufruir de um cavalo que

alugou pelo mesmo período. Lhe é dado a concessão de organizar e controlar seu processo de trabalho de modo que consiga atingir os fins de produção que deseja.

Para produzir mercadorias é preciso investir nela determinada quantidade de trabalho. Tal quantidade de trabalho, sob determinadas condições de produção, é medida pelo tempo social médio para realizar este trabalho. Logo, quanto maior a quantidade de trabalho social incorporado numa mercadoria, maior será o seu valor. Ora, considerando que a força de trabalho é vendida como mercadoria para o capitalista, qual é o seu valor?

Segundo Marx (2013, p.72), “como o de qualquer outra mercadoria, esse valor é determinado pela quantidade de trabalho necessário para a sua produção”. Isto é, o valor do trabalho deve considerar pelo menos o mínimo necessário para que o trabalhador e a trabalhadora garantam seus meios de sobrevivência, mantendo, assim, a sua força de trabalho. Isso significa pensarmos em salários que garantam aos trabalhadores e trabalhadoras o acesso a bens e serviços de saúde, habitação, educação, alimentação, cultura, lazer, mobilidade e tudo o mais que em determinadas circunstâncias históricas compõem o conjunto de condições básicas para a reprodução da vida.

Contudo, Marx (2013) nos chama atenção para um fato flagrante: o valor da força de trabalho pode ser algo completamente distinto da retribuição salarial paga pelo empregador.

Pensemos nas condições de trabalho de homens e mulheres que ganham um salário mínimo no Brasil, R\$ 1.100,00. Dificilmente estaremos em desacordo sobre a insuficiência dessa quantia para arcar a contento com custos de saúde, alimentação, moradia, educação, lazer, etc., no cenário brasileiro. Mas, suponhamos que esse valor seja o suficiente e que corresponde à remuneração de André, trabalhador brasileiro de 25 anos. André trabalha produzindo bancadas de porcelanato na empresa Porcelanarte, onde produz uma bancada por dia, numa jornada de trabalho diária de 10h. Cada bancada produzida por André é vendida por R\$ 1.100,00. Isto é, em um dia de trabalho, André produz um valor equivalente ao seu salário. Considerando que ele trabalha de segunda-feira a sexta-feira, em um mês André produz um valor de R\$ 22.000,00. Ao excedente de R\$ 20.900,00 que vai para os cofres do patrão, Marx chama de trabalho não-pago ou mais-valia.

Portanto, denomino “tempo de trabalho necessário” a parte da jornada de trabalho em que se dá essa reprodução, e “trabalho necessário” o trabalho despendido durante esse tempo. Ele é necessário ao trabalhador, porquanto é independente da forma social de seu trabalho, e é necessário ao capital e seu mundo, porquanto a existência contínua do trabalhador forma sua base.

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor,

que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [*Surplusarbeitszeit*], e ao trabalho nela despendido denomino mais-trabalho [*Mehrarbeit*] (*surplus labour*). Do mesmo modo como, para a compreensão do valor em geral, é indispensável entendê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho, como simples trabalho objetivado, é igualmente indispensável para a compreensão do mais-valor entendê-lo como mero coágulo de tempo de trabalho excedente, como simples mais-trabalho objetivado. O que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador (MARX, 2017, p.293).

Todo mais-valor, qualquer que seja a forma particular em que mais tarde se cristalice, como o lucro, a renda etc., é, com relação à sua substância, a materialização [*Materiatur*] de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma determinada quantidade de trabalho alheio não pago. (MARX, 2017, p.602).

O trabalho assalariado faz parecer que o salário pago no fim do mês corresponde justamente ao trabalho realizado. Mas, na realidade, a maior parte do trabalho realizado não é pago ao trabalhador. E é justamente essa estrutura de exploração que caracteriza o modo de produção capitalista. Como nos diz Marx (2013, p.79):

É o empregador capitalista quem extrai diretamente do operário a mais-valia, seja qual for a parte que, no fim, ele consiga reservar para si. Por isso, desta relação entre o empregador capitalista e o operário assalariado depende todo o sistema de trabalho assalariado e todo o atual sistema de produção.

Quanto maior for a jornada de trabalho pactuada, mais tempo para explorar o trabalho não-pago terá o empregador. Quanto menor for o salário, menor será o custo de produção e, como efeito, mais lucro terá o empregador. Quanto menos direitos trabalhistas possuir a classe trabalhadora, piores serão as condições de trabalho ofertadas pela classe patronal, afim de reduzir seus custos de produção, ampliar os níveis de exploração e lucro. Noutra formulação, submetido à exploração capitalista, quanto mais riqueza produz a classe trabalhadora, mais pobre se torna (MARX, 2004). Suas conquistas trabalhistas (melhores salários, férias remuneradas, plano de saúde, vale transporte, vale alimentação, redução da jornada de trabalho, etc.) concorrem diretamente com o aumento nos níveis de acumulação capitalista, resultando contraditórios e inconciliáveis os interesses expressos por capitalistas e trabalhadores.

Aqui chegamos a um ponto crucial da exposição: o MPC é estruturalmente produtor de condições e relações precarizadas de vida e trabalho, pois, a isso deve a sua existência. Mais adiante, sem a pretensão de esgotar o assunto, veremos como esse fato elementar é abordado a partir da categoria “questão social” e o modo como o Estado-burguês garante a existência dessa estrutura de exploração, ao agenciar os interesses da classe dominante e, assim, produzir cenários mais viáveis de exploração e acumulação de capital.

3.2.3 A “questão social”

(...) no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená do capital (MARX, 2017, p.720).

Polissêmico, o termo “questão social” acumula diferentes compreensões desde a terceira década do século XIX, quando começou a ser utilizado para expressar a pauperização da população trabalhadora, fenômeno resultante da crescente industrialização capitalista iniciada no final do século XVIII (NETTO, 2001).

No curso de suas análises sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, Marx (2017) destaca um fenômeno existente na dinâmica capitalista que, aliado às condições de lucratividade, concorrência e fluxo de capitais, garante uma valorização decrescente dos salários, mantendo-os, inclusive, aquém de altos níveis de produtividade: trata-se do exército de reserva. A acumulação capitalista e os processos de mecanização decorrentes do avanço das forças produtivas, reduzem a demanda líquida de trabalho vivo, gerando uma superpopulação relativa cuja força de trabalho se mantém parcial ou integralmente desempregada. Tais circunstâncias garantem ao capitalista maior poder de negociação salarial, uma vez que, trabalhadores descontentes com a baixa remuneração podem ser facilmente substituídos por uma multidão de desempregados dispostos a assumir condições precárias de trabalho para não morrer de fome. Deriva daí uma tendência ao achatamento progressivo dos salários, gerando um empobrecimento relativo da classe trabalhadora e seus desdobramentos sobre a garantia das condições básicas para manutenção da vida. Mesmo em condições de erradicação da pobreza nas diversas formações sociais humanas – graças ao significativo desenvolvimento das forças produtivas –, a produção capitalista gera e aprofunda cenários de desigualdades sociais, sem os quais sua existência e avanço ficam estruturalmente inviabilizados⁵. Esse fenômeno é chamado de pauperização e a sua existência é produto direto da sociabilidade capitalista (BOTTOMORE, 1988).

⁵ Para uma melhor compreensão sobre como a desigualdade social é elementar para a existência e avanço do modo de produção capitalista, ler o capítulo 24 d'O Capital, intitulado: “A assim chamada acumulação capitalista” (MARX, 2017, p.785)

Há quem defenda, como os pensadores laicos do século XIX, que a “questão social”, em suas diversas manifestações, é uma característica indelével da sociabilidade humana e que, por isso, o seu trato está restrito a reformas políticas atenuantes e distantes de qualquer abordagem dos fundamentos que estruturam a sociedade capitalista (NETTO, 2001). Como nos diz Iamamoto (2001, p.10), nessa perspectiva, a resolução da “questão social” “tende a ser reduzida a uma gestão mais humanizada e eficaz dos problemas sociais”, crença sobre a qual é erigida uma diversidade de políticas públicas reformistas.

Por outro lado, dentro da tradição do pensamento marxista, há o entendimento de que a “questão social” é compulsoriamente produzida pelo desenvolvimento capitalista. Não se trata de um efeito adjacente cuja sequele pode ser extirpada por vontade política, mas, de um fenômeno endêmico às próprias condições estruturais da sociabilidade capitalista, fato que condiciona a superação do próprio MPC (NETTO, 2001).

Vejamos alguns trechos onde Marx aponta para essa combinação estrutural:

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos *faux frais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média (MARX, 2017, p.719)

Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital. (MARX, 2017, p. 720-721).

Frente as disparidades sócio-econômicas engendradas pela acumulação capitalista, os pauperizados pela ordem burguesa têm travado lutas históricas em busca de direitos que lhes garantam melhores condições de vida. Todavia, as reconfigurações da “questão social” na contemporaneidade vêm impondo desafios que envolvem uma presença maciça do Estado-burguês no agenciamento dos interesses capitalistas. Mesmo os parcos avanços mal operacionalizados por serviços e políticas públicas vêm sendo esvaziados através de ajustes fiscais e orçamentários que buscam conter gastos sociais e ampliar as taxas do lucro empresarial (IAMAMOTO, 2001). Entre as estratégias para alcançar esse objetivo, podemos mencionar a

Reforma Trabalhista implementada pelo Estado brasileiro, que rebaixa os custos da força de trabalho, reorganiza e precariza as condições de produção, além de fragilizar as entidades sindicais, sem as quais qualquer enfrentamento perde seu caráter classista e, no limite, qualquer vestígio de coletividade.

3.2.4 Ajuste estrutural e Reforma Trabalhista no Brasil

Entre 1880 e 1930, o liberalismo clássico, firmado no século XVIII como vértice intelectual em torno do qual as diretrizes econômicas deveriam se estruturar, já não conseguia disfarçar o descompasso existente entre as demandas concretas expedidas pela complexificação do capitalismo e as prerrogativas teóricas que limitavam a intervenção do Estado na economia. A necessidade prática de intervenção governamental frente às mudanças organizacionais e ao acirramento da luta de classes, puseram em crise o liberalismo dogmático rudimentar que já não atendia às necessidades de regulação da nova sociedade urbana e industrial do fim do século XIX. Era preciso uma reformulação teórica e prática que, contrariando o *laissez-faire* naturalista liberal, previsse um Estado intervencionista e aplicado na construção de um ordenamento das relações socioeconômicas, dentro do qual a iniciativa privada, submetida à concorrência, pudesse desenvolver-se com liberdade. Tal reformulação foi chamada de Neoliberalismo (DARDOT; LARVAL, 2016).

Segundo Harvey (2008, p.12),

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Afinado com a tendência geral de acumulação de capital que caracteriza o modo de produção capitalista (NETTO; BRAZ, 2012), o Estado que implementa em sua estrutura políticas neoliberais atua garantindo – se necessário pela força – o funcionamento do mercado e agenciando políticas redistributivas que priorizam os interesses das elites empresariais domésticas e estrangeiras em detrimento das necessidades anunciadas pelas maiorias populares (HARVEY, 2008). Tais políticas são engendradas por atores nacionais e internacionais como: oligarquias burocráticas e políticas, multinacionais, grandes organizações econômicas – como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – que, em coalizão, dirigem políticas econômicas em escala mundial (DARDOT; LARVAL, 2016; HARVEY, 2008),

determinando “um modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17).

Algumas medidas redistributivas neoliberais são clássicas. Uma delas é o processo sistemático de desregulamentação e privatização de ativos públicos, promovendo aberturas de novas áreas para circulação e acumulação de capital. À revelia dos impactos sobre as condições de vida das maiorias populares, elementos de utilidade pública (recursos naturais, telecomunicações, transporte), benefícios sociais (habitação, educação, saúde, benefícios de seguridade social, etc.) e instituições públicas (universidades, serviços de saúde, etc.), são progressivamente inviabilizados em benefício do crescimento do setor privado.

Além de intervir com desregulamentações financeiras – facilitando a entrada de capital estrangeiro, a saída de remessas de lucro e eximindo-se de regular questões sociais –, o Estado neoliberal atua ainda na desregulamentação das relações trabalhistas afim de construir um cenário atrativo para o investimento de capitais, mesmo que isso signifique levar a níveis abissais as condições de vida da classe trabalhadora (DARDOT; LARVAL, 2016; HARVEY, 2008).

Essas medidas, no entanto, além de aprofundar a miséria de trabalhadoras e trabalhadores por todo o mundo, não passam sem produzir instabilidades para a própria dinâmica neoliberal. Historicamente, os processos de ampla desregulamentação e precarização das condições de vida da classe trabalhadora produzem crises cíclicas (ANDRADE, 2019). Exemplo disso pode ser observado nos processos de flexibilização do mercado imobiliário e multiplicação de concessões hipotecárias de alto risco nos Estados Unidos da América (EUA), que resultaram na crise de 2008. A crise atingiu profundamente a economia global, alcançando com rapidez bancos na Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica, Suíça etc., estimulando as agências financeiras internacionais a adotarem medidas econômicas protecionistas (RICUPERO, 2008). Na América Latina, especificamente, a desaceleração econômica, a redução dos níveis de produção industrial, a queda nas exportações, nos preços e o crescimento progressivo do desemprego foram vistos já no primeiro ano de crise, estimulando medidas anticíclicas (CANO, 2009).

Embora as medidas neoliberais supracitadas sejam produtoras de crises, segundo Cerqueira (2008), frente às recessões econômicas geradas pelas crises de acumulação capitalista, a principal estratégia neoliberal posta em prática para garantir algum nível de estabilidade para a classe empresarial é justamente a intensificação dos processos de desregulamentação financeira e das relações trabalhistas. Isso significa: (1) intensificar o ataque

aos direitos conquistados por trabalhadores e trabalhadoras promovendo reformas trabalhistas e fragilização do movimento sindical, forjando assim um cenário mais adequado para maiores níveis de exploração, lucro e acumulação de capital; (2) acelerar os processos de privatização e desregulamentação dos setores produtivos da economia, retirando, assim, a participação do Estado como agente produtivo e fortalecendo o crescimento do setor privado via ampliação da sua participação na economia; (3) reduzir progressivamente os gastos públicos em áreas de interesse social, como: sistema público de saúde, educação, previdência social, etc.; e, concomitantemente, (4) fortalecer as forças policial e militar para uma atuação mais efetiva nos processos repressivos contra insurreições populares.

Isto é, em tempos de crise, as políticas neoliberais, já hostis em períodos de acumulação estável, aprofundam ainda mais seu alcance agravando os cenários de desigualdade e miséria das maiorias populares. A rigor tais políticas são orquestradas por organizações financeiras como o Banco Mundial, para quem as crises financeiras constituem oportunidades de induzir reformas neoliberais nos Estados e aumentar seus níveis de lucro. Isso ocorre porque, diante da desaceleração econômica, o Banco Mundial assume a posição de prestador. No entanto, seus empréstimos estão condicionados a adoção de suas políticas econômicas que prescrevem o que os governos e Estados devem ou não fazer no que diz respeito à economia e políticas públicas, institucionalizando, assim, agendas políticas globais. Essa modalidade de empréstimo – condicionada a adoção irrestrita das suas políticas multilaterais (em saúde, educação, meio ambiente, etc.) – é chamada de “ajuste estrutural” e tem sido apresentada como caminho inevitável para que países atingidos por crises sistêmicas se adaptem às novas condições da economia política internacional, garantindo condições mínimas para estabilização financeira (PEREIRA, 2010).

Durante a década de 1980, programas de ajuste estrutural foram adotados com o escopo de recuperar o crescimento econômico e o lucro privado, abalados pela crise do petróleo na década anterior. Entre 1980-1985, esses programas estimularam a desregulamentação comercial, a entrada de investimentos estrangeiros em diferentes países, o crescimento da exportação de produtos primários e o nivelamento dos preços no plano internacional. No entanto, na esfera das políticas sociais, os ajustes prescreviam a redução drástica de gastos com programas populares e com custeio de pessoal na manutenção da máquina administrativa, gerando, assim, desemprego, aumento da pobreza, tensões sociais e rejeição popular aos governos neoliberais.

Na década de 2000, a crise de 2008 também deu fôlego para a proposição de ajustes estruturais conforme receituário das políticas multilaterais do Banco Mundial. Como noutros períodos da história, a incidência de tais ajustes também provocou uma reestruturação das políticas sociais no Brasil e novas configurações nas condições de vida da sua população.

3.2.5 Reforma Trabalhista e aprofundamento da “Questão Social”

“(…) a precarização existencial é a precarização das relações de existência” (ALVES, 2016, p.432).

A defesa de reformas trabalhistas como instrumentos capazes de combater o desemprego e atender às demandas econômicas de modernização e qualificação da produtividade, tem sido observada nos mais diversos cenários do mundo. Instituições financeiras e acadêmicas têm sido grandes entusiastas de mudanças nas estruturas de regulação do trabalho, sobretudo a partir da década de 2000, quando os ensaios neoliberais já apresentavam alguma experiência acumulada em países subdesenvolvidos e a crise de 2008 revigorou o debate no cenário internacional (FILGUEIRAS, 2019).

No Brasil, a crise de 2008 produziu um cenário oportuno às forças empresariais que, desde a década de 1990, não conseguiam efetivar mudanças profundas na legislação trabalhista. A conquista da classe empresarial entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, com a Lei nº 13.467, popularmente conhecida como Lei da Reforma Trabalhista, alterando mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), prometendo um crescimento significativo no número de empregos e nos processos de formalização de vínculos trabalhistas, através da introdução de um conjunto de mudanças que abrangem, entre outras coisas, as formas de contratação, jornada de trabalho, remuneração, seguridade e respostas jurídicas em casos de descumprimento dos direitos trabalhistas (FILGUEIRAS, 2019).

Alicerçada na teoria econômica neoclássica e suas atualizações contemporâneas (FILGUEIRAS, 2019), a tese central da reforma trabalhista é a de que: a redução dos custos empresariais na compra da força de trabalho é capaz de ampliar a contratação de trabalhadores(as) e favorecer o reinvestimento dos lucros na qualificação dos processos produtivos. A promoção de “flexibilizações” nos direitos trabalhistas – entendidos como obstáculos para o crescimento econômico (TEXEIRA, 2019) – garante a redução dos limitadores de exploração da força de trabalho, viabilizando taxas crescentes de mais-valia e maior fluidez dos mercados.

Trata-se, portanto, de uma reforma que atende, fundamentalmente, aos interesses empresarias de acumulação de capital, à revelia dos efeitos de precarização sobre vida da classe trabalhadora. Segundo Krein e Oliveira (2019, p. 129),

A lógica de desconstruir ou mitigar o sistema de direitos e de proteção social tende a expor o trabalhador a uma condição de maior vulnerabilidade, seja ao submetê-lo a uma dinâmica de intensificação da concorrência do mercado, fazendo-o aceitar ocupações e condições de trabalho mais precárias e até sem direitos, como o caso do trabalho supostamente autônomo; seja ao dificultar o acesso ao sistema de seguridade por meio de uma aposentadoria digna, do atendimento pelo sistema de saúde pública, do acesso aos benefícios em razão de afastamento involuntário do mercado de trabalho ou pelo direito ao seguro desemprego.

Por outro lado, os lucros líquidos das empresas brasileiras de capital aberto, em 2018, atingiram a marca de 41% de crescimento, o equivalente a R\$ 79 bilhões. As taxas de investimento dessas empresas, no país, no entanto, se mantiveram baixíssimas, ocupando a posição de menor nível de investimento nos últimos 50 anos (RYNGELBLUM; GUTIERREZ, 2019).

Tomadas em análise, as taxas de desemprego, até outubro de 2017 – mês que antecede a vigência da reforma –, o número de desempregados no Brasil atingia a marca de 26,554 milhões (23,8%). Após um ano de reforma, esse número subiu para 27,250 milhões de (24,1%) de desempregados. A criação de postos de trabalhos formais – excluído o período de maior aprofundamento da crise (2015-2017) –, foi a menor desde 1998. O número de postos de trabalho sem carteira assinada tem crescido progressivamente, sinalizando uma substituição da formalidade por arranjos informais e precários de contratação. Isto é, as promessas que justificavam a implementação da Reforma já não se concretizavam desde os seus primeiros e mais crédulos momentos (FILGUEIRAS, 2019).

No que diz respeito às variações salariais, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED (KREIN; OLIVEIRA, 2019, p.132), a média móvel salarial dos(as) trabalhadores(as) contratados(as) após a Reforma tem apresentado uma queda que não pode ser ignorada. Para Krein e Oliveira (2019), essa valorização decrescente resulta da liberdade proporcionada pela Reforma aos empregadores de ajustar os salários de acordo com as suas conveniências. Outro aspecto da reforma que, conforme os autores, tem colaborado com a desvalorização salarial é a ampliação do trabalho parcial e a regulamentação do contrato intermitente, promovidas pela Reforma.

Não bastasse o decréscimo da remuneração do(a) trabalhador(a) demonstrado acima, a Reforma tocou em um outro aspecto imprescindível quando se trata de pensarmos a relação

capital-trabalho: a jornada de trabalho. Em meados do século XIX, Marx (2013, p.87) já apontava para como

(...) O capital tende constantemente a dilatá-la [a jornada de trabalho] ao máximo de sua possibilidade física, já que, na mesma proporção, aumenta o sobretrabalho e, portanto, o lucro dele derivado. Quanto mais êxito tiver o capital para aumentar a jornada de trabalho, maior será a quantidade de trabalho alheio de que se apropriará.

É da jornada de trabalho que o empregador extrai a mais-valia (sobretrabalho, trabalho não-pago) e “dessa relação entre empregador capitalista e o operário assalariado depende todo o sistema de trabalho assalariado e todo o atual sistema de produção” (MARX, 2013, p.79). Uma das formas de incrementar essa apropriação é construir mecanismos que garantam, sem que haja aumento de salário, a extensão dessa jornada – processo que Marx (2017) chama de mais-valia absoluta. Outra forma de produzir mais-valia é, mantendo-se a mesma jornada, intensificar o ritmo de trabalho através de uma diversidade de controles como, vigilância, cronometragem do tempo de produção, recompensas pífias por produtividade, entre outras (NETTO; BRAZ, 2012). A Reforma Trabalhista conseguiu, a um só tempo: 1) reduzir salários, 2) intensificar ritmo de trabalho com o constrangimento de contratos precários, 3) flexibilizar as condições de uso do tempo de exploração da força de trabalho em benefício do empregador, e 4) solapar as bases organizativas da classe trabalhadora capazes de tencionar por uma contrarreforma⁶. Isto é, regulamentou de forma ainda mais perversa os mecanismos de exploração capitalista.

Quanto a intervenção sobre a jornada de trabalho, sistematiza Coutinho (2017):

Nessa direção, nota-se a existência das seguintes modificações referentes à jornada de trabalho, conforme proposta de mudança da CLT: i) ausência de cômputo de parte do tempo em que o trabalhador permanece nas dependências da empresa empregadora (§ 2º do art.4º); ii) fim das horas *in itinere* (§ 2º do art. 58); iii) elevação da jornada do contrato a tempo parcial, de 25 para 36 horas semanais (art. 58- A); iv) chancela à realização de horas extras nos contratos a tempo parcial (§ 4º do art. 58); v) compensação da jornada extraordinária para além do limite semanal (§ 5º do art. 58); vi) contratação de horas extras por acordo individual de trabalho (art.59); vii) expansão do denominado “banco de horas” para também autorizá-lo por acordo individual de trabalho (§5º do art. 59); viii) compensação de jornada por acordo

⁶ Sobre o aprofundamento dos três mecanismos de apropriação da mais-valia viabilizados concomitantemente pela Reforma Trabalhista brasileira – redução salarial, intensificação do ritmo de trabalho e ampliação da jornada de trabalho –, vale apontar para a reflexão feita por Santos (2012, p.437) sobre a particularidade da “questão social” brasileira, que, conforme a autora, guarda particularidades resultantes de uma “perversa associação: de um lado a superexploração do trabalho, cujo valor sempre precisou ser mantido bem abaixo dos padrões vigentes em outros países, notadamente os de capitalismo desenvolvido, para que o país continuasse atrativo aos seus investimentos produtivos; de outro, uma passivização das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes”.

individual, tácito ou escrito (§ 6º do art. 59); ix) estabelecimento da jornada de 12 h x 36 h (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso), mediante acordo individual de trabalho (art. 59-A), sem descanso semanal remunerado ou gozo de feriado (parágrafo único, do art. 59-A) e com simples indenização do intervalo intrajornada (art.59-A); x) ainda que horas extras habituais sejam realizadas para além do acordo de prorrogação e compensação ou do estabelecido em banco de horas, estes modos de legitimação de falta de pagamento de horas suplementares restam intactos (art. 59-B); x) dispensa de licença prévia para a prestação da jornada de 12 h x 36 h (parágrafo único do art. 60); xi) o excesso de jornada pode ser exigido independentemente de previsão em norma coletiva (§ 1º do art. 61); xii) empregados do teletrabalho não fazem jus ao recebimento de horas extras (art. 62, III); xiii) estímulo à não concessão do intervalo, com a sua simples indenização (§ 4º, do art. 71); xiv) mesmo comparecendo regularmente à empresa, o empregado continua vinculado ao teletrabalho e sem direito à percepção de horas extras (art. -B); xv) criação da figura do contrato intermitente (art. 443), quando o empregado trabalhará de acordo com os interesses da empresa, recebendo somente pelas horas trabalhadas, podendo auferir salário inferior ao mínimo legal, incluindo o denominado “salário zero” ao final do mês, sem cômputo do tempo de serviço à disposição da empregadora, com todas as parcelas salariais e rescisórias extremamente mitigadas (§ 3º do art. 443, art. 452-A, §§ 1º-6º do art. 452-A); xvi) prevalência do negociado sobre o legislado sobre jornada de trabalho, banco de horas anual, intervalo intrajornada, limitado a 30 minutos, teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente, registro de jornada de trabalho, troca do dia de feriado e prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho (art. 611-A, incisos I, II, III, VIII, X, XI e XIII).

Está claro que a Reforma existe e progride atendendo às cartilhas impostas por organismos financeiros internacionais em benefício da classe empresarial (ARAÚJO *et al.*, 2021), deixando a classe trabalhadora em condições ainda mais vulneráveis. Essa vulnerabilidade se expressa, ainda, em obstáculos no acesso à previdência social, haja vista a legitimação de vínculos trabalhistas instáveis e precários dificultem o cumprimento de requisitos básicos para a aposentadoria como, por exemplo, o tempo de contribuição. Além disso, a valorização decrescente dos salários e o incremento de verbas não salariais na remuneração – abonos, prêmios, auxílio alimentação, comissão por venda, etc. – reduzem a arrecadação para a seguridade social, comprometendo mesmo a sua própria existência. O que está colocado, portanto, é o desenvolvimento progressivo de uma sociabilidade marcada por um amplo desamparo aos trabalhadores(as) em todas as fases de sua vida (KREIN; OLIVEIRA, 2019).

Por fim, ao passo que favorece a acumulação capitalista e precariza amplamente a vida da classe trabalhadora, a Reforma, como sinalizado, também tem sido um dispositivo de ataque frontal aos processos organizativos capazes de fazer frente às barbaridades do capital. Parte dessa intervenção pode ser observada no esvaziamento do papel do sindicato ao legitimar a prevalência do negociado sobre o legislado, fato que estimula a negociação direta entre o trabalhador e o patrão, em detrimento da participação dos sindicatos no agenciamento dos

interesses individuais e coletivos. Outra investida do Estado-burguês contra a entidade de classe foi tornar facultativa a contribuição sindical, alteração que, ao promover o subfinanciamento da entidade, esfacela sua capacidade de ação em prol das reivindicações da classe trabalhadora (GALVÃO, 2019).

3.2.6 Considerações finais

Vimos que o trabalho, apesar dos diferentes contornos assumidos durante a história da humanidade, continua sendo uma categoria central para pensarmos a realidade e suas condições de transformação. Dentro dos marcos capitalistas, no entanto, a classe trabalhadora assume uma posição instrumental de mercadoria e carrega em sua atividade uma contradição estrutural: quanto mais riqueza produz, mais relativamente pobre se torna. Vimos também que essa é uma dinâmica estruturante do MPC e que a sua atualização em diferentes formações sociais é crucial para a manutenção da hegemonia burguesa. Portanto, estratégias diversas são operadas afim de manter os diferentes circuitos de exploração e acumulação de capital.

Quatro dessas estratégias são: redução de salários, aumento da jornada de trabalho, intensificação do ritmo do trabalho e esgarçamento das organizações de luta da classe trabalhadora. Alicerçada na tese de que os direitos trabalhistas constroem a contratação, os lucros e seu reinvestimento nos processos produtivos, a Reforma Trabalhista no Brasil deu suporte legislativo para intensificação do uso dessas quatro estratégias, favorecendo um aumento significativo nos níveis de acumulação de capital e, por outro lado, a precarização das condições de trabalho e o aprofundamento da “questão social” no país.

Por tudo dito, está claro que a superação da “questão social” está condicionada à superação daquilo que a viabiliza estruturalmente: o modo de produção capitalista. Contudo, existem conquistas de classe que podem garantir melhores condições de luta e que, por isso, reclamam sua prioridade entre as pautas históricas da classe trabalhadora. A revogação da Reforma Trabalhista é fundamental para que possamos caminhar em direção a rupturas maiores. Ao aprofundar os níveis de desigualdade e fragilizar os caminhos de organização classista, a Reforma Trabalhista compromete a própria manutenção da vida, sem a qual não existe luta. Depreende-se daí a urgência do debate, da organização e da luta concreta por sua revogação.

3.3 Capitalismo e racialização do trabalho

3.3.1 Aproximações marxistas

Até o presente momento, cuidamos para apresentar o desenvolvimento humano enquanto um fenômeno que assume diferentes cursos graças às diferentes condições materiais às quais os indivíduos estão submetidos em sociedade. Vimos, a partir dos fundamentos ontológicos marxistas, que a compreensão do desenvolvimento biopsicossocial humano passa, necessariamente, pelo entendimento da complexidade material na qual os sujeitos produzem e reproduzem suas vidas. Em seu esforço de compreensão ontológica do ser social, a tradição marxista destaca como seres de singularidade biológica, através da sua relação com o mundo, extrapolam seu aparato orgânico e produzem um modo particular de existência, condicionado aos diferentes níveis de acesso aos bens materiais e imateriais historicamente acumulados pelo gênero humano.

Vimos ainda que o acesso a esses bens materiais e imateriais está submetido a mecanismos sistêmicos que regulam esse acesso e, portanto, viabilizam diferentes níveis de desenvolvimento humano. Por isso, estendemos a nossa discussão à uma análise das principais características do modo de produção vigente, o capitalista, suas regulações e obstruções sistêmicas no acesso aos acúmulos históricos do gênero humano. Tratamos, ainda, das condições de exploração e opressão típicas do capitalismo, haja vista tais particularidades mantenham relação direta com as possibilidades mais básicas de manutenção da vida e desenvolvimento das potencialidades humanas.

No ponto a que chegamos, afim de reduzirmos os riscos de sacrificar a totalidade analítica que caracteriza o materialismo histórico dialético (NETTO, 2011), é importante irmos um pouco mais adiante em nossas considerações sobre as particularidades do desenvolvimento humano nos marcos do capitalismo. É preciso destacarmos que o sexismo – enquanto prática majoritária de inferiorização das mulheres nas sociedades patriarcais – e a noção moderna de “raça”, constituem camadas de exploração e de opressão que, acentuadas no capitalismo, modelam as condições de vida, trabalho e desenvolvimento das comunidades humanas.

Na primeira parte do capítulo, daremos atenção para a tragédia produzida pelo modo de produção capitalista sobre as condições de vida da população negra, em sentido amplo. Referenciados por produções marxistas, abordaremos as relações existentes entre a progressão

do capitalismo europeu e a degradação sistemática das condições de vida da população em diferentes países do planeta. Por fim, afunilaremos a análise para o cenário brasileiro.

Uma vez superada a noção etnocêntrica de progressismo⁷ capitalista – presente em seus primeiros escritos sobre a Rússia, Polônia, Índia, China e Indonésia –, Marx assumiu claras oposições ao colonialismo europeu, à escravidão da população negra nas Américas e dedicou-se à construção de uma organização internacional que assumisse como horizonte a emancipação humana em sua pluralidade, a Associação Internacional dos Trabalhadores (ANDERSON, 2019).

Na proporção que Marx aprofundou seus estudos sobre a expansão capitalista, o sentido universalista e homogeneizante de classe trabalhadora pouco a pouco deu lugar às particularidades observadas nos diferentes cenários por onde o capitalismo se esgueirou. Esses reposicionamentos foram inevitáveis no curso de seu amadurecimento teórico, pois, como destacam Costa e Clemente (2021, p.153), “Sem considerar o mundo colonizado, Marx não teria compreendido os mecanismos de acumulação primitiva de capital, de expansão e desenvolvimento do mercado capitalista em escala mundial”. A observação feita pelo autor e autora pode ser confirmada no trecho em que Marx (2017, p.821) escreve:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.

Se considerarmos a sólida produção⁸ de Marx e Engels (2022) sobre a Guerra Civil dos Estados Unidos, encontraremos teses abolicionistas com críticas contundentes à escravidão negra e até mesmo uma defesa aberta à revolução dos escravizados. Em *O Capital*, sua obra de

⁷ A Inglaterra, onde a Revolução Industrial mais avançou, obteve êxito na eliminação das reminiscências do rudimentar modo de produção feudal. Na França e na Alemanha, onde o capitalismo também avançou significativamente, observou-se movimentos democráticos, revoltas da classe trabalhadora e contribuições filosóficas inegáveis para o processo revolucionário, a partir da apropriação crítica do idealismo hegeliano. Ao considerar esses avanços, entre as décadas de 1840 e 1850, Marx ainda fazia a leitura de que a experiência colonialista, apesar da tragédia que configurava, contribuiria para o avanço das forças produtivas nas colônias e, assim, garantia condições materiais mais sólidas para uma transição ao socialismo.

⁸ A maior parte dos textos escritos por Marx sobre a guerra civil americana, nos quais trata das intersecções entre classe e raça, foi escrito em alemão, para o *Die Presse*, um jornal que publicava em Viena. Seus textos sobre o tema não receberam tanta atenção quanto outros de sua autoria, vindo a receber maior atenção a partir da crise capitalista de 1930, quando o cenário material estimulou a aproximação entre trabalhadores brancos e negros no movimento trabalhista (ANDERSON, 2019).

maturidade, Marx (2017, p.372) firma a sua perspectiva de emancipação humana ao declarar que “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro”.

Tanto para Marx quanto para Engels, a superação do modo de produção capitalista se encontrava diretamente vinculada à ruptura com o colonialismo e com o racismo que o nutria. Assim, é precipitada a crítica que desconsidera o que há de continuidade e o que há de ruptura na tradição marxista, principalmente quando considerados os acréscimos teóricos realizados por autores e autoras marxistas ao estenderem método de análise marxiano aos cenários coloniais (COSTA E CLEMENTE, 2021). Entre esses autores e autoras, podemos destacar clássicos como Lenin, Kautsky, Rosa Luxemburgo e Bruno Bauer. Entre os mais contemporâneos, destacam-se Oliver C. Cox, Angela Davis e Stokely Carmichael, nos Estados Unidos da América (EUA); Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah e Frantz Fanon, na África; Walter Rodney e Eric Williams, no Caribe; e, no Brasil, Clovis Moura, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos (ALMEIDA, 2016)

3.3.2 Prosperidade burguesa e a degradação do mundo negro: fundamentos históricos para uma compreensão do presente.

De acordo com Rodney (1975), ter sido a primeira região do mundo a ultrapassar o modo de produção feudal, permitiu à Europa um avanço significativo em setores-chaves da produção técnico-científica, dando-lhe tamanha vantagem sobre os povos africanos e asiáticos que, despoticamente, passou a decidir qual deveria ser o papel desempenhado por esses continentes na economia mundial: o de lucrativos satélites econômicos sobre os quais o capitalismo europeu firmaria o seu desenvolvimento.

Ao tratar especificamente da África, diz-nos o autor:

A Europa ansiava pelo ouro africano porque havia a necessidade premente de moedas de ouro para sustentar a crescente economia monetária capitalista. Dado que o ouro se limitava a pequenas áreas em África, a principal mercadoria de exportação tornava-se o ser humano, à medida que os europeus foram penetrando no continente. Somente de algumas raras regiões e durante curtos períodos de tempo se exportou outra mercadoria de igual ou maior importância: a goma do Senegal, madeiras na Serra Leoa, marfim em Moçambique. Contudo, mesmo tendo em conta esses bens, pode afirmar-se que a Europa distribuiu à África o papel de suprir prisioneiros para serem utilizados como escravos em várias partes do mundo (RODNEY, 1975, p.111).

Como registrado no documento intitulado “Resolução geral sobre a questão negra”, elaborado pelo Comitê Sobre a Questão Negra (1927 apud ALMEIDA, 2016, p.142), “A instituição da compra e venda de pessoas escravizadas, como consequência da revolução comercial e da expansão da Europa, foi o começo de um dos piores regimes de terror e espólios da história da humanidade”. Explorando o débito estrutural gerado pelo consumo de mercadorias importadas (FERREIRA, 2018) e as contradições políticas nos diferentes territórios africanos, capitalistas europeus radicalizaram os conflitos étnicos já existentes no continente com o intuito de servirem-se de um número crescente de prisioneiros gerados pela guerra. Líderes regionais foram gradativamente estimulados – através da oferta de mercadorias europeias, vantagens econômicas e posições de privilégio (PADMORE, 2021) – a comercializar cativos que, se na África Oriental eram submetidos à vínculos de servidão, no comércio europeu assumiam o status de escravo⁹.

Ferreira (2018, p.51) caracteriza bem esse processo e destaca os efeitos do tráfico de pessoas negras, estimulado pelo comércio europeu:

No curto prazo, gerou centralização política, sobretudo em reinos africanos que dominaram o fornecimento de cativos para mercadores europeus na costa africana, assim como inevitável fragmentação política. À medida que poderes locais se fortaleciam, novos grupos se insurgiam contra as lideranças centrais. Ao estimular guerras e a expansão territorial entre reinos rivais, o tráfico gerou um quadro de instabilidade sistêmica nas sociedades africanas. Ao expor os africanos a redes de comércio responsáveis pela introdução de armas, têxteis e álcool, alimentou a escravização por débito. Através de guerras, sequestros ou métodos judiciais, produziu escravização crônica e difusa.

A África Ocidental e a África Central foram as regiões que mais sofreram seus efeitos, respondendo a aproximadamente 80% da venda de cativos em fortes e fortalezas europeias na costa africana. Progressivamente o trabalho da população negra foi sendo associado à escravidão e aos superlucros capitalistas decorrentes da exploração de sua força de trabalho. A intervenção europeia no continente africano progrediu de fornecedora de escravizados dentro dos próprios territórios africanos, para exportadora de escravizados para países europeus que

⁹ É importante compreendermos que escravidão negra foi um fenômeno desencadeado e estimulado por fatores externos à África e que o africano “só se tornou escravo quando foi posto em contato com uma sociedade onde tinha que trabalhar como escravo. Antes disso, era primeiro homem livre, e então um cativo” (RODNEY, 1975, p.133-134). Nas palavras de Marx (2010 apud ANDERSON, 2019, p. 143), “Um negro é um negro. Só em determinadas relações é que se torna escravo”, entendimento que encontra eco nas palavras de Balibar (2021, p.95), para quem “o racismo é uma relação social”.

usavam o trabalho negro no cenário urbano (PADMORE, 2021; FERREIRA, 2018). Portugal é um desses exemplos: após se estabelecer na África, desenvolveu o chamado “colonialismo endógeno”, importando, entre 1441 e 1505, aproximadamente cento e cinquenta mil africanos para que fossem escravizados em obras públicas, trabalhos portuários, cultivo de terras e outras modalidades de trabalho compulsório no país (MOURA, 2014).

Clóvis Moura (2014) e Eric Williams (2012) acertam, portanto, ao entenderem que o fenômeno colonial na América foi operacionalizado a partir de um conjunto de práticas socioeconômicas já experimentadas em menor escala no “velho mundo”. Contudo, conforme destaca Marquese (2018), a inovação percebida no empreendimento do século XVI esteve justamente na estreita conjugação entre a escravidão negra e a produção mercantil em larga escala para atendimento das demandas mercantis metropolitanas (MARQUESE, 2018). Vejamos como se desenvolveu essa articulação.

Apesar da história não se repetir “ao pé da letra”, Cueva (1983) destaca a existência de alguns elementos estruturantes dos diferentes modos de produção que favorecem regularidades condicionadas por suas leis gerais de funcionamento. Ao olharmos para a formação história do continente americano, em sua relação dialética com a expansão do capitalismo europeu, a expropriação violenta e o domínio dos meios de produção por uma minoria, parece repetir, em maior escala, o fenômeno que Marx (2017) chamou de “acumulação primitiva”: um processo de separação sistemática entre os meios de produção e os produtores diretos, capaz de criar um excedente despossuído livre para alienar aquilo que lhe resta, a própria força de trabalho, aos proprietários dos meios de produção. O capitalismo europeu tratou de apropriar-se gradativamente dos territórios já ocupados pelos povos aborígenes, dominando suas terras (meio produtivo) e destinando-as a uma economia primário-exportadora de monocultura em larga escala, crucial para o desenvolvimento do capitalismo mercantil e industrial europeu. A força de trabalho indígena, gradativamente separada dos meios de produção, fora largamente escravizada, como indicam as produções sobre o tema (GOMES; SCHWARCZ, 2018; SCHWARCZ, 2018).

O empreendimento europeu, no entanto, exigia a organização de um volume ainda maior de força de trabalho. De acordo com Williams (2012), a produção de monoculturas nas Índias Ocidentais e colônias americanas só constituía um empreendimento economicamente rentável quando desenvolvida em grandes extensões de terra. Só a produção em larga escala poderia gerar lucros capazes de superar todos os custos de produção que integravam essa atividade mercantil. Sua operacionalização, sendo assim, demandava a mobilização de uma grande

quantidade de força de trabalho, demanda esta que, entre outras tentativas, levou os capitalistas europeus a comprar e escravizar homens e mulheres africanas cativas.

As altas taxas de lucro decorrentes da produção escravista fizeram da escravidão o fundamento sobre o qual se estruturou o capitalismo mercantil europeu. Sem ela, as grandes fazendas canavieiras do Caribe não se desenvolveriam e seus dividendos não sustentariam a opulência da burguesia europeia (WILLIAMS, 2012). Contudo, sustentar essa infraestrutura demandava também um conjunto de justificativas que legitimassem as atrocidades praticadas.

A partir da noção contratualista de “estado de natureza” – que nomeou de primitivos todos os povos cuja organização social se distanciava da noção de civilidade moderna do Estado europeu (HOBBS, 2003; LOCKE, 2005) –, foram construídas noções de superioridade entre os povos. A noção de “raça” foi fundamental nesse processo, pois, através dela foi posta em curso uma classificação que destacava as diferenças fenotípicas como critério de subalternização dos povos aborígenes e, posteriormente, africanos (QUIJANO, 2000b).

A noção de raça, enquanto categoria diferenciadora dos grupos humanos, constitui um produto da modernidade cujo sentido é histórico, relacional e constituinte das esferas política e econômica das sociedades capitalistas. Suas bases foram lançadas em meados do século XVI, quando a expansão do capitalismo mercantil europeu, unido ao caldo cultural renascentista, “abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no homem universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas” (ALMEIDA, 2019, p.25). A despeito da inexistência na realidade natural de qualquer fator que ateste a legitimidade do conceito de “raça”, ele surge como

um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania (ALMEIDA, 2019, p.28).

Quanto a esse esforço ideológico para explorar e oprimir grupos humanos “à luz do dia”, acrescenta Alves (2021, p.192, grifo da autora)

No curso da dominação colonial e da consolidação da bacia do Atlântico enquanto novo eixo central do comércio mundial no século XVII, a associação entre a ideia de

“raça” e de estado de natureza permitiu aos grupos dominantes que controlavam este eixo a possibilidade de construir a “Europa” enquanto nova região histórica, nova identidade cultural e novo centro hegemônico do nascente capitalismo mundial. Nesses termos, a posição historicamente alcançada pelos europeus permitiu que, dentre outras coisas, fosse estabelecido como regra a *imposição da ideia de “raça” como base da divisão mundial do trabalho*. Assim, as relações de trabalho historicamente passaram a se estabelecer com base na classificação racial que fundamenta a colonialidade do poder, e o capitalismo o estabelece pela primeira vez na história um *padrão global de controle do trabalho*, que passa a articular todas as formas historicamente conhecidas de controle e exploração do trabalho (escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade e assalariamento) em torno do predomínio da forma assalariada, com a finalidade de produzir mercadorias para o mercado mundial.

A autora traz no trecho supracitado uma questão trabalhada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano que interessa à nossa discussão. O capitalismo, enquanto sistema orientado para a produção de mercadorias, tornou-se eixo ordenador de diferentes formas de controle do trabalho para consolidar-se como modo de produção hegemônico. A população negra foi submetida à escravidão, indígenas¹⁰, majoritariamente, à servidão; e, portugueses e espanhóis à exploração assalariada (QUIJANO, 2000a). Assim, fica evidente que produção da noção moderna de “raça” obteve sucesso como um mecanismo de classificação capaz de definir os lugares que cada grupo racializado deveria ocupar dentro da divisão social do trabalho. E, como veremos mais adiante, essa racialização do trabalho teve desdobramentos nos mais diversos aspectos da vida em sociedade, por todo o mundo conhecido.

Definidos ideologicamente esses postos de trabalho, o tráfico negreiro foi o responsável pela manutenção do grande empreendimento racista europeu, repondo toda a força de trabalho negra que se perdia em razão das mortes causadas pelas péssimas condições de vida e trabalho¹¹, castigos que mutilavam e deixavam escravizados desfuncionais para o trabalho, epidemias de varíola, cólera, sarampo, etc. (MOURA, 2014). O tráfico tornou-se um dos eixos

¹⁰ Embora o objeto desse capítulo seja a relação entre o desenvolvimento capitalista e sua relação histórica com a pauperização das condições de vida e trabalho da população negra, é importante frisarmos que indígenas e africanos escravizados, até meados do século XVIII, dividiam o mesmo espaço de produção realizando trabalhos semelhantes nas lavouras, criação de animais e transporte de mercadorias. A força de trabalho indígena foi predominante na era quinhentista, (GOMES; SCHWARCZ, 2018), chegando, até 1590, a dois terços da força de trabalho na economia açucareira, isto é, o fundamento da expansão açucareira no Nordeste brasileiro. As epidemias recorrentes entre 1559 e 1563, unido às leis promulgadas pela coroa, as pressões de ordens missionárias contrárias à escravidão indígena e as diversas resistências dos povos originários foram gradualmente tornando a escravização dos índios pouco atraentes e fazendo crescer a demanda por africanos (SCHWARTZ, 2018).

¹¹ De acordo com Abdias do Nascimento (2016), mesmo no Rio de Janeiro, onde teoricamente os negros escravizados gozavam de melhor tratamento que em qualquer outro lugar no país, a taxa de mortalidade infantil chegava a 88%. Não havia qualquer preocupação da classe dominante com a saúde da população negra, de tal modo que, após oito anos de sua chegada ao Brasil e exposição às mais aviltantes condições de vida e trabalho, o africano escravizado já não conseguia trabalhar.

centrais da dinâmica econômica colonial ao estruturar as relações capitalistas europeias sobre uma base escravista. Graças a essa articulação, as mais variadas linhas de produção europeias foram aquecidas e o capital daí decorrente foi dinamizado nas colônias (WILLIAMS, 2012).

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo (...). Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital (MARX, 2017, p.823).

Entre os grandes investidores do tráfico negreiro, vale destacarmos aqui a posição hegemônica da Inglaterra, posição que lhe garantiu altos níveis de acumulação de capital, pioneirismo tecnológico e uma larga reestruturação produtiva após a emblemática Revolução Industrial, no século XVIII (MOURA, 2014; WILLIAMS, 2012). É importante destacarmos essa particularidade aqui, pois, foi a Inglaterra o grande centro de gravidade do desenvolvimento capitalista e esse fato histórico teve vínculo direto com a racialização do trabalho no mundo.

A primeira expedição inglesa para traficar negros escravizados ocorreu em 1562. Com o livre-comércio de escravizados africanos reconhecido como um direito natural dos ingleses, a Inglaterra exportou, até 1786, mais de dois milhões de africanos para as suas colônias e cerca de meio milhão para fazendas francesas e espanholas. Seu protagonismo era tamanho no comércio triangular – Europa, África, Américas –, que em meados do século XVIII, praticamente todas as suas cidades se encontravam direta ou indiretamente nele envolvidas, fazendo circular um imenso fluxo de capitais por todo o país. O comércio de produtos coloniais, a exportação para as colônias e o tráfico negreiro geravam lucros como nunca visto antes (WILLIAMS, 2012).

Foi graças ao comércio de pessoas negras escravizadas e de açúcar que a Inglaterra desenvolveu a sua navegação comercial e construiu uma frota naval que lhe garantiu hegemonia sobre os mares por décadas. Suas cidades¹² portuárias cresceram. Liverpool se tornou o maior

¹² É importante se atentar para o fato de que, apesar de ter se observado um desenvolvimento geral nas cidades inglesas, a riqueza estava concentrada nas mãos da burguesia nacional. É preciso considerar que a Revolução Industrial experienciada na Inglaterra sacrificou sobremaneira milhares de homens, mulheres e crianças submetidas às mais degradantes condições de trabalho no chão das fábricas. Nas colônias, sob condições hediondas, a sanha por acumulação capitalista sugava brutalmente a vida da população negra. Na Europa, com escrúpulos... a dos operários e operárias brancas (ENGELS, 2010).

porto negreiro do Velho Mundo ao fazer do tráfico de africanos “seu método de acumulação primitiva” (MARX, 2017, p.829). Glasgow converteu-se em um grande centro comercial; e, quanto a Bristol, comenta um de seus analistas:

Não existe um tijolo na cidade que não tenha sido cimentado com sangue de um escravo. Mansões suntuosas, padrões de vida luxuosos, criadagens de libré foram frutos da riqueza construída com os gemidos e sofrimentos dos escravos comprados e vendidos pelos mercadores de Bristol. [...] Em sua simplicidade infantil, podiam não sentir a iniquidade daquele comércio, mas podiam sentir que era lucrativo (NICHOLLS; TAYLOR apud WILLIAMS, 2012, p.101).

O beneficiamento de matérias-primas produzidas por negros e negras escravizadas nas colônias viabilizou a origem das novas indústrias inglesas, que cresceram na proporção que cresciam as plantações de açúcar, tabaco, algodão, café e outros artigos agrícolas. A produção de grillhões, correntes e cadeados para aprisionar africanos nos navios negreiros e nas senzalas alimentou a indústria metalúrgica, também responsável pela fundição de âncoras e produção de armas destinadas à troca por negros na costa do continente africano (WILLIAMS, 2012). Nota-se também somas de investimento inglês em estradas de ferro, portos, agroindústrias, moinhos, serviço postal, gás e iluminação, companhias de seguro entre outros segmentos. A Inglaterra se tornara uma grande distribuidora de mercadorias e de capitais por todo o mundo:

Em 1834, aproximadamente, três oitavos do açúcar, metade da safra de café, e cinco oitavos do algodão eram embarcados por conta dos ingleses, embora, excetuando-se o algodão, muito pouco desses produtos fosse realmente desembarcado na Inglaterra. Do café embarcado no Rio, por exemplo, mais de trezentas e cinquenta mil sacas eram enviadas para os Estados Unidos, enquanto as Ilhas Britânicas recebiam menos de duzentas mil (MOURA, 2014, p.93).

Além disso, há que se considerar os ganhos decorrentes da apropriação mineral nas colônias e a prática de empréstimos vultosos com altas taxas de juros. No primeiro caso, por exemplo, é estimado que 26.900.000 libras esterlinas de metais preciosos foram levadas de Lima, no Peru, por navios de guerra britânicos, entre 1819 e 1825 (DONGHI, 1972 apud CUEVA, 1983). Há que se considerar também o papel crucial dos metais preciosos brasileiros, extraídos por negros escravizados, para o desenvolvimento britânico. A esse respeito, Marquese (2018, p.215) destaca que,

A natureza da inscrição geopolítica de Portugal no concerto europeu, dependente da aliança diplomática com a Grã-Bretanha para manter sua independência na península

Ibérica, facultou aos mercadores britânicos uma via de acesso indireta, porém crucial, aos metais preciosos do Brasil. O fluxo constante de ouro a partir do início do século XVIII forneceu um dos esteios para a construção do moderno sistema financeiro na Grã-Bretanha, fundado, entre outros elementos, na conversão do mercado doméstico para o padrão-ouro e numa sólida dívida pública lastreada em amplas reservas do metal dourado. Esse novo sistema financeiro, além de ter sido decisivo para a consolidação do poder naval-militar da Grã-Bretanha, foi um dos pilares do ambiente de negócios que permitiu o arranque industrial do país. Noutras palavras, a emergência do poder global britânico teve importantes relações com as transformações verificadas no sistema escravista português no Atlântico Sul durante a primeira metade do século XVIII.

No que tange aos empréstimos, de acordo com Carmagnani (1976), os empréstimos britânicos realizados como condição para o reconhecimento da soberania dos governos coloniais recém emancipados da metrópole, constituíram, em 1865, 76,4% das inversões inglesas na América Latina; 74,1%, em 1875 e 65,3%, em 1885.

O investimento dos lucros decorrentes das diferentes e predatórias articulações no mundo colonial possibilitou o surgimento e a consolidação do setor bancário que, por sua vez, financiou as grandes fábricas do país e a máquina a vapor que fertilizou as mais variadas linhas de produção da Inglaterra. Isto é, em linha histórica, foram os fluxos de capitais decorrentes da escravidão, do tráfico negreiro e do monopólio colonial que financiaram a Revolução Industrial inglesa e conseqüente consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico. Como assinala Fernandes (2008b, p.467), “o ‘negro’ se converteu, em nossa era, na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos esse suporte da civilização moderna” e, como assevera Veiga (2022), permitiu que a Europa avançasse de uma agricultura medíocre para um comércio tão extenso como jamais tinha experimentado.

Contudo essa expansão industrial encontrou um grande obstáculo para a sua crescente demanda por mercados que absorvessem suas mercadorias produzidas em larga escala: os monopólios comerciais estabelecidos pela ordem colonial. Os monopólios que outrora restringiram o comércio das colônias às metrópoles e, assim, fortaleceram as burguesias nacionais europeias, agora constituíam barreiras intoleráveis para a expansão capitalista que precisava estabelecer pactos comerciais mais amplos, escoar suas mercadorias em todas as direções e acessar as matérias-primas produzidas pelas diversas colônias. A saída encontrada pela Inglaterra, centro mundial do capitalismo e da Revolução Industrial, foi o combate aberto ao monopólio. E o primeiro passo para isso foi a oposição àquilo que, desde o princípio, era a espinha dorsal da ordem colonial: a escravidão.

O capitalismo mercantil do século XVIII desenvolveu a riqueza da Europa por meio da escravidão e do monopólio. Mas, com isso, ajudou a criar o capitalismo industrial do século XIX, que se virou e destruiu a força motriz do capitalismo mercantil, a escravidão, e todo seu funcionamento (WILLIAMS, 2012, p.284).

Enquanto no século XVIII todos os setores econômicos importantes na Inglaterra se alinhavam com o monopólio e o sistema colonial, após 1783 todos eles, um a um, passaram a investir contra o monopólio e o sistema escravista das Índias Ocidentais. As exportações britânicas para o mundo consistiam em produtos manufaturados que só podiam ser pagos em matérias-primas: o algodão dos Estados Unidos; o algodão, o café e o açúcar do Brasil; o açúcar de Cuba; o açúcar e o algodão da Índia. O aumento das exportações britânicas dependia da capacidade da Inglaterra de absorver as matérias-primas em pagamento. O monopólio das Índias Ocidentais britânicas, proibindo a importação de açúcar proveniente da cana plantada em colônias não britânicas para o consumo interno, era um entrave. Todos os setores importantes da economia – os fabricantes de têxteis de algodão, os armadores, os refinadores de açúcar; todas as cidades industriais e comerciais importantes, Londres, Manchester, Liverpool, Birmingham, Sheffield, o West Riding de Yorkshire – aliaram-se no ataque à escravidão e ao monopólio das Índias Ocidentais (WILLIAMS, 2012, p.215).

Aliado às novas demandas do capitalismo industrial, eventos como a independência das treze colônias (EUA) reduziram significativamente a importância da escravidão para a Inglaterra. As mudanças nas relações comerciais após a independência obrigaram o país a voltar seus olhos para as Índias Orientais e fez das atividades econômicas dos países produtores de açúcar no Atlântico uma ameaça constante. A disputa pelo mercado do açúcar na Europa foi marcada pela concorrência entre os países europeus que mantiveram suas colônias no ocidente e a Inglaterra, que contava com o açúcar produzido na Índia (WILLIAMS, 2012).

Para manter sua hegemonia, a burguesia inglesa precisou criar mecanismos que barrassem o crescimento dos seus concorrentes. Abolir o tráfico negreiro e a escravidão tornaram-se, portanto, pautas econômicas para os capitalistas ingleses. “Os mesmos interesses econômicos que tinham se fundado no sistema escravista agora se viravam contra ele e o destruíam” (WILLIAMS, 2012, p.193). Bastou, para isso, que a tendência de acumulação de riquezas nos países de capitalismo central sofresse ameaças de refreamento. Contudo, como veremos a seguir, os tensionamentos realizados para a abolição do tráfico negreiro e da escravidão não resultaram em mudanças profundas nas condições de vida da população negra, que há séculos já vinha marcada pela divisão racial do trabalho e pelas condições degradantes daí decorrentes.

3.3.3 Condições de vida e trabalho da população negra no mundo capitalista pós-abolição

No século XIX, o fim formal da escravidão, do tráfico negreiro, o encadeamento dos movimentos de emancipação política das colônias latino-americanas e suas respectivas buscas por identidades nacionais, não resultou em mudanças significativas na posição socioeconômica ocupada pela população negra. Os processos de opressão e exploração da força de trabalho negra foram refinados nos novos marcos do trabalho “livre” e, já estimulados pelos filósofos iluministas¹³ do século XVIII, passaram a contar com o empenho da produção científica do século XIX para consolidar a hierarquia racial como uma característica natural da experiência humana no mundo (ALMEIDA, 2016; FERNANDES, 2008a, 2008b; PADMORE, 2021; VEIGA, 2022).

O positivismo novecentista europeu construiu as bases para o determinismo biológico e geográfico, responsáveis por formular explicações morais, psicológicas e intelectuais para as diferenças existentes entre os diferentes grupos humanos. A pele não branca e o clima dos trópicos foram vistos como elementos que inclinavam a humanidade à comportamentos imorais, violentos, impregnados por lascívia e baixo recurso intelectual (ALMEIDA, 2016). De acordo com Veiga (2022, p.169), de modo geral,

os estudos científicos concentraram seus esforços para provar a inferioridade dos africanos e afrodescendentes, na perspectiva biológica, cultural e/ou estética. Alguns estudiosos se dedicaram a comparar os traços de africanos com símios ou estabelecer hierarquia mental e estética, sempre confirmando as populações da raça caucasiana como superiores. (...) O esforço em inferiorizar populações não brancas se sofisticou, com extensão dos estudos de outros traços fenotípicos (como cabelos e formatos do rosto), seguidos de estudos de crânios (craniometria) e medidas gerais do corpo (antropometria), com predominância do argumento do determinismo biológico. Assim, o conceito de raça, que significou durante muito tempo um grupo de pessoas de origem/linhagem comum, passou, no século XIX, a ser usado para definir tipos ou subdivisões da espécie humana (VEIGA, 2022, p.169).

O empenho das elites nacionais em inferiorizar, invisibilizar e manter os altos níveis de exploração da população negra no pós-abolição parece ter se mantido nos diferentes continentes

¹³ Tomando o homem como objeto do saber filosófico, o projeto iluminista se dedicou a conhecê-lo em seus diferentes aspectos e, para isso, construiu ferramentas para comparar e classificar os grupos humanos em suas dimensões físicas e culturais. Decorre desse esforço a denteição filosófico-antropológica entre o homem civilizado e o homem primitivo (ALMEIDA, 2019).

onde a expansão capitalista europeia alcançou. Rodney (1975) nos conta como, já no século XX, quando a escravidão e o tráfico negreiro já tinham sido formalmente abolidos, a racialização do trabalho “livre” viabilizou uma apropriação massiva e sistemática da mais-valia produzida pela força de trabalho negra, circunscrita a condições abissais de trabalho e salários muito abaixo daqueles percebidos pela população branca. Para que se mantivessem os altos níveis de exploração e a crescente acumulação capitalista, os países capitalistas europeus pilharam ainda mais o continente africano, que passou de 10,8% de seu território ocupado, em 1876, para mais de 90%, em 1914 (LENIN, 1987).

A teoria racista de que os negros eram inferiores aos brancos levava à conclusão de que os primeiros mereciam salários mais baixos; (...) Os salários recebidos pelos trabalhadores da Europa e na América do Norte eram muito mais elevados do que os pagos aos trabalhadores africanos, para categorias idênticas. Na Nigéria, o mineiro de Enugu recebia 4\$00 por dia pelo trabalho no subsolo e 2\$50 pelos trabalhos realizados à superfície. Um salário tão miserável como este seria inaceitável para um mineiro escocês ou alemão, que recebia numa hora aquilo que o mineiro de Enugu ganhava ao fim de uma semana de trabalho. (...) Os governos coloniais proibiam a admissão de africanos a empregos de categorias superiores; e, sempre que sucedia um branco e um negro ocuparem o mesmo posto, o branco recebia um ordenado consideravelmente superior. Isto acontecia em todos os níveis, desde os lugares na administração civil até aos mineiros. Nas colônias britânicas da Costa do Ouro e da Nigéria os assalariados africanos eram melhor pagos do que os seus irmãos em muitas outras partes do continente, mas estavam restringidos, na administração civil, aos empregados inferiores. No período anterior à última Guerra Mundial, os funcionários civis europeus recebiam na Costa do Ouro uma média de 2400\$00 por mês, com alojamento e outras regalias. Os africanos obtinham um salário médio de 240\$00, por um trabalho muito mais duro. Houve casos em que um europeu ganhava tanto como o conjunto de 25 auxiliares africanos (RODNEY, 1975, p.211-212).

Na África do Sul, a burguesia nacional aliada aos interesses da burguesia britânica, através daquilo que foi chamado de Sistema de Reservas e Campos de Trabalho, expulsou negros nativos das terras mais férteis do país, as entregou para fazendeiros brancos e destinou os expropriados à reservas de terras inférteis, incapazes sequer de garantir subsistência. Com menos de 20% das terras do país em sua posse – contra mais de 80% em mãos europeias –, os nativos foram forçados a trabalhar para fazendeiros e industriais europeus sob condições degradantes. Conforme Padmore (2021, p.16-21),

A vida dos trabalhadores agrícolas negros dificilmente se distingue da servidão. Em troca de poderem cultivar um pedaço de terra, que lhes é atribuída pelo fazendeiro branco, os negros são obrigados a pagar uma renda exorbitante ou, alternativamente, a trabalhar gratuitamente para seu amo branco na maior parte do ano. Independente do quão mal o senhorio trata seus servos, estes não estão autorizados a deixar a fazenda, a Lei Patrões e Serviçais, que rege a relação entre empregador e

empregado, considera como crime um trabalhador negro quebrar um “contrato” celebrado com um empregador branco. (...) sempre que tentam fugir são imediatamente presos pela Polícia e devolvidos aos seus patrões. Isto é feito ao abrigo de um sistema conhecido como A Lei do Passe que define como crime o simples fato de um trabalhador negro andar na rua de qualquer cidade da África do Sul sem um passaporte provando que está a serviço de um capitalista branco. Através desses métodos czaristas de terrorismo policial, milhões de trabalhadores negros são escravizados no seio do seu próprio país.

A Política de Reservas de terras também foi adotada pelo governo britânico no Quênia, onde os nativos foram expropriados, resultando um cenário onde 10.000 milhas quadradas de terra foram distribuídas entre 12 mil fazendeiros; e, 5.000 milhas quadradas de terras inférteis foram distribuídas para 2 milhões de nativos. Em territórios nos quais a população nativa ofereceu resistência às imposições coloniais, o governo colonial submeteu a população a altos impostos e, assim, os obrigou a prestar serviços forçados para fins públicos e privados, ou ainda, a recorrer ao endividamento em bancos estrangeiros para sobreviver (PADMORE, 2021).

Desta forma os imperialistas são capazes de criar um mercado de trabalho “livre” e assim obter mão de obra para as suas plantações, minas, ao mesmo tempo que o governo recolhe os impostos e os bancos e os outros usuários recolhem os juros sobre os empréstimos. Isto, em resumo, nos dá uma imagem nítida da forma como esses vampiros capitalistas exploram as massas da África Ocidental (PADMORE, 2021, p.38).

Ao nos voltarmos para os domínios neocoloniais franceses na África – Congo Francês, Ilha de Madagascar, Ilhas de Mayotte e de Comoro, Reunião, Somalilândia Francesa, Senegal, Guiné, Costa do Marfim, Daomé, Sudão Francês, Alto Volta, Mauriânia, Níger, Dakar e dependências –, não encontramos diferenças significativas no que tange ao *modus operandi* capitalista no continente: expropriação de terras camponesas, viabilizando grandes concessões de terras para empresas francesas produtoras de cacau, borracha e algodão; e trabalho forçado, garantindo força de trabalho barata para essas plantações da iniciativa privada.

O nível de vida dos nativos nestas colônias é muito baixo, devido essencialmente aos baixos salários pagos nas plantações. Mesmo os que ainda são “proprietários” de terras dificilmente estarão melhor. Com métodos primitivos de cultivo, ao que se somam as secas frequentes, as invasões de pestes e insetos e a tributação, estes trabalhadores não conseguem obter alimento suficiente. Essa situação de má nutrição generalizada gera uma grande apatia e leva a doenças e epidemias. Apesar disso os patrões imperialistas classificam esses escravos negros como os seres mais pragueiros da criação e não hesitam em “racionalizar” a sua mão de obra através do

chicote. Não é invulgar ver milhares de nativos trabalhando sob o mais doentio clima tropical, sol escaldante ou chuvas tropicais, vigiados por guardas armados munidos de chicotes de couro (PADMORE, 2021, p.49).

Quando, a partir de 1876, o imperialista belga Leopoldo II decidiu “civilizar” e proteger o bem-estar do povo africano, declarou que todo o território do Congo era sua propriedade e fez concessões para que a iniciativa privada explorasse os recursos naturais do país. Homens, mulheres e crianças negras foram forçadas a dispor de sua força de trabalho na coleta de marfim e borracha, sob a pena de açoite caso não atingissem a meta estabelecida pelos capitalistas (PADMORE, 2021).

Os EUA, sem sombra de dúvidas, foi outro território onde as condições de vida e trabalho da população negra foram brutalmente marcadas pelos interesses capitalistas com forte colorido racista no pós-abolição (MANOEL; LANDI, 2020; DAVIS, 2019). Homens e mulheres negras foram sistematicamente legados aos postos mais precarizados de trabalho e sobreviveram recebendo os mais baixos salários – quando não mortos por comerciantes e profissionais liberais descendentes de escravagistas que, com frequência, faziam “(...) incursões às zonas rurais negras, onde lincham negros, queimam casas e destroem as colheitas e outros pertences negros. Na maioria dos casos de linchamento os negros são queimados vivos depois de irrigados com gasolina ou são enforcados em árvores” (PADMORE, 2021, p.72).

Organizações supremacistas brancas e fascistas, como a Ku Klux Klan, a Legião Americana, os Camisas Negras, os Cruzados Caucasianos, apoiadas pela burguesia e por uma classe média reacionária, se alastraram sem grandes resistências no país do Jim Crowismo¹⁴. Apesar de juridicamente iguais, as leis Jim Crown estabeleceram profundas restrições quanto à possibilidade de brancos e negros compartilharem os mesmos espaços sociais, como afirma Padmore (2021, p.81-82)

Isto aplica-se mais comumente nos serviços públicos, nos hospitais, nos centros recreativos e em outros lugares de diversão etc. Em alguns estados, negros nem sequer são autorizados a viajar nas mesmas carruagens que os brancos. Sempre que as companhias de ferrovias permitem que os negros viagem, obrigam-nos a fazê-lo em pequenos compartimentos sujos de madeira pelos quais devem pagar um bilhete do mesmo preço que o dos brancos que se beneficiam das melhores comodidades

¹⁴ Em 1955, as chamadas leis Jim Crow, em vigor desde a reconstrução pós-Guerra Civil, no sul dos EUA, vivilizou uma segregação racial que excluiu a população negra do acesso a postos de trabalhos, moradia em determinados bairros, acesso a ônibus, restaurantes e espaços públicos.

modernas que os trens oferecem. Nos ônibus do Sul, os negros entram e saem pelas portas traseiras, enquanto os brancos o fazem pela frente e têm reservado para si os melhores lugares. Nos locais em que os negros podem frequentar os teatros são obrigados a entrar pela de trás e no interior do teatro são amontoados em varandas imundas, muito afastadas do palco.

Não é permitido aos trabalhadores negros frequentar os restaurantes que servem os brancos, nem banhar-se nas mesmas praias, nem usar as mesmas portas de edifícios que as outras pessoas. Os negros são impedidos de entrar em bibliotecas, museus, galerias de arte e de outros centros culturais. As oportunidades educativas e culturais a que têm acesso são muito limitadas. Na maioria das localidades são obrigados a colocar os filhos em escolas separadas, e, como seria de esperar, o Estado capitalista investe de longe muito menos na educação das crianças negras do que na das crianças brancas, apesar de os negros terem de pagar os mesmos impostos destinados à manutenção do sistema escolar público.

Em se tratando da América Latina, é flagrante que também aqui o status de trabalhador e trabalhadora livres não significou mobilidade social para a população negra, tampouco superação dos mecanismos de inferiorização operacionalizados pela classe dominante. No Peru, a abolição da escravidão, em 1854, “libertou” o negro em uma sociedade que o enxergava como inferior e perigoso (AGUIRE, 2005). Na Colômbia, a população afrodescendente foi massivamente qualificada como selvagem, estúpida, cínica e insolente (WADE, 1977). Na Bolívia, onde a força de trabalho negra garantiu rios de prata extraídos de Potosí, o direito à cidadania foi reiteradamente obstruído, assim como na Venezuela e no Paraguai (GONZÁLES, 2015; TELESCA, 2015). O Uruguai, o Chile e a Argentina são historicamente conhecidos pela radicalidade com a qual exterminaram e marginalizaram as populações indígena e negra, para que depois se orgulhassem de serem “as nações mais brancas e europeias da América Latina, sem índios e sem negros” (VEIGA, 2022, p.148).

Cenário parecido encontramos também no Brasil, último país da América Latina a abolir a escravidão e o primeiro a criar uma sociedade eugênica: a Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918 (VEIGA, 2022). Se durante o regime escravista a população negra brasileira contou com barreiras que garantiam seu imobilismo socioeconômico, após a abolição, homens e mulheres negras juridicamente livres passaram a ser preteridos por sua cor, afastados das oportunidades de emprego no mercado de trabalho e de uma integração social plena capaz de favorecer possibilidades mais amplas e efetivas de desenvolvimento humano. É sobre esse cenário brasileiro que nos deteremos com mais afinco na próxima sessão.

3.3.4 Condições de vida e trabalho do negro no Brasil do trabalho “livre”.

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado – aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva – eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de “africanos livres”. Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. (...) Em 1888, se repetiria o mesmo ato “liberador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres” (NASCIMENTO, 2016, p.64).

A transição abrupta do regime escravocrata brasileiro para o sistema de trabalho “livre” e assalariado, se deu sem qualquer preocupação do Estado em preparar tecnicamente a população negra e egressa da escravidão para as novas demandas sociais e trabalhistas do país. Ao perderem a sua importância enquanto agentes de trabalho indispensáveis para a economia nacional, à população negra brasileira restou a indiferença das classes dominantes quanto a sua precariedade material e rumos nos anos que viriam (NASCIMENTO, 2016).

Sem garantias de reparações materiais e morais escrupulosas, justas e eficazes, a Abolição equivalia – nas zonas de vitalidade cafeeira – a condená-lo à eliminação no mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre. Longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, o estrangeiro ou nacional, expunha-o fatalmente, de modo previsível e insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social (FERNANDES, 2008a, p.59).

A população negra ex-escravizada foi entregue à ignorância, à miséria e flagrante degradação social. Como relata Carneiro (2021, p.73), “ganhando mal, vestindo mal, alimentando-se mal, bancando o juguete dos acontecimentos econômicos, embrutecendo-se num trabalho de dez horas diárias em condições anti-higiênicas, sofrendo a opressão racial dos homens brancos e o desprezo dos próprios proletários brancos”, após séculos de escravidão, a população negra brasileira experimentou uma liberdade fictícia que a condenou à morte. A sociedade do trabalho “livre” não lhe abriu sequer portas para as atividades para as quais a “escola da escravidão” o havia disciplinado. Mesmo para os chamados “negros da lavoura”, a Lei nº 611 de 1850 (Lei de Terras) havia obstruído as possibilidades de uma produção para subsistência (STEDILE, 2011).

Restou à população negra um cenário onde lhe cabia postos de trabalho residuais, distantes do prestígio social e até mesmo das condições mínimas de uma vida digna. Enquanto categoria social, o negro foi inegavelmente excluído das tendências de expansão capitalista. Mesmo nos períodos cíclicos de expansão capitalista – como os promovidos pela comercialização do café, pelo notório crescimento urbano e durante e após a II Guerra Mundial – a população negra não pode acessar as oportunidades percebidas, pois, faltava-lhe as bases materiais de socialização e integração social capazes de habilitá-la para ocupar aquelas posições (FERNANDES, 2008b). Como nos diz Moura (2014, p.219)

O Negro foi obrigado a disputar a sua existência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto.

A presença nas indústrias, nos serviços domésticos, nas atividades de manufatura, artísticas, de transporte e comerciais era majoritariamente composta por imigrantes europeus (FERNANDES, 2008a), avaliados pela elite branca brasileira como um elemento estratégico no projeto racista de embranquecimento da nação. Sob a inspiração de teorias eugênicas, essas elites consideraram que pretos e pardos constituíam um obstáculo para o desenvolvimento de um país que se queria à imagem e semelhança dos Estados modernos europeus. Para tanto, era preciso “melhorar a raça” da população e construir uma identidade nacional distante de todo traço negro e indígena (OSÓRIO, 2021).

Nascimento (2016, p.69) nos lembra que,

Desde o século XIX, o objetivo estabelecido pela política imigratória foi o desaparecimento do negro através da “salvação” do sangue europeu, e este alvo permaneceu como ponto central da política nacional durante o século XX. (...) Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da “mancha negra” na população brasileira. Um decreto de 28 de junho de 1890 concede que “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos”.

Em várias oportunidades no período de 1921 a 1923, a Câmara dos Deputados considerou e discutiu leis nas quais se proibia qualquer entrada no Brasil “de indivíduos humanos das raças de cor preta”. Quase no fim do seu governo ditatorial, Getúlio Vargas assinou em 18 de setembro de 1945, o Decreto-Lei nº 7967, regulando a entrada de imigrantes de acordo com “a necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia”.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo urbano e industrial que sucedeu o escravismo brasileiro integrou capitalistas e aqueles trabalhadores nacionais e imigrantes despossuídos que conseguiram vender a sua força de trabalho. A população negra egressa da escravidão, no entanto, não foi integrada a essa estrutura, quer por falta de preparo técnico, quer pela preferência dada pelos empregadores à força de trabalho branca (FERNANDES, 2008a).

As dificuldades estruturais para “ganhar a vida” no mundo branco e burguês faziam do trabalho infantil, do abandono de menores, velhos e dependentes; da mendicância, da fome, da prostituição, da criminalidade, da mortalidade infantil, da baixa expectativa de vida, das habitações em cortiços apinhados e do suicídio fenômenos presentes no mundo negro pós-abolição. A despeito dessas circunstâncias materiais, as interpretações racistas dessa realidade se apressavam em dizer que “os negros nasceram para aquilo”, que a sua desgraça social no mundo do trabalho “livre” era prova de que nasceram para a escravidão e para o governo dos brancos (FERNANDES, 2008a; NASCIMENTO, 2016). Não se discutia a responsabilidade daqueles que produziram e atualizavam as condições materiais herdadas da sociedade escravocrata na produção dessas circunstâncias.

Além da falta de mecanismos estatais capazes de qualificar tecnicamente a população negra secularmente excluída de espaços educativos, Fernandes (2008b), aponta também para os efeitos da estereotipação da pessoa negra enquanto limitador das oportunidades de trabalho e acesso aos bens materiais e imateriais historicamente acumulados pelo gênero humano. Por estereotipação o autor se refere a um conjunto que abrange desde avaliações, atitudes e comportamentos individuais preconceituosos, até mesmo ações institucionalizadas que garantem, tanto no nível simbólico quanto material, a atualização e continuidade de uma hierarquização racial na formação social brasileira. Desqualificações do negro como sendo “vagabundo”, “irresponsável”, “de caráter duvidoso”, “sujo” “ineficiente”, “preguiçoso”, “burro”, etc. serviam como mecanismos que contribuía para retirá-lo do cenário competitivo na busca por trabalho.

Em sua obra, Abdias Nascimento (2016, p.79, 83) faz um resgate histórico importante para que tenhamos dimensão dessa prática:

Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral, os anúncios procurando empregados se publicavam com a explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor.” Mesmo após a lei Afonso Arinos, de 1951, proibindo categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada. Ela tem um valor

puramente simbólico. Depois da lei, os anúncios se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora “pessoas de boa aparência”. Basta substituir “boa aparência” por “branco” para se obter a verdadeira significação do eufemismo. Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece: difusa, mas ativa. (...) Em 1959, quase uma década após a promulgação da lei antidiscriminatória “Afonso Arinos”, o preconceito racial foi mencionado pelo O Jornal do Rio de Janeiro, dia 6 de junho, como o principal fator de desemprego.

As pesquisas desenvolvidas por Hasenbalg (1995; 1992) e Hasenbalg e Silva (1999) nos mostraram que, três décadas após a Lei Afonso Arinos (1951), a população seguia ocupando os postos de trabalho com as condições trabalhistas mais precarizadas. Através da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1987, o autor (1992) mostrou que, enquanto a população branca representava 57,3% dos postos de trabalho com carteira assinada, a população negra representava apenas 38,2%, sinalizando a persistência histórica das desigualdades no mundo do trabalho racializado.

Em termo marxistas, é importante considerar que a exclusão do trabalhador e da trabalhadora negra tem utilidade econômica e política desde os primeiros momentos da Abolição até os dias atuais. É através dela que se forma o exército industrial de reserva que nivela “por baixo” os salários e, como destaca Damasceno (2021), viabiliza a apropriação de maiores níveis de mais-valia na exploração do povo negro. Fernandes (2008a; 2008b) indicou esse cenário na década de 1950, Hasenbalg (1995; 1992) na década de 1980, e as pesquisas contemporâneas persistem revelando continuidades nesse sentido. Vejamos com mais detalhes esses dados na sessão a seguir.

3.3.5 Aspectos sociodemográficos da população negra no Brasil contemporâneo

De acordo com Osório (2021), entre os indicadores da desigualdade racial, poucos a expressam tão bem quanto a renda. A renda está relacionada com o indicador de bem-estar¹⁵, pois aponta para as possibilidades concretas dos indivíduos e seus familiares acessarem os bens materiais e imateriais historicamente produzidos na sociedade. A renda, portanto, está diretamente associada às diferentes possibilidades de desenvolvimento humano.

¹⁵ Se tomarmos, por exemplo, os indicadores de saúde do suplemento de acesso e utilização dos serviços de saúde, levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2008, veremos que quanto maior a renda, maior a autoavaliação do estado de saúde (MONTOVANELE; SANCHES; PAIXÃO, 2010).

Por motivos já ventilados nos tópicos anteriores, no Brasil, as estatísticas socioeconômicas têm indicado, reiteradamente, que a renda média da população negra se encontra abaixo da renda média da população branca. Entre 1986 e 2001, a renda média dos brancos foi de, aproximadamente, 2,4 vezes maior que a dos negros. De 2002 a 2008, essa distância regrediu um pouco e apresentou certa estabilidade até 2019 (OSÓRIO, 2021), ano no qual o informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2019) indicou que o rendimento médio dos brancos era de R\$ 2.796,00, e o dos negros de R\$ 1.608,00. Além disso, o mesmo documento destaca que os negros apresentavam um percentual de 64,2% de desempregados, contra 34,6% para os brancos.

Quando olhamos para os dados publicados no Relatório Anual de Desigualdades Raciais no Brasil – 2009-2010 (PAIXÃO; ROSSETTO; MONTOVANELE, F.; CARVANO, 2010), percebemos que os níveis de desigualdade são flagrantes também noutras esferas associadas à qualidade de vida em sociedade. No que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde, as taxas de cobertura de planos privados de saúde indicam que, em 2008, dos 25,9% dos brasileiros que declararam estar cobertos por algum plano de saúde particular, 34,9% eram brancos e 17,1% negros. Quando esses números são decompostos na variável de sexo, observamos que, no ano da pesquisa, 33,6% dos homens brancos tinham acesso a plano de saúde particular, enquanto apenas 16,8% dos homens pretos e pardos o tinham. As proporções no contingente feminino não se afastam muito, apresentando uma taxa de cobertura entre as mulheres brancas de 36,0%, enquanto entre as pretas e pardas chegava aos 17,5%. Esses dados acabam por confirmar a importância do serviço público de saúde para a população negra, cuja soma de atendimentos nessa esfera de serviço chega aos 69,2%, contra 30,6% em estabelecimentos privados (MONTOVANELE; SANCHES; PAIXÃO, 2010).

Não obstante os números apontarem para o maior uso e, portanto, importância do serviço público de saúde para a garantia da vida da população negra no Brasil, em 2008, a taxa de não cobertura do SUS foi de 14,9% para homens brancos e de 26,9% para os homens pretos e pardos. Entre as mulheres, a taxa de não cobertura foi de 13,3% para as mulheres brancas e de 23,7% para as pretas e pardas. Da população que não conseguiu atendimento no serviço público, no mesmo ano, os pretos e pardos representam 62,5% do contingente não atendido, por motivos que variam entre: não conseguiram vaga ou senha ou esperaram muito e desistiram (41,2%), falta de médico ou dentista na unidade de atendimento (40,6%) e ausência de serviço, equipamento ou profissional especializado (10,2%) (MONTOVANELE; SANCHES; PAIXÃO, 2010).

O Relatório Anual traz ainda dados referentes às desigualdades raciais expressas nos níveis de insegurança alimentar e de acesso ao sistema de ensino no Brasil. No primeiro dos casos, os levantamentos realizados indicaram que, em 2004, 39,8% dos residentes do país viviam em insegurança alimentar leve ou moderada ou grave. Desse total, foi constatado que 52,4% dos indivíduos negros viviam em insegurança alimentar, estando 11% em insegurança alimentar grave. Quando analisados os dados referentes à população branca, verifica-se que as taxas são bem menos expressivas, alcançando a marca de 28,2% em estado de insegurança alimentar, estando 4,1% em insegurança alimentar grave (BURLANDY, SALLES-COSTA; PAIXÃO, 2010).

No que diz respeito à Educação, amparado nos dados da PNAD, o Relatório Anual indica que 10,0% da população residente no Brasil, em 2008, com mais de 15 anos, era analfabeta. Quando apresenta os dados decompostos em grupos de cor/raça e sexo, o documento aponta para uma taxa de analfabetismo de 6,0% e 6,4% entre homens e mulheres brancas, respectivamente. Entre homens e mulheres pretas e pardas, por sua vez, as taxas de analfabetismo, no mesmo ano, alcançaram 14,0% e 13,2%, respectivamente (ROSSETTO; PAIXÃO, 2010).

Quando observadas as taxas de analfabetismo funcional da população branca e da população negra, de ambos os sexos, as desigualdades se aprofundam também de acordo com a faixa etária. Entre os que possuíam entre 15 e 25 anos, a população branca apresentou uma taxa de 16,1% de analfabetismo funcional contra 26,6% entre os negros. Entre os a cima de 25 anos, o mesmo indicador foi de 19,4%, entre os brancos, e alcançou 32,8% entre pretos e pardos. Na população acima dos 40 anos, as taxas variaram para 25,7% entre os brancos, e 43,7% entre pretos e pardos. Por fim, entre os que possuíam idade superior a 65 anos, 46% dos brancos e quase 70% dos pretos e pardos apresentaram analfabetismo funcional¹⁶ (ROSSETTO; PAIXÃO, 2010).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), em 2018, a população negra contabilizava em torno de 2/3 dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho e, entre os trabalhadores informais, 34,6% eram

¹⁶ De acordo com Ribeiro (1997, p.145) o termo alfabetismo funcional, criado em 1930, nos Estados Unidos, é utilizado para designar “a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos, domésticos ou de trabalho, muitas vezes colocado em contraposição a uma concepção mais tradicional e acadêmica, fortemente referida a práticas de leitura com fins estéticos e à erudição”.

brancos, contra 47,3% negros. Os dados do IBGE (2019) apontam ainda que, em 2018, “o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas brancas (R\$ 2.796) foi 73,9% superior ao das pretas ou pardas (R\$ 1 608). Tal diferença relativa corresponde a um padrão que se repete, ano a ano, na série histórica disponível” (IBGE, 2019, p. 3).

Compreender que a população negra se encontra secularmente submetida a limitações no acesso de bens e serviços garantidores da vida e do desenvolvimento das potencialidades humanas, é fundamental para o debate sobre desenvolvimento humano. A compreensão de que a racialização do trabalho, engendrada pelo capitalismo mercantilista europeu no século XV, produziu uma realidade que degrada material e simbolicamente a população negra, não deve ser um aspecto marginal nessa discussão, sobretudo por esse fato histórico apresentar desdobramentos facilmente observados ainda hoje. Seus resultados estão expressos nos estudos historiográficos, sociológicos, estatísticos, mas, também, nos olhos daqueles que encaram de frente as periferias, os mocambos e as favelas do país.

Nesse sentido, nessa primeira parte do capítulo, realizamos uma digressão sobre fatos históricos para que, ao fim, pudéssemos pensar sobre as condições particulares de vida e trabalho da população negra a partir dos efeitos diretos e indiretos da expansão e consolidação do modo de produção capitalista. Em síntese, vimos os seguintes pontos:

- 1) A expansão do capitalismo europeu no continente africano, além de gerar prejuízos políticos e aprofundar conflitos nas mais diversas nações, transformou a população negra em mercadoria e a escravizou para garantir maiores níveis de acumulação de capital nas colônias ocidentais do século XVI;
- 2) Para garantir o sucesso do empreendimento colonial, a burguesia europeia formulou justificativas filosóficas e, mais tarde, científicas para legitimar a escravidão do povo negro. Esse esforço ideológico fundamentou uma divisão racial do trabalho levada à cabo intercontinentalmente;
- 3) Sustentado no genocídio dos povos originários, no comércio de pessoas negras, na produção escravista e na exploração sistemática dos recursos naturais das colônias, o capitalismo europeu alcançou um novo nível de desenvolvimento. Seu grande marco histórico foi a Revolução Industrial, na Inglaterra do século XVIII, e sua eclosão não seria possível sem o financiamento garantido pela pilhagem das riquezas do “novo mundo”. Isto é, a opulência capitalista e sua consolidação como modo de produção

hegemônico não existiriam sem a exploração e opressão sistemática da população indígena e, sobretudo, negra a partir do século XVI;

4) A divisão racial do trabalho não foi diluída com a abolição da escravidão. Foi demonstrado que os mecanismos de opressão e exploração observados até 1888 foram atualizados e assumiram utilidade econômica no pós-abolição: geraram um exército de reserva que, ao pressionar os salários para baixo, possibilitou um volume maior de mais-valia e, conseqüentemente, maiores níveis de acumulação de capital. Assim, compreendemos que a desigualdade racial mantida e observada até os dias atuais constitui elemento estruturante do modo de produção capitalista no Brasil;

5) A busca por maiores níveis de acumulação de capital estimulou uma reorganização e avanço imperialista dos países de capitalismo central sobre o território africano, a partir do século XIX, submetendo a população negra às mais degradantes condições de vida e trabalho, mesmo após a Abolição;

6) Atualmente, apesar da defesa burguesa ao mito da “democracia racial”, as pesquisas confirmam que as desigualdades raciais persistem e se expressam nos mais variados indicadores sociais, tais como: renda, saúde, educação, encarceramento, acesso à justiça, etc.

Feitas essas considerações, é pertinente avançarmos para uma questão: se foi o modo de produção capitalista que, a partir do século XVI, criou a noção de “raça” para que em uma sociedade hierarquizada a escravidão fosse legitimada; se foram os intelectuais orgânicos da sociedade burguesa os responsáveis pelo determinismo biológico que estendeu o racismo pelos séculos XIX e XX para manter estável a tendência de acumulação de capital; se é esse sistema concorrencial que contemporaneamente faz uso econômico das desigualdades raciais, é possível um mundo capitalista antirracista?

Essa pergunta é central para nós, porque ela nos conduz de volta e incrementa as reflexões feitas nos capítulos mais específicos sobre desenvolvimento humano e sobre trabalho enquanto categoria ontológica do ser social. Lá atrás vimos como os obstáculos capitalistas ao acesso aos produtos historicamente acumulados pelo gênero humano restringem suas possibilidades de desenvolvimento. No capítulo em que nos encontramos, para além das restrições de classe típicas da regulação capitalista, vimos como esse modo de produção cria uma outra camada de exploração que torna ainda mais crítica as possibilidades de pleno desenvolvimento das potencialidades humanas: a opressão racial. Duas camadas distintas e articuladas, a de classe e a de raça, produzem verdadeiros rincões de miséria material e

simbólica que condenam os trabalhadores e trabalhadoras negras à uma vida degradada e mais distante do pleno desenvolvimento enquanto seres sociais.

Assim, a superação do capitalismo se nos apresenta como um horizonte necessário, se o que desejamos é garantir melhorias reais nas condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano para a população negra. Por quão distante esteja esse horizonte, resta-os o entendimento de que qualquer análise em desenvolvimento humano que desconsidere os impactos histórico-concretos do capitalismo sobre as condições de vida da população negra, esquiva-se de uma compreensão mais lúcida sobre esse processo e cede a teses que respondem insatisfatoriamente aos problemas históricos vivenciados por essa população.

3.4. Divisão sexual do trabalho, capitalismo e desenvolvimento restrito

Ao discutirmos sobre condições materiais de vida e desenvolvimento humano, no primeiro capítulo, vimos que, as bases ontológicas da generidade humana se encontram na relação concreta que homens e mulheres estabelecem com o seu entorno. É na proporção que o indivíduo, com todo o seu repertório biológico e circunscrito às relações próprias de uma determinada formação material, interage e acessa o conjunto de bens materiais e imateriais historicamente acumulados pelo gênero humano, que ele desenvolve as habilidades e capacidades que particularizam o gênero humano. Contudo, vimos também que os diferentes modos de organizar a produção e reprodução material da vida, as barreiras sociais interpostas entre os indivíduos e os produtos do trabalho humano, implicam em diferentes possibilidades de desenvolvimento humano (MARX; ENGELS, 2007; MARX, 2017).

No capítulo anterior, fizemos uma digressão histórica para destacar algumas dessas barreiras presentes na experiência da população negra no mundo, graças à posição subalternizada em que foi posta em sua relação com a expansão capitalista, desde o século XV. Discutimos sobre os desdobramentos históricos da divisão racial do trabalho, suas rupturas formais e continuidades no mundo pós-abolição. Agora, seguiremos abordando algumas condições particulares de desenvolvimento da mulher, enquanto ser social, em sua integração à sociedade patriarcal-capitalista, refletindo sobre a divisão sexual do trabalho e seus aspectos de limitantes.

3.4.1 Trabalho produtivo, trabalho reprodutivo e suas articulações na estrutura patriarcal-capitalistas

O reconhecido crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, em meados do século XX, veio acompanhado do crescente interesse por pesquisas que tratassem da divisão sexual do trabalho (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010). Parte significativa dessas pesquisas concorda, em suas análises, que a divisão sexual do trabalho tem um papel preponderante no modo como se estruturam as mais diversas formações sociais (BIROLI, 2018)

Quando Marx (2004, 2007, 2008, 2017) realizou suas análises sobre a história da humanidade em sua relação produtiva com a natureza, o autor nos mostrou como as diferentes formações sociais, fundadas na apropriação privada dos meios de produção, apresentam similaridades estruturais e estruturantes das relações humanas. Uma dessas aproximações é expressa no conflito de classes antagônicos e inconciliáveis.

Ao endereçar o seu olhar para uma análise mais atenta sobre o modo de produção capitalista, Marx (2017) nos mostrou como o processo nomeado de “acumulação primitiva” criou suas condições de origem, fazendo emergir duas classes: a classe burguesa, possuidora dos meios de produção; e a classe trabalhadora, despossuída dos meios de produção e que, por isso, aliena a sua força de trabalho à exploração burguesa para garantir a própria sobrevivência. No entanto, o autor não aprofundou suas análises no entendimento das particularidades da divisão sexual do trabalho e dos atravessamentos patriarcais existentes mesmo antes do advento do capitalismo; tampouco reservou a devida atenção para como essa combinação entre patriarcado e exploração capitalista engendra diferentes formas de alienação do trabalho feminino nas formações sociais capitalistas.

Já nas sociedades pré-capitalistas da Europa Ocidental, podia-se verificar uma nítida divisão sexual do trabalho, expressa na separação entre o conjunto de atividades desenvolvidas por homens – voltadas para o mercado e para a produção de valor econômico: o trabalho produtivo – e o conjunto de atividades realizadas por mulheres – atrelado às funções domésticas de cuidado, tanto da parentela quanto dos objetos essenciais para a manutenção da vida: o trabalho reprodutivo. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial orientado para a produção de mercadorias em larga escala, a indústria doméstica, que antes se encontrava integrada ao trabalho produtivo em um mesmo espaço, se esgarçou progressivamente e aprofundou a distância entre essas duas modalidades. De um lado, o trabalho produtivo foi deslocado para as fábricas e para o espaço público; de outro, o trabalho reprodutivo manteve-

se restrito ao ambiente doméstico e desvalorizado por sua suposta ineficiência na produção de valor econômico (ALVES, 2013).

Enquanto o trabalho masculino foi orientado para a produção de mercadorias e, portanto, de riquezas, o trabalho reprodutivo feminino foi historicamente cristalizado como um trabalho invisível, distante da esfera de produção de valor (LARGUIA; DUMOULIN, 1976). A valorização do trabalho produtivo foi manifesto também nas análises econômicas expedidas por autores como Marx (2017), que se dedicaram a analisar os fenômenos associados à produção mercantil de bens e serviços, em detrimento do trabalho reprodutivo, suas condições de existência, seus atravessamentos patriarcais e seus desdobramentos particulares sobre a vida das mulheres (MELO; CASTILHO, 2009).

(...) ao centralizar esse debate no mundo da produção, Marx tinha em mente relações estritamente existentes no mundo das mercadorias e das relações de troca, sem levar em conta a existência do patriarcado (...) enquanto um sistema que precede o capitalismo e que dele participa. A sistemática do patriarcado repercute sobre toda a sociabilidade humana, mas subjugava violentamente apenas metade da população mundial (ALVES, 2021, p.117).

Segundo Biroli (2018, p.27), o patriarcado consiste numa estrutura de “exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema”.

Enquanto estrutura de dominação objetiva e subjetiva do masculino sobre o feminino, o patriarcado se expressa historicamente através de instituições políticas, religiosas, através das diferenças salariais percebidas entre homens e mulheres, dos diferentes papéis sociais atribuídos aos sexos, etc. É operacionalizado por valores e comportamentos como o de submissão da alteridade, supremacia racial, hierarquia, conquista pela violência, destruição pela guerra, competição, entre outros valores que nos legaram incontáveis crises civilizatórias e ainda ocupam um inegável espaço na vida contemporânea. Seus efeitos, que extrapolam a concepção de machismo, impregnam todos os campos do laço social e têm encontrado guarida na lógica capitalista, cuja condição de existência se encontra numa estrutura desigual, de concorrência, submissão e exploração de outrem (BRANDÃO, 2008; NETO, 2021).

No que diz respeito ao entrelaço entre a ordem patriarcal e capitalismo, Saffioti (2013) nos mostra como as formações sociais capitalistas não diminuíram as distâncias sociais entre homens e mulheres nutridas pelo patriarcado. Pelo contrário, elas elevaram ao limite as contradições e opressões já existentes nas sociedades pré-capitalistas. Embora a Revolução

Burguesa (1789), na França, tenha suprimido juridicamente os privilégios masculinos, a expansão das liberdades advindas da superação da tradição feudal só alcançou precariamente as mulheres, que concretamente permaneceram submetidas ao homem, inclusive, dentro de uma mesma classe.

(...) a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão, cujos interesses residiam, de um lado, na eliminação dos privilégios feudais e, de outro, na manutenção das regalias masculinas. Em outros termos, a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina (SAFFIOTI, 2013, p.161).

A acumulação primitiva capitalista, fortalecida pela revolução burguesa na França, não gerou igual desfecho para todos os membros da sociedade. Se, por um lado, os homens passaram a dispor de liberdade jurídica para vender a sua força de trabalho, as mulheres continuaram¹⁷ confinadas no ambiente doméstico desenvolvendo trabalho não remunerado e marginalizadas dos processos decisórios da sociabilidade burguesa (ALVES, 2021; SAFFIOTI, 2013). Como destaca Falquet (2013), no modo de produção capitalista, além de sujeitas à exploração no regime assalariado (exploração de classe), as mulheres também acumulam outra camada de exploração e dominação expressa na apropriação física e material de suas existências.

O esforço de compreensão e formulação teórica sobre a articulação entre patriarcado e capital, ficou à cargo de autoras francesas feministas materialistas, como Simone de Beauvoir, Christine Delphy, Colette Capitan-Peter, Emmanuelle de Lesseps, Collete Guillaumin e Monique Wittig, que, a partir da década de 1970, estendendo os princípios marxistas-materialistas à análise da opressão das mulheres, lançaram luzes sobre os limites e os efeitos da interpretação marxiana quando restrita a um entendimento assexuado de classe trabalhadora (ALVES, 2021). Nos debates teóricos realizados sobre as “relações sociais de sexo”, a relação entre trabalho remunerado, trabalho doméstico e trabalho reprodutivo, as autoras buscaram explicar as desigualdades a partir das determinações materiais e causalidades econômicas, destacando que a naturalização da posição social das mulheres nas relações de trabalho constitui o fundamento da dominação patriarcal nos marcos capitalistas (BIROLI, 2018; BRANDÃO, 2008).

¹⁷ É fundamental destacar aqui que o desfecho da acumulação primitiva capitalista para as mulheres negras foi a escravidão. Sendo assim, diferente das mulheres brancas e burguesas, a força de trabalho feminina negra não se manteve restrita ao ambiente doméstico. Pelo contrário, o seu trabalho foi escravizado e explorado em distintos cenários, atuando diretamente na produção de riquezas, conforme demandava o mercado capitalista europeu. Além disso, é importante frisar que a exploração da mulher negra escravizada se dava também na dimensão sexual, fato que aprofunda ainda mais as distâncias entre a experiência feminina branca e a experiência feminina negra, durante e após os processos de acumulação primitiva (SAFFIOTI, 2013)

Um dos grandes eixos de debate formulados pelo feminismo marxista é o do trabalho reprodutivo. Segundo Casalini (2010, apud ALVES, 2021, p.72),

O trabalho reprodutivo tem a ver, verdadeiramente com a carne e com os corpos: com o ato de se colocar no mundo as crianças e assisti-las, com a assistência aos idosos frágeis, aos doentes, às pessoas necessitadas de carinho e atenção; mas relaciona-se também com limpeza das nossas casas, dos nossos vestuários, a preparação da comida e todas aquelas outras infinitas e indeterminadas atividades cotidianas orientadas à satisfação das nossas necessidades físicas e afetivas. Estas atividades vão da reprodução biológica ao sustento dos fundamentais processos de socialização.

De acordo com Alves (2021), o trabalho reprodutivo pode ser fornecido de três formas diferentes: gratuitamente e sem exploração capitalista, como ocorre abundantemente na apropriação patriarcal do trabalho feminino; de forma terceirizada, isto é, através da compra direta da força de trabalho, sem o intuito de produção de lucro, como ocorre na contratação de diaristas, mensalistas, cozinheiras, etc.; e, ainda, de forma mercantilizada, submetida à uma relação de exploração da força de trabalho por empresas que fazem o intermédio entre trabalhadoras(es) e contratantes do trabalho reprodutivo, apropriando-se da mais-valia decorrente das condições e relações de trabalho.

Na primeira das possibilidades, o trabalho reprodutivo fornecido historicamente e gratuitamente por mulheres é o que garante a possibilidade de homens alienarem a sua força de trabalho ao capitalista, submetendo-se à exploração, gerando mais-valia e acumulação de capital. Ao eximir o homem de consumir horas do dia em atividades reprodutivas (preparar alimentos, lavar roupas, limpar a casa, cuidar dos filhos, etc.), o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres garante que sua jornada de trabalho seja maior, isto é, que haja mais tempo disponível para que o trabalho masculino seja explorado pelo patrão (BIROLI, 2018). Além disso, a força de trabalho (energia vital) consumida durante os dias de trabalho é repostada graças ao trabalho reprodutivo feminino, ao garantir alimentação e outros cuidados necessários para a renovação cotidiana da força de trabalho. Como dito por Alves (2021, p.95), “contemporaneamente, o capital tem se apropriado do patriarcado para garantir que as mulheres sustentem mundialmente sua expansão, uma vez que são responsabilizadas pela reprodução da força de trabalho, motor da produção de valores”.

Apesar de seu caráter essencial para o capitalismo, o trabalho reprodutivo desenvolvido predominante por mulheres na esfera doméstica é tanto objeto de uma aparente ruptura com o trabalho produtivo – como se o segundo não dependesse do primeiro –, quanto marginalizado e invisibilizado. “Sob a alienação capitalista, estas atividades aparentam inexistir, e é nesse sentido que só é possível percebê-las quando se atenta para as relações patriarcais a elas

subjacentes” (ALVES, 2021, p.111), relações estas que escaparam às primeiras análises marxianas.

Na segunda das três possibilidades de fornecimento de trabalho reprodutivo, a terceirizada, ainda não existe uma relação de trabalho com o objetivo de produzir lucro e mais-valia, mas, como no primeiro caso, também possibilita uma maior reserva de tempo dos contratantes para alienarem sua força de trabalho no mercado de trabalho. De modo geral, essa é uma modalidade prestada por mulheres empobrecidas, racializadas e com baixo nível de escolaridade para famílias cujos membros se encontram integrados ao mercado de trabalho ou que possuem condições financeiras suficientes para terceirizar o trabalho reprodutivo.

De acordo com o relatório *Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection* (OIT, 2013), entre 1995 e 2010, o número de trabalhadores e trabalhadoras domésticas no mundo sofreu um aumento de 33,2 para 52,6 milhões, com maior concentração na América Latina e Caribe. No Brasil, até 2015, o trabalho doméstico constituiu a quarta maior ocupação exercida por mulheres e homens¹⁸, a terceira mais ocupada por mulheres em geral, e a segunda mais ocupada por mulheres negras (OLIVEIRA, 2021).

Temos ainda a mercantilização do trabalho reprodutivo por empresas, que viabiliza a produção de valor e, assim, a sua integração direta e crescente na dinâmica de acumulação capitalista.

O trabalho reprodutivo fornecido na forma gratuita cede um espaço cada vez maior ao terceirizado, e, a depender de variáveis históricas e geográficas de configuração das relações sociais de sexo, classe e “raça”, ele pode ser adquirido através da contratação de mulheres em condições econômicas e nacionais diversas. (...) se antes prevaleciam as contratações de trabalhadoras de maneira independente ou *freelancer*, normalmente por intermédio de pessoas conhecidas, rapidamente, em determinados países da América do Norte e Europa, empresas privadas passaram a organizar o fornecimento dessas atividades, interpondo-se à relação entre as trabalhadoras e as famílias (ALVES, 2021, p.124).

A novidade trazida pelo processo de mercantilização que se inicia nas décadas finais do Séc. XX é o fato de que esse trabalho passa a ser explorado com finalidade de gerar mais-valia para as empresas fornecedoras destes serviços, e, portanto, participar do movimento de reprodução do capital (ALVES, 2021, p.137).

Esse processo garante a inserção do trabalho feminino, historicamente apropriado pela ordem patriarcal, no regime assalariado, isto é, garante um deslocamento do lugar de

¹⁸ Apesar de incluídos nos dados, os homens representavam menos de 1% do universo de pessoas ocupadas com trabalho doméstico em 2015, tornando claro que esta é uma atividade majoritariamente ocupada por mulheres (OLIVEIRA, 2021).

reprodutora da força de trabalho explorada, a masculina; para o lugar de força de trabalho explorada pelo capital no regime assalariado (ALVES, 2021).

Ocorre que, mesmo quando a força de trabalho feminina passou a ser incorporada ao trabalho produtivo, fora do ambiente doméstico, sua integração foi realizada de forma precária e sem qualquer desresponsabilização pelo trabalho reprodutivo realizado domesticamente. A participação dos homens no trabalho reprodutivo doméstico é claramente inferior à participação das mulheres (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010; BIROLI, 2018). Não raro, observamos mulheres que acumulam o trabalho produtivo com o reprodutivo, restando flagrante o caráter de dupla opressão feminina: a patriarcal, que engendra a apropriação do trabalho feminino no ambiente doméstico, mantendo privilégios masculinos; e, a do capital, que a explora em condições ainda mais precárias que aquelas observadas na população masculina (ALVES, 2021). Como aponta Biroli (2018, p. 23),

na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais, as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas, menos remunerado que os homens que desempenham as mesmas atividades e subrepresentado na política.

De acordo com dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE (2005 apud MELO; CASTILHO, 2009), entre a população em idade de trabalhar, mas, que se encontra inativa¹⁹, isto é, fora do mercado de trabalho, as mulheres representam 66%, contra 34% dos homens. Entre as mulheres ocupadas, 91% declaram realizar trabalhos domésticos – mantendo, portanto, dupla jornada de trabalho. Além disso, entre as mulheres que realizam dupla jornada de trabalho, a média de horas dedicadas às tarefas domésticas é de 20,8 horas semanais, contra 9,1 horas dos homens. Ainda tomando o cenário brasileiro como exemplo, Biroli (2018) nos mostra que, entre 1970 e o início do século XXI, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005. No entanto, a ocupação de postos de trabalho hierarquicamente mais elevados continua majoritariamente masculina, além da diferença salarial que permanece em torno de 25% superior ao das mulheres. Depreendemos, portanto, que, ao contrário do que imaginava Engels (2019), a inserção das mulheres no universo do trabalho produtivo capitalista não

¹⁹ Na categoria “inativos” estão incluídas pessoas que não trabalham, aposentados, rentistas, estudantes, inválidos ou doentes, além das pessoas que se dedicam apenas aos afazeres domésticos. Isto é, o trabalho doméstico realizado majoritariamente por mulheres não é considerado atividade econômica (MELO; CASTILHO, 2009).

garantiu condições efetivas para a sua libertação. Pelo contrário, apenas redefiniu os contornos de opressão do patriarcado em sua articulação com a exploração capitalista.

A mercantilização do trabalho reprodutivo não torna o trabalho fornecido por mulheres mais prestigiado ou valorizado, nem lhes garante mais direitos sob o véu jurídico liberal capitalista. Pelo contrário, mantém relações de precarização que se reconfiguram juntamente com a conjunção entre capital, racismo e patriarcado. (...) O processo de mercantilização das atividades reprodutivas é, nesse sentido, marcado pela precarização de seu fornecimento, em prol da expansão do capital sobre a força de trabalho, antes tomada estritamente de modo gratuito ou via terceirização direta por parte da família, e pela transformação das forças não-capitalistas de trabalho em agentes de produção de mais-valia, não consistindo, esse processo, um movimento de libertação da mulheres, mas em mudança da forma de sujeição, mantendo-se o seu caráter de exploração-apropriação (ALVES, 2021, p.141).

Além da dupla opressão sofrida na dimensão do trabalho, Saffioti (2013, p.103) destaca outro ponto fundamental para compreendermos a condição da mulher enquanto ser social. As difíceis condições de acesso e permanência da mulher no mercado de trabalho e demais espaços de socialização produz também como efeito o seu distanciamento das entidades representativas de organização e luta de classes, reduzindo o seu protagonismo enquanto sujeito político na formulação de políticas que atendam aos seus interesses.

Biroli (2018) compartilha dessa tese, ao indicar que a divisão sexual do trabalho e as formas como as mulheres são socializadas no mundo reduzem suas possibilidades de atuação política, seja nas instituições públicas ou privadas, mantendo invisibilizadas as necessidades e interesses que dizem respeito à população feminina. Se considerarmos apenas o cenário brasileiro, observaremos que, embora as mulheres representem mais da metade do eleitorado no país, após vinte anos de aprovação de lei que reserva 30% de candidaturas femininas nas listas partidárias, em 2017, o Brasil possuía apenas 10,7% de mulheres eleitas para a Câmara de Deputados e 14,8% para o Senado Federal. Considerando que os projetos votados no Congresso e Senado brasileiros têm sua aprovação mediante posição majoritária das casas, é esperado que as porcentagens supracitadas não garantam a aprovação de projetos que atendam às particularidades postas em debate pelas eleitas.

Alves (2021) expande ainda mais a compressão sobre os efeitos das restrições infligidas pelo ordenamento patriarcal-capitalista: para a autora, ao distanciar as mulheres da totalidade social – esfera política, artística, filosófica e demais acúmulos materiais e imateriais historicamente acumulados pela humanidade –, a conjunção patriarcado-capitalismo responsabiliza exclusivamente o homem pelos rumos do desenvolvimento do gênero humano, afastando as possibilidades de protagonismo feminino na construção da história humana.

A compreensão sobre essa estrutura é de fundamental importância para esta pesquisa. Como destacado no primeiro capítulo, as condições de vida e trabalho no capitalismo possuem um papel fundamental nas possibilidades de desenvolvimento humano e, em se tratando do trabalho feminino, as condições de desenvolvimento, enquanto ser social, têm sido inegavelmente restritivas. A solidez dada pelo capitalismo à apropriação patriarcal do trabalho feminino tem restringido, por exemplo, o acesso das mulheres à renda própria, pois o seu papel fica limitado à função de cuidar e reproduzir a força de trabalho masculina. O desenvolvimento das mulheres acaba por se dar dentro e para as fronteiras domésticas, viabilizando competências e habilidades atreladas ao trabalho reprodutivo, e limitando suas potencialidades enquanto membros do gênero humano (SAFFIOTI, 2013).

3.4.2 A sobreposição de gênero, classe e raça

Tais limitações ganham ainda maior relevo quando observadas as condições de vida às quais as mulheres negras estão submetidas. Dizer que há um tipo peculiar de apropriação e exploração do trabalho feminino não significa que dizer que esses processos se deem sob as mesmas condições para mulheres brancas e negras (BIROLI, 2018). De acordo com Alves (2021), embora o trabalho reprodutivo seja uma necessidade humana, não é aleatório que ele esteja concentrado sobre mulheres racializadas, empobrecidas e de países periféricos, enquanto mulheres brancas, de classe média e alta, o terceirizam e ingressam no mercado de trabalho produtivo. Esse fenômeno só pode ser devidamente compreendido quando, além das dimensões de sexo e classe, consideramos também os componentes raciais que marcam de forma particular a sociabilidade capitalista.

O Brasil escravista nunca restringiu a força de trabalho da mulher negra ao trabalho reprodutivo. A instrumentalização do seu trabalho na produção de riquezas foi praticada em larga escala desde os primeiros anos da escravidão. Sua exploração econômica era ainda mais profunda que a percebida entre os homens escravizados, pois, à mulher negra estava reservada, além da função no sistema produtivo de bens e serviços, o papel de objeto sexual para os senhores de escravos, e o de reprodutora de força de trabalho através da gestação de crianças negras destinadas, desde o seu nascimento, a produzir riquezas para a classe dominante (SAFFIOTI, 2013).

Dada a socialização da mulher branca para o desempenho dos papéis de dona de casa e mãe de família legalmente constituída, necessária se fazia a existência de uma classe

de mulheres com as quais os jovens brancos pudessem praticar as artes do amor antes do casamento. Assim, a escravidão satisfazia não apenas às exigências do sistema produtivo, mas, ainda, àquelas impostas pela forma de colonização adotada e às de uma família branca na qual à mulher cabia, precipuamente, o papel de mãe da prole legítima (SAFFIOTI, 2013, p.240-241).

É importante destacarmos aqui que, ao indicarmos as diferenças históricas de papéis ocupados por mulheres brancas e negras, não queremos minimizar as opressões sofridas pelas primeiras. No Brasil escravista, o casamento e as violências dele decorrentes constituía o único caminho possível para as mulheres brancas, que aos 13 anos já se tornavam mães em uniões arranjadas por seus pais. Como dito por Saffioti (2013, p.241), essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido” e toda a sua socialização se endereçava ao lugar de submissão ao homem.

Eram os filhos, e não as filhas da casa-grande, que recebiam educação na Europa e que promoviam as inovações sociais e políticas e até mesmo alterações na moda feminina. (...) foi a mulher o elemento mais afastado das correntes de transformações sociais e políticas, afastamento este deliberadamente promovido pelos homens numa atitude francamente hostil à participação da mulher em toda e qualquer atividade que extravasasse os limites da família (SAFFIOTI, 2013, p.249).

No entanto, o papel assumido pela mulher branca no trabalho reprodutivo e demais esferas sociais era inegavelmente diferente daquele acumulado pelas mulheres negras. O papel das primeiras no agenciamento da casa-grande era o de senhora de escravos, responsável por coordenar e supervisionar o trabalho de mulheres negras escravizadas desde a cozinha até a produção das festividades. Isto é, havia claras diferenças materiais e simbólicas nos lugares ocupados por mulheres brancas e negras, resultando, portanto, em diferentes processos de desenvolvimento físico, psíquico e social.

No período pós-abolição, a sobreposição das camadas de opressão (patriarcado, raça e classe) assumiram diferentes contornos frente às frequentes crises e recomposições do capitalismo. E das expressões dessa atualização pode ser observada no modo distinto de acesso ao mercado de trabalho. Quando se trata de renda e acesso aos postos de trabalho, aos serviços de escolarização e especialização, são as mulheres brancas que mais se aproximam do posto mais alto da pirâmide, ocupado por homens brancos. As mulheres negras ocupam os postos mais pauperizados e recebem as piores remunerações (BIROLI, 2018). De acordo com Pinheiro (et al., 2016), as mulheres negras representam 39% dos postos de trabalho precarizados, seguidas pelos 31,6% de homens negros, 27% de mulheres brancas e 20,6% dos homens brancos.

Quando, em 2013, quase metade da população negra exercia trabalho informal – contra 34,7% da população branca –, as mulheres negras eram o segmento da população com menor acesso ao trabalho formal. Em estudo realizado a partir de levantamentos feitos pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Oliveira (2021) nos mostra que, entre 1995 e 2015, a taxa de formalização no vínculo empregatício para mulheres negras é menor quando comparada à mulher branca. Para as primeiras, a taxa variou entre 24% e 36% em 20 anos, enquanto para as segundas, a variação foi de 33% a 44% (OLIVEIRA, 2021).

As mulheres negras constituem também a faixa da população com menor renda média. No universo de homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, as mulheres negras constituem o grupo que recebe as remunerações mais baixas. A média recebida por homens brancos varia entre R\$ 2.262,00 e R\$ 2.509,00; e a do homem negro, entre R\$ 1.070,00 e R\$ 1.500,00, todos no mesmo período, entre 1995 e 2015. Nesses vinte anos, a maior remuneração recebida por mulheres negras (R\$ 1.285,00 em 2013) foi menor que a menor remuneração recebida por mulheres brancas (R\$ 1.374,00, em 2003) (OLIVEIRA, 2021).

As famílias chefiadas por mulheres negras possuem a menor renda média, quando comparadas às famílias chefiadas por homens brancos, mulheres brancas ou homens negros. No caso dos domicílios chefiados por mulheres brancas, a renda domiciliar per capita chega a ser 47,3% maior que os chefiados por mulheres negras (IPEA, 2014). Quando analisado o rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, nesse mesmo intervalo de tempo, o rendimento da mulher negra variou entre 570,00 e 1.027 reais, enquanto o rendimento da mulher branca variou entre 1.150,00 e 1.900,00 reais. Em 1995, os rendimentos da mulher branca já ultrapassavam a quantia de R\$ 1.000,00, enquanto a mulher negra só foi alcançar essa média a partir de 2012 (OLIVEIRA, 2021). Assim, com menor poder aquisitivo, mulheres negras possuem menos chances de contratar serviços privados de trabalho reprodutivo – como diaristas –, e acabam por acumular trabalho doméstico e trabalho fora do lar (BIROLI, 2018).

Quando olhamos para o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras na informalidade, isto é, sem carteira assinada, a precariedade salarial se aprofunda ainda mais, acompanhada das diferenças entre os sexos e “raça”. Se, em 1995, a trabalhadora negra informal recebia uma média de R\$ 501,80, os homens negros recebiam R\$ 590,10; as mulheres brancas, R\$ 933,00; e, os homens brancos, aproximadamente R\$1.172,40. Em 2015, a média de rendimentos das

mulheres negras cresceu para R\$ 951,20; dos homens negros para aproximadamente R\$ 1.000,00; das mulheres brancas para aproximadamente R\$ 1.300,00; e, dos homens brancos, para aproximadamente R\$ 1.550,00 (OLIVEIRA, 2021).

No tocante à remuneração das mulheres que exercem trabalho doméstico remunerado, Oliveira (2021) observa a quão desvalorizada é esta atividade no cenário brasileiro, e o quanto essa desvalorização se aprofunda quando é exercida por mulheres negras. Entre as mulheres brancas que trabalham como empregadas domésticas em apenas um domicílio, com carteira assinada, entre 1995 e 2005, os rendimentos variaram entre R\$ 600,00 e R\$ 1.045,00. Quanto às mulheres negras, na mesma modalidade e intervalo temporal, os rendimentos variaram entre R\$ 547,20 e R\$ 950,50. Quando observadas as variações de rendimentos entre as empregadas domésticas sem carteira assinada, os das mulheres brancas variaram entre, aproximadamente, R\$ 450,00 e R\$ 710,00; enquanto os rendimentos das mulheres negras variaram entre, aproximadamente, R\$ 380,00 e R\$ 590,00, entre 1995 e 2015.

Depreende-se, portanto, que seja na formalidade – coberta pelas garantias e direitos trabalhistas – ou na informalidade, as mulheres negras são as que percebem piores rendimentos, quando comparadas às mulheres e homens brancos e homens negros, fato que endossa o verso escrito e cantado por Elza Soares e Seu Jorge: “A carne mais barata do mercado é a carne negra”.

À guisa de conclusão, destacamos alguns dos pontos centrais desse tópico:

- 1) A apropriação do trabalho feminino antecede em milhares de anos a existência do modo de produção capitalista, constituindo uma das formas mais antigas de oposição de classes (ENGELS, 2019). No entanto, o caráter funcional da apropriação patriarcal para a maximização da produção de mais-valia fez dessa estrutura um pilar fundamental no capitalismo. Não à toda a família nuclear burguesa é defendida sem restrições pelos partidos e demais organizações políticas liberais e conservadoras. No Brasil, a defesa sistemática da “família tradicional brasileira” foi uma das bandeiras mais importantes para a eleição de Jair Messias Bolsonaro, representante da extrema direita liberal no país.
- 2) A integração progressiva da força de trabalho feminina na esfera produtiva não se deu de forma homogênea entre mulheres brancas e negras. A racialização do trabalho engendrada pelo capitalismo mercantil, sobretudo no século XVI, inseriu despoticamente milhões de mulheres negras escravizadas na esfera produtiva através da

escravidão. No século XVIII, com o advento da Revolução Industrial financiada pelos superlucros gerados pela escravidão, mulheres brancas europeias foram precarizadamente inseridas no trabalho produtivo fabril. Contudo, o componente racial produziu níveis ainda mais profundos de apropriação e exploração da força de trabalho feminina nas colônias, produzindo um dos cenários mais violentos da história da humanidade. Nesse sentido, ao olharmos para as condições contemporâneas de vida, trabalho e desenvolvimento humano, não podemos negligenciar a sobreposição de raça, classe e gênero, tampouco as atualizações dos mecanismos racistas que viabilizam maiores níveis de acumulação de capital e diferentes possibilidades de desenvolvimento humano entre as mulheres (ENGELS, 2010; SAFFIOTI, 2013; QUIJANO, 2000a, 2000b; MOURA, 2014).

- 3) A divisão sexual do trabalho, atravessada pelas determinações de classe e raça, restringem s possibilidades de desenvolvimento biopsicossocial das mulheres, ao limitar sua socialização ao ambiente doméstico e aos desígnios masculinos. O seu constrangimento às fronteiras domésticas, distante dos espaços políticos que deliberam os rumos do gênero humano, favorece a construção de uma sociedade masculinizada e, assim, interfere tanto no nível do desenvolvimento individual, quanto social das mulheres (BIROLI, 2018; ALVES, 2021).
- 4) Mesmo quando integradas à esfera produtiva e ocupando os mesmos postos de trabalho tradicionalmente ocupados por homens, as mulheres seguem em flagrante desigualdade quando comparadas as retribuições salariais e as relações contratuais. Essa realidade, expressa nos dados supracitados, tem impacto direto sobre as condições de desenvolvimento feminina, pois, implica menor renda e, assim, menos acesso aos bens e serviços historicamente acumulados pelo gênero humano (OLIVEIRA, 2021; IPEA, 2014;).

Nesses termos, é crucial para o debate sobre desenvolvimento humano a consideração sobre as violências históricas que marcam a existência das mulheres. Pensar sobre as restrições infligidas pela estrutura patriarcal-capitalista constitui uma tarefa incontornável para a Psicologia do Desenvolvimento, se o que a orienta for o compromisso ético-político refletir e, sobretudo, transformar as circunstâncias sociais que bloqueiam o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher enquanto ser social.

3.5 Aspectos históricos das condições de vida e trabalho no “comércio mais barato da Bahia”



Figura 1. Praça Padre Mateus, Centro de Santo Antônio de Jesus, 1957.

FONTE:<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=432643>

3.5.1 Dos fundamentos e seus intrincamentos comerciais

O intervalo de tempo que vai de 1890 a 1914 é crucial para pensarmos a história da Bahia e seus municípios. Esse destaque se dá em razão de alguns episódios que foram decisivos para a dinâmica produtiva no estado: a transição do modo de produção escravista para a produção em regime assalariado; e o início da Primeira Guerra Mundial (PEDRÃO, 2007). A esses dois episódios Souza e Souza (2012) acrescentam as incertezas políticas e dificuldades econômicas do final do século XIX, decorrentes da Proclamação da República do Brasil.

Esse conjunto de fatores foi determinante para que, no Recôncavo Baiano²⁰, historicamente conhecido por seu dinamismo econômico desde o Brasil Colônia, fossem

²⁰ De acordo com as informações publicadas no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Governo da Bahia, o governo estadual reconhece a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Entre eles, o Recôncavo é composto por 19 municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix,

prospectados projetos capazes de viabilizar um recrudescimento econômico através do fortalecimento de já conhecidos e de novos formatos de produção e circulação de mercadorias (SOUZA; SOUZA, 2012). Relações de trabalho que coexistiam com as escravistas ganharam relevo²¹ sob a alcunha de trabalho livre e, como veremos, viabilizaram diferentes modos de inserção na vida econômica, ora prejudicadas, ora beneficiadas pelo legado escravista (SACRAMENTO, 2007).

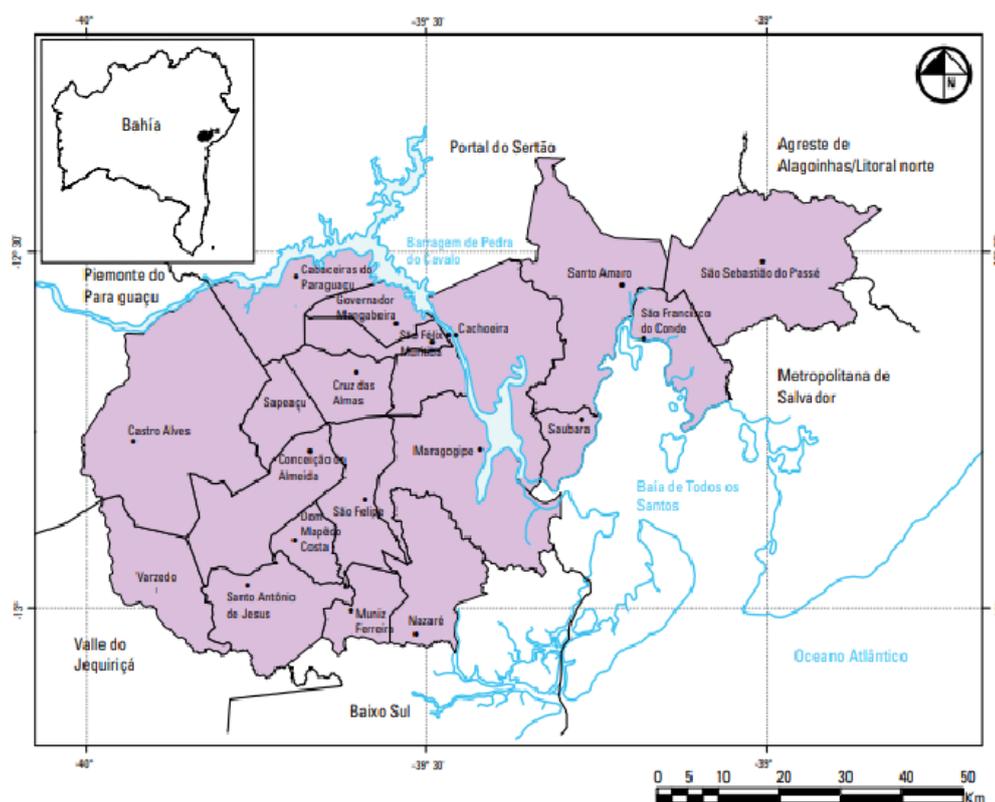


Figura 2. Mapa: Território de Identidade Recôncavo.
Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2013.

O Recôncavo é uma região de 9.800km² que sediou o principal polo de produção açucareira da Bahia, foi sede nacional de produção fumageira, além de sediar, a partir de 1978, o primeiro polo de produção petrolífera planejado do Brasil – o Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC. Sua vida econômica foi predominantemente determinada pela relação exportadora que estabeleceu a partir da mediação da capital, Salvador.

Sapeaçu, Saubara e Varzedo. Disponível em: <http://www.bahia.ter.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade>. Acesso em: 06/03/2024.

²¹ O “trabalho livre” teve crescimento significativo na Bahia desde a década de 1850, em ocasião do fim do tráfico negreiro internacional. A intensificação do tráfico interprovincial na década de 1870, para suprir a demanda de força de trabalho escrava nas lavouras do Centro-Sul do Brasil, acelerou o declínio da escravidão na Bahia e a busca por estratégias de transição para o trabalho livre (COSTA, 2009).

Desde o século XVI, o Recôncavo Baiano tem sido conhecido pelas descrições feitas por cronistas e viajantes que a esse território faziam menção e distinção das características da capital. Sua malha produtiva era essencialmente dividida em três seguimentos: o do açúcar, na zona norte; o do fumo, na zona mais arenosa, próxima à Cachoeira e ao Rio Paraguaçu; e, a da agricultura de subsistência, na zona sul do Recôncavo (SCHWARTZ, 1988). Entre os municípios que se dedicaram à agricultura de subsistência, encontram-se Nazaré, Aratuípe, Maragogipe e Santo Antônio de Jesus (SAJ), centros especializados na produção de farinha de mandioca, café e outros artigos agrícolas que tanto serviam aos interesses locais quanto ao abastecimento comercial de Salvador (OLIVEIRA, 2000). Aliás, essa integração econômica inicial entre o Recôncavo e a capital é fundamental para a compreensão dos contornos e reestruturações políticas e econômicas sofridas nesse território.

De acordo com Pedrão (2007, p. 9),

Essa região foi criada pelos interesses de capital mercantil já internacionalizado em busca de meios materiais para expandir-se, que se instalou em Salvador. A prosperidade do açúcar criou uma classe subalterna rica – os senhores de engenho – que se tornou um poder ambivalente, extraindo sua identidade do Recôncavo, mas fazendo-se representar no contexto político de Salvador. O bloco regional de poder foi formado de uma aliança entre os interesses mercantis de Salvador com os da oligarquia açucareira.

Desde o início, o Recôncavo foi configurado como um complexo regional cuja diversidade produtiva era unificada na relação subsidiária que mantinha com Salvador (SOUZA; SOUZA, 2012). No último quadrante do século XIX, como destaca Sacramento (2007), foi o Recôncavo Sul quem forneceu as condições que viabilizaram os projetos modernizadores da capital baiana²², afinados com o modelo agroexportador do país. Com o passar dos anos, Salvador concentrou ainda mais as funções urbanas e administrativas do estado, enquanto outras regiões do Recôncavo conservaram, com certa solidez, aspectos mais ruralizados e marcados por precárias relações e condições de trabalho herdadas do sistema escravista brasileiro:

Mais que noutras partes do Estado, o Recôncavo é o lugar de uma pluralidade de situações que compreendem um leque daquelas determinadas pela escravidão e pela servidão, aquelas constitutivas do universo do extrativismo e o elenco de situações pertencentes ao que se aceita como moderno (PEDRÃO, 2007, p.13).

²² É importante nos atentarmos aqui para o período a que se refere Sacramento (2007), pois, como expedido em análise realizada por Mattoso (1992) sobre a produção agrícola da Bahia no século XIX, em meados do século, o Recôncavo não atendia a contento as demandas de consumo de Salvador, fazendo-a recorrer majoritariamente à importação de alguns gêneros de outras províncias.

Não obstante a longa relação de subserviência econômica à sede urbano-administrativa e a morosidade com a qual segue se desembaraçando dos seus fundamentos escravocratas, o Recôncavo vivenciou quatro processos históricos de suma importância para a reestruturação da sua dinâmica espacial, econômica e trabalhista. O primeiro deles foi o abandono da produção tradicional, estimulada por marcos externos e internos: o declínio²³ e fechamento do mercado do fumo no decorrer das duas grandes guerras mundiais; e, a dificuldade de integração tecnológica nos processos produtivos. O segundo, consistiu na transição do sistema de transporte aquático para um sistema multimodal de base rodoviária, mudança atrelada ao projeto modernizador do Brasil na primeira metade de século XX. O terceiro episódio foi o fracasso do eixo Salvador-Feira de Santana como base da industrialização do Estado, viabilizando, assim, uma descentralização de investimentos e emigração de empresas a partir da década de 1990 para regiões interioranas. Por fim, como efeito das três mudanças mencionadas, percebeu-se uma reestruturação produtiva que definiu um novo conjunto de bens e serviços locais, fortalecendo novos centros comerciais, antes inviabilizados pela centralidade da capital. Entre essas novas vértices comerciais, destacou-se Santo Antônio de Jesus como ponto de referência na micro-região (PEDRÃO, 2007).

O município de Santo Antônio de Jesus se encontra na região nomeada de Recôncavo Sul. Trata-se de uma das áreas mais tradicionais do processo de invasão e colonização portuguesa, tendo sido economicamente central no já mencionado abastecimento do mercado soteropolitano com produtos como farinha de mandioca, fumo e matéria prima para desenvolvimento urbano (SOUZA; SOUZA, 2012). Situada no entroncamento rodoviário formado pelas BR 101, BA 046 e BA 026, o município articula-se ainda com a BR 324, fato que amplia ainda mais a sua presença nos fluxos de mercadorias e capitais da região (PASSOS, 2010).

O município de Santo Antônio de Jesus foi criado pela lei nº 1.952, publicada em 29 de maio de 1880. No entanto, a base para sua formação se deu com os primeiros povoamentos indígenas, entre os quais pode-se destacar os cariris, tupinambás e aimorés (SANTOS, 2011). Fruto da expansão das fronteiras econômicas e demográficas observada a partir da segunda metade do século XVI, o povoamento da área onde hoje se encontra Santo Antônio de Jesus atravessou morosamente os séculos XVII e XVIII, vindo a se consolidar no século XIX.

²³ Em Santo Antônio de Jesus, o declínio se aprofundou a partir da década de 1960, quando os empresários começaram a migrar para Cruz das Almas. Armazéns de fumo foram fechados e, dos 12 existentes na década de 1970, apenas um chegou aos anos 1980, adensando o contingente de trabalhadores e trabalhadoras desempregadas e não absorvidas por outros seguimentos do comércio (ASSIS; FARIAS, s.d.).

Diferente dos municípios que compunham o Recôncavo Norte, SAJ não se configurou a partir de grandes propriedades de monocultura. As produções de mandioca, açúcar e café se davam em propriedades de pequeno e médio porte, e a abundância de recursos hídricos contribuiu para que a atividade agrícola se tornasse a principal²⁴ atividade econômica do município. Os proprietários de terra se beneficiavam desse cenário e abriam espaço para o exercício de influência política nas diferentes funções que assumiam na administração pública (OLIVEIRA, 2000).

Apesar de já no século XVIII a cidade servir de conexão entre o “sertão de baixo” e o “alto sertão” (PASSOS, 2010), a ampliação da sua importância na integração dos fluxos comerciais da região teve início com a inauguração da Tram-Road, também conhecida como Estrada de Ferro de Nazaré (EFN), em setembro de 1880. O município se tornou um lugar de escoamento de pessoas e mercadorias, fazendo dele um dos principais centros comerciais da região (SOUZA; SOUZA, 2012).

Referindo-se aos impactos da EFN sobre SAJ – no texto, nomeada de Capela de Padre Mateus, por sua origem associada à Igreja Católica –, Alves (1967, p.171 e 233) nos diz:

A estrada de Ferro de Nazaré, que se fez aqui, afinal, por vários anos, tornou a Capela do Padre Mateus o ponto de convergência das tropas das matas e do alto Sertão de Baixo. (...) O comércio em novo surto, alargou-se e engrandeceu a povoação. Viajantes de toda parte descarregavam e recebiam mercadorias.

Unido aos impactos gerados pela EFN, o projeto nacional desenvolvimentista ensejado pelo Governo Vargas e o crescimento da indústria automobilística no pós-Segunda Guerra Mundial também tiveram efeitos significativos sobre a cidade. A demanda por uma crescente urbanização e por uma malha rodoviária que viabilizasse a circulação e consumo de mercadorias, fizeram com que a cidade passasse a ser pensada para o atendimento das demandas de crescimento industrial, elegendo como pontos prioritários a abertura e manutenção de estradas (PASSOS, 2010; SANTOS, 2011).

De acordo com Souza e Souza (2012, p.3)

A implementação do sistema de transporte rodoviário, a partir dos anos 1940, configurou novos circuitos comerciais e de comunicações. Tal processo favoreceu Santo Antônio de Jesus pela sua localização geográfica e sua posição estratégica na malha rodoviária construída. Com a ampliação da oferta de serviços urbanos, o

²⁴ Apesar da predominância de atividades agrícolas, percebia-se também a presença de pequenas indústrias que exportavam gêneros alimentícios e pecuários, além de serrarias, oficinas, fábricas de pólvora, alambique e outras iniciativas comerciais no município (LOBO, 1898 apud, SANTOS, 2011).

município alcançou um relevante crescimento urbano ao logo da década seguinte. Aos poucos a cidade tornou-se polo de atração comercial e de serviços, ampliando significativamente sua população, com uma forte presença de migrantes do campo de toda a microrregião.

As relações estabelecidas historicamente com o entorno regional convergiram para uma economia basicamente terciária no município. Não à toa, os espaços políticos anteriormente ocupados predominantemente por proprietários de terra (OLIVEIRA, 2000), passaram, principalmente a partir da década de 1930, a ser ocupados por comerciantes – desde o legislativo ao executivo. Esse fato facilitou sobremaneira a influência dos comerciantes sobre as decisões estruturantes da cidade. Até mesmo a decisão sobre a imagem pública do município no país foi definida pelos interesses econômicos desse segmento que, ao estabelecer o slogan “comércio mais barato da Bahia”, operacionalizou uma estratégia de influência comercial sobre a concorrência circunvizinha (PASSOS, 2010).

No que diz respeito à diversidade comercial em Santo Antônio de Jesus, com uma população de 103.055²⁵, Santos (2011) observa que, diferente de outros municípios do mesmo porte, SAJ não apresenta uma especialização das atividades comerciais. Atualmente, considerada a cidade mais próspera do Recôncavo Sul (MOTA, 2009), dispõe de um comércio pulverizado em lojas e produtos os mais diversos. Santos (2002) considera ser essa uma característica positiva, pois, a diversidade na oferta atrai consumidores das cidades circunvizinhas – principalmente, dos municípios de Gandu, Valença, Camamu, Ilhéus, Itabuna e até mesmo Salvador.

Em 2002, eram poucos os estabelecimentos comerciais que estavam localizados em prédios com mais de um pavimento. Uma das primeiras iniciativas de construção verticalizada na cidade foi a da Galeria Moura, na década de 1970. Nos anos que se seguiram, à medida que as atividades terciárias foram ampliadas, comerciantes passaram a concentrar estrategicamente lojas num só prédio, fenômeno que tem estimulado a verticalização do solo urbano e sinalizado a urgência de um planejamento capaz de minimizar os problemas estruturais que inviabilizam o bom funcionamento da cidade e que atingem, sobretudo, a população periférica (SANTOS, 2011).

No que tange ao setor de serviços, Mota (2009, p.56) destaca os seguintes ramos:

(...) odontológico, educacional, financeiro, hoteleiro, de comunicação e de lazer. Serviços de profissionais liberais em arquitetura, engenharia civil e agrônoma, advogados e contadores. Outro destaque são os serviços públicos federais (INSS,

²⁵ Dado disponível no portal: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-antonio-de-jesus/panorama>

Receita Federal, IBAMA, Polícia Rodoviária Federal, IBGE, Tribunal Regional do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho, SEBRAE, UFRB, Alistamento Militar do Exército), e os estaduais (DIREC, DIREC, DERBa, Ciretran, Depin, AGERBA, Polícia Rodoviária Estadual, UNEB, SAC, Inspeção Fazendária, Tribunal de Contas dos Municípios). Além disso, vale mencionar as oficinas especializadas nas diversas áreas (automóveis, caminhões, máquinas agrícolas, motores e bombas hidráulicas, computadores, eletrodomésticos) evidentes nesse cenário que coloca a cidade de Santo Antônio de Jesus como uma das mais dinâmicas do estado da Bahia.

Esses serviços possuem diferentes níveis de alcance. Alguns são consumidos majoritariamente pela população da própria cidade (escolas de ensino fundamental, restaurantes, bares; serviços de transporte como, por exemplo, moto-taxi, Uber, delivery, etc.) e acabam absorvendo um número significativo de pessoas desempregadas. Por outro lado, alguns serviços, por sua natureza, acabam alcançando outros municípios, tais como: os serviços de saúde, educação superior, apoio técnico nos segmentos empresariais, etc. (SANTOS, 2011).

Outro grande dinamizador econômico da cidade é o seu comércio informal, formado principalmente pela feira livre e vendedores ambulantes (BEZERRA, 2007). De acordo com Oliveira (2000), desde o princípio, as feiras que ocorrem nessa região, para além de constituírem um espaço de negociação, são também locais privilegiados para a comunicação popular e de construção e fortalecimento de laços de solidariedade. Santos (2011) destaca que foram as feiras livres uma das primeiras atividades urbanas desenvolvidas no município, sendo até mesmo anterior à própria formação da cidade.

De acordo com Sacramento (2007), no final do século XIX, com frequência, podia-se observar homens e mulheres escravizadas vendendo produtos nas feiras livres da região para comprar a própria carta de alforria. Até a metade do século XX, a feira de Santo Antônio de Jesus teve seu funcionamento onde atualmente se encontra a Praça Padre Matheus, grande marco de fundação da cidade. Em 1960, foi transferida para a Praça Duque de Caxias, onde permanece até os dias atuais (QUADROS, 2009; SANTOS, 2011).

Cabe ainda mencionar aqui outro segmento comercial que tem ganhado volume significativo como efeito do processo de urbanização e do crescimento demográfico nas últimas décadas: o setor imobiliário articulado com a construção civil. O espaço urbano tem progredido em se tornar uma mercadoria valiosa no mercado de terras e, por isso, tem concentrado investimentos capitalistas que buscam extrair renda fundiária urbana. Como observa Santos (2020), os agentes²⁶ imobiliários – com a participação do poder estatal na disposição de

²⁶ Segundo Santos (2020, p.69), esses agentes são “moradores, corretores, proprietários, incorporadores, indústria de construção, instituições financeiras e governamentais. Suas ações e estratégias emitem informações da (re)produção dos modos de apropriação e dominação do solo urbano”. Em sua maioria, são empresas de Salvador

infraestrutura em áreas de interesse privado –, têm agido de modo a transformar o espaço rural em urbano. Seus investimentos se concentram na construção de loteamentos e condomínios fechados, fenômeno que fez de Santo Antônio de Jesus, na primeira década deste século, o município como o maior número de condomínios fechados da Bahia, entre os municípios de população aproximada (MOTA, 2009)

A distribuição espacial desses empreendimentos tem reconfigurado de forma significativa a dinâmica e a paisagem da cidade, favorecendo um crescimento social e morfológicamente desigual (SANTOS, 2020). Os critérios econômicos que viabilizam o acesso à essas fronteiras urbanas têm fortalecido a histórica segregação racial e de classes no município, um indicador de que, apesar do crescimento e agregação de tecnologias, o município segue o fio de modernização conservadora do país, isto é, sofisticando as forças produtivas, mas, conservando as desigualdades estruturais.

É evidente que Santo Antônio de Jesus possui uma relação visceral com as práticas comerciais desde o seu povoamento inicial. Desde então, a esfera econômica tem sofrido remodelações que acompanham tanto as mudanças estruturais do país quanto o papel regional assumido pelo Recôncavo. Dos diferentes segmentos pelos quais as relações comerciais progridem – empresas privadas, feiras livres, setor de serviços, renda fundiária via atuação dos agentes imobiliários, etc. –, nessa pesquisa, restringiremos o nosso olhar para as especificidades das condições de vida e trabalho de homens e mulheres que possuem vínculo formal de trabalho no comércio santoantoniense. Como expresso nos objetivos dessa pesquisa, buscaremos analisar as suas condições de vida e trabalho e os respectivos efeitos sobre seus rumos de desenvolvimento humano. É válido, portanto, acrescentarmos aqui algumas considerações históricas gerais sobre a classe trabalhadora nesse município.

3.5.2 “Um museu de grandes novidades²⁷”

Como indicamos no tópico anterior, no final do século XIX, o crescimento da agricultura como principal atividade econômica do Recôncavo impulsionou a abertura de estradas e caminhos capazes de viabilizar o escoamento da produção. Essa expansão trouxe a

e Feira de Santana associadas a empresários locais que, apesar de possuírem as terras, não dispõem de capacidade técnica e financeira para empreenderem no ramo de condomínios (MOTA, 2009).

²⁷ Alusão à composição de Agenor De Miranda Araújo Neto (Cazuza) e Arnaldo Pires Brandão, “O Tempo não Para”.

reboque uma diversificação nas formas de trabalho que se estendiam desde o campo até a cidade, configurando cenários urbanos diversos, onde se encontravam pelas ruas

Gente que vivia de tarefas bastante peculiares, que atendia a necessidades diárias de homens e mulheres em busca de produtos e serviços. Via-se desde vendedores de alimentos, com seus tabuleiros, engraxates com suas caixas, barbeiros itinerantes, meninos carregadores, vendedores de lenha e carvão, à espera de sua clientela em pontos estratégicos, ou indo de casa em casa, oferecendo seus produtos (SACRAMENTO, 2007, p.112).

Segundo Sacramento (2007), o contraste social visto na cidade de Salvador encontrava par nas diferentes cidades interioranas do Recôncavo baiano. As ruas estavam repletas de escravizados pobres, vivendo de trabalhos informais – vendedores ambulantes, serventes, caixeiros, diaristas e outras ocupações associadas à Estada de Ferro de Nazaré – e mal integrados às atividades urbanas²⁸ com condições adequadas de trabalho.

O cenário dos mundos do trabalho no Recôncavo Sul, em fins do século XIX e início do século XX, pode ser descrito pela imensa movimentação de homens e mulheres que chegavam de todas as partes, vendendo, transportando, carregando, limpando, consertando. Enfim, gente trabalhadora de todas as idades, de todas as categorias, de todos os ofícios, tanto da cidade quanto do campo. (...) terminavam por constituir o peculiar cotidiano de uma sociedade, que não só era composta de “atores sociais” que viviam e criavam, as mudanças exigidas em nome do desenvolvimento agrícola, comercial e urbano de uma região, como também, daqueles que, a todo instante, recriavam o cotidiano, a partir de suas práticas, como forma de sobrevivência, embora, não possuíssem certos direitos, como o voto, por exemplo (SACRAMENTO, 2007, p.90).

À medida que se diversificava o universo de trabalhadores e trabalhadoras no desigual cotidiano do Recôncavo Sul, crescia também o número de instituições de representação classista e clubes associativas formados por trabalhadores de diversos ofícios – como, carregadores, ferreiros, negociantes, artistas, etc. A ausência de legislação que regulamentasse os ofícios e garantisse direitos básicos estimulava tanto a filiação de trabalhadores à entidades ou agremiações mutualistas na tentativa de garantir o mínimo de proteção individual e familiar; quanto um arranjo violento e rudimentar do poder público para fiscalizar as atividades nas feiras, estações, tavernas e quaisquer outros lugares onde se desenvolvessem atividades trabalhistas. A fiscalização dessas atividades incluía, entre outras coisas, a tributação e abusos de poder que, não raro, desdobravam-se em conflitos entre a classe trabalhadora e os representantes do Estado (SACRAMENTO, 2007).

²⁸ Pra maiores informações sobre as diferentes formas de inserção do negro na sociedade de classes pós-abolição, ler Fernandes (2021).

Além das inúmeras e fundamentais lutas por libertação da população negra durante o regime escravista, nas décadas que precederam a abolição formal da escravidão e depois delas, as cidades de Santo Antônio de Jesus e Nazaré sediaram diferentes conflitos trabalhistas envolvendo também os chamados “trabalhadores livres”. Um dos aspectos que explicam esse fenômeno é o fato das duas cidades terem sediado as oficinas da Estrada de Ferro de Nazaré e, por isso, concentrarem a maior quantidade de trabalhadores do Recôncavo Sul, no início do século XX. Os conflitos decorriam das péssimas condições de trabalho às quais as diferentes categorias estavam submetidas (SACRAMENTO, 2007).

Pode-se mencionar aqui o movimento grevista de 1901, conflito que se deu entre donos de casas comerciais de fumo e centenas de “escolhedores de fumo” – trabalhadores e trabalhadoras que selecionavam, limpavam e preparavam as folhas para a comercialização. Entre outras vantagens, os trabalhadores e trabalhadoras buscavam o aumento nas diárias pagas pela preparação do produto e, para aqueles que trabalhavam nos armazéns de fumo, a redução da jornada de trabalho (ALVES, 1967).

Os armazéns de fumo, ao constituírem-se como espaço de beneficiamento do produto, ligavam de modo profícuo o campo à cidade, além de servirem como fontes importantes de emprego e renda para as maiorias populares economicamente carentes. Contudo, constituíam-se também como centros privilegiados de exploração da força de trabalho, sobretudo de mulheres, em Santo Antônio de Jesus.

Numa sociedade em que predominava a presença masculina no mercado de trabalho, a mulher foi aos poucos ampliando a sua participação, sobretudo para garantir a sobrevivência na cidade, aumentando a renda da família ou mesmo manter-se sozinha. Elas estavam em toda parte e experimentavam “novas maneiras de viver, através da luta pela conquista de espaços de sobrevivência”, dominados até então pelos homens. Trabalhavam nos armazéns de fumo e café, nas barracas da feira, realizavam trabalho domiciliar, costuravam e davam aulas de corte e costura, “cursos de flores, arremates, prendas e arte culinária (QUADROS, 2009, p.87).

Assis e Farias (s.d.), em estudo realizado sobre o setor fumageiro na cidade, destacam a desvalorização do trabalho feminino, expresso desde a diferença salarial entre homens e mulheres que ocupavam a mesma função, até às estreitas possibilidades de ocupação de cargos de gerência pelas trabalhadoras.

A maioria dos trabalhadores dos armazéns era composta por mulheres, sendo que as atividades que exigiam maior esforço físico, como as de encaixotar e prensar o fumo, eram típicas do sexo masculino, assim também como as de carregar e descarregar os caminhões com fardos de fumo que entravam e saíam dos armazéns. Os cargos de mestre, contramestre e passador eram considerados as funções mais importantes,

sendo distribuídos de acordo com a confiança e a amizade existentes na relação entre patrão e empregado. Eram cargos sempre ocupados por homens. As mulheres exerciam tarefas diversas, como manocar, escolher e classificar o fumo. As funções eram distribuídas levando em consideração a habilidade e a agilidade no saber produzir e as relações pessoais entre o gerente ou mestre e a trabalhadora. Os cargos máximos ocupados pelas mulheres eram os de escolhedeira e repassadeira. As tarefas de separar e classificar o fumo, realizadas pela escolhedeira, eram executadas no chão, onde as mulheres colocavam uma tábua no colo para realizarem o serviço. As mulheres que executavam essas atividades, as “mulheres do chão”, padeciam em posições desconfortáveis durante todo o expediente, que ia das sete às dezessete horas, com um intervalo de apenas uma hora para o almoço (ASSIS; FARIAS, s.d., p.4).

A opção pelo trabalho feminino é frequente, uma vez que, ao receberem menor retribuição pelo trabalho realizado, os patrões reduziam os custos de produção e maximizavam seus lucros. Para as mulheres, por sua vez, ainda que sob condições precárias de trabalho, a submissão a tais condições significava certo grau de autonomia numa sociabilidade fundamentalmente machista e patriarcal (QUADROS, 2009). A precarização vivenciada nos armazéns se estendia ainda para o ambiente domiciliar, onde o beneficiamento do produto elevava os lucros dos comerciantes ao dispensar custos envolvidos tanto na formalização dos vínculos – que implicava no não recolhimento previdenciário – quanto nas condições básicas para a dinâmica produtiva dentro dos armazéns. O trabalho domiciliar, ao passo que apresentava uma possibilidade econômica para as mulheres já embrenhadas no trabalho reprodutivo doméstico não-remunerado, as excluía também dos benefícios sociais decorrentes da formalidade no vínculo trabalhista.

Em matéria escrita na década de 1950, o Jornal O Momento já denunciava:

Trabalho sem direitos: E apesar disso, para não terem de reconhecer nenhum dos direitos dos trabalhadores assegurados pela própria lei, os magnatas dos armazéns de fumo utilizam o sistema de trabalho avulso. Quer dizer: em vez de empregarem os trabalhadores como operários dos armazéns, os patrões exploram o trabalho principalmente de mulheres e crianças, distribuindo o fumo para ser destalado nas casas dos trabalhadores. Desta maneira conseguem mão de obra baratíssima e livram-se da obrigação de pagarem férias, indenizações, trabalho extraordinário e contribuições aos institutos. E assim sendo, os trabalhadores não dispõem de nenhum direito (JORNAL O MOMENTO, 1950 apud ASSIS; FARIAS, s.d., p.9).

Assis e Farias (s.d., p.9) ainda nos brindam com um trecho encontrado em ata regida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fumo, de 18 de junho de 1968, que expressa aspectos da informalidade trabalhista assustadoramente atuais:

(...) os patrões estão dizendo que vai suspender o serviço em domicílio, mas nós não queremos que eles suspendam, queremos é que eles legalizem a situação das operárias que estão fazendo o serviço em residência, a fim de não perderem as suas carteiras. Temos vários operários trabalhando sem apontar suas carteiras. Outra coisa que

também estamos tendo conhecimento, é que tem firma por ahí que os trabalhadores trabalham, quatro, cinco, dez semanas fazendo o serviço de acôrdo a ordem da firma e depois vem ordem da mesma para desmanchar que está errado e [o] operário trabalha de graça para a firma [sic].

A falta de formalização do vínculo, jornadas de trabalho exaustivas, a superexploração a domicílio e as péssimas condições de trabalho – instalações mal ventiladas que, unidas ao forte odor do fumo em fermentação provocava doenças respiratórias, desmaios e precipitavam, inclusive, transtornos de humor – eram marcas flagrantes da cadeia produtiva fumageira em Santo Antônio de Jesus, que se amparava na pouca oferta de emprego noutros setores (ASSIS; FARIAS, s.d)

A redução da jornada de trabalho já era uma pauta também assumida por outros trabalhadores do setor comercial em SAJ. Entre eles, os caixeiros, que eram trabalhadores empregados no comércio – a maioria desde a infância –, sem garantias salariais, de estabilidade contratual e com jornadas de trabalho longas e exaustivas. Sob uma justificativa moral de prevenção de vadiagem, comerciantes usufruíam de força de trabalho barata e majoritariamente infantil para maximizar os seus lucros (SACRAMENTO, 2007).

Vimos acima como os processos de modernização e urbanização em parte das cidades do Recôncavo estiveram atreladas à abertura de caminhos que viabilizassem os fluxos de pessoas e mercadorias – primeiro, aberturas aquaviárias, posteriormente, ferroviárias e rodoviárias. O funcionamento adequado desses empreendimentos era fundamental para a economia não só da Bahia, mas, de todo o país, fazendo deste, portanto, tanto um ponto sensível para o capital comercial quanto para as reivindicações da classe trabalhadora assalariada emergente.

Nesse cenário de estreita relação entre capital e trabalho, dois setores onde encontramos luta de classes organizadas, já no início do século XX, são os setores de construção civil e transporte, em virtude também das péssimas condições trabalhistas em que seus trabalhadores se encontravam. Os trabalhadores do garimpo, alocados nas obras de prolongamento da Estrada de Ferro de Nazaré, amargavam duras condições de trabalho.

Alguns fatores, como o ritmo acelerado das obras e as longas jornadas diárias, somadas às péssimas condições de vida e trabalho a que estavam submetidos aqueles trabalhadores, são algumas das evidências que nos apontam as razões que deram causa ao conflito do dia 24 de outubro de 1906 (SACRAMENTO, 2007, p.116).

Alguns dos movimentos classistas memoráveis ocorridos em Santo Antônio de Jesus e Nazaré, se deram em 1909 de modo articulado com os manifestos em nível estadual. Na

mobilização de novembro daquele ano, trabalhadores da Estrada de Ferro – mecânicos, funileiros, maquinistas, foguistas – deflagraram uma greve que durou 19 dias. Os motivos da greve diziam respeito às condições de trabalho e tráfego às quais os ferroviários estavam expostos. A polícia ameaçou de prisão os grevistas que se mantiveram articulados e pautando, entre outras coisas: aumento salarial, fixação de ordenamento e diárias e regularização dos seus serviços. Os trabalhadores queixavam-se de instabilidade no vínculo trabalhista, insegurança no que tange aos equipamentos de segurança e da subsunção a relações abusivas análogas ao trabalho escravo (SACRAMENTO, 2007).

(...) Rebentou também um movimento grevista na via-férrea da vizinha Cidade de Nazareth. Não admira. Aquella estrada é arrendada ao Sr. Alencar Lima a essa sanguesuga de lunetas brancas que se fez célere entre nós pelo modo grosseiro de julgar o povo bahiano e de se referir às classes pobres mas honrados que ele explora para em seguida, tendo bem farto o bandulho bem cheio o cofre, dizer-lhes o tal “adeus de mão fechada”. Há muito que se vinha falando na parede por parte dos empregados daquela ferrovia, o Sr. Alencar Lima, conhecedor do caso, para ali telegraphou fazendo promessas falazes e desculpando-se de não poder deixar esta capital, onde também se manifestaram em greve os operários da Viação Geral da Bahia (JORNAL DIÁRIO DA BAHIA, 1909 apud SACRAMENTO, 2007, p.147) [Sic.].

Até 1920 existiram outros cinquenta e oito movimentos grevistas em todo o estado da Bahia, reunindo reivindicações por aumento salarial, redução de jornada de trabalho e melhores condições de trabalho. “As greves ou paralizações momentâneas constituíam-se, também, em um importante instrumento de resistência às explorações e às garantias de Direitos que muitas vezes não estavam escritos, porém, se encontravam sedimentados e garantidos pela tradição (SACREMENTO, 2007, p.191).

De acordo com Quadros (2004), entre 1950 e 1970, Santo Antônio de Jesus registrou uma quantidade significativa de conflitos entre patrões e classe trabalhadora. A maioria desses conflitos não era acompanhada pela justiça trabalhista por conta das dificuldades diretas e indiretas de acessar a esfera jurídica. Judicializar conflitos com o patronato, em uma cidade com taxa expressiva de desemprego e alta concentração de capital, significava reduzir as chances de contratação em outros postos de trabalho que secularmente também sobreviviam amparados por relações abusivas e de superexploração. Além disso, a morosidade das instituições unida às restrições no acompanhamento das fases processuais por trabalhadores analfabetos tornava a judicialização um caminho desvantajoso para as maiorias populares que já dispunham de muito pouco (SOUZA, 2008).

Quadros (2004) nos conta como essas maiorias populares empobrecidas, desde a década de 1940, vinham crescendo substancialmente desamparadas na zona urbana do município. Tal

crescimento se deu graças a migração de parte da população camponesa – meeiros, alugados, rendeiros e pequenos proprietários – que, vítima da exploração dos grandes proprietários de terra, buscava no centro urbano quaisquer garantias de sobrevivência. Entre 1950 e 1970 via-se, portanto, um grande contingente populacional buscando oportunidades de emprego no comércio, ofertando serviços de pedreiro na construção civil, carregador de mercadoria nas feiras livres, alfaiates, sapateiros, marceneiros, entre outras ocupações, que eram consumidas por uma camada mais abastada constituída por empresários, donos de comércio, fazendeiros, professores e profissionais liberais residentes no município e região.

Explorados por fazendeiros no campo e impelidos à migração, trabalhadores e trabalhadoras camponesas se avolumaram na sede, criando uma paisagem de pobreza insuportável aos olhos pequeno-burgueses que buscavam atrair consumidores da região e fazer de SAJ um decalque dos grandes e modernos centros urbanos. *O Palládio*, periódico local que comunicava majoritariamente as demandas da camada mais abastada da cidade, publicava matérias higienistas²⁹ defendendo a criação de uma “colônia correcional” para onde deveriam ser levadas as crianças pobres que enchiam as ruas da cidade. *A Voz da Palmeiras*, outro periódico local, em 1954, em sua primeira página, publicara: “Já está demais! Mendigos e crianças maltrapilhas, de segunda a sábado em nossas portas! E a péssima impressão que tudo isso vinha causar aos viajantes vendo na cidade semelhantes quadros de miséria” (QUADROS, 2004, p.38).

O cenário de pobreza material observado na década de 1950 foi extremamente funcional para que, nesse período, fosse sistematicamente reestruturada uma cadeia produtiva que, assim como fenômeno ferroviário e o fumageiro, deixou marcas profundas na classe trabalhadora santoantoniense: a produção industrial e fogos de artifício. A presença de uma massa significativa de força de trabalho desempregada e, por isso, disposta a submeter-se a precárias condições de trabalho para garantir a sobrevivência, foi progressivamente sendo absorvida pela produção fogueteira.

As vulnerabilidades que concernem às condições socioeconômicas e educacionais de mulheres, crianças e idosas, residentes da periferia de Santo Antônio de Jesus, desencadeiam a promoção de oferta de mão de obra barata e não qualificada. (...) Nessa perspectiva, a produção de fogos encontra, nos bairros periféricos de Santo Antônio de Jesus, o ambiente propício para absorver a mão de obra local e valer-se,

²⁹ Tal empenho de segregação também fora visto quando a concentração massiva de trabalhadores e trabalhadoras informais na feira livre incomodou a elite municipal, fazendo-a tensionar, junto ao poder público, para que a feira livre deixasse a praça central da cidade – a Praça Padre Mateus –, e passasse a ser realizada na Praça Duque de Caxias, onde se encontra até os dias atuais.

de modo precário, da agilidade e da habilidade da força de trabalho feminina (TOMASONI, 2015, p.96).

Desde a década de 1930, de modo intercalado com as produções agrícolas sazonais, trabalhadores e trabalhadoras do campo desenvolviam a produção de fogos como atividade alternativa para complementação da renda familiar. Essa produção, majoritariamente, esteve atrelada aos festejos juninos e dias santos. No entanto, as demandas menores também movimentavam a produção ao longo do ano e se estendiam para além das fronteiras municipais – como era o caso das negociações feitas com comerciantes da cidade de Nazaré e de Salvador, mediadas por atravessadores que lá revendiam as mercadorias por preços compensadores (SANTOS, 2009).

Aos poucos, via-se a construção de um cenário industrial materializado em galpões destinados ao armazenamento da matéria-prima, dos instrumentos de trabalho e das mercadorias. Juvenal Moreira Tupinambá, proprietário da Fábrica de Fogos Tupy, foi um dos grandes responsáveis pela sistematização dessa indústria que, guardadas as devidas proporções, tinha claras convergências como o modelo de produção fordista: produção em série, em larga escala e concentrada no ambiente fabril (PINTO, 2013).

Em SAJ, essa produção se concentrava em dois ambientes: nas “tendas” (unidades produtivas) e nos domicílios. Assim como na linha produtiva fumageira, a produção fogueteira a domicílio também era marcada pelo trabalho predominantemente feminino – principalmente com as caixas de bombas chilenas –, retirando a presença das mulheres dos cargos mais destacados nas lojas, armazéns e outros pontos comerciais do ramo (SANTOS, 2009).

O trabalho domiciliar, em Santo Antônio de Jesus, advém do excedente de mão de obra não qualificada e barata, enquanto os empresários sustentam a acumulação do capital e a racionalização de custos com o trabalho informal. Nesse contexto, o capital se reproduz, definindo territórios específicos, delineando relações de trabalho. (...) O capital se apropria dos trabalhos feminino e infantil, definindo especificidades e singularidades que se apresentam, no território fogueteiro santantoniense, como ações de informalidade e de clandestinidade – características de trabalho precarizado (TOMASONI, 2015, p.86).

Seja no início do século XX, com a produção de fumo, seja cinquenta anos depois, com a produção de fogos, o trabalho produtivo domiciliar protagonizado por mulheres era marcado pela informalidade, pela imposição de baixos salários, pela presença significativa de trabalho infantil e pelos lucros exorbitantes decorrentes da economia nos custos de produção na modalidade domiciliar. Além disso, no caso dos fogos mais que no do fumo, vale o destaque

para a característica insalubridade e os altos riscos decorrentes da transformação do domicílio em verdadeiros depósitos de matéria-prima, entre elas, a pólvora.

Para fazer qualquer tipo de fogos, o trabalhador expunha, por exemplo, suas mãos diretamente ao produto e mantinha seu corpo próximo a ele. O perigo era um dos companheiros mais imediatos desse trabalho. Eles lidam com o perigo a todo o momento, pois têm constantemente um arsenal de pólvora pronta a espera de seu manejo ou que já foram manejadas sob as capas dos artefatos que fabricaram ali perto (SANTOS, 2009, p.112).

Em estudo realizado sobre a “dinâmica socioespacial da produção de fogos de artifício em Santo Antônio de Jesus”, Tomasoni (2015) nos informa que entre 1998 e 2014 foram registradas cinco explosões em fábricas e depósitos clandestinos no município, que somaram 68 mortes em um universo de 75 vítimas. Entre as tragédias registradas, a ocorrida em 11 de dezembro de 1998 foi considerada a maior tragédia com fogos do país e atraiu olhares nacionais e internacionais para a cidade. Ela se deu em uma fábrica clandestina, localizada na fazenda Juerana, onde cerca de 80 pessoas trabalhavam para ganhar 0,50 centavos para cada mil unidades de traque produzidas. A fábrica abrigava também cerca de uma tonelada e meia de material explosivo, armazenado de forma irregular, cuja explosão levou à morte 64 pessoas e deixou outras 5 com sequelas graves. Entre os mortos, a maioria era composta por crianças com idade entre 9 e 14 anos, do sexo feminino; e de mulheres adultas com faixa etária que variava entre 60 e 80 anos (SOUZA, 2019).

Após denúncia realizada pela Comissão de Direitos Humanos dos Advogados do Brasil (OAB), em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) colheu a denúncia que resultou na responsabilização do Estado Brasileiro pelas mortes, lesões e violações dos Direitos da Criança. Em 2018, a CIDH precisou se manifestar chamando a atenção para a morosidade da justiça brasileira no que diz respeito ao cumprimento dos acordos de reparação moral e material às famílias das vítimas e sobreviventes, firmados em 2006, em Washington (EUA) (SOUZA, 2019).

Tal morosidade, que fez rastejar por 20 anos medidas de reparação à classe trabalhadora, nos faz crer que não só as condições e relações precarizadas de trabalho sobreviveram ao século XX, em Santo Antônio de Jesus. Mas, também, as inclinações das instituições brasileiras observadas por Quadros (2004) – ao tratar do recurso à Justiça do Trabalho por trabalhadores e trabalhadoras de SAJ, entre as décadas de 1950 e 1970 – e por Souza (2008) – quando trata das “Experiências de Trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960)”.

À essa altura, é essencial notarmos que, apesar das rupturas históricas ocorridas desde o século XVI – Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República –, a precariedade nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora em Santo Antônio de Jesus se atualizou durante os séculos, assumindo diferentes contornos, mas, mantendo um dos aspectos essenciais do modo de produção capitalista que justificam a sua existência: a busca por melhores condições de exploração da força de trabalho e maximização dos lucros. Tal busca implica, por um lado, no crescimento da informalidade nos mais distintos setores trabalhistas; nos tensionamentos por redução salarial e maiores jornadas de trabalho; no ataque aos direitos trabalhistas já consolidados, etc.; e, por outro, no aprofundamento da “questão social”, do empobrecimento da classe trabalhadora e estreitamento no acesso aos bens materiais e imateriais fundamentais para o desenvolvimento do gênero humano.

4. MÉTODO

4.1 Considerações gerais sobre o percurso metodológico

4.1.1 O materialismo histórico dialético

Entre os pontos centrais da tradição do pensamento marxista que serão abordados nesse trabalho afim de elucidarmos o caráter materialista do desenvolvimento humano, aquele que reincidirá e, eventualmente, será ponto de partida para as nossas reflexões é o fato de que: é na relação teleológica que homens e mulheres estabelecem com a Natureza que ambos constroem as condições materiais que garantem sua própria sobrevivência e, ao passo que o fazem, desenvolvem as faculdades que caracterizam o gênero humano.

Entre essas características do gênero está a produção de ideias, cujos limites também são dados pelos diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas. Nos deparamos com as nossas limitações, nos empenhamos em transcendê-las para garantir a nossa sobrevivência e, uma vez feito, avançamos dialeticamente em nossas condições materiais de produção da vida, assim como, no conjunto de ideias que em gradações diferentes refletem as nossas experiências no mundo.

Decorre que, em diferentes configurações históricas, graças aos diferentes níveis de desenvolvimento material, dispomos de diferentes compreensões sobre a realidade. O fazer científico se desenvolve nesse esforço de compreensão e domínio da natureza para garantir tanto a sobrevivência quanto as posições de poder que constituem a sociabilidade humana. Nas

palavras de Andery et al. (1996, p.13), “a ciência caracteriza-se por ser a tentativa do homem entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitam a atuação humana”.

Não obstante a existência de diferentes caminhos de aproximação e apreensão da realidade, nas mais diversas tentativas observadas durante a história da humanidade, esse esforço demanda a adoção de métodos. Isto é: “um conjunto de concepções sobre o homem, a natureza e o próprio conhecimento, que sustentam um conjunto de regras de ação, de procedimentos, prescritos para se construir conhecimento científico” (ANDERY *et al.*, 1996, p.14). Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento das ideias produzidas pela humanidade segue o passo do desenvolvimento das forças produtivas, há que supor também que os métodos assumidos no ensejo de conhecer o mundo também refletem as condições históricas concretas – nível de desenvolvimento técnico, acúmulo de conhecimentos já alcançados, sofisticação do conjunto de ferramentas disponíveis, etc. – das formações sociais onde os agentes científicos se encontram³⁰.

Mesmo quando considerados os diferentes métodos de produção de conhecimento formulados historicamente, Filho (1991) destaca os dois grandes caminhos que abrigam as sistemáticas tentativas humanas de interpretar o mundo. De acordo com o autor, o primeiro deles consiste na busca que se dá pelo esquadrinhamento do próprio pensamento, desconsiderando as estreitas relações existentes entre o objeto a ser conhecido e a realidade material que o circunscreve. Tal concepção teve origem no pensamento de Platão e do seu discípulo Aristóteles, e conta com uma bifurcação expressa no idealismo subjetivo, que assume o aparato senso-perceptivo e a consciência individual como ponto de partida para as elucubrações; e, no idealismo objetivo, onde a consciência, em sua concepção geral, é tomada como entidade autônoma, que precede a existência da matéria, a produz e que sobre ela intervém criando diferentes formações materiais.

Lessa e Tonet (2011) apontam para a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual como o fenômeno histórico que permitiu o amadurecimento do idealismo e das suas variações históricas. Apesar das diferenças, seu pressuposto central está no papel das ideias e

³⁰ Tomando a observação e a experimentação como exemplos de procedimentos metodológicos, é sabido que eles não eram aceitos como caminhos legítimos para formulação de teses sobre a realidade durante a Idade Média, quando o critério de verdade era definido pela Igreja Católica. Só no século XVI, graças aos avanços nas Ciências Naturais e as mudanças conjunturais que esgarçaram o poder da Igreja e fortaleceram a burguesia e suas monarquias, esses procedimentos tiveram espaço para mediar a relação cognocitiva entre a humanidade e o saber sobre o mundo. Tal mudança implicou na produção de novas concepções sobre a realidade, novas formas de lidar com a existência, novas possibilidades e limites para a ação humana (ANDERY *et al.*, 1996).

da consciência humana na modelação da realidade material. Filho (1991, p.85) corrobora informando-nos que

Quando Platão dividia sua República em duas partes – uma que dirige e pensa e outra que executa concretamente o trabalho – mostrava ao mesmo tempo a realidade de uma oposição inelutável entre trabalho intelectual e o trabalho manual: inteligência ordenadora, os filósofos, de um lado; produção de bens materiais, de outro, dualismo responsável por essa ilusão de independência do pensamento, pairando acima das coisas como o espírito do “Gênesis” sobre as águas. Daí a crença ingênua do primado absoluto do pensamento.

O segundo caminho indicado pelo autor está na busca pelo entendimento da realidade e dos seus fenômenos a partir da realidade material e suas leis de transformação (FILHO, 1991). O materialismo tem suas raízes na Antiguidade Clássica e parte do pressuposto de que tudo é matéria. Uma das suas principais características está na marginalização do papel das ideias no desenvolvimento histórico, uma vez que, nessa perspectiva, “a história se reduz a um movimento mecânico e férreo de leis que se impõem de forma inevitável aos seres humanos. As leis da sociedade seriam as mesmas leis da natureza e, tal como a lei da gravitação universal, seriam imutáveis e universais” (LESSA; TONET, 2011, p.35).

A partir da análise e crítica realizadas ao modo de produção capitalista, Marx (2017) dá um passo adiante e supera as debilidades do estreito pensamento idealista e materialista mecanicista. Da análise da Revolução Industrial (1776-1830), Marx extrai elementos que demonstram que o desenvolvimento das forças produtivas afasta progressivamente a humanidade das suas barreiras naturais, gera diferentes níveis de independência e controle da natureza e, com efeito, descredita algumas teses mecânicas do “materialismo vulgar”³¹. Concomitantemente, a análise detida da revolução burguesa na França (1789) demonstrou que as ideias – outrora vistas como independentes da realidade material – derivam e se conjugam com as diferentes configurações da materialidade para produzir transformações na realidade objetiva. Assim,

Para Marx, o mundo dos homens nem é pura ideia nem é só matéria, mas sim uma síntese de ideia e matéria que apenas poderia existir a partir da transformação da realidade (portanto, é material) conforme um projeto previamente ideado na consciência (portanto, possui um momento ideal) (LESSA; TONET, 2011, p.41).

³¹ O chamado “materialismo vulgar” caracteriza-se pela extrema redução que realiza de todos os fenômenos à matéria. Partindo de concepções biológicas e do legado darwiniano, autores como Ludwid Büchner, Karl Vogt e Johann Moleschott se dedicaram a explicar os processos sociais mantendo à margem quaisquer implicações dos processos do pensamento (FILHO, 1991).

Dialeticamente, encontramos em Marx e Engels o materialismo histórico e dialético³² como síntese gerada das contradições expressas entre as teses do materialismo francês e o idealismo hegeliano, sua antítese (FILHO, 1991).

Antes de abordarmos com mais detalhes as características do método materialista histórico dialético elaborado por Marx, faremos aqui, ainda que introdutoriamente, uma digressão histórica que nos sirva de coordenada no plano de fundo a partir do qual as concepções teórico-metodológicas de Marx se constituíram. Até que finalmente cheguemos à Marx e seu método, teremos a chance de perceber como o recurso ora às ideias, ora à matéria para interpretar o mundo transversalizam séculos de produção de conhecimento e como marcaram profundamente a obra marxiana.

4.1.2 O caminho até o método de Marx

Segundo Andery, Micheletto e Sérgio (1996a), a Grécia Antiga (séc. VII ao séc. II a.C.) foi o primeiro lugar a sediar com êxito as tentativas de explicar o mundo a partir de formas racionalizadas e em contraposição às formulações míticas. Foi na Grécia que a explicação da realidade gradativamente buscou seus fundamentos nos mecanismos inerentes à natureza ou na ação da humanidade sobre ela, afastando-se dos modelos explicativos míticos que atribuíam à seres sobrenaturais e divinos a responsabilidade pela danação ou bem-aventurança da humanidade. Tal curva de sentido não se realizou sem a mediação das particularidades constituintes da formação social grega. O modo como os aspectos econômicos, políticos e administrativos da *pólis* se estruturaram construiu as condições concretas para a formulação de novas ideias sobre a existência humana e sobre os seus desafios de sociabilidade.

Foi na *pólis* que a noção de democracia e cidadania se desenvolveram, forjando tanto uma crescente responsabilização material da humanidade por sua experiência, quanto a necessidade de abordar essa realidade de forma abstrata (Direito, Filosofia, Ética, Matemática, etc.) como um caminho incontornável para o aperfeiçoamento da vida em sociedade.

³² De acordo com Filho (1991), Platão foi o primeiro pensador conhecido a usar a dialética como recurso metodológico para a produção de conhecimento. Seu uso se dava na busca pela verdade através da contraposição de ideias contrárias no diálogo, fato que impulsionava, dava movimento à linha de pensamento. No século XIX, Marx e Engels, partindo dos acúmulos filosóficos e da flagrante oposição às formulações de Hegel, cria as bases da dialética materialista ao propor que a análise do mundo e suas contradições se dessem a partir dos elementos constitutivos da realidade material, distanciando-se, assim, das formulações idealistas que, com variações, impregnavam a dialética desde Platão. Marx aplica, ainda, o método dialético à interpretação das diferentes fases históricas pelas quais passou a sociedade, esforço sistemático que recebe o nome de materialismo histórico. À análise das contradições históricas da sociedade a partir da sua materialidade chama-se materialismo histórico dialético.

O desenvolvimento da *polis* constitui, assim, fator fundamental para o nascimento do pensamento racional: criava as condições objetivas para que, partindo do mito e superando-o, o saber fosse racionalmente elaborado e para que alguns homens pudessem se dedicar à elaboração desse saber (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 1996b, p.35).

Tais abstrações, no entanto, partiram de fundamentos diferentes. Se nos voltarmos para a produção filosófica de autores como Tales de Mileto³³, Anaximandro e Anaxímenes, nos depararemos com buscas pela origem e compreensão da realidade que, mesmo mantendo elementos de entendimento mítico, partem da natureza e sua estrutura como base das investigações. Isso constituiu um avanço para as formulações filosóficas que outrora ofereciam teses estritamente sobrenaturais para explicar o mundo e, assim, tangiam para longe as possibilidades de controle e intervenção sobre as particularidades da existência material humana. Os filósofos mencionados utilizaram a observação dos fenômenos naturais como método para a produção de conhecimentos, geralmente orientados para a formulação de generalizações conceituais. Isto é, partiam da observação da realidade material para a sua representação abstrata, método que está presente nos esforços intelectivos durante os séculos seguintes (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 1996b).

Heráclito, responsável por elaborar as linhas gerais do método dialético (FILHO, 1991), assim como Tales, Anaximandro e Anaxímenes, também buscou categorias gerais capazes de explicar fenômenos da natureza. Contudo, introduziu novos elementos de análise completamente novos. Para o grego, diferente de Parmênides, as conjunções materiais não são estáticas, atemporais e indivisíveis, tampouco existem em completa harmonia. Antes, só existem enquanto processo, movimento e transformação contínua. Sua composição guarda elementos contraditórios que participam da unidade em contínua tensão na busca por equilibrar-se. Além disso, Heráclito destaca que as características da realidade não se encontram plenamente anunciadas, prontas para serem apanhadas sem a exigência de um esforço que descortine aquilo que se encontra por trás dos seus aspectos sensíveis imediatos (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 1996b). Conhecer a verdade do mundo, portanto, demandaria um esforço de desvelamento, tese para a qual retornaremos adiante, afim de tratarmos do método materialista histórico e dialético em Marx.

³³ Embora Descartes seja considerado o percussor moderno do racionalismo, é Tales quem lança seus fundamentos na Antiguidade Grega.

Retornando à *polis* enquanto organização sócio-material essencial para o desenvolvimento do pensamento, vale o destaque à cidade-Estado de Atenas, a cidade grega mais importante entre os séculos V e IV a.C. O seu desenvolvimento econômico, militar e político avançou lado a lado com a produção de conhecimento, legando três grandes pensadores que marcam a produção filosófica no Ocidente até os dias atuais: Sócrates, Platão e Aristóteles.

Como já sinalizado, não nos interessa aqui exaustivas digressões teóricas que nos levem para longe das elaborações sobre método. Dos variados aspectos sobre os quais poderíamos discorrer aqui, interessa-nos dá relevo ao modo como as interpretações sobre a realidade e os caminhos (métodos) assumidos para a sua formulação seguem o compasso das circunstâncias materiais nas quais são desenvolvidas. Vejamos.

Em contraponto com os jônicos (Tales, Anaxíandro, Anaxímenes), a preocupação dos atenienses não estava na natureza, mas, sim naquilo que particularizava a humanidade: sua capacidade de produzir conhecimentos e os caminhos adequados para tal produção. Todos eles, apesar das diferenças conhecidas em seus entendimentos, estavam envolvidos na busca por caminhos que viabilizassem uma produção rigorosa de conhecimento. De acordo com Andery et al. (1996c, p.59),

A proposição de métodos para a produção de conhecimento do e para o homem está associada à crença de que pela via do conhecimento das verdades, pela via do conhecimento objetivo, seria possível formar os cidadãos e, portanto, seria possível transformar a cidade para que essa fosse melhor e mais justa. Acreditavam que o conhecimento - a filosofia - tinha uma função social, e a formação de suas escolas é demonstração disso. Pela primeira vez, fundavam-se instituições particulares com a preocupação de transmitir e produzir conhecimento (e não importa que cada uma delas fosse marcada por concepções metodológicas e prioridades diferentes). Pela primeira vez, também, a formação dos cidadãos foi encarada como sendo tarefa fundamental para que se pudesse transformar (ou manter) a sociedade.

Sócrates, na busca por categorias universais, e não daquilo que é particular nos fenômenos, afirmava que aquelas poderiam ser alcançadas através do diálogo que perscruta os porões cognoscíveis e do acesso ao conhecimento que a alma humana naturalmente abriga. Platão, que acreditava em um saber verdadeiro e capaz de alicerçar uma cidade democrática justa e perfeita para os cidadãos gregos – excluídos os escravizados, as mulheres e estrangeiros –, também buscou na alma as verdades essenciais, imutáveis e geradoras do mundo sensível. Para o autor, uma vez que as ideias essenciais, anteriores à existência da própria matéria, residiam na alma, destacava a necessidade de um método que permitisse ao homem recordar-se das ideias fundadoras e, assim, adquirir o conhecimento. Tanto em Sócrates quanto em Platão observa-se um descolamento claro entre o ideal e o material, cisão não encontrada entre os

jônicos e Heráclito, e que marcará a produção teórico-metodológica no ocidente colonizado pelo pensamento greco-romano (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 1996c).

No que diz respeito a Aristóteles, percebe-se um recuo frente ao pensamento platônico ao não atribuir a essência dos fenômenos a algo externo a eles. Isto é, a uma pré-existência no mundo das ideias. Em Aristóteles, o conhecimento sobre algo só pode ser encontrado nele mesmo, cabendo investigações sistemáticas que tragam à luz o que há de essencial no objeto em pesquisa.

Para construir afirmações universais e necessárias sobre os fenômenos, para poder saber-lhes as causas (ou seja, para construir conhecimento científico), Aristóteles afirmava ser necessário, em primeiro lugar, descobrir as qualidades essenciais das coisas - seus atributos. Para conhecer os atributos, supunha necessário o uso dos órgãos dos sentidos, a observação de fenômenos singulares. A partir daí, era então possível construir, por raciocínio indutivo, asserções universais e necessárias sobre os fenômenos - construir conceitos, base de toda a ciência, que deveriam, necessariamente, corresponder à realidade. O que possibilitava ao homem ascender, por via indutiva, da observação e classificação dos fenômenos (pelas quais se faziam asserções particulares") para conceitos e afirmações necessárias e universais sobre os seres era uma faculdade natural humana - a razão intuitiva (ANDERY; MICHELETTO; SÉRIO, 1996b, p.91).

Ainda sobre as condições materiais que viabilizaram o florescimento da filosofia grega, é importante que se diga: tanto para aqueles que elegeram a ideia como largada para a verdade sobre o mundo quanto para os naturalistas que assumiam a matéria como ponto de partida, suas formulações só foram possíveis graças a exploração do trabalho de milhares de homens e mulheres escravizadas. Guardadas as diferenças teórico-metodológicas, a ampla maioria que constituía os grupos estava de acordo com a escravidão, haja vista, fosse o trabalho escravo que garantisse o ócio produtivo das elites gregas.

Conquanto o regime democrático se revestisse de um caráter progressista para a época, nada tinha de democrático, posto que os escravos – quase a metade da população – careciam de quaisquer direitos e liberdades, e a própria mulher era escrava do homem. Aristóteles caracteriza bem essa falta de “direitos”, ao dizer que “a utilidade dos escravos pouco difere da dos animais; serviços corporais, para atender às necessidades da vida, são prestados por ambos, tanto pelos escravos quanto pelos animais domésticos”, como ressalta em sua “Política” 1254b e 1255a. A exploração do braço escravo estendia-se, indistintamente, a proprietários de terras, mercadores, artesãos que dispunham desse “instrumento semovente”, de atuação preponderante, quer em relação à economia rural, quer em relação à economia mercantil. Sem o trabalho escravo, nenhum tipo de economia poderia subsistir. E quando começou a escassear a mão-de-obra, começou também o desaparecimento das instituições gregas (FILHO, 1991, p.29).

Se a escravocrata antiguidade grega, sob os auspícios de uma sociabilidade justa e norteada pela verdade, elevou o método ao imprescindível, a Idade Média europeia, sobretudo a ocidental, estreitou profundamente os caminhos para a produção de conhecimento graças ao papel regulador da Igreja Católica durante o período que durou aproximadamente 1.000 anos (séc. V ao XV). O seu domínio institucional ultrapassou as fronteiras dos feudos e toda iniciativa intelectual que divergisse da doutrina cristã era frontal e vitalmente combatida.

No que tange aos métodos, a possibilidade de oposições e fraturas na hegemonia católica estimulou a produção de sanções a procedimentos metodológicos como a observação e a experimentação, já utilizadas na antiguidade grega. Esse cenário começou a mudar quando as próprias contradições internas do ruralizado regime feudal deram margens largas para o renascimento das cidades e a expansão progressiva do comércio, fortalecimento o intercâmbio de pessoas, produtos e concepções de mundo concorrentes com ontologia cristã. Os novos fluxos ressaltaram a importância das inovações técnicas e a incorporação de acúmulos já consolidados por outros povos (RUBANO; MOROZ, 1996a).

Engels (2020, p.63) nos oferece alguns exemplos da abertura observada a partir das fraturas no regime medieval e dos incrementos das forças produtivas:

Quando, passada a “noite escura da Idade Média”, as ciências de repente ressurgiram com força inopinada e cresceram com rapidez prodigiosa, devemos esse milagre uma vez mais à produção. Em primeiro lugar, desde as cruzadas, a indústria se desenvolveu enormemente e trouxe à tona uma porção de novos dados mecânicos (tecelagem, relojoaria, moenda) químicos (tinturaria, metalúrgica, álcool) e físicos (óculos), que não só proporcionaram um gigantesco material para observação mas também forneceram por si sós meios para experimentação bem diferentes dos costumeiros e permitiram a fabricação de novos instrumentos; pode-se dizer que a ciência experimental sistemática propriamente dita só se tornou possível a partir daí. Em segundo lugar, toda a Europa ocidental e central, incluindo a Polônia, passou a se desenvolver de modo coeso, mesmo com a Itália ainda na liderança em virtude de sua civilização vetusta. Em terceiro lugar, os descobrimentos geográficos – feitos puramente a serviço do ganho econômico e, portanto, em última análise, da produção – franquearam um material incontável e até aquele momento inacessível nos aspectos meteorológico, zoológico, botânico e fisiológico (humano). Em quarto lugar, surgiu a imprensa.

A expansão global da exploração e comércio capitalistas demandou a produção de novos saberes e práticas que atendessem à nova dinâmica produtiva e garantisse o seu desenvolvimento expresso em ascendente capacidade produtiva e taxa de lucro. O que se observou foi, em paralelo às novas rotas comerciais e mecanismos de expropriação dos povos – como pode-se observar nas invasões e colonizações na América, África e Ásia a partir do século XV –, a substituição progressiva da mentalidade medieval por uma outra capaz de pôr

sobre as mãos do homem europeu, branco e burguês a tutela sobre o mundo (PEREIRA; GIOIA, 1996). Os novos avanços conquistados pelas ciências naturais indicavam a possibilidade de domínio da natureza e estimulavam a produção de conhecimento a partir do controle experimental com fins científicos e, sobretudo, práticos (FILHO, 1991).

Conforme Pereira e Gioia (1996, p.175),

As relações Deus-homem, que eram enfatizadas pelo teocentrismo medieval, foram substituídas pelas relações entre o homem e a natureza. Isso significava, com relação ao conhecimento, a valorização da capacidade do homem de conhecer e transformar a realidade.

Advém dessas exigências concretas do modo de produção capitalista o esforço organizado e consciente em desenvolver uma ciência que respondesse às exigências práticas, ofertasse incrementos técnicos e impulsionasse as conquistas burguesas antes obstaculizadas pelas reinterpretações aristotélicas e pressupostos da doutrina cristã na Idade Média, que sustentavam o entendimento de um universo estático, hierarquizado e bem definido. Floresce, então, a ciência moderna no século XVII sobre os escombros do Antigo Regime e a partir do resgate dos cúmulos greco-romanos empilhados pela Escolástica. A Europa vivencia o período conhecido pelo termo Renascimento (FILHO, 1991; PEREIRA; GIOIA, 1996).

Dois dos grandes caminhos metodológicos que se ergueram nessa nova fase foram: o empirismo³⁴ e o racionalismo³⁵. De acordo com Francis Bacon, jurista e propositor moderno do empirismo, o progresso científico em seu tempo dependia do abandono da tradição como ponto de partida e a afirmação dos sentidos e da experiência enquanto caminhos estruturantes da produção do conhecimento. Além disso, Bacon defendeu o uso sistemático da ciência na indústria afim de favorecer o progresso e, em tese, a promoção de bem-estar das comunidades humanas (PEREIRA, 1996). O racionalismo dos tempos modernos, por sua vez, teve René Descartes como propositor. O filósofo francês defendeu a possibilidade de alcançarmos as verdades e, com elas, controlarmos o mundo através do emprego da razão como recurso metodológico. Para tanto, assumiu o modelo matemático, orientando-se para o desvelamento de incógnitas a partir das relações que essas estabelecem com outros elementos associados (RUBANO; MOROZ, 1996b).

³⁴ Com raízes na filosofia aristotélica, o empirismo – do grego *empeiria*, experiência – é a corrente de pensamento que defende a produção de conhecimento a partir da experiência sensorial (ANDERY *et al.*, 1996).

³⁵ Racionalismo, do latim: *ratio*, razão, é o nome dado à corrente filosófica que reconhece a razão como a única instância da qual se pode derivar a verdade (FILHO, 1991).

Nos séculos XVIII e XIX, racionalismo e empirismo ganharam delineamentos mais claros a partir das características e demandas concretas dos países onde se consolidaram. Segundo Pereira e Gioia (1996, p. 285),

Inglaterra e Alemanha fornecem exemplos dessas duas posturas, que surgem em consonância com a situação vivida por cada um desses dois países nesse momento de sua história. Na Inglaterra, a ausência de uma pressão extrema por inovações tecnológicas constantes e de uma política científica estatal fez com que a ciência surgisse principalmente das fábricas, da prática, de forma empírica, para resolver problemas específicos. Já, no caso alemão, a urgência de desenvolvimentos tecnológicos, gerando grande quantidade e diversidade de problemas técnico-científicos, e a existência de uma política científica institucional favoreceram o surgimento de uma ciência mais globalizante, abstrata, capaz de responder a todos os problemas.

No limite, como precisamente elabora Cocho (1980 apud PEREIRA; GIOIA, 1996, p.285-286), guardadas as especificidades dos cenários onde se desenvolveram, as duas abordagens serviram a um só propósito: “acelerar, como dizem os economistas, a acumulação de capital por meio do incremento da chamada ‘mais valia relativa’³⁶, para o qual se torna necessária a modernização do aparato produtivo através do desenvolvimento científico”. Do ponto de vista ideológico, nutriram valores como a liberdade, igualdade e individualismo, todos eles circunscritos aos interesses econômicos da classe empresarial. A título de exemplo, se consideramos o racionalismo, observaremos a defesa da liberdade na concepção de autonomia da razão frente a realidade material. Daí decorre o individualismo, o entendimento de que há uma cisão entre o individual e o universal, entre o indivíduo e os aspectos mais amplos que participam direta ou indiretamente da sua constituição. Por fim, a noção de igualdade que se expressa na afirmação da razão como uma faculdade presente em todos os homens (GOLDMAN, 1967).

Uma digressão pormenorizada logo nos mostraria que essas duas abordagens metodológicas – seja a ênfase na experiência e nos sentidos (empirismo), seja a ênfase na observação e razão (racionalismo) – estão presentes nas obras de distintos autores da época. Pode-se destacar aqui: Berkeley, Hume e Comte como expoentes significativos no pensamento empirista; entre os racionalistas, vale o destaque para a Kant, que mesmo sublinhando o papel da razão como instrumento preponderante na elaboração do conhecimento, faz críticas contundentes ao dogmatismo racionalista que ignora o papel da experiência e dos sentidos, aos

³⁶ Diferente da mais-valia absoluta, que aumenta os níveis de exploração e apropriação de valor no processo produtivo através do aumento de horas e de intensidade na jornada de trabalho, a mais-valia relativa consiste no aumento da capacidade de extração de valor no processo produtivo através do incremento de tecnologia (MARX, 2017).

quais a razão está condicionada na elaboração do conhecimento. É válido mencionarmos ainda o filósofo alemão Hegel, a quem retomaremos mais adiante nesse trabalho, sobretudo, por ser ele um dos pensadores que mais influenciaram o pensamento marxiano, referencial teórico central desse estudo (PEREIRA; GIOIA, 1996).

Se em Berkeley tudo o que existe resulta das sensações (FILHO, 1991), em Hegel, divergindo do empirismo inglês, tudo o que é real é racional, sendo, portanto, a razão o grande alicerce sobre o qual o conhecimento sobre a realidade se constitui. Foi a partir desse pressuposto que Hegel – tal qual Heráclito, Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Sócrates e outros que o precederam –, buscou leis e conceitos universais para explicar a realidade (SAVIOLI; ZANOTTO, 1996).

Um ponto central do sistema filosófico hegeliano é o seu caráter dialético. Assim como Heráclito, Hegel acreditava em uma realidade que se encontra em movimento graças ao constante choque de contradições e em transformação para estados nos quais se realizam as potencialidades contidas em estados anteriores. Essa transformação se dá em três fases. Na primeira delas (tese), o ser apresenta um conjunto de qualidades que o diferencia de outros seres. Tais características, ao definirem um conjunto de especificidades, definem também limites condizentes com as propriedades que o qualificam. Na busca por superar tais limites, o ser nega (segunda fase, a antítese) sua forma primeira e transforma-se, adquirindo novas qualidades e novos limites. Contudo, mesmo transformando-se, o ser retoma e preserva aquilo que há de essencial em seu primeiro estado, constituindo assim, a terceira fase: a negação da negação (síntese). “A síntese, que Hegel denominou de terceiro termo, é forma qualitativamente superior da proposição inicial (...) Nessa fase superior, nova, persistem, no entanto, sequelas do “velho” (FILHO, 1991, p.81). Para Hegel, essas três fases expressam a lei universal do desenvolvimento histórico através do qual o mundo mantém-se em contínuo movimento e transformação (SAVIOLI; ZANOTTO, 1996).

Todas as coisas trazem em si forças contrárias que chocam, e sua luta gera movimento. Essas forças, em que pese à sua oposição – estão, porém, unidas em relações dramáticas. A união é tão verdadeira quanto o antagonismo reinante entre ambas, mas é união transitória que só se mantém durante o curso da evolução. Em determinado momento da fase evolutiva, ocorre dilaceramento profundo no seio das forças em presença, e emerge como resultado a solução do conflito, através de um salto – numa forma superior de reunificação, nova e fecunda (FILHO, 1991, p.80).

Desse pressuposto decorrem dois entendimentos: 1) se o mundo se encontra em contínuo movimento e transformação, o saber sobre ele não pode ser estático. Isto é, o conhecimento sobre a realidade muda conforme mudam as condições materiais de existência e

as relações outrora estabelecidas. O conhecimento está condicionado às características históricas que o circunscrevem. Além disso, 2) se a realidade é dinâmica e homens e mulheres, por suas características genéricas, compreendem essa dinamicidade, é possível, através do uso da razão, acompanhar a realidade em seu movimento e intervir teleologicamente sobre ela de modo a forjar as condições materiais mais adequadas para a sobrevivência humana (SAVIOLI; ZANOTTO, 1996).

Dito isso, não fica difícil compreender a posição central que a razão ocupa no pensamento hegeliano. Levado ao limite, se a apreensão da dinâmica do real pela razão viabiliza a intervenção e sua transformação, a razão torna-se essencial para a construção da própria realidade. A filosofia hegeliana assume a ideia como produtora da realidade material, haja vista, a sua exteriorização deliberada pode alterar as condições de existência no mundo concreto (SAVIOLI; ZANOTTO, 1996). Se encontra aí o caráter idealista do pensamento de Hegel, cuja fragilidade está em sua defesa da atuação dos contrários estritamente no plano ideal, tese contra a qual Marx se posicionará destacando a primazia da matéria sobre a ideia (FILHO, 1991).

À revelia dos diversos debates acumulados nas correntes filosóficas sobre o conceito de matéria, sua negação ou condicionalidade existencial tem encontrado abrigo e apelo nas diferentes interpretações idealistas da realidade. Autores como Platão, Berkeley e Kant, nomes de relevo na produção de conhecimento, relegaram à matéria, respectivamente, à existência potencial, à inexistência e à intangibilidade (CHEPTULIN, 2004).

Foi contra tais forças que Lenin (1946), instrumentalizado pelo pensamento materialista histórico e dialético de Marx, se esforçou sistematicamente para mostrar que a matéria, tanto existe quanto é estruturante do psiquismo humano. A matéria não existe apenas subjetivamente, como resultado das nossas sensações e percepções. Ela é essencialmente objetiva e existe independentemente da consciência que a captura pelos processos senso-perceptuais. Assim sendo, o conceito de matéria representa categoricamente a realidade que rodeia a humanidade (CHEPTULIN, 2004). Nas palavras do autor: " A matéria é uma categoria filosófica que serve para designar a realidade objetiva proporcionada ao homem em suas sensações, que a copiam, fotografam-na, refletem-na, sem que sua existência lhes fique subordinada." (LENIN, 1946, n.p). Com isso, Lenin distingue fundamentalmente a concepção marxista materialista dialética de matéria das tendências filosóficas idealistas, agnósticas e metafísicas, para as quais a matéria só existe sob pedágio da consciência/espírito, isto é, não possui existência real.

Segundo Cheptulin (2004, p.67), o materialismo dialético marxiano, marcadamente presente na perspectiva teórico-metodológica de Lenin, "reúne novamente o conceito de

matéria à realidade objetiva e ao mundo exterior, que existe independentemente da consciência humana”. Nos marcos dessa concepção, tudo o que configura a realidade objetiva, mundo exterior, diz respeito à matéria. Contudo, enquanto realidade objetiva, essa matéria não se organiza de modo homogêneo. Sua manifestação se dá em formações materiais autônomas, carregadas de propriedades particularidades (características espaciais, temporais, causalidade, contradição, conteúdo, forma, etc.) em afinidade com propriedades universais próprias da totalidade.

Tomemos como ilustração a formação material que determinada comunidade linguística reconhece pelo grafema “árvore”. O modo como os seus átomos e células se organiza para conformá-la compreende uma particularidade que a diferencia da formação material que a mesma comunidade reconhece por “água”. No entanto, as duas formações se articulam em diferentes níveis e, juntas com inúmeras outras formações materiais, formam uma totalidade: a matéria, o conjunto das formações materiais.

As formações materiais, por meio das quais existe e manifesta-se a matéria, estão organicamente ligadas nos mais distintos fenômenos observados no mundo, nas suas diferentes formas de existência, em seus diferentes estados e propriedades. Formações materiais como os animais superiores, possuidores de um córtex, apresentam propriedades que indicam um alto grau em seu estágio de desenvolvimento. Uma delas é o reflexo, “uma faculdade de reagir de uma maneira determinada, sob a influência de uma outra formação material” (CHEPTULIN, 2004, p.78). Uma das formas de reflexo é a consciência.

Ao nos depararmos com a realidade objetiva, a nossa consciência reflete as formações materiais que captura pelos processos de senso-percepção, mas não o faz de forma passiva: imprime nos reflexos que produz suas propriedades. Essa noção é uma das características que diferenciam o materialismo mecanicista do histórico-dialético proposto por Marx e Engels, para quem: “o reflexo da realidade objetiva pela consciência não se produz passivamente, como no espelho, nem de forma estática, como pensavam os materialistas pré-marxistas, mas de maneira ativa, criativa, sobre a base e no decorrer da transformação prática da realidade” (CHEPTULIN, 2004, p.121).

Esse fato produz uma dinâmica na qual o reflexo não está restrito a uma resposta mecânica à ação de uma formação material exterior, mas, sujeito a interações. Não se sabe com precisão se esta propriedade reflexiva, típica dos animais superiores, possuidores de córtex, existe também entre animais que não possuem um sistema nervoso tão desenvolvido. O que se sabe é que, o psiquismo, enquanto reflexo imagético do mundo exterior, só é possível graças à uma

base fisiológica que torna possível esse fenômeno e que, graças ao seu grau de desenvolvimento, transforma o simples reflexo em algo qualitativamente mais complexo: a consciência (CHEPTULIN, 2004).

Embora o aparecimento da consciência esteja condicionado à complexa formação do sistema nervoso, esta base fisiológica, por si só, não é suficiente para que a consciência apareça. Tão importante quanto o elemento orgânico são os estímulos externos contidos no laço social, sem os quais a consciência só existe enquanto potencial. Explica-nos Cheptulin (2004, p.88):

Como propriedade da matéria altamente organizada, a consciência é, ao mesmo tempo, o produto do trabalho humano, o resultado do desenvolvimento social. Um sistema nervoso altamente desenvolvido cria apenas a possibilidade real do aparecimento da consciência; mas, a transformação dessa possibilidade em realidade está ligada ao trabalho. Foi precisamente sob a ação do trabalho que a forma psíquica do reflexo, própria aos ancestrais animais do homem, transformou-se progressivamente em consciência, em reflexo consciente da realidade. O ponto de partida desse processo foi o momento no qual uma espécie superior de macacos começou a utilizar objetos da natureza para obter um resultado ligado à satisfação de uma ou outra necessidade do organismo. No começo, essas ações constituíam apenas casos isolados, mas, pelo fato de que elas davam, em geral, resultados positivos, e de que elas contribuíam para a satisfação de uma ou outra necessidade, um reflexo condicionado elaborou-se a partir delas e, com esse reflexo, apareceu o hábito de utilizar, em certas condições, os objetos da natureza como "ferramentas". Esse hábito conduziu a mudanças fundamentais no comportamento desses animais. Sua ligação com a realidade ambiente foi, desde então, mediatizada pelos objetos da natureza.

É evidente o legado de Marx (2007; 2008; 2017) nas palavras de Cheptulin. A compreensão do indivíduo como ser social, forjado objetiva e subjetivamente em seu movimento de transformação da natureza para garantir a própria sobrevivência, marca transversalmente a obra de Marx e sustenta com profundidade a concepção de que a consciência não é um produto de interações fisiológicas, mas, o resultado da “forma social do movimento da matéria” (CHEPTULIN, 2004, p. 90).

É o conjunto das imagens refletidas do mundo material que constituem o saber da humanidade. A partir desse saber sobre o mundo, a humanidade compreende tudo aquilo que existe em torno dele, fazendo do saber umas das formas de expressão da consciência. É o acúmulo de saber-consciência que nos permite tanto compreender o presente quanto planejar o futuro, fazendo do homem e da mulher sujeitos ativos na construção da sua história. Essa característica racional nos distingue de modo crucial dos outros animais em suas ações instintivas, abrindo possibilidades de teleologicamente agir sobre a realidade e transformá-la de modo criativo e revolucionário (CHEPTULIN, 2004).

4.1.3 O método em Marx

Enquanto teoria social e método de análise da realidade que se orienta não só para a compreensão dos fenômenos, mas, sobretudo, para a transformação revolucionária da realidade, a produção de Marx tem sofrido históricas oposições, cujos efeitos extrapolam as fronteiras discursivas. Como bem pontua Netto (2011), a sustentação da práxis marxista implica uma postura contra-hegemônica que atrai opositores como nenhuma outra abordagem sociológica o faz. Esse cenário só se realiza por ser o marxismo um instrumento de subversão que põe em risco privilégios estruturantes da sociedade de classes. A esse respeito, emenda Filho (1991, p.70):

O conceito tradicional de Filosofia é acrescido, por Marx, de uma expressão criadora: o conceito político. Os pensadores que o antecederam apenas defendiam os direitos da inteligência, isolada da prática política. Para Marx, a Filosofia possui algo mais, e “quando não vai unida a uma política, não chegará nunca a ser uma verdade”. O conceito de política aplicado à Filosofia advém, para ele, não mais dos postulados da razão. Trata-se, para Marx, de arrancar a Filosofia das altitudes nebulosas em que se encontrava nos meios alemães para relacioná-la com a vida social e a luta política, e assim restabelecer os vínculos partidos da teoria e prática.

No campo acadêmico, parte significativa das críticas gravitam em torno da atenção dada por Marx aos aspectos econômicos constitutivos da sociabilidade humana. Para seus detratores, Marx reduz a experiência humana à um determinismo econômico, à revelia dos seus aspectos culturais e simbólicos – daremos melhor tratamento a essa questão na discussão sobre prioridade ontológica econômica e desenvolvimento humano em Marx. Outra crítica está no que seria uma perspectiva etapista formulada por Marx, concebendo a sociedade como uma entidade em evolução que após transitar por diferentes modos de produção, necessariamente, desembocaria no socialismo (NETTO, 2011).

As duas críticas não se sustentam se observada com honestidade a obra de Marx. Em primeiro lugar, porque a noção de totalidade é um dos pilares centrais do pensamento marxiano. Isto é, o objeto de pesquisa não deve ser encarado de modo monocausal, devendo ser considerados todos os aspectos que possibilitam a sua existência e movimento peculiar (NETTO, 2011). Segundo, porque durante as quatro décadas de pesquisa, Marx, assim como outros autores, teve a oportunidade de rever suas teses iniciais e chegar a conclusões diferentes sobre seu objeto de estudo. O desenvolvimento teleológico da sociedade humana foi um dos pontos revisto por Marx, principalmente a partir das experiências vividas na Ásia e na Rússia, fazendo ruir qualquer horizonte pré-determinado (ANDERSON, 2019).

Sem se deixar abalar pelas críticas superficiais desenvolvidas por seus opositores, Marx prosseguiu realizando um exame consistente dos fundamentos e condicionamentos histórico-concretos das correntes de pensamento hegemônicas em sua época. Tal esforço o permitiu formular uma teoria social que, diferente das demais, não se restringia à uma prática de exame e descrição positivista dos fenômenos, tampouco, à produção de enunciados para estabelecimento de consensos restritos à comunidade acadêmica. Mas, uma teoria que, através do escrutínio da realidade objetiva, permitisse compreender sua estrutura e dinâmica, ultrapassando a pseudoconcreticidade e alcançando a essência dos fenômenos sociais (MARX, 2007; NETTO, 2011; KOSIK, 1976).

É importante destacar que todo o trabalho desenvolvido por Marx mantém estrita relação com as circunstâncias em que foi produzido. Na primeira metade do século XIX, a Europa experienciou um crescimento significativo do modo de produção capitalista, decorrente das invasões, genocídios e escravização na África e na América (RODNEY, 1975). Tal expansão viabilizou tanto um acelerado processo de industrialização e internacionalização dos mercados, quanto níveis mais elaborados de organização e resistências das maiorias populares oprimidas. Foi nesse cenário de intensas disputas, rupturas, aprofundamento dos níveis de exploração humana e reivindicação por uma sociabilidade alternativa que Marx coletou a substância que daria forma à sua crítica e proposição revolucionária (ANDERY; SÉRIO, 1996).

Segundo Andery e Sérgio (1996), além dos elementos objetivos que marcavam seu tempo, foram três as grandes influências teóricas no pensamento marxiano. A primeira delas foi o sistema filosófico de Hegel, a quem Marx aponta como o primeiro a expor de modo amplo e consistente as formas gerais de movimento da dialética, apesar de sua mistificação.

O primeiro ponto teórico-metodológico de divergência entre Marx e Hegel que destacamos aqui está na compreensão dialética materialista marxiana em oposição à dialética idealista hegeliana. Embora os dois autores tenham recuperado a dialética como perspectiva para compreender a realidade e seja de Hegel que Marx parte para pensar a contradição como categoria estruturante da realidade, no primeiro, as contradições se dão majoritariamente na esfera do pensamento e só de forma secundária produzem desdobramentos na realidade material. Em Marx, pelo contrário, as contradições que põem em movimento a realidade material se encontram na própria realidade material, elevando-se às ideias de forma subsidiária (ANDERY; SÉRIO, 1996). Há aqui uma inversão da dialética hegeliana.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como *sua* consciência.

Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições. Tão logo seja apresentado esse processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas.

Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também, portanto, a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens. As fraseologias sobre a consciência acabam e o saber real tem de tomar o seu lugar (MARX; ENGELS, 2007, p.94-95).

Ao partir da realidade material, o método materialista histórico dialético busca os elementos que compõem a história do desenvolvimento humano em sociedade, suas contradições, e dá relevo às relações particulares que estabelecem esses elementos entre si dentro de uma totalidade dinâmica, suas leis de transformação e ao papel do indivíduo nesse processo. Isso faz do seu método de crítica e produção de conhecimento um recurso não-especulativo e orientado para transformações (sínteses) da realidade (ANDERY; SÉRIO, 1996).

A segunda das influências ao pensamento marxiano veio de economistas clássicos ingleses como Adam Smith e Ricardo, incorporando noções como, por exemplo, a de “valor-trabalho” e “renda da terra”; e, ainda, de socialistas utópicos, como Owen, Fourier e Saint Simon, sublinhando a crítica e possibilidade de ruptura e superação do modo de produção capitalista. Por fim, a obra de Feuerbach foi uma das influências mais importantes por sua compreensão materialista da humanidade e da produção de ideias. Para Feuerbach, as ideias decorrem das relações estabelecidas entre a humanidade e a natureza em sua ação teleológica sobre o mundo para garantir sua sobrevivência (ANDERY; SÉRIO, 1996).

As aproximações e oposições a esses três marcos de influência deram sustentação a uma interpretação materialista, histórica e dialética da realidade, que perscrutou diversos aspectos

da experiência humana no mundo e, de modo particular, da experiência humana na sociabilidade capitalista que, como dito, ganhou maiores contornos no período em que Marx desenvolveu sua obra.

Um dos efeitos desses diálogos foi a consolidação da noção de ser social. De acordo com Marx (2017), embora o homem, por suas próprias características biológicas, seja um ser natural, a fim de garantir sua sobrevivência, ele se diferencia da natureza, atuando intencionalmente sobre ela, modificando-a e, como efeito desse processo, modificando a si mesmo. Aqui há uma peculiaridade que demarca uma fronteira aparentemente insuperável entre a espécie humana e os outros animais: enquanto estes atuam sobre a natureza de modo biologicamente determinado para satisfazer suas necessidades, a humanidade atua de modo teleológico e, a partir do acúmulo de experiências e conhecimentos produzidos e transmitidos de geração a geração, humaniza aquilo que originalmente existia em estado natural. A essa atuação intencional, cumulativa e organizada sobre o mundo, Marx chama de trabalho, uma categoria central em toda a sua obra (ANDERY; SÉRIO, 1996).

Ao transformar o mundo material para garantir as condições concretas de vida, a humanidade não só opera sobre o mundo concreto, como também o representa de modo abstrato e utilitariamente superficial (KOSIK, 1976).

À guisa de ilustração, suponhamos que uma comunidade humana precisa, para fugir de um rigoroso inverno, migrar para um território com melhores condições climáticas de sobrevivência. Para tanto, se vê forçada a construir algo que lhe permita atravessar um rio que obstrui o caminho e, assim, seguir em sua jornada pela sobrevivência. Esforços são concentrados na derrubada de árvores, coleta de pedras, argila para sedimentação dos materiais; uma divisão de trabalho é realizada para qualificar o tempo escasso e relações trabalhistas são geradas para organizar a intervenção na natureza. Ao final, a comunidade nomeia sua produção de “ponte”, abstração linguística que permite a produção de um entendimento comum entre os membros comunidade sobre aquilo que foi produzido. A palavra “ponte”, embora represente o produto do trabalho e sirva como mediação simbólica entre os pares, não revela os processos estruturantes daquilo que foi construído. Gerações futuras, ao ouvirem a palavra “ponte”, saberão qual é o seu correspondente no mundo concreto, no entanto, não compreenderão imediatamente quais foram os motivos particulares que estimularam a sua produção, quais os instrumentos e matérias-primas foram utilizadas, quais relações trabalhistas foram necessárias para que a comunidade obtivesse êxito em seu pleito, etc. Isto é, a representação “ponte”, não diz mais do que a superfície do fenômeno/objeto, de tal sorte que, compreendê-lo

essencialmente demanda dos interessados e interessadas um *détour*, um desvio da representação superficial e aprofundamento sobre os aspectos histórico-concretos constitutivos do fenômeno/objeto.

A esse mundo da superficialidade representativa, fixado no cotidiano como realidade natural e positiva, que media as nossas relações cotidianas e escamoteia a essência fenomênica, Kosík (1976) chama de “pseudoconcreticidade”: uma dimensão da práxis humana que, ao anunciar simbolicamente o fenômeno, restringe a compreensão da sua essência.

Segundo o autor, ao mundo da pseudoconcreticidade pertencem:

“O mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade); o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens” (KOSIK, 1976, p. 11).

Imersa nas práticas utilitárias do cotidiano, a humanidade produz e compartilha entre seus membros representações fenomênicas que se prestam a capturar simbolicamente e estabelecer sentido para as coisas. Contudo, essas representações apresentam tanto diferenças quanto contradições com a estrutura do que se quer representar. Dessa forma, embora permitam à humanidade certo grau de orientação no mundo, a partir de um universo compartilhado de sentido – o senso comum –, as representações não proporcionam compreensão efetiva dos nexos constitutivos da realidade. Tal compreensão só é possível a partir do esforço de indagação e descrição de como a essência, a “coisa em si”, se manifesta e se esconde na aparência. E, de acordo com Kosík (1976, p.15-16), é justamente a distinção entre essas duas dimensões articuladas que constitui o objetivo da dialética:

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a "coisa em si" e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. (...) O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações (...).

Como a essência, ao contrário da aparência, não se manifesta diretamente, é preciso que exerçamos uma atividade peculiar para acessá-la. Tal atividade está expressa no método de investigação materialista histórico e dialético, compreendido em três tarefas sem as quais, segundo Kosík (1976, p.31), “qualquer dialética não passa de especulação vazia”:

1) minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis; 2) análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; 3) investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento.

A construção do conhecimento científico representa, pois, um percurso de descortinar o pseudoconcreto em direção ao concreto, o que significa um processo de superação de um conhecimento epidérmico, em direção a um conhecimento mais profundo acerca do real, suas determinações e contradições. No limite, não basta incorrerem em longas caracterizações e densas descrições das relações íntimas existentes entre o objeto e a realidade objetiva. Para que avancemos da aparência para a essência é preciso extrapolar as representações comuns que compõem as significações consensuais e compreendermos todos os elementos que determinam concretamente o objeto/fenômeno sob análise científica. Para Marx e Engels, é nesse movimento que se dá o verdadeiro caminho científico (MARTINS; LAVOURA, 2018).

Um outro aspecto já mencionado nesse trabalho a respeito do método em Marx é a sua orientação para os processos de transformação social. Desnudar a realidade afim de nela intervir não é uma busca restrita ao pensamento marxiano, afinal, é público e notório o uso instrumental da produção científica em benefício dos interesses de grupos hegemônicos (escravagistas, senhores feudais, igreja católica, monarcas, burgueses, etc.) durante a história da sociabilidade humana. No entanto, como destacam Andery e Sérgio (1996, p.420),

(...) o conhecimento adquire, em Marx, não apenas o caráter de um conhecimento comprometido com a transformação concreta do mundo, mas também com a transformação segundo os interesses e as necessidades de uma classe social, e a despeito da outra. Com essa concepção perde-se, com Marx, a expectativa de se produzir conhecimento neutro, conhecimento que serve igual e universalmente a todos, conhecimento que mantenha o mundo tal como é.

Considerando todos os aspectos históricos, teórico e metodológicos sobre os quais discorreremos acima, bem como a escolha ético-política de usarmos o método marxiano materialista histórico e dialético como lente de análise nesse trabalho, pode-se sintetizar o percurso que faremos nos seguintes termos: partindo dos aspectos histórico-concretos que circunscrevem a realidade material do objeto em estudo, buscaremos conhecer e analisar exaustivamente suas particularidades históricas e elucidar as contradições materiais que determinam sua dinâmica, estejam elas encobertas ou aparentes.

4.2 O Procedimento metodológico para obter informações

4.2.1 Desenho da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas relacionadas e complementares, a partir do método misto sequencial de pesquisa (CRESWELL, 2010) buscando combinar abordagens quantitativas e qualitativas utilizando-se, de forma interdependente, de diferentes estratégias de coleta de informações. Primeiro foi desenvolvido um estudo quantitativo (Estudo 1) e a partir dessa primeira etapa, alguns participantes participaram voluntariamente de um estudo qualitativo (Estudo 2). Os aspectos metodológicos foram caracterizados em razão das especificidades de cada etapa, contudo, ressalta-se que a análise das possíveis relações entre condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano foi realizada à luz dos referenciais teórico-metodológicos assumidos nessa pesquisa, isto é, o materialismo histórico dialético.

4.2.2 Estudo 1

Delineamento

Trata-se de um estudo analítico de corte transversal de abordagem quantitativa.

Participantes e critérios de elegibilidade

A população de referência para a realização da pesquisa foi composta por trabalhadores e trabalhadoras formais do comércio de Santo Antônio de Jesus-BA, entre 18 e 70 anos, domiciliados no município, entre 2022 e 2023. Foram excluídos da pesquisa prestadores de serviços, vendedores ambulantes e trabalhadores da feira livre.

Seleção e tamanho da amostra

De acordo com o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), o conjunto de trabalhadores do comércio varejista somado ao conjunto de trabalhadores do comércio atacadista, em Santo Antônio de Jesus, em 2020, resultava em um total de 6.971 (seis mil

novecientos e setenta e um) trabalhadores e trabalhadoras formais. Partindo desse universo, para que se garantisse um erro amostral de 5%, seria necessária uma amostra de no mínimo 380 participantes. No entanto, afim de garantir resultados mais precisos, a amostra utilizada nesse estudo foi de 464 participantes.

Variáveis e Instrumentos

O questionário (anexo I) é composto por 32 itens que abordam: informações demográficas, renda, condições de moradia, condições de saúde, mobilidade urbana, jornada de trabalho, trabalho reprodutivo, endividamento e sindicalização (Quadro 1). Sua aplicação foi precedida pela leitura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo III).

Tabela 1. Variáveis e suas categorias

Variável	Legenda	Tipo
Idade	(em anos)	Contínua
Sexo	Masculino/ feminino	Catagórica
Raça/cor	Branca/ parda/ preta/ indígena/ amarela	Catagórica
Estado Civil	Solteiro/ Casado-união estável/ Viúvo/ Divorciado	Catagórica
Escolaridade	Sem grau de escolaridade/ Ensino fundamental incompleto/ Ensino fundamental completo/ Ensino médio incompleto/ Ensino médio completo/ Ensino superior incompleto/ Ensino superior completo/ Pós-graduação	Contínua
Condição crônica de saúde	Sim/ Não	Catagórica
Tipo de condição crônica	(nome condição crônica)	Catagórica
Plano de saúde	Sim/ Não	Catagórica
Zona de moradia	Urbana/ Rural	Catagórica
Condição de moradia	casa própria/ casa alugada/ casa cedida/ casa de familiares	Catagórica
Tem filhos que dependem de você	Sim/Não	Catagórica
No. Filhos	(quantos filhos)	Contínua
No. Pessoas domicílio	(quantas pessoas moram na casa)	Contínua
Arranjo de moradia	Sozinho/ Com cõnjuge-companheiro/ Com filhos/ Com cõnjuge e filhos/ Com os pais/ Com os pais e filhos/ Com os pais, cõnjuge e filhos/ Com cõnjuge, filhos e netos/ Outros	Catagórica

	parentes/ Pessoas fora da família/ Outros	
Responsável sustento familiar	Sim/ Não	Catagórica
Renda	Menos de 1 SM/ 1 a 2 SM/ 3 a 4 SM/ 5 a 8 SM/ Mais de 8 SM	Contínua
Considera ter dinheiro suficiente para necessidades básicas	Sim/ Não	Catagórica
Tempo no trabalho atual	(quanto tempo está no trabalho atual)	Contínua
Tipo de contrato	tempo determinado/ tempo indeterminado/ temporário/ eventual/ intermitente/ parcial/ terceirizado/ outro	Catagórica
Jornada de trabalho	(no. horas diárias)	Contínua
Outra atividade para complementar renda	Sim/ Não	Catagórica
Sindicalizado	Sim/ Não	Catagórica
Tempo gasto em atividades domésticas e de cuidado	(no. horas diárias)	Contínua
Conta com ajuda em atividades domésticas e de cuidado	Sim/Não	Catagórica
Mobilidade urbana	a pé/ transporte público/ carro próprio/ motocicleta própria/ bicicleta/ taxi/ moto taxi	Catagórica
Satisfação transporte público	(escala 0 a 10)	Contínua
Empréstimo últimos 3 anos	Sim/ Não	Catagórica
Fonte do crédito	Banco/ casas de crédito/ familiares/ outras pessoas/ Outro	Catagórica
Paga financiamento	Sim/ Não	Catagórica
Tipo financiamento	Habitacional/ Construção/ Carro/moto	Catagórica
Dívida cartão de crédito	Sim/ Não	Catagórica
Se preocupa constantemente com o pagamento de suas dívidas	Sim/Não	Catagórica
Renda comparada	Piorou/ficou igual/melhorou	
Vida comparada	Piorou/ está igual/ melhorou	Contínua
Falta de segurança no trabalho	Sim/ Não	Catagórica
Exposição situações desgastantes	Sim/ Não	Catagórica

Procedimento de coleta de dados

A coleta de dados sociodemográficos foi realizada através do preenchimento de questionário sociodemográfico (Anexo I) e abrangeu estabelecimentos comerciais urbanos, de diferentes tamanhos e localizados em diferentes bairros do município de Santo Antônio de

Jesus. Com fichas e TCLE's (Anexo III e IV) em mãos, o pesquisador se dirigiu a cada um desses bairros, convidando trabalhadores(as) para participar da pesquisa.

Os dados foram coletados através de abordagem direta ao trabalhador feita pelo pesquisador, fora do estabelecimento de trabalho, em ambiente com privacidade preservada, sem mediação do(a) proprietário(a) do estabelecimento, dispensando, portanto, Termo de Autorização de Instituição Coparticipante. Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), confirmado o interesse em participar da pesquisa, os participantes responderam ao questionário sociodemográfico.

Após responderem os itens do questionário, os entrevistados foram perguntados sobre a disponibilidade para participação de entrevista semiestruturada em data a ser agendada (Estudo 2).

Procedimentos de análise de dados

As respostas dadas ao questionário foram tabuladas de modo a oferecer dados quantitativos passíveis de análise. Foi realizado o teste de qui-quadrado de independência (2x2) com o objetivo de investigar se havia associação significativa entre as variáveis categóricas dicotômicas (as politômicas foram transformadas em dummy) e o sexo e a raça/cor. O tamanho de efeito foi calculado pelo *V de Cramer*.

Foi realizado um teste *t* de Student para amostras independentes com o objetivo de investigar em que medida as variáveis contínuas eram diferentes entre os grupos por sexo e raça/cor. O pressuposto de homogeneidade de variância foi avaliado por meio do teste de Levene. Foram realizados procedimentos de *bootstrapping* (1000 reamostragens; 95% IC BCa) para se obter uma maior confiabilidade dos resultados, para corrigir desvios de normalidade da distribuição da amostra e diferenças entre os tamanhos dos grupos e, também, para apresentar um intervalo de confiança de 95% para as diferenças entre as médias (HAUKOOS; LEWIS, 2005). O tamanho do efeito foi calculado pelo *d* de Cohen (COHEN, 2013).

4.2.3 Estudo 2

Delineamento

Esse foi um estudo exploratório, descritivo, de caráter transversal, com abordagem qualitativa. Segundo Batista, Matos e Nascimento (2017, p.3), o uso de métodos qualitativos ou “compreensivo-interpretativos” em pesquisa teve início há pouco mais um século, quando do desenvolvimento de fronteiras mais claras entre as Ciências Humanas e as Ciências Naturais. Seu uso está associado à elucidação de dados descritivos relativos aos mais distintos fenômenos, dando relevo tanto ao modo como estes ocorrem quanto os sentidos a eles atribuídos pelos participantes da pesquisa.

Em acordo com os autores e a autora supracitados, Minayo (2010, p. 57) nos oferece uma definição ampla do método qualitativo. Segundo a autora, trata-se daquele que “(...) se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem”. Nesse sentido, seu uso viabiliza o desvelamento de aspectos particulares das experiências humanas, ainda que circunscritas a determinações e condicionadores comuns.

Participantes

Nessa pesquisa realizamos coleta de dados primários a partir de critérios previamente definidos: dentre os participantes que fizeram parte do Estudo 1, foram contatados 20 (vinte) daqueles que declararam interesse em participar do Estudo 2, opção descrita ao final do formulário da primeira etapa.

No que tange à quantidade de entrevistados (as) estabelecida para essa etapa da pesquisa, seguimos em acordo com Morse (1994) e Creswell (1998), para quem 20 entrevistas é a quantidade mínima de entrevistas em qualquer modalidade de investigação qualitativa. É importante que se diga: não há consenso na discussão sobre amostragem em estudos qualitativos. Apesar da crença de autores como Onwuegbuzie e Nancy L. Leech (2007) – que consideram relevante o tamanho da amostra em pesquisa qualitativa –, há uma quantidade significativa de autores que não compartilham desse entendimento. Contudo, ao estabelecermos a quantidade de vinte entrevistas, o fizemos por considerá-la uma amostra qualitativa ideal, isto é, que “reflete, em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenômeno

e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo” (MINAYO, 2017, p.10). Com essa quantidade foi possível acessarmos diferentes experiências vividas por trabalhadores e trabalhadoras do comércio de Santo Antônio de Jesus, de diferentes estabelecimentos comerciais, localizados em diferentes bairros, lançando luz sobre aspectos que dizem respeito tanto à vivência singular dos participantes, quanto sobre aquilo que se articula com os condicionamentos e determinações sociais trabalhistas na formação social particular do município e, na dimensão geral/universal do Brasil.

Instrumentos

Os relatos sobre as experiências de trabalho no comércio foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas (Anexo II), metodologia amplamente utilizada para coleta de dados nas Ciências Sociais (MINAYO, 2011).

De acordo com Batista et al. (2017, p.4):

Utilizar-se da entrevista para obtenção de informação é buscar compreender a subjetividade do indivíduo por meio de seus depoimentos, pois se trata do modo como aquele sujeito observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.; é sempre um, entre muitos pontos de vista possíveis. É extrair daquilo que é subjetivo e pessoal do sujeito e pensarmos numa dimensão coletiva, nos permite compreender a lógica das relações que se estabelecem ou se estabeleceram no interior dos grupos sociais dos quais o entrevistado participa ou participou, em um determinado tempo e lugar.

Diferente da entrevista estruturada, que se realiza a partir de uma relação fixa de perguntas, a entrevista semiestruturada caracteriza-se por sua maior flexibilidade, combinando perguntas fechadas e abertas sobre o objeto/fenômeno pesquisado. Uma das suas vantagens está na possibilidade de investigar em profundidade o que se deseja, fato que favorece a elucidação dos temas abordados e a exposição mais elaborada das ideias dos participantes (MINAYO, 2010).

Procedimento de coleta de dados

Durante o Estudo 1, ao responderem o questionário, os(as) participante indicaram se havia disponibilidade ou não para serem entrevistados(as) na segunda etapa da pesquisa, o Estudo 2. O pesquisador registrou as respostas e o contato telefônico para futuro agendamento. Foi feito contato com diversos participantes que indicaram disponibilidade para participação da

segunda etapa. Muitos declinaram, mas, a quantidade prevista no projeto foi alcançada. As entrevistas não foram realizadas no ambiente de trabalho, mas sim em local considerado seguro pelo/a entrevistado/a, sem a presença e mediação do(a) proprietário(a) do estabelecimento comercial, de maneira a garantir o sigilo, a confidencialidade e a privacidade.

Antes do início da entrevista, foram lembradas as informações dadas aos participantes quando participaram do Estudo 1 (do objetivo da pesquisa, do sigilo, do armazenamento e publicação dos dados, etc.). Os(as) participantes foram informados(as) sobre a gravação da entrevista, sobre a possibilidade de desistência por livre vontade em qualquer momento da pesquisa sem nenhum prejuízo. Foi informado(a) que o conteúdo da entrevista seria mantido em sigilo, evitando quaisquer exposições, e que suas identidades não seriam reveladas em nenhuma das vias de publicação das informações geradas. Além disso, os(as) participantes foram informados(as) sobre os procedimentos de armazenamento e acesso à gravação.

As entrevistas semiestruturadas foram gravadas através de aplicativo de gravação de áudio chamado ASR, disponível na Play Stores para download em aparelhos androides. Finalizadas as entrevistas, a gravação foi transcrita através do programa Transkriptor, revista pelo pesquisador e armazenada em lugar protegido e de acesso exclusivo do pesquisador (mais informações sobre o armazenamento no tópico abaixo: “Procedimentos éticos e viabilidade - Responsabilidades do pesquisador”).

Procedimento de análise de dados

Nessa etapa da pesquisa foi utilizada a Análise Temática (AT). Análise Temática é o termo "guarda-chuva" que cobre uma diversidade de análises interpretativas de dados, alicerçada em um amplo conjunto de abordagens teórico-filosóficas. Segundo Braun e Claker (2006, p.79, tradução do autor), a análise temática “é um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados. Ele organiza e descreve minimamente seu conjunto de dados em (rico) detalhe”. Sua amplitude, no entanto, vai além da descrição e superfície dos dados, estendendo-se na interpretação dos aspectos trazidos pelos temas e desdobrando-se na aproximação de conceitos, categorias teóricas, ideologias e ideias subjacentes. Enquanto método de análise qualitativa, possui aplicabilidade e repete algumas características de outros métodos, como: a busca por "padrões, recursividade, flexibilidade, homogeneidade interna nas categorias/temas e heterogeneidade externa entre as categorias/temas".

Nessa pesquisa, o uso da AT foi orientado pela abordagem de Braun e Claker (2006), um método flexível, acessível e capaz de apoiar o manejo tanto de grandes como de pequenos bancos de dados de estudos qualitativos. Se deu com um direcionamento dedutivo, propondo-se acessar conteúdos associados ao tema da pesquisa: condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano.

A diversidade de abordagens possíveis sob o termo "Análise Temática, permitiu agrupamentos baseados nas características comuns das técnicas utilizadas. Clarke (2017) propôs dois grandes eixos: 1) "*small q qualitative research*", grupo que reúne análises temáticas que utilizam técnicas de base qualitativa, mas que conjuga um raciocínio positivista; e, 2) "*Big Q Qualitative Research*", grupo que reúne análises temáticas que utilizam tanto uma base teórica quanto um acervo técnico fundamentalmente qualitativos.

Dentro do primeiro eixo, encontram-se análises temáticas de tipo *Coding Reliability*, na qual os dados qualitativos, após sua coleta e análise, são relatados partir de uma lógica quantitativa (grade de códigos, cálculos de confiabilidade, fluxo estruturado, etc); O segundo eixo reúne ATs de tipo *Reflexive*, caracterizadas por uma codificação mais fluída, flexível e que permite um maior engajamento do pesquisador com os dados levantados. Por fim, o grupo de ATs de tipo *Codebook*, caracterizado por seu aspecto misto (*Big Q* e *small q*) e que, embora conte com códigos e temas previamente estruturados, sua interpretação se dá a partir de uma fundamentação qualitativa (CLARKE, 2017).

Considerando o agrupamento proposto pelo autor (idem, 2017), a AT desenvolvida nessa pesquisa melhor se enquadrou no tipo *Codebook*, uma vez que, embora parta de temas previamente estruturados, sua interpretação/análise tenha se dado a partir de uma fundamentação qualitativa: o materialismo histórico e dialético.

Conforme sistematização feita por Braun e Clarke (2006), a condução da AT conta com 6 etapas. Essas 6 fases foram utilizadas nessa pesquisa e foram essenciais na estruturação dos caminhos de análise (separação dos códigos, formulação e refinamento dos temas, construção do mapa temático, etc.). Seu uso foi conjugado com um outro método de análise que permitiu os resultados a que chegamos.

A primeira delas foi a fase de familiarização com os dados, que consistiu em uma "imersão nos dados para familiarização com seus conteúdos em profundidade e amplitude. Essa imersão significa leituras repetidas dos dados. Mais que isso, trata-se de uma leitura realizada de forma ativa, ou seja, que busca por significados, padrões" (SOUZA, 2019, p.56).

A segunda fase foi a de codificação do banco de dados. Se deu através do isolamento de elementos básicos que expressavam facetas do fenômeno em estudo. Foi feita manualmente e se orientou para a identificação dos segmentos que formavam padrões. Feita a codificação, seguiu-se a terceira fase: a formulação dos temas. Os temas são agrupamentos de códigos que expressam um padrão. Foi nessa fase, portanto, que procedemos com a classificação dos diferentes códigos em eixos temáticos. A fase teve fim com o completo agrupamento dos códigos em diferentes temas.

A quarta fase foi o momento de revisão e refinamento dos temas formulados na terceira fase. Foi o momento em que agrupamento dos códigos nos temas foi revisado. Como efeito, alguns temas foram extintos, renomeados, subdivididos, criados; códigos migraram de um tema para outro, etc. Findada a quarta fase, deu-se o início da fase cinco, na qual os temas foram definidos e nomeados, identificando aquilo que é central em cada tema, dando relevo ao aspecto que cada tema captura dos dados (BRAUN; CLARKE, 2006).

Definidos e nomeados os temas, seguiu-se a sexta fase: a produção do relatório. Nela foi contada a história que os dados contam, valendo-se extratos dos dados (códigos) para, através de uma narrativa analítico-argumentativa, apresentar um argumento em relação à questão de pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2006). De acordo com Souza (2019, p.62), nessa fase, “Devem-se escolher exemplos vívidos ou extratos que capturam a essência do argumento que se está tentando ilustrar, sem complexidades desnecessárias. O extrato deve ser facilmente identificável como um exemplo do tema”. E isso foi feito.

4.3 procedimentos éticos e viabilidade

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia para apreciação, respeitando as normas do disposto nas Resoluções 466/2012 e 580/18 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012; BRASIL, 2018). Todos os indivíduos que participaram do estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O pesquisador pediu permissão aos sujeitos para proceder a aplicação dos instrumentos quando se identificou explicando e esclarecendo os objetivos da pesquisa. Os participantes foram certificados sobre o sigilo mantido em relação as suas identidades. Foi respeitada a privacidade, o sigilo e a liberdade de recusa em participar da pesquisa.

4.3.1 Termo de consentimento livre e esclarecido

Após o convite para a participação na pesquisa, os sujeitos foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram explicados os objetivos da pesquisa, mostrando os benefícios esperados, a forma como a pesquisa ocorreria, sendo garantido o sigilo e anonimato, visando, assim, salvaguardar os direitos dos sujeitos envolvidos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado em duas cópias, sendo uma pertencente ao participante da pesquisa, a fim de que tenha acesso aos telefones do pesquisador e do CEP; e a outra para arquivamento pelo pesquisador. Após a leitura e assinatura do termo de consentimento, os sujeitos da pesquisa foram instruídos acerca das duas fases da coleta de dados. Ao fim, os instrumentos respondidos foram guardados em um envelope sob a responsabilidade do pesquisador.

4.3.2 Análise crítica de riscos e benefícios

Esta pesquisa apresentou riscos mínimos aos participantes, visto que nenhuma das questões dos instrumentos visaram modificar o bem-estar físico, psicológico e social de quaisquer participantes. Para minimizar possíveis desconfortos, foi garantido o anonimato das respostas, de modo a evitar a exposição das pessoas que contribuíram com essa pesquisa. A etapa referente às entrevistas foi realizada com o máximo de comprometimento ético e profissional, respeitando a não obrigatoriedade de resposta para as questões que o participante eventualmente se recusar a responder. Todas as entrevistas foram guiadas pelo pesquisador, que possui formação em Psicologia e que, portanto, só finalizou o processo de entrevista quando certo de que o(a) participante se encontrava psicologicamente bem estabelecido, a fim de minimizar os efeitos que a entrevista poderia surtir.

Todos os dados pessoais dos participantes estão mantidos em anonimato. Nesse sentido, os instrumentos de coleta de dados foram manuseados apenas pelo pesquisador e, após o período de cinco anos, o material será destruído, garantindo a não violação e a integridade dos documentos da pesquisa.

Não houve quaisquer penalização ou prejuízos pessoais e profissionais frente a recusa em participar da pesquisa. Da mesma forma, os sujeitos não receberam vantagens ou gratificações financeiras por sua participação na pesquisa. Espera-se que os benefícios da pesquisa tenham repercussão coletiva, tendo em vista que o levantamento e a análise de dados referentes às condições de vida, trabalho e relações trabalhistas no município pode ofertar

subsídios para que as instituições públicas e entidades representativas planejem intervenções voltadas para a melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho dos(as) trabalhadores(as). Além disso, a articulação feita entre condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano, ao destacar os efeitos da vida material sobre as possibilidades de desenvolvimento biopsicossocial humano, pode estimular iniciativas intersetoriais entre os distintos setores da administração pública municipal, tanto qualificando os diferentes níveis de assistência, quanto ampliando o campo de pesquisa na área em Santo Antônio de Jesus.

4.3.3 Responsabilidades do pesquisador

O pesquisador tem a responsabilidade de manter o sigilo quanto às informações coletadas, publicar os dados sem constranger os sujeitos e promover sua colaboração para o crescimento da pesquisa científica no âmbito Universidade Federal da Bahia. É de responsabilidade do pesquisador também, arquivar a segunda cópia assinada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os questionários respondidos, as entrevistas e suas respectivas transcrições, durante o período de cinco anos. Esses dados estão guardados na casa do pesquisador – Santo Antônio de Jesus/Bahia, CEP 4443-622, Cajueiro, Av. Carlos Amaral, nº2500, Condomínio Vog Imperial, bloco 13, apartamento 202A – em lugar reservado, trancado com cadeado e com acesso exclusivo do pesquisador.

5. RESULTADOS

ESTUDO 1

5.1 Perfil sociodemográfico e condições materiais de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio varejista de Santo Antônio de Jesus-Bahia.

Verificou-se que a maior parte das/os participantes empregadas/os no comércio de Santo Antônio de Jesus-BA era negra – pretos e pardos – e tem idade média de 31,7 anos e mulheres eram proporcionalmente mais frequentes que homens. A maioria era solteira, possuía ensino médio completo, não referia condição crônica de saúde, nem contrataram plano privado de saúde (Tabela 1). A grande maioria residia na zona urbana, em casa própria, possuía renda familiar entre um e dois salários mínimos (renda per capita entre R\$417,93 e R\$835,86 –

considerada a média de 2,9 pessoas por domicílio), morava com cônjuge e filhos, e alegava não ter dinheiro suficiente para garantir o atendimento das necessidades básicas (Tabela 2).

A maioria das/os trabalhadoras/es referiram trabalhar 8h por dia, em regime de carteira assinada por tempo indeterminado, sem vínculo com atividades complementares para incremento de renda. Há uma média de 44,3 meses de vínculo no emprego. A maior parte se deslocava a pé pela cidade (a média de satisfação com o transporte público é de 1,6 numa escala de 0 a 10), não se sentia exposta a insegurança no trabalho embora houvesse uma proporção equilibrada no que tange à exposição a situações degradantes no ambiente de trabalho (Tabela 3).

Observou-se que a maioria das/os trabalhadoras/es relataram não ter feito empréstimos nos últimos três anos. Entre aquelas/es que fizeram, a maior frequência se deu em agências bancárias. Uma minoria referiu estar pagando financiamento e a modalidade mais frequente foi de financiamento de carro/moto. Observou-se também que a maioria das/os trabalhadoras/es referiram ter tido perda na renda/salarial dado o início da pandemia, e, embora haja pouca referência a empréstimos bancários, a maioria relatou possuir dívidas no cartão de crédito e se preocuparem constantemente em quitá-las (Tabela 4).

Tabela 2.

Características sociodemográficas e de saúde das/os trabalhadoras/os do comércio de SAJ. 2022, (n=464)

Variável	Categoria	%
Sexo	Masculino	34,3
	Feminino	65,7
Raça/cor	Branca	12,7
	Parda	53,0
	Preta	32,8
	Indígena	0,6
	Amarela	0,9
Estado Civil	Solteiro	57,3
	Casado-união estável	38,4
	Viúvo	1,3
	Divorciado	3,0
Escolaridade	Sem grau de escolaridade	0,6
	Ensino fundamental incompleto	5,6
	Ensino fundamental completo	13,8
	Ensino médio incompleto	-
	Ensino médio completo	73,9
	Ensino superior incompleto	-
	Ensino superior completo	6,0
Pós-graduação	-	

Condição crônica de saúde	Sim	19,0
	Não	81,0
Plano de saúde	Sim	8,0
	Não	92,0

Variável	Mínimo	Máximo	Média (DP)
Idade	18	65	31,7 (10,1)

Tabela 3.

Condições de moradia e configuração familiar dos trabalhadores(as) do comércio de SAJ. 2022, (n=464)

Variável	Categoria	%	
Zona de moradia	Urbana	91,2	
	Rural	8,8	
Condição de moradia	Casa própria	59,7	
	Casa alugada	32,3	
	Casa cedida	1,9	
	Casa de familiares	6,0	
Tem filhos que dependem de você	Sim	48,5	
	Não	51,5	
Arranjo de moradia	Sozinho	11,6	
	Com cônjuge/companheiro	15,7	
	Com filhos	9,3	
	Com cônjuge e filhos	30,8	
	Com os pais	16,8	
	Com os pais e filhos	5,0	
	Com os pais, cônjuge e filhos	0,6	
	Com cônjuge, filhos e netos	-	
	Outros parentes	7,5	
	Pessoas fora da família	2,2	
Responsável sustento familiar	Sim	44,8	
	Não	55,2	
Renda familiar	Menos de 1 SM	2,4	
	1 a 2 SM	76,7	
	3 a 4 SM	20,9	
	5 a 8 SM	-	
	Mais de 8 SM	-	
Conta com ajuda em atividades domésticas e de cuidado	Sim	64,7	
	Não	35,3	
Considera ter dinheiro suficiente para necessidades básicas	Sim	14,9	
	Não	85,1	
Variável	Mínimo	Máximo	Média (DP)

No. Filhos dependentes	0	5	0,7 (0,9)
No. Pessoas domicílio	1	10	2,9 (1,3)
Tempo gasto em atividades domésticas e de cuidado (horas diárias)	0	12	2,4 (1,8)

Tabela 4.

Condições de trabalho dos trabalhadores(as) do comércio de SAJ. 2022, (n=464)

Variável	Categoria	%	
Tipo de contrato	Tempo determinado	0,6	
	Tempo indeterminado	74,1	
	Temporário	25,0	
	Eventual	-	
	Intermitente	-	
	Parcial	-	
	Terceirizado	-	
	Outro	0,2	
Jornada de trabalho diária	Até 7h	11,0	
	8h	69,6	
	Mais de 8h	19,4	
Outra atividade para complementar renda	Sim	17,9	
	Não	82,1	
Sindicalizado	Sim	25,6	
	Não	74,4	
Mobilidade urbana	A pé	37,3	
	Transporte público	4,1	
	Carro próprio	5,4	
	Motocicleta própria	33,2	
	Bicicleta	17,2	
	Taxi	-	
	Moto taxi	2,8	
Se sente exposto à falta de segurança no trabalho	Sim	21,8	
	Não	78,2	
Se sente exposto a situações desgastantes	Sim	49,4	
	Não	50,6	
Já foi vítima de preconceito ou injúria racial no ambiente de trabalho	Sim	9,1	
	Não	90,9	
Variável	Mínimo	Máximo	Média (DP)
Tempo no trabalho atual (em meses)	1	437	44,3 (60,0)
Jornada de trabalho (horas diárias)	4	15	8,2 (1,4)
Satisfação transporte público (escala 0 a 10)	0	10	1,6 (2,6)

Tabela 5.

Endividamento e percepção da vida atual dos trabalhadores(as) do comércio de SAJ. 2022, (n=464)

Variável	Categoria	%
Fez empréstimo últimos 3 anos	Sim	19,0
	Não	81,0
Fonte do crédito	Banco	72,8
	Casas de crédito	14,8
	Familiares	5,7
	Outras pessoas	5,7
	Outro	-
Paga financiamento	Sim	15,9
	Não	84,1
Tipo financiamento	Habitacional	33,8
	Construção	4,0
	Carro/Moto	62,2
Tem dívida no cartão de crédito	Sim	64,4
	Não	35,6
Se preocupa constantemente com o pagamento de suas dívidas	Sim	95,5
	Não	4,5
Com a pandemia, o que aconteceu com sua renda/salário	Piorou	49,6
	Ficou igual	43,3
	Melhorou	7,1
Em comparação com o passado, você acredita que	Piorou de vida	26,7
	Está igual	33,8
	Melhorou de vida	39,4

5.1.1 Diferenças de gênero nas condições de vida e trabalho de trabalhadores(as) do comércio de SAJ

Verificou-se uma maior proporção de mulheres, em comparação aos homens, da zona urbana, com dívidas no cartão de crédito, divorciadas, que moravam somente com filhos, em contratos de trabalho temporário, com jornada de trabalho menor que 8h diárias, com maior escolaridade e com maior jornada diária de atividades domésticas e de cuidado. Os homens foram mais frequentes dentre os que eram os principais responsáveis pelo sustento familiar, que contavam com ajuda no trabalho doméstico, que estavam pagando algum tipo de financiamento, que moravam com outras pessoas e com contratos de trabalho por tempo indeterminado. Os tamanhos de efeito para a maioria das associações foram pequenos, com exceção da maior ajuda que homens recebem no trabalho doméstico, a maior escolaridade de mulheres (efeito médio)

e principalmente, a maior jornada diária de trabalho doméstico e de cuidado das mulheres com tamanho de efeito alto. As tabelas 5 e 6 mostram as associações significativas com o tamanho de efeito.

Tabela 6.

Distribuição das condições de vida e trabalho e o sexo de trabalhadores(as) do comércio de SAJ. 2022, (n=464)

Condições de vida e trabalho		Sexo		χ^2 (gl)	P*	V de Cramer
		Homens	Mulheres			
Zona	Urbana	87,4	93,1	4,2(1)	0,040	0,095
	Rural	12,6	6,9			
Principal responsável sustento	Sim	59,1	37,4	19,9(1)	0,000	0,207
	Não	40,9	62,6			
Conta com ajuda no trabalho doméstico	Sim	85,5	53,8	46,1(1)	0,000	0,315
	Não	14,5	46,2			
Está pagando algum tipo de financiamento	Sim	20,8	13,4	4,16(1)	0,041	0,095
	Não	79,8	86,6			
Tem dívidas no cartão de crédito	Sim	56,6	68,5	6,48(1)	0,011	0,118
	Não	43,4	31,5			
Divorciados	Sim	0,0	4,6	7,52(1)	0,006	0,127
	Não	100	95,4			
Mora com filhos(as)	Sim	4,4	11,8	6,80(1)	0,009	0,121
	Não	95,6	88,2			
Mora com outros	Sim	1,3	0,4	3,85(1)	0,050	0,091
	Não	98,7	99,6			
Contrato tempo indeterminado	Sim	80,5	70,8	5,11(1)	0,024	0,105
	Não	19,5	29,2			
Contrato temporário	Sim	18,9	28,2	4,85(1)	0,028	0,102
	Não	81,1	71,8			
Jornada trabalho <8h	Sim	5,7	13,8	7,02(1)	0,008	0,123
	Não	94,3	86,2			

* P valor: nível de significância ≤ 0.05 ; V de Cramer (tamanho de efeito) = Fraco (<0,3), Moderada (0,3<0,7).
Nota: χ^2 = qui-quadrado; gl = graus de liberdade

Tabela 7.

Resultados do teste de diferença entre os grupos por sexo

Sexo	Escores		Estatística do teste <i>t</i> (<i>Bootstrapping sample</i>)				
	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>t</i>	<i>Gl</i>	Valor- <i>p</i>	IC da Diferença de Média (95%)		<i>d</i> de Cohen
					Limite Inferior	Limite superior	
<u>Escolaridade</u>							
Homem	4,22 (1,26)	-5,693	461	0,001	-0,88	-0,44	0,60**
Mulher	4,88 (0,99)						
<u>Atividades domésticas/cuidado</u>							
Homem	1,19 (1,28)	-13,197	461	0,001	-2,12	-1,58	1,20***
Mulher	3,05 (1,68)						

Nota: *Efeito pequeno; **Efeito médio; *** Efeito alto

5.1.2 Diferenças de raça/cor nas condições de vida e trabalho de trabalhadores(as) do comércio de SAJ

Observou-se maior proporção de trabalhadoras/es negras/os, em comparação com as/os brancas/os, que foram vítimas de preconceito ou injúria racial (especialmente os pretos). Trabalhadoras/es negras/os também possuíam menor escolaridade, menor renda familiar, sendo que as/os pardas/os estavam mais endividadas/os com o cartão de crédito. As/os trabalhadoras/es brancas/os faziam mais outras atividades para complementar a renda, foram mais frequentes entre as/os que estavam pagando algum tipo de financiamento e em contratos por tempo determinado. Apenas a renda mostrou um tamanho de efeito importante. As tabelas 7 e 8 mostram as associações significativas com o tamanho de efeito.

Tabela 8. Distribuição das condições de vida e saúde e a raça/cor de trabalhadores(as) do comércio de SAJ. 2022, (n=464)

Condições de vida e trabalho		Raça/cor %		χ^2 (gl)	<i>P</i> *	<i>V</i> de Cramer
		Branco	Negro			
Faz outra atividade para complementar a renda	Sim	30,5	15,3	8,28(1)	0,004	0,135
	Não	69,5	84,7			
	Sim	27,1	14,6	5,96(1)	0,015	0,114

Está pagando algum tipo de financiamento	Não	72,9	85,4			
	Sim	1,7	10,3	4,56(1)	0,033	0,100
Já foi vítima de preconceito ou injúria racial	Não	98,3	89,7			
	Sim	3,4	0,3	7,76(1)	0,005	0,130
Contrato tempo determinado	Não	96,6	99,7			
<i>Raça/Cor Preta</i>						
<i>%</i>						
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>			
Tem dívida no cartão de crédito	Sim	56,6	68,3	6,09(1)	0,014	0,115
	Não	43,4	31,7			
Vítima de preconceito ou injúria racial	Sim	13,8	6,7	6,23(1)	0,013	0,116
	Não	86,2	93,3			
<i>Raça/Cor Parda</i>						
<i>%</i>						
		<i>Sim</i>	<i>Não</i>			
Tem dívida no cartão de crédito	Sim	69,9	58,3	6,85(1)	0,009	0,122
	Não	30,1	41,7			

* P valor: nível de significância $\leq 0,05$; *V de Cramer* (tamanho de efeito) = Fraco ($<0,3$), Moderada ($0,3 < 0,7$).
 Nota: $\chi^2 = \text{qui-quadrado}$; *gl* = graus de liberdade

Tabela 9.

Resultados do teste de diferença entre os grupos por raça/cor

Raça/cor	Estatística do teste <i>t</i> (<i>Bootstrapping sample</i>)		<i>Gl</i>	Valor- <i>p</i>	IC da Diferença de Média (95%)		<i>d</i> de Cohen
	Escores	<i>T</i>			Limite Inferior	Limite superior	
<u>Escolaridade</u>							
Brancos	4,92 (0,93)	2,343	454	0,023	0,03	0,57	0,28*
Negros	4,60 (1,16)						
<u>Renda familiar</u>							
Brancos	2,36 (0,52)	2,719	454	0,008	0,05	0,34	0,45**
Negros	2,16 (0,43)						

Nota: *Efeito pequeno; **Efeito médio

Tabela 10 – Descritiva por Raça/Cor

Condições de vida e trabalho		Estratificação por Raça/Cor %				
		Branco 12,0 (59)	Pretos 32,8 (152)	Pardos 53,0 (246)	Indígena 0,6 (3)	Amarelo 0,9 (4)
Frequência na amostra geral						
Sexo	Masculino	40,7	32,9	34,1	33,3	0,0
	Feminino	59,3	67,1	65,9	66,7	100,0
Estado Civil	Solteiro	61,0	62,5	52,4	100,0	75,0
	Casado /União estável	37,3	33,6	42,3	0,0	26,0
	Divorciado	1,7	2,0	1,2	0,0	0,0
	Viúvo	0,0	2,0	4,1	0,0	0,0
Escolaridade	Sem grau de escolaridade	0,0	0,7	0,8	0,0	0,0
	Fundamental incompleto	5,1	6,6	5,3	0,0	0,0
	Fundamental completo	3,4	15,8	15,4	0,0	0,0
	Médio completo	84,7	72,4	72,0	100,0	75,0
	Superior completo	6,8	4,6	6,5	0,0	25,0
Possui condição crônica de saúde	Sim	25,4	16,4	19,5	0,0	0,0
	Não	74,6	83,6	80,5	100,0	100,0
Tem plano de saúde	Sim	8,5	5,3	8,9	33,3	25,0
	Não	91,5	94,7	91,1	66,7	75,0
Zona	Urbana	94,9	89,5	91,1	100,0	100,0
	Rural	5,1	10,5	8,9	0,0	0,0
Condição de moradia	Casa própria	66,1	57,2	60,6	33,3	25,0
	Casa alugada	27,1	34,9	31,3	66,7	50,0
	Casa cedida	0,0	2,6	1,6	0,0	25,0
	Casa de familiares	6,8	5,7	6,5	0,0	0,0
Tem filhos que dependem de você	Sim	54,2	42,1	52,4	0,0	0,0
	Não	45,8	57,9	47,6	100,0	100,0

É o principal responsável pelo sustento familiar	Sim	39,0	44,7	45,9	66,7	50,0
	Não	61,0	55,3	54,1	33,3	50,0
Renda familiar em salários mínimos	Menos de 1 SM	1,7	3,3	1,6	0,0	25,0
	1 a 2 SM	61,0	80,3	78,5	100,0	50,0
	2 a 3 SM	37,3	16,4	19,9	0,0	25,0
Tem dinheiro suficiente para atender as necessidades diárias	Sim	18,6	13,2	15,0	33,3	0,0
	Não	81,4	86,8	85,0	66,7	100,0
Contrato de trabalho	Carteira assinada	78,8	71,1	75,6	66,7	50,0
	Temporário	18,6	28,9	23,6	33,3	50,0
	Outro	3,4	0,0	0,8		0,0
Jornada de trabalho	< ou = a 8h/dia	83,1	77,0	81,7	100,0	100,0
	Mais de 8h até 15h	16,9	23,0	18,3	0,0	0,0
Faz outra atividade para complementar a renda	Sim	30,5	14,5	15,9	100,0	25,0
	Não	69,5	85,5	84,1	0,0	75,0
É sindicalizado	Sim	25,4	22,4	28,5	0,0	0,0
	Não	74,6	77,6	71,5	100,0	100,0
Horas /dia gastas em trabalho doméstico	0h	18,6	17,8	18,7	33,3	0,0
	1h	10,2	12,5	10,2	0,0	25,0
	2h	28,8	22,4	29,3	0,0	25,0
	3h	13,6	20,4	15,9	66,7	0,0
	4h	10,2	17,8	17,1	0,0	25,0
	5h	11,9	4,6	6,1	0,0	25,0
	6h	5,1	2,0	2,0	0,0	0,0
	7h	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0
	8h	1,7	0,7	0,0	0,0	0,0
	9h	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0

	10h	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0
	11h	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	12h	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0
Conta com ajuda no trabalho doméstico	Sim	59,3	69,1	63,8	33,3	50,0
	Não	40,7	30,9	36,2	66,7	50,0
Fez empréstimo nos últimos 3 anos	Sim	22,0	18,4	18,7	33,3	0,0
	Não	78,0	81,6	81,3	66,7	100,0
Tipo de empréstimo	Não fez	78,0	81,6	81,3	66,7	100,0
	Banco	15,3	12,5	14,2	33,3	0,0
	Casa de crédito	1,7	2,6	3,3	0,0	0,0
	Familiares	1,7	2,0	0,4	0,0	0,0
	Outro	3,4	0,7	0,8	0,0	0,0
Está pagando algum tipo de financiamento	Sim	27,1	14,5	14,6	0,0	0,0
	Não	72,9	85,5	85,4	100,0	100,0
Tipo de financiamento	Nenhum	72,9	85,5	85,4	100,0	100,0
	Habitacional	8,5	3,9	5,7	0,0	0,0
	Construção	1,7	0,7	0,4	0,0	0,0
	Carro/moto	16,9	9,9	8,5	0,0	0,0
Tem dívidas no cartão de crédito	Sim	62,7	56,6	69,9	66,7	50,0
	Não	37,3	43,4	30,1	33,3	50,0
Se preocupa constantemente em pagar dívidas	Sim	96,6	97,4	94,7	33,3	100,0
	Não	3,4	2,6	5,3	66,7	0,0
Renda durante a pandemia	Piorou	49,2	52,6	48,4	33,3	25,0
	Ficou igual	44,1	40,8	44,3	66,7	50,0
	Melhorou	6,8	6,6	7,3	0,0	25,0

Sente-se exposto a insegurança no ambiente de trabalho	Sim	11,9	25,0	22,0	33,3	25,0
	Não	88,1	75,0	78,0	66,7	75,0
Sente-se exposto a situações desgastantes no ambiente de trabalho	Sim	40,7	48,7	52,0	66,7	25,0
	Não	59,3	51,3	48,0	33,3	75,0
Já foi vítima de racismo no ambiente de trabalho	Sim	1,7	13,8	8,1	0,0	0,0
	Não	98,3	86,2	91,9	100,0	100,0

Tabela 11 – Descritiva por sexo.

Condições de vida e trabalho		Sexo%	
		Homens	Mulheres
Zona	Urbana	87,4	93,1
	Rural	12,6	6,9
Raça/Cor	Branco	15,1	11,5
	Pretos	31,4	33,4
	Pardos	52,8	53,1
	Amarelos	0,0	1,3
	Indígenas	0,6	0,7
Estado Civil	Solteiro	62,3	54,8
	Casado/União estável	37,1	39,0
	Divorciado	0,0	4,6
	Viúvo	0,6	1,6
Escolaridade	Sem grau de escolaridade	1,3	0,3
	EFI	12,6	2,0
	EFC	19,5	10,8
	EMC	64,8	78,7
	ESC	1,9	8,2
Possui condição crônica de saúde	Sim	15,1	21,0
	Não	84,9	79,0
Tem plano de saúde	Sim	5,0	9,5
	Não	95,0	90,5
Condição de moradia	Casa própria	58,5	60,3
	Casa alugada	31,4	32,8
	Casa cedida	2,5	1,6
	Casa de familiares	7,5	5,2
Tem filhos que dependem de você	Sim	44,7	50,5
	Não	55,3	49,5
É o principal responsável pelo sustento familiar	Sim	59,1	37,4
	Não	40,9	62,6
Renda familiar em salários mínimos	Menos de 1 SM	1,9	2,6
	1 a 2 SM	76,7	76,7
	2 a 3 SM	21,4	20,7
Tem dinheiro suficiente para atender as necessidades diárias	Sim	18,2	13,1
	Não	81,8	86,9
Contrato de trabalho	Carteira assinada	80,5	70,8
	Temporário	18,9	28,2
	Outro	0,6	1,0
Jornada de trabalho	< ou = a 8h	78,0	82,0
	> que 8h	22,0	18,0

Faz outra atividade para complementar a renda	Sim	22,6	Sim	15,4
	Não	77,4	Não	84,6
É sindicalizado	Sim	29,6	Sim	23,6
	Não	70,4	Não	76,4
Horas gastas em trabalho doméstico /dia em	0	42,8		5,6
	1	18,2		7,2
	2	23,3		28,5
	3	8,8		21,6
	4	6,3		21,6
	5	0,6		9,5
	6	0,0		3,6
	7	0,0		0,7
	8	0,0		0,7
	9	0,0		0,3
	10	0,0		0,3
	11	0,0		0,0
12	0,0		0,3	
Conta com ajuda no trabalho doméstico	Sim	85,5	Sim	53,8
	Não	14,5	Não	46,2
Está pagando algum tipo de financiamento	Sim	20,8	Sim	13,4
	Não	79,8	Não	86,6
Tem dívidas no cartão de crédito	Sim	56,6	Sim	68,5
	Não	43,4	Não	31,5
Se preocupa constantemente em pagar dívidas	Sim	96,2	Sim	95,1
	Não	3,8	Não	4,9
Renda durante a pandemia	Piorou	48,4		50,2
	Ficou igual	44,0		43,0
	Melhorou	7,5		6,9
Sente-se exposto a insegurança no ambiente de trabalho	Sim	24,5	Sim	20,3
	Não	75,5	Não	79,7
Sente-se exposto a situações desgastantes no ambiente de trabalho	Sim	45,3	Sim	51,5
	Não	54,7	Não	48,5
Já foi vítima de racismo no ambiente de trabalho	Sim	8,8	Sim	9,2
	Não	91,2	Não	90,8

5.2.3 Discussão

Nesse momento, apontaremos para as aproximações e distanciamentos existentes entre dados da esfera nacional – tomados aqui com dimensão universal – e os dados particulares da realidade de SAJ, decorrentes do levantamento sociodemográfico realizado nessa pesquisa.

Caracterização das(os) trabalhadoras(es) do comércio de SAJ

No tópico em que tratamos dos aspectos históricos de Santo Antônio de Jesus (p.101), vimos que suas raízes se encontram diretamente vinculadas às práticas comerciais desde o seu povoamento. A princípio, servindo aos interesses de ampliação do capital mercantil, a cidade serviu ao abastecimento da capital Salvador (PEDRÃO, 2007; SACRAMENTO, 2007; SOUZA; SOUZA, 2012). Por se encontrar no Recôncavo Sul, um dos territórios mais explorados pela colonização portuguesa, o município está localizado em um território que recebeu um grande contingente de pessoas negras escravizadas, cuja integração ao regime assalariado no pós-abolição se deu nas piores condições possíveis (FERNANDES, 2008a, 2008b; ALVES, 2022). Assim, toda a dinâmica de ampliação do capital mercantil na cidade, vinculada ou não aos propósitos de abastecimento da capital, se deu às custas da precariedade das maiorias populares majoritariamente negras.

Com os efeitos das políticas desenvolvimentistas implementadas a partir do Governo Getúlio Vargas, a crescente urbanização no pós-guerra e a descentralização dos investimentos empresariais antes fixados em Salvador, o comércio de SAJ se ampliou e adquiriu mais autonomia. O capital comercial passou a ocupar espaços políticos antes habitados pela elite agrária da região e modulou o município para atender às suas demandas de acumulação (OLIVEIRA, 2000; PEDRÃO, 2007; PASSOS, 2010; SANTOS, 2011).

Esse crescimento subordinado ao capital comercial não se deu distante do acirramento nos conflitos de classes. De um lado, a pequena burguesia tentando garantir os níveis de precariedade que viabilizam maiores margens de lucro. De outro, uma classe trabalhadora majoritariamente negra pautando melhores condições trabalhistas: redução na jornada de trabalho e melhoria salarial (SACRAMENTO, 2007; ALVES, 1967).

Entre as condições precárias de trabalho que ensejaram os conflitos de classe, as condições mais críticas foram as vivenciadas por mulheres da classe trabalhadora santo-antoniense, especialmente as mulheres negras. Como visto em Tomasoni (2015), as condições de vulnerabilidade material às quais as mulheres das camadas populares de SAJ estiveram historicamente expostas constituíram o cenário ideal para a oferta de salários menores do que aqueles pagos aos homens da cidade. Nesse sentido, o crescimento da participação feminina nos postos de trabalho do comércio santo-antoniense se deu, a princípio, por sua baixa remuneração e pela frequente possibilidade de estender suas jornadas de trabalho para o ambiente doméstico (QUADROS, 2009).

Considerando os dados sociodemográficos descritos nos resultados, alguns padrões históricos parecem ter se mantido ou se alterado pouco com o passar das décadas: a classe trabalhadora de SAJ é majoritariamente negra (pretos e pardos: 85%) e feminina (65,7%). Os dados apontam ainda para aproximações entre o cenário particular do município e o cenário geral do país. Vejamos abaixo algumas dessas aproximações.

De acordo com o Censo Demográfico 2022 (Segunda Apuração), 203.080.756 pessoas residiam no Brasil, dos quais, 51,5% eram mulheres e 48,5% eram homens (IBGE, 2023b). O levantamento constatou-se também que 45,3% da população se auto declara parda, 43,5% branca, 10,2% preta, 0,8% indígena e 0,4% amarela. A Região com maior concentração de população preta era o Nordeste, além de ser a segunda região com maior peso relativo de população parda residente (IBGE, 2023a).

No que diz respeito ao cenário demográfico das Unidades da Federação, a Bahia, composta em sua maioria por mulheres (51,7%), é o estado que possui o maior peso relativo de população preta (22,4%). Com uma população de 14.141.626 pessoas, a Bahia é composta por 57% de pessoas pardas, 22% pretas, 19,6% brancas, 1,6% indígenas e 0,11% amarelas (IBGE, 2023c). Os Municípios com predominância de pessoas declaradas pardas encontram-se majoritariamente localizados na Região Nordeste e todos os 9 Municípios com predominância de pessoas pretas no Brasil encontram-se na mesma região, sendo 8 na Bahia (Antônio Cardoso, Cachoeira, Conceição da Feira, Ouriçangas, Pedrão, Santo Amaro, São Francisco do Conde e São Gonçalo dos Campos) (IBGE, 2023a).

Nesse sentido, observamos que a amostra de trabalhadores e trabalhadoras do comércio de SAJ não diverge nas proporcionalidades demográficas de gênero e raça observadas nos cenários estadual e nacional: tem sua maioria composta por pessoas do sexo feminino e negras

(pretas e pardas). Todavia, é importante analisarmos que, em se tratando da ocupação dos postos de trabalho precarizados no comércio de SAJ, a proporcionalidade de homens e brancos caem e a de mulheres e negros crescem significativamente (Tabela 11), sinalizando, portanto, que há uma divisão racial e sexual do trabalho que emprega mais negros e mulheres em postos de trabalhos precarizados³⁷.

Tabela 12 – Percentual demográfico por raça/cor e sexo

	População Negra (%)	População Branca (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Brasil	55,5	43,5	48,5	51,5
Bahia	79	19,6	48,3	51,7
Comércio de SAJ	85	12,7	34,3	65,7

Fontes: IBGE (2022a, 2022b) e dados sociodemográficos levantados da Etapa I dessa pesquisa.

Nesse ponto, também há convergência com os estudos sobre as condições de inserção e permanência da população negra no mercado de trabalho. De acordo com dados do IBGE(2018), em 2017, trabalhadoras(es) negras(os) ocuparam os trabalhos com os menores rendimentos médios como, por exemplo: na Agropecuária (60,8%), na Construção civil (63,0%) e nos Serviços domésticos (65,9%). Por outro lado, as(os) trabalhadoras(es) brancas(os) ocuparam, em 51,7%, os trabalhos na educação, na saúde e nos serviços sociais (IBGE, 2018).

Ainda, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC-IBGE), no segundo trimestre de 2023, mesmo correspondendo a 56,1% da população em idade de trabalhar, as/os negras/os ocupavam apenas 33,7% dos cargos de direção e gerência; 46% das/os negras/os estavam em postos de trabalhos desprotegidos, contra 34% de não-negras/os. A Pesquisa aponta ainda que 15,8% das mulheres negras ocupadas trabalhavam como empregada doméstica – uma das ocupações mais precarizadas em termos de direitos trabalhistas. Foi verificado também que a informalidade era maior na população negra: 46,5%

³⁷ No conjunto geral, 85,8% das(os) trabalhadoras(os) do comércio são negros, 12% são brancos (Tabela 9). Entre as mulheres que trabalham no comércio de SAJ, 89,5% são negras, 11,5% brancas. Entre os homens, 84,2% são negros e 15,1% são brancos (Tabela 10).

das mulheres negras e 45,8% dos homens negros. Entre as/os não negras/os, essa proporção foi de 34%. Quanto aos rendimentos, as/os negros ganhavam 39,2% a menos do que as/os não negras/os, em média (DIEESE, 2023), dado que se aproxima em proporcionalidade da realidade das/os trabalhadoras/es do comércio de SAJ, onde apenas 16,4% das/os pretas/os possuíam renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos; as/os pardas/os chegaram a 19,9%, mas, são as/os brancas/os que chegaram à maior frequência atingindo 37,3%.

Todos esses dados corroboram a tese defendida por Alves (2022), para quem há uma barreira racial no trabalho assalariado brasileiro que bloqueia o acesso da população negra aos canais de mobilidade social ascendente, demarcando lugares específicos para serem ocupados por negras/os na sociabilidade capitalista brasileira.

Outro dado revelado nessa pesquisa foi que 17,9% das/os trabalhadoras/es do comércio tinham uma atividade de trabalho extra para complementar a renda: 30,5% das/os trabalhadoras/es brancas/os e 15,3% das/os negras/os desenvolviam outras atividades para complementar a renda. Esses dados também se aproximam daquilo que os estudos têm apontado no cenário nacional: embora representem 56,1% da população em idade de trabalhar, as/os negras/os correspondem a mais da metade dos desocupados (65,1%), indicando que há maior dificuldade para a população negra ser admitida no mercado de trabalho. (DIEESE, 2023).

Ainda tratando de trabalho extra, verificou-se que apenas 53,8% das mulheres contam com a participação de outras pessoas na realização diária do trabalho doméstico não remunerado. Por outro lado, 85,5% dos trabalhadores contam com a participação de outras pessoas na realização do trabalho doméstico (Tabela 5). Apesar de quase metade das mulheres contarem com a ajuda de outras pessoas, a quantidade de horas dedicadas pelas mulheres ao trabalho doméstico corresponde ao triplo da quantidade observada entre os homens (Tabela 6).

Verificou-se ainda que 8,2% das mulheres concluíram o Ensino Superior, contra 1,9% dos homens. Elas também são maioria com o Ensino Médio concluído. Ainda assim, estavam mais endividadas no cartão de crédito que os homens, mais expostas a situações de insegurança no trabalho (Tabela 10).

Esses dados expressam a continuidade histórica dos atravessamentos patriarcais na sociabilidade humana e que, conjugado ao modo de produção capitalista: (1) sobrecarrega as mulheres com duplas jornadas de trabalho: uma delas, precarizada e remunerada; a outra, sobrecarregada e não-remunerada; (2) se apropria de maior tempo de trabalho das mulheres

mantendo-as vinculadas ao trabalho de reprodução social e presas em um ciclo de dependência, no qual a maior escolaridade não auferia a elas vantagens em relação aos homens.

Verificou-se que 76,7% das(os) trabalhadoras(es) do comércio de SAJ têm renda familiar entre um e dois salários mínimos³⁸, o equivalente a uma renda *per capita* que varia entre R\$417,93 e R\$835,86 – considerada a média de 2,9 pessoas por domicílio. Essa renda *per capita* justifica os 85,1% que alegam não ter renda suficiente para atender dignamente às necessidades diárias, tampouco pagar por serviços privados de saúde – 92% não possuem plano de saúde. Proporcionalmente, são as/os trabalhadoras/es brancas/os santo-antonienses que mais acessam serviços privados de saúde, dado associado ao fato de ser esse grupo racial predominante entre aqueles que possuem renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos.

Esses dados se distanciam e se aproximam dos dados nacionais em pontos diferentes. Segundo dados da PNS, em 2019, a cobertura de plano de saúde médico ou odontológico no Brasil foi estimada em 28,5%. Considerando as análises por recorte de sexo, raça/cor e escolaridade, constatou-se que 29,5% das mulheres possuíam plano de saúde, contra 27,4 dos homens; 38,8% das pessoas brancas possuíam plano, contra 21,4% dos pretos e 20,1% dos pardos. O percentual de cobertura de plano entre os que completaram o Ensino Superior era de 67,6%, contra 34,1% que completaram o Médio e 20,8% que completaram o Fundamental (SOUZA JÚNIOR et al., 2021).

Esses são dados importantes para pensarmos a realidade particular das/os trabalhadoras/es do comércio de SAJ, pois, apesar de apontar que há uma distância significativa quando comparado o percentual relativo de adesão a planos privados de saúde (8% na nossa amostra, contra 28,5% no cenário nacional), aponta também aproximações no que diz respeito aos aspectos de raça/cor e sexo (embora minoria, os brancos possuem maior renda e acessam mais serviços privados de saúde).

As pesquisas que se debruçam sobre as taxas de acesso e utilização dos planos privados de assistência à saúde no Brasil apontam para sobreposições de disparidades social e raciais. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), por exemplo, ao considerar as diferenças de raça/cor e sexo, observou que 80% das mulheres negras não possuíam plano de saúde, em contraste com 64% correspondentes às mulheres brancas (BRASIL, 2009). Segundo Pinheiro

³⁸ De acordo com o DIEESE (2023), o salário mínimo capaz de atender adequadamente às necessidades básicas do brasileiro, em 2022, era de R\$6.647,63, o equivalente a 5,5 vezes o salário mínimo vigente na época (R\$1.212,00).

(et al, 2008), uma das explicações possíveis para essa realidade está no fato de que a população negra alcança menores rendimentos que a população branca, o que restringe o acesso aos planos privados de saúde.

No que diz respeito aos dados de escolaridade, no Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio chegou a 53,2%; e 19,2% para pessoas com ensino superior, em 2022. Quando considerado o recorte racial, verificou-se que enquanto 60,7% dos brancos com pelo menos 25 anos concluíram o ensino médio, apenas 47% dos pretos e pardos tinha o feito, indicando que haviam condições de possibilidades educacionais desiguais entre os grupos. Quanto ao ensino superior, em 2022, entre os 18 e 24 anos, 29,2% da população branca encontravam-se estudando em universidades, contra 15,3% da população preta e parda (RODRIGUES, 2023).

Mesmo com os efeitos positivos dos mecanismos institucionais e marcos legais sobre as taxas de acesso e conclusão do Ensino Básico (Fundamental e Médio) e do Ensino Superior – LDB, Plano Nacional de Educação, FUNDEB, ENEM, Sistema de Seleção Unificada (Sisu), FIES, ProUni, ReUni, e Lei de Cotas –, os(as) trabalhadores(as) do comércio de SAJ parecem ter desfrutado menos dos caminhos para a universidade. Apenas 6% possuem ensino superior completo, restando a grande maioria de 73,9% no grupo daqueles que possuem o ensino médio completo (RODRIGUES, 2023).

Um outro dado da nossa pesquisa que expressa vulnerabilidade da população negra está no endividamento. Olhando para o cenário nacional, o Relatório de Estabilidade Financeira (REF) apresentou, em 2014, um índice de endividamento das famílias de 45,5%, referente a dezembro de 2013 (BACEN, 2014). Em dezembro de 2019, o percentual de famílias com algum tipo de dívida atingiu 65,6% (BUSTAMANTE, 2019). O maior destaque na proporção de endividados no Brasil se dá pela expansão do cartão de crédito. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços (CNC), 73,4% das famílias endividadas tinha algum tipo de dívida com cartão de crédito em março de 2015 (RIBEIRO; LARA, 2016). Olhando para o cenário da nossa pesquisa, 64,4% da amostra declarou endividamento no cartão de crédito e 95,5% alegaram preocupação constante com o pagamento de dívidas.

A maior parte do grupo de endividados é composto por mulheres³⁹ (68,5%) e, quando comparamos as diferenças de raça/cor, são as/os negras/os que mais se encontram endividados. O fenômeno de endividamento no Brasil se encontra diretamente associado à desigualdade na distribuição de renda (RODRIGUEZ, 2020a, 2020b; SARNO, 2020). E essa desigualdade se aprofunda quando observada as condições de vida da população negra brasileira. De acordo com Campos (et al., 2022), entre 1987 e 2002, brancos e amarelos receberam o dobro da renda do trabalho do que pretos, pardos e indígenas. A partir de 2022, percebeu-se uma leve queda nessa diferença, sobretudo com a depreciação geral das rendas durante a pandemia de 2020.

Quanto a articulação entre renda e pandemia, nossa pesquisa indicou que 49% das/os participantes alegaram ter piorado suas rendas durante a pandemia de COVID-19; 43,3% relataram que a renda se manteve estável – isto é, não houve perda do salário nominal – e 7,1% que a renda melhorou, no mesmo período; e, quase metade relatou perda de na renda durante a crise sanitária. Olhando para o cenário nacional, Segundo Silva e Silva (2021), junto com os setores de construção civil, alimentação, alojamento e serviços domésticos, o setor comercial registrou uma retração significativa no nível de emprego durante o cenário pandêmico⁴⁰. A taxa de domicílios sem renda do trabalho saltou de 22,4%, no primeiro trimestre de 2020, para 28,6% no segundo (CARVALHO, 2023). A renda média habitualmente recebida em junho desse ano representou 83% do valor obtido no mesmo mês do ano anterior (SILVA; SILVA, 2020).

Essa queda se aprofunda ainda mais quando considerado o aspecto racial: o rendimento médio recebido por todos os trabalhadores e trabalhadoras negras, em junho de 2020, correspondeu a 61,5% do rendimento recebido pelos trabalhadores brancos no mesmo período. A população preta e parda foi a parcela da classe trabalhadora que mais foi afastada do trabalho e que menos se beneficiou do vínculo laboral no formato remoto. (SILVA; SILVA, 2020). Nesse sentido, como destacam Campos (et al., 2022), além de aprofundar os cenários de pobreza, a pandemia aprofundou também as desigualdades raciais.

³⁹ Como veremos mais adiante na discussão sobre baixa renda e endividamento, diferente da ideia de que mulheres se endividam porque gastam à toa, sendo esse um problema se resolve com educação financeira, o endividamento feminino se encontra diretamente vinculado ao trabalho reprodutivo. A histórica centralização do trabalho reprodutivo sobre as mulheres torna-as responsáveis diretas por gerenciar os custos de sobrevivência na esfera familiar, colocando-as, conseqüentemente, na linha de frente do endividamento cotidiano (RODRIGUEZ, 2020a, 2020b).

⁴⁰ Os únicos setores que não sofreram retração foram: agricultura, serviços para empresas (informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas) e administração pública (IPEA, 2020).

Um dos complicadores desse cenário é a baixa vinculação sindical da classe trabalhadora comerciária de SAJ, majoritariamente negra e feminina. Enquanto 49,4% referem se sentirem expostos a situações desgastantes no trabalho, apenas 25,6% são sindicalizados, fato que dificulta os processos de organização e luta popular por melhores condições de trabalho no comércio do município.

A baixa adesão sindical no cenário particular de SAJ segue a queda observada no cenário nacional desde 2017, quando foi aprovada a Reforma Trabalhista. Entre os trabalhadores do setor privado com carteira assinada, a sindicalização era de 19,1% em 2017, e caiu para 13,9% em 2019, efeito da quebra da obrigatoriedade da contribuição sindical, do aprofundamento das modalidades contratuais flexíveis, uso crescente de contratos temporários no setor público, etc. (CSB, 2023). Em 2022, das 99.577 mil pessoas ocupadas, 9,2% (9,1 milhões de pessoas) eram associadas a sindicato, apontando para a redução de trabalhadores sindicalizados em relação a 2019 (10,5 milhões de pessoas) (IBGE, 2023d).

Os dados apresentados nos ajudam a ter uma visão geral do perfil sociodemográfico da classe trabalhadora empregada no comércio de Santo Antônio de Jesus. Existem particularidades de sexo e raça que, além das descritas, serão discutidas com maior profundidade a seguir, na etapa 2. Até aqui, basta-nos apontar o seguinte cenário geral: a classe trabalhadora empregada no comércio de Santo Antônio de Jesus é majoritariamente negra, feminina, de baixa renda, endividada, estudou até o ensino médio e não conta com suporte sindical. Esse cenário particular possui aproximações com o conjunto mais amplo das condições gerais da classe trabalhadora brasileira. Mas, se particulariza apresentando uma proporcionalidade ainda maior de pessoas negras em postos de trabalho precarizados, quando comparadas às brancas; menor nível de escolaridade e menor percentual de acesso a serviços privados de saúde, quando comparada aos parâmetros nacionais.

ESTUDO 2

5.2 A relações trabalhistas a partir de relatos da experiência cotidiana das/os participantes

5.2.1 Descrição dos participantes⁴¹

⁴¹ Os nomes dos trabalhadores e trabalhadoras foram substituídos por nomes fictícios para que suas identidades fossem preservadas. Foram escolhidos nomes que pertencem a figuras históricas do Brasil.

Abdias do Nascimento – Homem negro (pardo), 24 anos, solteiro, mora em casa alugada, possui ensino superior completo, trabalha no setor de recursos humanos do comércio de SAJ, possui renda mensal de 2 (dois) salários mínimos.

Antonieta de Barros – Mulher negra (parda), 26 anos, solteira, possui ensino superior completo, mora na casa dos pais, trabalha como auxiliar de escritório no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Aqualtune – Mulher negra (preta), 36 anos, solteira, mãe de um filho do qual cuida sem participação paterna. Possui ensino médio completo, mora em casa própria, é responsável pelos cuidados dos pais idosos e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Beatriz Nascimento – Mulher negra (parda), 50 anos, casada, mãe de dois filhos, mora em casa própria, possui ensino médio completo, trabalha como cozinheira no comércio de SAJ, e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Carolina de Jesus – Mulher negra (parda), 36 anos, casada, mora em casa alugada, mãe de dois filhos, possui Ensino Fundamental completo, trabalha como vendedora no comércio de SAJ e possui uma renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Dandara dos Palmares – Mulher negra (parda), 28 anos, casada, mora em casa alugada, possui o ensino médio completo. Começou a trabalhar no comércio de SAJ aos 15 anos como Jovem Aprendiz e foi efetivada na empresa ao atingir a maioridade. Possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Esperança Garcia - Mulher negra (parda), 25 anos, casada, mora em casa própria, possui ensino médio completo, trabalha como secretária em empresa do comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Hilária Batista – Mulher negra (parda), 26 anos, solteira, possui ensino médio completo, mora com os pais, trabalha como vendedora no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Lélia Gonzáles – Mulher negra (parda), 26 anos, solteira, mora com os pais, possui ensino médio completo, trabalha como vendedora no comércio de SAJ e possui uma renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Luís Gama – Homem negro (preto), 23 anos, solteiro, mora em casa alugada, possui ensino médio completo, trabalha como vendedor no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo por mês.

Luísa Mahin – Mulher negra (parda), 44 anos, casada, mãe de dois filhos, possui ensino médio completo, mora em casa própria, trabalha como vendedora há mais de 12 anos no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Luís Sanim - Homem negro (pardo), 32 anos, casado, pai e um filho, possui ensino médio completo, mora em casa própria financiada, trabalho como vendedor no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo e meio.

Manoel Calafate – Homem negro (pardo), 27 anos, solteiro, mora com mãe, possui ensino superior completo, trabalha como vendedor no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Maria Felipa - Mulher negra (preta), 32 anos, solteira, possui ensino superior completo, mora em casa própria, trabalha como vendedora no comércio de SAJ e tem renda mensal de 01(um) salário mínimo por mês.

Maria Quitéria – Mulher branca, 40 anos, casada, mora em casa alugada, possui ensino médio completo, é mãe de um filho, trabalha como vendedora no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Mestre Bimba - Homem negro (pardo), 36 anos, casado, possui ensino médio completo, casa financiada, trabalha em diferentes funções no comércio, há seis anos e possui renda de 01 (um) salário mínimo e meio por mês.

Sueli Carneiro – Mulher branca, 37 anos, solteira, possui ensino médio completo, mora em casa alugada, trabalha como vendedora no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Tambor Soledade – Homem negro (preto), 37 anos, casado, pai de um filho, mora em casa própria, possui ensino médio completo, trabalha como empilhador de mercadorias no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Tereza Benguela - Mulher negra (preta), 26 anos, solteira, possui ensino fundamental completo, mora em casa alugada, trabalha como vendedora no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

Zeferina – Mulher negra (parda), 36 anos, solteira, mãe de um filho do qual cuida sem participação paterna. Possui ensino médio completo, mora em casa própria, trabalha como cozinheira no comércio de SAJ e possui renda mensal de 01 (um) salário mínimo.

5.2.1 Descrição das Unidades Temáticas (Temas)

As Unidades de Temáticas (UA) foram desenvolvidas a partir da abordagem de Análise Temática (AT) proposta por Braun e Claker (2006). Nesse sentido, surgiram a partir da imersão e codificação manual dos dados (20 entrevistas transcritas). Após esse procedimento, foram agrupados os códigos que apresentaram um certo padrão temático, fase que deu origem a 03 Unidades Temáticas (temas) e seus respectivos subtemas, ilustrados na Figura 1: Mapa Temático.

A primeira Unidade Temática é “Tempo e Trabalho”, onde estão reunidos os códigos (trechos das entrevistas) que articulam duas categorias centrais para pensar a existência humana e seu desenvolvimento enquanto ser social nos marcos do Modo de produção capitalista: tempo e trabalho. Aqui, vemos trechos que ilustram como o consumo do tempo de vida dos participantes é profundamente marcado pela dinâmica de exploração e acumulação capitalistas, modulando uma realidade de tempo exíguo e pouco distribuído em atividades de apropriação/fruição dos bens materiais e imateriais acumulados pelo gênero humano. Os códigos reunidos nesse tema apontam para uma relação direta entre: consumo do tempo de vida dos(as) trabalhadores(as) do comércio de SAJ, a acumulação de capital e falta de tempo livre para se dedicar a outras atividades que não ao trabalho. Assim, os códigos foram abordados em um fluxo narrativo que engloba os seguintes subtemas: a) Jornada de Trabalho; b) Trabalho Flexível; c) Falta de Tempo Livre; d) Trabalho Reprodutivo. Todos eles compõem precisamente tema que os reúne.

A segunda Unidade Temática é “Relações no Trabalho”. Nessa unidade de análise, estão reunidos os códigos que expressam algumas das dinâmicas interpessoais presentes no cenário de trabalho do comércio de SAJ. Reúne trechos que vão desde relações entre trabalhadoras/es e seus superiores, até as relações que se dão entre essas/es mesmas trabalhadoras/es, as/os consumidoras/es e o sindicato. “Contar a história” desse tema, como sugere Souza (2019, p.62), nos leva a alguns subtemas frequentes no *corpus* dos dados, mas que se integram adequadamente no tema “Relações no Trabalho”. O primeiro é “Reificação” (coisificação, objetificação) humana, um fenômeno que constitui um traço geral/universal da sociabilidade

capitalista e que, dialeticamente, também se expressa na particularidade das relações de trabalho do comércio de SAJ na forma de assédio moral, assédio sexual e racismo. Outros dois subtemas são: “Diferença setorial” – onde as relações de trabalho se particularizam e produzem diferentes sentidos para o trabalho de acordo com a função exercida na empresa – e “Micropolítica patronal e fragilidade na cobertura sindical” – subtema que trata do modo como a correlação de forças na luta de classes se dá no cotidiano do trabalho e, sobretudo após a Reforma Trabalhista de 2017, tem se mostrado desfavorável para as frentes sindicais.

Por fim, a terceira Unidade Temática é “Baixa Renda e Endividamento”, onde estão reunidos os códigos que dizem da relação direta entre a baixa renda das/os trabalhadoras/es e seu acesso restrito a elementos básicos na garantia da sobrevivência, isto é, códigos que apontam para o debate sobre concentração de renda e desigualdade social no Brasil. Contar a história desse tema implica a discussão sobre: salário nominal *versus* salário real, precariedade no acesso às condições básicas de vida e endividamento como estratégia de sobrevivência, três aspectos desenvolvidos nos subtemas: “Insuficiência Salarial”, “Precariedade material e imaterial” e “Endividamento”.

As três Unidades Temáticas são interpretadas à luz do materialismo histórico dialético de Marx e sua teoria do valor. Ao reunirem elementos que expressam as condições de vida e trabalho dos(as) trabalhadores, as Unidades Temáticas nos dão subsídios pra pensar (1) de que forma as generalidades da sociabilidade capitalista se articulam com as particularidades da realidade vivida pelos participantes da pesquisa; e (2), de que modo essas particularidades implicam diretamente nos processos individuais de desenvolvimento humano, em seu sentido amplo e enquanto Ser Social.

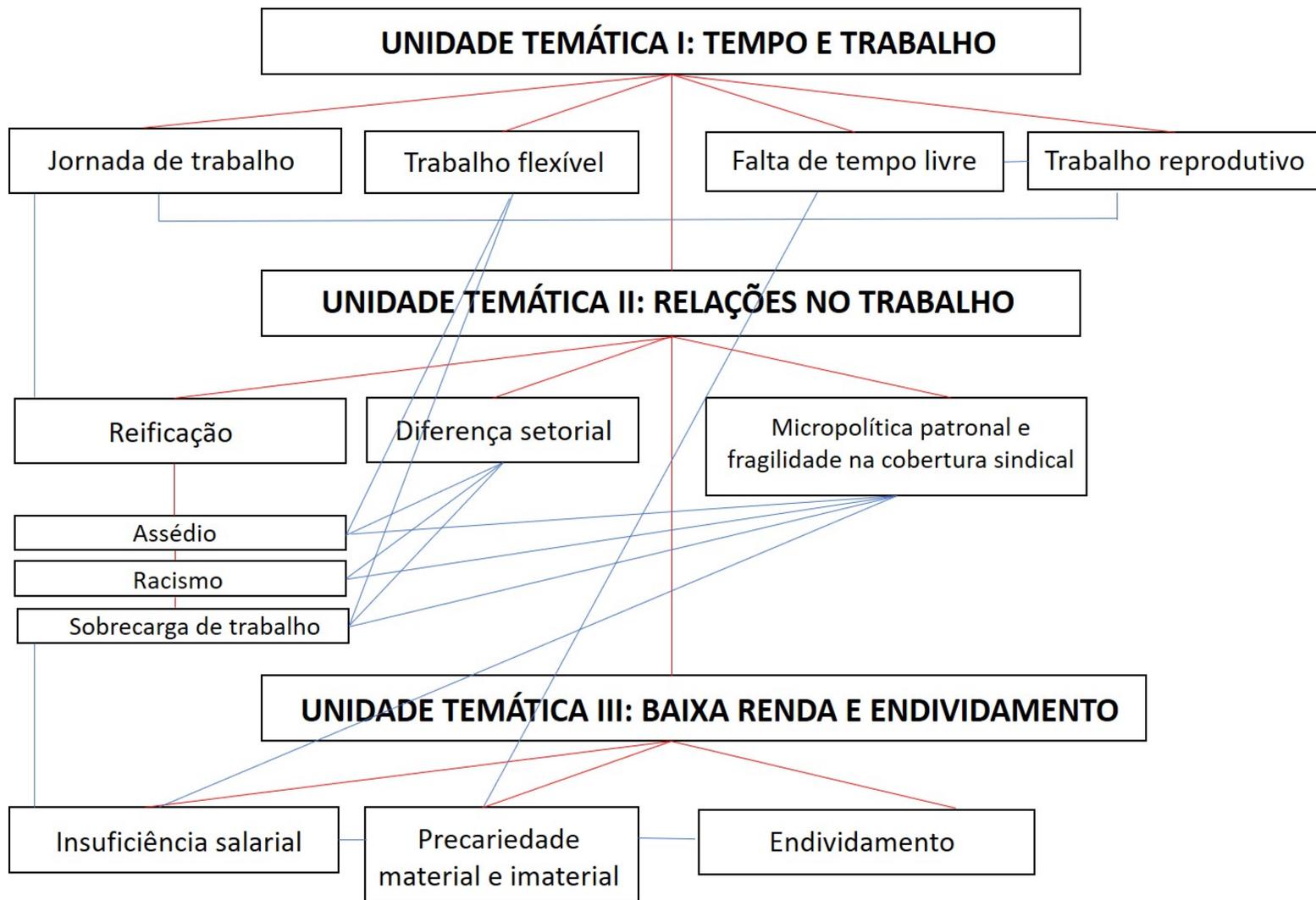


Figura 3: Mapa temático

5.2.2 Unidade de Análise I – Tempo e Trabalho

No tópico em que tratamos sobre trabalho, sua centralidade na experiência humana e na produção do Ser Social, tivemos o cuidado de apresentar algumas características gerais dessa atividade. Vimos que o trabalho, antes de ser objetivado na realidade material, é prefigurado na consciência humana. Isto é, homens e mulheres antecipam no nível das ideias aquilo que será feito e só depois executam o planejado. Trata-se, portanto, de uma atividade teleológica, orientada para um fim.

Vimos ainda que a objetivação do trabalho se dá mediada por instrumentos, que ela envolve conhecimentos historicamente acumulados e que, dentro dos marcos do Modo de Produção Capitalista (MPC), se encontra alienada à uma dinâmica sistêmica de produção de mercadorias, cujo valor nelas incorporado é apropriado por uma classe minoritária, a classe burguesa.

É no primeiro livro d'O Capital que Marx (2017) desnuda essa dinâmica sistêmica do MPC, demonstrando detalhadamente o modo como a riqueza produzida pela classe trabalhadora é apropriada pela classe burguesa. O autor propõe a seguinte fórmula geral para o ciclo do capital: $\underline{D} - \underline{M} (FT+MP) - \underline{P} - \underline{M}' - \underline{D}'$. Em linhas gerais, há uma primeira fase [$\underline{D} - \underline{M} (FT+MP)$] na qual o capitalista usa do dinheiro (D) que possui para comprar mercadorias (FT+MP) essenciais no processo de produção (P) de outras mercadorias (M'). As mercadorias compradas nesse primeiro estágio de circulação monetária são: os meios de produção (MP) – e a força de trabalho (FT) de homens e mulheres da classe trabalhadora. Nessa primeira fase de circulação, nenhum valor é produzido, tampouco apropriado pelo capitalista. Apenas o seu capital monetário se converte em capital produtivo para ser posto em movimento na fase seguinte.

É na fase de produção (P) que se dá o consumo produtivo da FT e dos MP. É nela que o trabalho não-pago, a mais-valia, é produzida. Como visto no exemplo dado acima (p.51), o consumo da força de trabalho na produção industrial gera um valor significativamente maior que o valor recebido pelo trabalhador na forma-salário. E esse grande montante de valor produzido, que não retorna como salário para quem o produz, é acumulado pelo empregador: o capitalista dono dos meios de produção. Mas, uma vez que estamos estudando as condições de vida e trabalho de trabalhadores(as) do comércio, precisaremos dar relevo à terceira fase do ciclo de rotação do capital indicado por Marx: $\underline{M}' - \underline{D}'$.

Os participantes dessa pesquisa não são os capitalistas que investem seu capital monetário na primeira fase do ciclo, nem são trabalhadores(as) que, na segunda fase, vendem sua força de trabalho para a produção de mercadorias. Eles se encontram na terceira fase do ciclo, a fase de circulação e venda das mercadorias produzidas, a fase na qual o capitalista lança as mercadorias (M') produzidas para que sejam vendidas e, consumada a venda, realize o ciclo do capital com o retorno do dinheiro (D') investido na primeira fase e incrementado de valor na segunda.

Imagine o leitor que, após investir 10 mil reais na compra de MP e FT (primeiro estágio) e submetê-los ao processo produtivo (segundo estágio) de 500 camisas, o capitalista industrial não consiga vender as mercadorias produzidas. O que ocorre com o capital monetário inicialmente investido? Ele fica obstruído na forma mercadoria. Para que o investimento inicial retorne acrescido da mais-valia é preciso que as 500 camisas sejam vendidas, viabilizando, assim, o reinvestimento de mais capital na produção de mais camisas, a produção de mais mais-valia e a conseqüente repetição do ciclo. Quanto mais rápido se derem as vendas, mais rápido o capital retornará valorizado e viabilizará a ampliação da produção capitalista.

Contudo, apesar da importância fundamental desse estágio, os custos de circulação das mercadorias prontas para a venda, diferente dos custos de produção ($MP + FT$), não agregam de valor. Nenhuma mais-valia é gerada nessa fase. Pelo contrário, se o capitalista industrial encarregar a ele próprio de vender as mercadorias produzidas, terá que adiantar parte do seu capital na construção de instalações e escritórios comerciais, transporte e conservação de mercadorias, marketing e propaganda; pagamento de trabalhadores que atuarão na contabilidade, nos caixas, como estoquistas, empilhadores, repositores, seguranças, etc. E todo esse custo será abatido do montante de mais-valia gerado ao final da fase de produção. Isto é, os custos de circulação e venda das mercadorias aparecem como gasto adicional de capital e reduzem a margem de lucro total do capitalista industrial. Tendo isso em vista, o capitalista industrial prefere vender suas mercadorias para uma classe particular de capitalista, o capitalista comercial, que se ocupa de sua venda e reduz o tempo de retorno de capital para o setor industrial, evitando gastos excessivos com circulação e venda (MARX, 1985).

Nesse ponto, vale nos perguntarmos: se na esfera de circulação das mercadorias não há criação de mais-valia, como há na esfera da produção, de onde vem o lucro do capitalista comercial?

De acordo com Marx (1985), a celeridade na realização do capital proporcionada pela transferência das atividades de circulação e venda para o comerciante, eleva o lucro do

capitalista industrial – vende mais rápido, recebe o capital valorizado mais rápido, reinveste a mais-valia mais rápido, amplia a produção mais rápido, acumula capital mais rápido. Maiores lucros e redução de gastos com venda permitem ao capitalista industrial ceder ao comerciante uma parcela do seu montante de mais-valia, parcela essa que constituirá o lucro comercial.

Voltemos ao exemplo da fábrica de bancadas Porcelanart. Ao produzir 20 bancadas por mês, cada uma delas vendida pelo patrão por R\$ 1.000,00, o trabalhador assalariado André, que recebe um salário de R\$ 1.100,00/mês, é expropriado em R\$ 18.900,00 de mais-valia todos os meses por seu patrão, Ricardo. Caso decidisse vender as bancadas por conta própria, suponhamos que Ricardo gastaria R\$ 6.000,00/mês desse montante com instalações, transporte, contabilidade, conservação, agentes de venda, etc., restando-lhe R\$ 12.900,00. Ao invés disso, Ricardo decide vender suas bancadas para um comerciante, intermediário que se responsabilizará pelas vendas, por R\$ 850,00 – R\$ 150,00 a menos que o preço cobrado ao consumidor final. Essa decisão reduz seu gasto de R\$ 6.000,00/mês para R\$ 3.000,00/mês (desconto de R\$ 150,00 x 20 bancadas). Por outro lado, o capitalista comercial que compra a mercadoria com o preço abaixo do preço de produção, venderá a bancada em suas instalações por R\$ 1.150,00, obtendo um lucro de R\$ 300,00: R\$ 150,00 de mais-valia cedida + R\$ 150,00 de preço acrescido.

Há ainda uma outra dimensão do lucro comercial que precisa ser considerada e que é central para a análise que propomos aqui: a exploração do(a) trabalhador(a) do comércio. O MPC, enquanto sistema de produção em massa, demanda também estruturas de venda em massa. Portanto, o proprietário do capital comercial, por si só, não dá conta de vender massivamente tudo aquilo que compra do capitalista industrial. Ele o faz através da contratação e exploração formal de trabalhadores(as) assalariados, responsáveis pela circulação e realização do capital-mercadoria nas instalações comerciais.

Voltemos ao exemplo com o qual temos trabalhado. Ricardo – patrão de André, produtor direto das bancadas –, já vendeu as mercadorias (M') para Pedro, um dos grandes comerciantes do setor de construção, que agora as expõe ao público consumidor em suas instalações. Como sugerido anteriormente, cada uma das bancadas custa R\$ 1.150,00 (850+150+150), preço que permite um lucro de R\$ 300,00 (150 de mais-valia + 150 de sobrepreço) ao capitalista comercial. Pedro paga um salário mínimo de R\$ 1.320,00/mês aos seus contratados para que trabalhem 46h semanais (8h/dia de segunda a sexta-feira + 6h aos sábados), vendam suas mercadorias e, assim, realizem a fatia da mais-valia contida e transferida nas mercadorias. Cada hora da força de trabalho contratada custa R\$ 7,17 (R\$ 1.320,00/184h).

Supondo que Pedro tenha à sua disposição 10 trabalhadores, seu gasto mensal com salários é de R\$ 13.230,00. Isto é, todos os meses, além dos custos de manutenção das instalações, transporte, propaganda, conservação das mercadorias, etc., Pedro debitará do seu lucro R\$ 13.230,00 para pagamento de pessoal. Mas, suponhamos que a legislação trabalhista do país onde Pedro reside passa por uma reforma e, a partir da sua vigência, o empregador consiga aumentar a jornada de trabalho diária dos seus contratados, mantendo o mesmo salário nominal de R\$ 1.320,00. Qual é o efeito imediato dessa mudança? A desvalorização da força de trabalho. A garantia legislativa de que Pedro pode exigir que seus funcionários trabalhem 8h aos sábados, não mais 6h, reduz o preço da hora de trabalho para R\$ 6,88 (R\$ 1.320,00/192h). Os trabalhadores terão que trabalhar 8h mensais a mais (2h x 4 sábados) para receberem o mesmo salário, significando uma perda real no salário de R\$ 56,64 para cada trabalhador. Se, por um lado, perde o trabalhador com a desvalorização da sua força de trabalho, por outro, ganha o comerciante Pedro que, pelo mesmo preço de antes (R\$ 1.320,00), fará com que seus trabalhadores dediquem 8h/mês de trabalho a mais para realizarem o lucro que o enriquecerá. É desse modo que o trabalho não-pago dos trabalhadores assalariados do comércio viabiliza que o capitalista comercial se aproprie da mais-valia produzida pelo capitalista industrial, garantindo-lhe o lucro (GORENDER, 1961).

Aqui, portanto, funcionam também as formas de extração de mais-valia observadas na fase de produção. Destacaremos aqui a mais-valia absoluta, estratégia operada na relação tempo-salário. De acordo com Netto e Braz (2012, p.121),

(...) aquilo que importa ao capitalista é o *tempo de trabalho excedente* – se é nessa parte da jornada que se produz o excedente de que ele vai apropriar-se, interessa-lhe a *ampliação* desta parte da jornada. Um modo de ampliar o tempo de trabalho excedente consiste na **extensão da jornada de trabalho** sem alteração do salário: aumentando-se a duração da jornada (dez, doze, catorze horas etc.), conserva-se a *mesma* duração do mesmo tempo de trabalho necessário e se *acresce* o tempo de trabalho excedente. Esse modo de incrementar a produção excedente a ser apropriado pelo capitalista designa-se como **produção de mais-valia absoluta** [grifos dos autores].

Uma outra forma de realizar a apropriação de mais-valia absoluta se encontra na intensificação do ritmo de trabalho.

Através de uma série de controles impostos aos operários – que incluem da mais severa vigilância a todos os seus atos na unidade produtiva até a cronometragem e determinação dos movimentos necessários à realização das suas tarefas –, o capitalista os obriga a trabalhar a um ritmo tal que, *sem alterar a duração da jornada*, produzem mais mercadorias e mais valor que sem esses controles (NETTO; BRAZ, 2012, p.122).

A extensão da jornada de trabalho e intensificação do seu ritmo, como indicam os autores supracitados, são processos realizados das mais diversas formas, nos diferentes cenários trabalhistas do mundo. Quanto mais tempo a força de trabalho fica à disposição do uso do patrão, mais trabalho não-pago ele acumula; e, quanto mais produtiva ela for nesse espaço de tempo, mais capital o capitalista comercial realizará.

Essas estratégias aparecem com frequência nas falas de trabalhadoras e trabalhadores entrevistados no comércio do município de Santo Antônio de Jesus – BA.

Pesquisador: São quantas horas de trabalho? **Luísa Mahin:** Dizem que são 8... Mas é muito mais. Se a gente duvidar, se a gente brincar... Os clientes chamam, não tem horário de almoço, é 10 horas, 9 horas, entendeu?

Pesquisador: (...) tem mais pessoas que também ficam trabalhando mais tempo do que as 8 horas? (...) **Mestre Bimba:** Tem sim. **Pesquisador:** Ficam o quê? Uma hora, duas? **Mestre Bimba:** No máximo uma hora, uma hora e meia. Tipo, é pra sair 4h, fica até 5h, 5h e meia. **Pesquisador:** Mas também não recebem por isso? **Mestre Bimba:** Não, não recebe não.

Pesquisador: Quantas horas por dia você trabalha aí? **Tereza de Benguela:** Eu chego 8 horas e às vezes eu saio 7h, às vezes eu saio 8, às vezes eu passo do meu horário quando eu tenho muito trabalho. E sábado mesmo que eu pego 7 horas da manhã e às vezes eu já sai até 5 horas. **Pesquisador:** E quando você passa do horário, quando você trabalha mais, tem hora extra, você recebe por essa hora extra ou não? **Tereza de Benguela:** Não. A gente não recebe. A gente tem que ir lá cobrar a eles. Às vezes paga, às vezes não paga.

Pesquisador: Ele não paga hora extra? **Zeferina:** Hora extra, não paga. Só sabe cobrar, nunca tá bom, sempre tá reclamando, quer perfeição, quer melhor. Então, falta reconhecimento. Aí tem dias que dá vontade de deixar tudo lá e não ir trabalhar.

A extensão da jornada de trabalho fica flagrante em diferentes trechos das entrevistas. Alguns participantes como Antonieta de Barros, Luís Sanim e Tambor Soledade, indicaram a opção patronal do pagamento de horas extras através do Banco de Horas⁴², modalidade prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 59.

Pesquisador: Formalmente, são 8 horas de trabalho, só que você acaba trabalhando... **Tambor Soledade:** Muito mais além das 8h... **Pesquisador:** Quanto é que você trabalha mais que isso, mais ou menos? **Tambor Soledade:** (...) tem vezes que eu saio às 6h, mas tem vezes que saio às 7h, às 8h, dependendo do fluxo de entrega. **Pesquisador:** Então, geralmente você trabalha entre 3 e 4 horas a mais

⁴² Vale nos perguntarmos: com quantas folgas de banco de horas se paga uma cesta básica? Quantas folgas são necessárias para pagar a fatura do cartão? Pagamento de hora extra com folga não resolve aquilo que nos parece central entre os(as) trabalhadores(as) do comércio de SAJ: a baixa renda e a dificuldade no acesso aos bens e serviços necessários para a manutenção da vida.

do que o formal. Isso aí você não recebe hora extra? **Tambor Soledade:** Não, não recebo. Eles pagam em folga.

Pesquisador: Você trabalha quantas horas por dia aqui? **Luís Sanim:** O básico é 8 horas, mas umas 3 ou 4 vezes na semana a gente vem mais cedo por conta de recebimento de carga de outra cidade. Como hoje mesmo, a gente veio seis e meia. Era pra vim 8. A gente veio 6 e meia **Pesquisador:** E vocês recebem por hora extra nesses dias ou não? **Luís Sanim:** Na verdade, é banco de horas. (...) O banco de horas, eles vão acumulando essas horas extras que a gente faz. Aí, ou eles dão em folga ou, se caso o funcionário sair da empresa, eles pagam um valor. É tudo regulamentado de acordo com a CLT. É tudo certinho, graças a Deus.

Pesquisador: O horário, assim formal, da jornada de trabalho é de oito horas. Você já precisou em algum momento, passar mais tempo, fazer alguma hora extra? **Antonieta de Barros:** Sim, já. **Pesquisador:** Tipo assim uma hora, duas, quanto mais ou menos? **Antonieta de Barros:** 2 horas, 2 horas, em média. **Pesquisador:** E essas 2 horas são remuneradas ou não? **Antonieta de Barros:** Você faz tipo o banco de horas sabe, aí quando você necessita você acaba abatendo no seu horário de trabalho.

Apesar dessa possibilidade estar prevista na CLT, há detalhes previstos na lei que precisam ser considerados para a sua adequada realização. Entre elas, as condições adequadas para registro e devido pagamento. Diferentes participantes da pesquisa expressaram com muita clareza as manobras usadas por seus patrões para não pagarem a hora extra com o saldo de horas acumulado.

Luís Gama: Hora extra? Se não bate ponto... Como é que vai receber hora? Como é que vou chegar para ele e vou indagar? Tem coisas no trabalho que a gente não vai indagar. Porque aquele receio de perder o emprego, de mais um entrar no seu lugar...

Sueli Carneiro: A gente que trabalha nessa empresa, eu acho que querendo ou não, a gente é um pouco lesada. Sobre o horário de ponto, de chegada, sobre os nossos horários, sobre os nossos direitos. (...) Em toda empresa, você chega, bate o ponto no horário que você chegou. Aí não: a gente só faz assinar e já tem uma pessoa responsável de assinar e de colocar, preencher os nossos horários. Então, tipo assim, a gente nunca chega.... Elas preenchem como se a gente chegasse atrasada, saísse mais cedo, para justamente o proprietário não pagar as horas extras dos funcionários. (...) **Pesquisador:** Então, oficialmente você trabalha 8 horas, mas na prática... **Sueli Carneiro:** Na prática a gente trabalha doze, (...) dez, e não recebemos hora extra. **Pesquisador:** Porque quem fecha lá o ponto, quem marca as horas é outra pessoa e não vocês... **Sueli Carneiro:** Isso, é outra pessoa.

Mestre Bimba: Eu ainda cobrei essa semana se eu não poderia ter um ponto. Ele falou que não, porque quando eu estou na entrega, quando eu volto, o mercado está fechado, então não tem como eu bater o ponto. Eu já levo o carro para casa. **Pesquisador:** Porque quando você volta da entrega o seu expediente já acabou? Então, se você batesse ponto, ia ficar registrado que você ficou mais tempo do que é o contratado, né? **Mestre Bimba:** É. **Pesquisador:** (...) Então, assim, essa coisa de não bater ponto, por exemplo, é, inclusive, uma forma de garantir que você trabalhe mais, né? Sem estar registrado. **Mestre Bimba:** É, possa ser que sim, também.

Luísa Mahin: Você faz uma hora extra, não paga, não lhe dá uma folga, fica mandando você chegar mais tarde ou mais cedo... É o que eu vivo, entendeu?

Se, por um lado, há um esforço patronal em fazer manobras⁴³ para que seus trabalhadores e trabalhadoras não recebam pelas horas extras trabalhadas, por outro, há um empenho desproporcional dos mesmos para registrar horas não trabalhadas, descontá-las em dinheiro e coagir funcionários para que estejam à disposição da empresa sempre que conveniente aos negócios.

Zeferina: E uma vez que eu adoeci, que eu passei mal lá, quando eu tava fazendo a limpeza, porque eu senti uma forte dor de cabeça, por que é muito quente o local. Então, eu peguei, trabalhei até certa hora e fui para casa. Avisei a ele que não estava me sentindo bem. Aí, no outro dia, eu paguei a hora mesmo tendo hora na casa. Quando eu recebi meu salário, eles descontaram 56 reais.

Tambor Soledade: (...) já tem mais ou menos quase um ano, que não tinha condição de um colaborador chegar num tal horário – que não era o horário correto. Mas a gerência passou para ele que tinha que ser feito, tinha que chegar, tinha que receber material, como se fosse obrigatório. Aí resumindo, né? Às vezes a gente como é pai de família, que necessita do trabalho, a gente tem que estar sujeito a fazer tudo.

Considerada a impossibilidade formal de transgredir a legislação trabalhista que limita a jornada de trabalho a 8h diárias, ao que parece, os empresários de SAJ tanto costumam manobrar a lei, fazendo com que seus trabalhadores excedam as 8h diárias; quanto os espremam ao máximo seus contratados dentro da jornada e trabalho diários, caracterizando outra faceta de apropriação de mais-valia absoluta, expressa na intensificação do processo de trabalho.

Pesquisador: Ele cobra como de você? **Zeferina:** Ele fala “e aí, menina, tudo bom?” Tudo bom. “Por que não tá descendo tal coisa?” Porque não deu tempo de descer, porque eu estou sozinha, estou sobrecarregada. “Ah, mas tem que descer, não pode perder vendas. Tem que vender”. (...) **Pesquisador:** E não contrata mais pessoas? **Zeferina:** Não contrata. Porque eles querem de qualquer forma economizar, quer sugar daquela pessoa o máximo que ele puder. Se alguém adoecer, além de você fazer o seu trabalho, você tem que substituir o outro.

⁴³ O uso de manobras pela classe patronal santo-antoniense para aumentar as margens de lucro não é uma novidade e compõem o antagonismo capital-trabalho. Lembremo-nos de quando, na década de 1950, valiam-se do trabalho infantil sob a justificativa de evitar a vadiagem na cidade (SACRAMENTO, 2007). Na mesma década, matéria publicada pelo jornal local O Momento, informava: “Trabalho sem direitos: E apesar disso, para não terem de reconhecer nenhum dos direitos dos trabalhadores assegurados pela própria lei, os magnatas dos armazéns de fumo utilizam o sistema de trabalho avulso. Quer dizer: em vez de empregarem os trabalhadores como operários dos armazéns, os patrões exploram o trabalho principalmente de mulheres e crianças, distribuindo o fumo para ser destalado nas casas dos trabalhadores. Desta maneira conseguem mão de obra baratíssima e livram-se da obrigação de pagarem férias, indenizações, trabalho extraordinário e contribuições aos institutos” (JORNAL O MOMENTO, 1950 apud ASSIS; FARIAS, s.d., p.9).

O relato de Zeferina é ilustrativo da lógica de exploração capitalista da força de trabalho. O empregador que contrata o trabalhador, quer dispor de sua força de trabalho até o limite. A história do capitalismo não nos deixa dúvidas de que, não fossem as lutas por direitos e garantias trabalhistas, só a morte limitaria a exploração. Fosse no cenário escravista colonial – onde o capitalismo europeu construiu seus fundamentos –, fosse no chão das fábricas europeias do século XIX – onde crianças, gestantes, velhos e outros vulneráveis eram expostos a jornadas de trabalho de 14h, 16h em condições profundamente precárias (ENGELS, 2010) –, o consumo da vida das massas em benefício privado sempre foi central. Vejamos o que nos diz Aqualtune e Maria Felipa, ambas trabalhadoras do comércio de SAJ:

Aqualtune: É 8 horas de trabalho, porém tem essas coisas, tipo... o lanche mesmo, a gente sai pra lanche. Mas, tem empresa que já dá 15 minutos de manhã e 15 a tarde. A gente já não tem essa regalia de sair de manhã e de tarde para poder lanche. E às vezes quando fala, ele até fica assim... **Pesquisador:** Não gostam? **Aqualtune:** Isso. Principalmente se for todos os dias. Eu passei mesmo por isso na época da que eu estava gestante a ponto que eu ainda estava indo para casa, eu ainda desmaiei por conta justamente disso... De manhã, eu tinha tomado meu café e aí no horário de lanche ela não me liberou. Quando eu estava vindo no horário de 11 horas para casa, eu ia desmaiando em cima da moto. **Pesquisador:** E a senhora tinha quantos meses de gestação? **Aqualtune:** Eu já estava de 7 para 8 meses. **Pesquisador:** Aí a senhora foi liberada pra parir? **Aqualtune:** Não, não... não fui liberada não. Eu trabalhei até o penúltimo dia.

Maria Felipa: (...) conheço pessoas que, em relação à jornada de trabalho, é muito puxada e até na questão da pessoa fazer um lanche mesmo é aquele tempo regrado. É uns 15 minutos e aí é a pessoa não pode sentar para ter um descanso, porque está sempre ali sendo cobrado, vigiado.

Historicamente, a busca por acumulação de capital nunca encontrou escrúpulo nem pudor que a barrasse, mesmo quando foi preciso levar ao limite a exploração de mulheres grávidas, crianças, pessoas velhas, etc. Pelo contrário, a condição particular dos contratados era usada como justificativa para menores remunerações⁴⁴. Não há qualquer desafino entre esse episódio relatado por Aqualtune e a lógica de acumulação capitalista. O empregador paga para usar a força de trabalho do empregado e dela extrair lucro. Portanto, ele fará o possível para

⁴⁴ A quem interessar possa, vale lembrar Em 2015, ainda deputado federal pelo PP, o ex-presidente Jair Bolsonaro, defensor de uma política ultraliberal, deu uma entrevista ao jornal gaúcho Zero Hora, onde afirmou: “Defendo a propriedade privada. Se você tem um comércio que emprega 30 pessoas, eu não posso obrigá-lo a empregar 15 mulheres. A mulher luta muito por direitos iguais, legal, tudo bem. Mas eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? "Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade..." Bonito pra caralho, pra caralho! Quem que vai pagar a conta? O empregador?”. Fonte: <https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida.html> Acesso em: 06/03/2024.

explorá-la ao máximo, ainda que isso signifique deixar uma trabalhadora grávida de 8 meses sem comer para que ela dedique todo o seu tempo às vendas.

As condições de trabalho são tão precárias, a sobrecarga é tamanha que, mesmo numa realidade de miséria material e níveis significativos de desemprego, pessoas não suportam e se demitem:

Pesquisador: Porque ninguém quer vim pra essa empresa? **Zeferina:** É, tem pessoas que vem, dá meio-dia, passa mal, vai embora, não aguenta.

Zeferina: Sempre exigindo muitas coisas, além do que eu posso fazer. (...) Eles não querem saber. “Se vire”.

Uma outra forma de intensificação da exploração da força de trabalho se dá com o chamado trabalho flexível. Após um longo período de hegemonia do padrão de produção e acumulação taylorista-fordista por quase todo o século XX, o capitalismo começou a dar sinais de crise e de que era preciso iniciar uma profunda reestruturação produtiva capaz restaurar seu ciclo produtivo e a retomar a expansão anteriormente vista. Além das transformações mais amplas no campo político-ideológico que garantiram uma ofensiva generalizada do capital e do Estado sobre as conquistas históricas da classe trabalhadora, foi iniciada uma reformulação no padrão produtivo taylorista-fordista, afim de atingir mais dinamismo produtivo via formas de acumulação flexíveis (ANTUNES, 2009).

Se o binômio Taylorismo-Fordismo estruturou-se a partir de uma linha rígida de produção verticalizada e em larga escala, na qual o trabalhador tinha sua ação fragmentada em ações repetitivas e apartadas do resto da linha de produção, os modelos de produção industrial flexíveis, como o desenvolvido pela Toyota Motor Company, reorganizaram tanto a produção – desconcentrando o processo produtivo via empresas terceirizadas⁴⁵; produzindo por demanda e buscando atender às exigências mais particulares do mercado consumidor; reduzindo o volume no estoque de reposição; aumentando a produção na sem aumentar a quantidade de trabalhadores contratados e estimulando horas extras; valendo-se do trabalho em equipe, “times de trabalho”, “células de produção”, “envolvimento participativo”, grupos de “colaboradores semiautônomos”, etc. –, quanto o próprio modo de exploração da força de trabalho, gerindo-a de modo multifuncional, polivalente (ANTUNES, 2009; 2015). Diferente do uso limitado da

⁴⁵ Empresas que assumem o modelo de produção toyotista se responsabilizam por apenas 25% da produção das suas mercadorias. Empresas alinhadas com o modelo fordista, por sua vez, costumam realizar aproximadamente 75% da produção (ANTUNES, 2009).

força de trabalho em tarefas fragmentadas e repetitivas, buscava-se a “manipulação da subjetividade dos trabalhadores, extrair-lhes o acúmulo de conhecimentos tácitos que adquirem, a favor da acumulação capitalista” (PINTO, 2013, p.60).

Nesse sentido, como nos diz Bernardo (1996, p.19-20),

Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. (...) O taylorismo constituiu a técnica de gestão adequada a uma situação em que cada um dos agentes conhecia apenas o seu âmbito de trabalho imediato. (...) Com efeito, não podendo aproveitar economias de escala humana – já que cada trabalhador se limitava a um único tipo de operação –, essas empresas tiveram que se concentrar nas economias de escala materiais. Sucede, porém, que as economias de escala materiais têm rendimentos decrescentes e a partir de um dado limiar os benefícios convertem-se em custos. A recuperação da capacidade de auto-organização manifestada pelos trabalhadores permitiu aos capitalistas superar esse impasse. Um trabalhador que raciocina no ato de trabalho e conhece mais dos processos tecnológicos e econômicos do que os aspectos estritos do seu âmbito imediato é um trabalhador que pode ser tornado polivalente. É esse o fundamento das economias de escala humanas. Cada trabalhador pode realizar um maior número de operações, substituir outras e coadjuvá-las.

A implementação de uma organização flexível da produção e do trabalho gerou, além de um aumento na produtividade, maior flexibilidade na exploração da força de trabalho. Como consequência imediata, percebeu-se maior rapidez no atendimento às demandas sem que para isso fosse necessário contratar mais trabalhadores. Se para a classe patronal houve ganho com a redução nos custos de produção e circulação de mercadorias, para a classe trabalhadora houve aumento no volume e intensidade do trabalho, graças à diversidade de funções assumidas por cada trabalhador (PINTO, 2013). Como bem destaca Antunes (2009b, p.58), “o Toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta de extração da mais-valia”⁴⁶.

Nos interessa tratar aqui dessa intensificação da exploração da força de trabalho através de um modelo de trabalho flexível justamente porque a experiência das/os trabalhadoras/res do comércio de SAJ – apesar de se dar no estágio de circulação das mercadorias, e não no de produção – é profundamente marcada por essas características resultantes da reestruturação produtiva do capital. Vejamos em algumas falas dos trabalhadores entrevistados o uso de uma das marcas do modelo de acumulação flexível, a multifuncionalidade nos postos de trabalho:

⁴⁶ Mais adiante nesse trabalho, veremos como a intensificação da exploração da força de trabalho estimulada pelo Toyotismo desdobra-se na prática frequente de assédio moral dentro das empresas.

Beatriz Nascimento: (...), quando eu entrei, eu sou cozinheira, mas já tinha uma, fiquei como ajudante. Eu e ela que cozinhou. Disso aí, eu fiquei para organizar o salão, atendimento... e hoje é caixa, atendimento é tudo. (...) De tudo eu faço um pouquinho **Pesquisador:** Entendi. E, mesmo fazendo várias coisas, você não tem aumento salarial, não é? **Beatriz Nascimento:** Exato. Aí ficou o mesmo salário pra mais trabalho.

Mestre Bimba: Então, eu mesmo quando eu não estou dirigindo, hoje mesmo eu fiz cesta básica. Tava ali em cima fazendo cesta básica. (...) **Pesquisador:** Vocês assumem funções diferentes para vocês. Você é o motorista, mas se não tiver fazendo entrega agora, você já vai... **Mestre Bimba:** Eu faço outra função. Eu sei repor, eu sei tirar frango, faço entrega na moto, faço cesta básica, fico na sessão também, fico na padaria dia de domingo quando eu vou e não tem ninguém para ficar. Eu fico na padaria.

Maria Felipa: (...) a principal é estoquista e a limpeza, manutenção de toda a loja. Mas, quando precisa, eu também vou atuar como vendedora. Fico atendendo também. Dar um apoio no balcão também embalando os presentes... esse tipo de coisa.

Tambor Soledade: (...) acaba sobrecarregando por conta de um colaborador só exercer várias funções, está entendendo? Aí é um pouco complicado. **Pesquisador:** É o seu caso? Você exerce várias funções? **Tambor Soledade:** Isso. **Pesquisador:** Quais são as funções que você exerce, por exemplo, que não deveriam ser sua? **Tambor Soledade:** De encarregado, conferente, ajudante de depósito, está entendendo? Auxiliar do encarregado... E a minha função principal que é empilhador. **Pesquisador:** E não tem nenhum acréscimo salarial por isso? **Tambor Soledade:** Recebo o salário mínimo empilhador, né? Normal.

Pesquisador: E não contrata mais pessoas? **Zeferina:** Não contrata. Porque eles querem de qualquer forma economizar, quer sugar daquela pessoa o máximo que ele puder. Se alguém adoecer, além de você fazer o seu trabalho, você tem que substituir o outro.

Acima, temos quatro relatos de trabalhadores que, apesar de se encontrarem empregados em diferentes setores do comércio no município, expressam em suas particularidades trabalhistas marcas evidentes daquilo que está posto como padrão geral no universo da acumulação flexível. O combo de: (1) redução na contratação de trabalhadores; (2) implicação de um mesmo trabalhador em diferentes funções que, geralmente, demandariam diferentes contratações; e, (3) manutenção do mesmo salário nominal à revelia da intensificação do trabalho, aprofundando inegavelmente os níveis de exploração e desgaste das trabalhadoras.

Percebe-se ainda indicativos de que a dinâmica de trabalho no comércio deteriora até mesmo a possibilidade dos trabalhadores lidarem com questões da vida pessoal que extrapolam um ambiente de trabalho. Vejamos alguns trechos nesse sentido:

Beatriz Nascimento: Eu já prestei serviço 30 dias para uma loja e eu fiquei analisando aquele corre-corre, principalmente quando é tempo de festa. Quer dizer, você tem que ser 3 de você durante um mês. Se virar em 3 pra você dá conta de tudo. Aí eu fico analisando: você tem que levar comida, seu lanche e receber um salário (*mínimo*) e

ainda ser aquele pique porque você tem que dar conta, né? E ainda tem que estar sorridente pra atender meu cliente. Você não pode demonstrar cansaço, os seus problemas vão ficando para trás... sempre com autoestima.

Luís Gama: (...) quem trabalha em comércio hoje não tem a disponibilidade de acessar cultura, acessar lazer de forma ampla de forma boa, que deveria ser feito. A gente não tem tempo de descansar a mente... Quando você tem férias, você não tem dinheiro; quando você tem dinheiro você não tem férias... Você nunca tem uma felicidade acessível, na realidade.

Mestre Bimba - Lazer mesmo eu não tenho lazer porque, como eu falei, não tenho tempo para sair. Só trabalho de dia e trabalho de noite.

Carolina de Jesus: Pra você ter noção, minha filha, para ir para o médico, quem leva é os outros. Porque eu não tenho tempo. Para eu conseguir matricular as 2 este ano, eu tive que ir no meu horário de almoço. Eu conversei com a escola e pedi pra no horário de almoço eles reservarem pra mim. Não tenho tempo de lazer nem com meus filhos, nem minhas filhas, porque o tempo é esse aqui e é curto.

Pesquisador: (...) vocês têm tempo para se encontrar, enquanto casal, ficar junto, fazer alguma coisa? **Dandara dos Palmares:** Não, não. A gente praticamente só fica junto mesmo na hora de dormir, a partir de umas 10, 11 horas da noite, que é a hora que ele chega do trabalho é a hora que a gente fica junto. E fora isso que eu ainda tento estudar mesmo assim, né? Depois que acabo isso tudo, ainda vou tentar estudar.

Falta de tempo para estudar, para garantir convívio com os(as) filhos(as), para acessar itens/espacos de cultura e lazer; para se dedicar às relações sexo-afetivas/românticas, para descansar efetivamente, são todos efeitos de uma vida consumida pelo trabalho no MPC. Como nos diz Luís Gama “(...) porque parece que a gente é robô e vive para o trabalho e não tem vida pessoal até”. Mesmo os cuidados mais básicos em saúde ou para o convívio familiar, como nos dizem Luís Gama e Luísa Mahin, ficam comprometidos:

Luísa Mahin: Quando você chega no médico hoje, qualquer um, o médico pergunta logo: faz alguma atividade física? E aí, como? Sabe que hora eu levanto para fazer? 4 e meia da manhã. Faço uma caminhada, vou no SESC e volto caminhando. Imagine... 4 e meia da manhã. Aí você enfrenta 8, 9, 10 horas de trabalho... aí, você chega em casa como? Aí você tem condições de você estudar? Não tem! Não tem, entendeu? Complicado... Mas, é isso aí...

Luís Gama: Você vai no SUS e, no SUS, é a burocracia que é, né? E nem tempo você tem de fazer isso porque você está trabalhando.

Luís Gama: Agora mesmo está rolando a situação de ficar domingo, final de ano. Então, fica domingo a domingo direto. Então a gente não tem vida. (...) Qual o tempo que você tem para você mesmo, para sua família?

O debate sobre tempo livre no MPC é central na tradição do pensamento marxista e, como visto nos trechos acima, essencial para pensarmos as condições existências da classe

trabalhadora. A compreensão de que o trabalho, enquanto atividade vital e fundamentalmente ontológica, encontra-se, no MPC, submetido ao imperativo de acumulação de capital, estimula debates desse campo que apontam para a urgência de construção de uma sociabilidade na qual o trabalho se realize de modo autônomo, pois, só o domínio autônomo do trabalho e da reprodução social tornará possível a existência real e efetiva do tempo livre. Sua existência e ampliação orientadas para dimensões da vida pouco visitadas pela classe trabalhadora no MPC (arte, filosofia, ócio, as ciências mais diversas) viabilizará o desenvolvimento de um Ser Social igualmente amplo, complexo e autodeterminado, como jamais a experiência restrita de tempo no MPC permitirá.

Nos termos de Marx (1971, p. 942), para quem a redução da jornada de trabalho é condição preliminar para uma vida emancipada,

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. (...) A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.

A redução da jornada de trabalho e, no limite, sua autodeterminação fora das bordas do capitalismo, é decisiva não só para possibilitar caminhos mais amplos e complexos de desenvolvimento humano – ter tempo para educação formal, leitura, lazer, cuidados em saúde, socialização entre seus pares, etc.), mas, para a construção de uma vida repleta de sentido fora da esfera de trabalho. Dispor de mais tempo livre, contrapondo-se ao controle opressivo do capital sobre o tempo de vida, viabiliza também a construção de novos sentidos para a própria existência.

Enquanto o tempo disponível é concebido da perspectiva do capital como algo a ser explorado no interesse na sua própria expansão e valorização (Mészáros, 1995:494), do ponto de vista do trabalho vivo ele se mostra como condição para que a sociedade possa suprir seus carecimentos e necessidades efetivamente sociais e desse modo fazer aflorar uma subjetividade dotada de sentido dentro e fora do trabalho. Isso porque o tempo disponível será aquele dispêndio de atividade laborativa autodeterminada, voltada ‘para atividades autônomas, externas à relação dinheiro-mercadoria’ (Kurz, 1997:319), negadoras da relação totalizante dada pela forma-mercadoria e contrárias, portanto, à sociedade produtora de mercadorias (ANTUNES, 2009, p.179-180).

Nesse sentido, a conquista do tempo livre está diretamente vinculada à luta contra a lógica de acumulação capitalista que, política e sistematicamente, disputa na arena democrático-burguesa por jornadas de trabalho mais amplas e que lhe garanta maiores níveis de exploração da força de trabalho.

(...) essa luta pelo direito ao trabalho em tempo reduzido e pela ampliação do tempo fora do trabalho (o chamado “tempo livre”), sem redução do salário – o que, faça-se parênteses, é muito diferente de flexibilizar a jornada, uma vez que esta se encontra em sintonia com a lógica do capital – deve estar intimamente articulada à luta contra o sistema de metabolismo social do capital que converte o “tempo livre” em tempo de consumo para o capital, onde o indivíduo é impelido a “capacitar-se” para melhor “competir” no mercado de trabalho, ou ainda a exaurir-se num consumo coisificado e fetichizado, inteiramente desprovido de sentido (ANTUNES, 2009, p.176).

A discussão sobre a conquista do tempo livre se torna ainda mais laboriosa quando considerarmos as especificidades de gênero no mundo do trabalho. Como visto no capítulo em que tratamos das condições particulares de desenvolvimento da mulher da sociabilidade patriarcal-capitalista, a sua dupla camada de opressão – a exploração de classe, que incorpora e é aprofundada por aspectos raciais; e a exploração patriarcal da existência feminina enquanto socialmente responsável pela realização do trabalho reprodutivo – constrói um caminho estreito para o seu desenvolvimento enquanto Ser Social. Mesmo com a incorporação precária e progressiva da sua força de trabalho fora da esfera doméstica, sua responsabilização pelo trabalho reprodutivo não regrediu proporcionalmente e aprofundou os cenários de sobrecarga de trabalho feminino.

E aqui, para que tenhamos mais clareza prática sobre o termo, vale lembrar do que se trata o trabalho reprodutivo, isto é, o trabalho de reprodução social:

Refere-se a atividades e atitudes, comportamentos e emoções, responsabilidades e relacionamentos diretamente envolvidos na manutenção da vida, diária e integralmente. Envolve vários tipos de trabalho socialmente necessários – mental, físico e emocional – destinados a fornecer os meios definidos histórica, social e biologicamente pelos quais se mantém e se reproduz a população. Entre outras coisas, a reprodução social inclui as formas pelas quais alimentos, roupas e abrigo são disponibilizados para consumo imediato, como é realizada a manutenção e socialização das crianças, como os cuidados com idosos e enfermos são fornecidos e como a sexualidade é socialmente construída (BRENNER; LASLETT, 1991 apud BHATTACHARYA, 2023, p.24)

É a realização desse trabalho reprodutivo não-remunerado que garante a reprodução da força de trabalho diariamente explorada pelo capitalista. Sem o trabalho reprodutivo realizado majoritariamente por mulheres não haveria trabalho produtivo capitalista. Na fórmula marxiana

$D - M(FT+MP) - P - M' - D'$, a força de trabalho (FT) que produz a mais-valia no estágio produtivo (P) definiria sem um trabalho que a revitalizasse no ambiente doméstico. Ganha, portanto, o capitalista, que, tendo o trabalho reprodutivo não-remunerado posto sobre as costas das mulheres, passa a dispor de mais tempo para explorar a força de trabalho que ela sustenta diariamente; ganha o homem, que se beneficia do trabalho doméstico não-remunerado feminino para garantir a reprodução da própria existência; e, por fim, perdem as mulheres que, ao serem mantidas como responsáveis pelo trabalho reprodutivo não-remunerado, são duplamente exploradas e dispõem de menos tempo livre para desfrutar dos bens materiais e imateriais historicamente acumulados pelo gênero humano.

Vejamos abaixo alguns trechos das entrevistas de mulheres trabalhadoras do comércio de SAJ, que apontam para essa relação entre trabalho reprodutivo, sobrecarga e redução significativa do seu tempo livre.

Carolina de Jesus: É isso, porque homem tem o futebol, tem o lazer, sai pra beber e mulher não. Mulher é restrito. **Pesquisador:** Você fica restrita ao que, por exemplo? A quais espaços? **Carolina de Jesus:** Porque, assim, algumas pessoas assimilam que a obrigação da casa é da mulher. Só que ambos vivem dentro da casa, então, a obrigação seria dos dois. Só que só pesa na mulher. Os filhos, a obrigação é dos dois porque foram os dois que fizeram. Mas só pesa pra mulher. **Pesquisador:** E você conversa isso em casa? Pra dividir tarefa? **Carolina de Jesus:** Converso. **Pesquisador:** Dá certo? **Carolina de Jesus:** Um pouco. Mas, sempre a mulher fica mais sobrecarregada.

Dandara dos Palmares: Chega em casa às vezes cansado, ainda tem que ajeitar as coisas dentro de casa e não tem um tempo de lazer. **Pesquisador:** (...) Você gasta muito tempo do teu dia fazendo o trabalho doméstico, depois que chega cansada em casa? **Dandara dos Palmares:** Sim, sim. Todos os dias. É como se fosse uma rotina. Chegou em casa, tem que varrer a casa, passar pano, lavar prato, fazer comida, lavar roupa. Todos os dias a mesma rotina. Quando tem filho, cuidar do filho, dar banho, pentear o cabelo, dar um alimento, colocar pra dormir, ensinar tarefa de casa, então (...) É muito desgastante, é puxado.

Pesquisador: (...) você chega às 18 horas em casa e ainda você tem que lidar com tarefa doméstica? Você gasta quanto tempo mais ou menos fazendo isso por dia? **Maria Quitéria:** No mínimo 4 horas. (...) Porque eu chego em casa em média 6 e meia – porque a cidade é pequena, né? A gente acaba se transitando muito rápido. Aí, chega em casa, vai fazer uma faxina, vai fazer uma comida... Isso aí já leva mais de 10 e tantas da noite, que é o horário que eu vou me acomodar para dormir para o dia seguinte está aqui de novo.

Aqaltune: Victor teve outra época que eu me afastei também. Questão de mais de 1 mês. Foi logo quando eu fui morar aqui, quando minha mãe adoeceu. (...) Foi tuberculose. Aí eu fiquei 2 meses afastada também por conta justamente para estar cuidando de minha mãe. Porque na casa é um casal e eu sou aquela que resolve tudo. Meu irmão não resolve muita coisa não. De meu irmão me ligar e dizer, mainha está doente e tu vem tomar conta. E aí eu fui também.

Tarefas domésticas de manutenção da moradia, cuidado dos filhos – por vezes, de modo solitário devido ao abandono paterno –, cuidado com os mais velhos da família, alimentação, vestuário, etc., todas essas são tarefas que constituem o já desgastante dia de trabalho das mulheres do comércio santo-antoniense e que se acumulam no grande grupo dos trabalhos não-pagos: trabalho não-pago na exploração capitalista + trabalho reprodutivo historicamente não-pago pelo patriarcado. As mudanças na posição relativa das mulheres no mercado de trabalho remunerado não alteraram o fato de serem elas quem dedicam muito mais tempo às tarefas domésticas que os homens, fato que se repete no cenário particular de SAJ e circunscreve uma realidade ainda mais degradante para as mulheres do que para os homens trabalhadores do comércio do município.

Segundo Biroli (2018), essa divisão sexual do trabalho constitui uma das bases fundamentais para a construção de hierarquias de gênero que modulam a trajetória de mulheres restringindo a sua atuação em outras diversas esferas da vida como, por exemplo, a da política institucional. Contudo, a autora também destaca que as especificidades associadas ao gênero não circunscrevem realidades independentemente dos aspectos de classe e raça. Conforme texto publicado por Pinheiro (2016), a observação da distribuição da população no mercado de trabalho revela que as mulheres negras ocupam 39% dos postos de trabalhos precarizados, seguidas homens negros (31,6%), mulheres brancas (27%) e homens brancos (20,6%)”. Destacar isso é importante porque, segundo os dados da nossa amostra, 86,5% das mulheres que trabalham no comércio de SAJ são mulheres negras. E sobre elas repousam as três camadas de opressão destacadas nesse trabalho: de raça, de classe e patriarcal.

Assim, se é possível fazemos uma síntese breve antes de avançarmos para outras análises, diremos que, a realidade trabalhista no comércio santo-antoniense reproduz, em sua particularidade, aquilo que está posto como regra na dimensão geral da realidade brasileira: a sobreposição das dimensões patriarcal – enquanto estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens –, capitalista e racista, que historicamente atravessam a formação social brasileira.

5.2.3 Unidade de Análise II – Relações no Trabalho

No capítulo em que tratamos do desenvolvimento humano a partir de uma ontologia marxista, abordamos a relação direta entre as condições materiais de produção da vida e a formação do ser social. Foi Marx (2017) que nos mostrou a estreita relação existente entre as

categorias da Natureza e as formas complexas de existência que se constituem nas mais diversas formações sociais. Para o autor, é na relação que estabelece com a realidade material que o ser social se desenvolve e espelha subjetivamente a realidade exterior construída pelo trabalho humano no curso da história.

Ora, se o pressuposto básico é o de que a consciência do ser social se desenvolve espelhando a realidade objetiva, é correto afirmarmos que novas formas de consciência e novas dinâmicas sociais surgem na proporção em que a realidade exterior espelhada muda. A realidade material espelhada subjetivamente por um servo feudal, na Europa do século IX, viabilizou contornos subjetivos muito diferentes daqueles observados no trabalhador assalariado da Europa industrial, do século XIX. O modo de produção capitalista – com suas características elementares de: propriedade privada dos meios de produção, produção orientada para o lucro via exploração da força de trabalho e transformação em mercadoria de tudo o que for possível – inaugurou uma nova dinâmica material, com novas relações de produção, novos modos de se relacionar com o tempo, com o espaço, com as pessoas, com a Natureza, com as leis, com o corpo, com o trabalho, modelando, assim, o modo como sentimos, percebemos e nos relacionamos no mundo. Como nos diz Marx (2008, p.47), “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”.

Nesse ponto, vale para nós destacarmos um dos aspectos centrais do MPC que, sendo ele estruturante das suas relações de produção, atravessa-nos enquanto seres sociais, marcando nossa consciência e o modo como nos relacionamos em comunidade: a reificação. De acordo com Bottomore (1983), reificação, *Verdinglichung*, é o ato de transformar propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas.

Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista (idem, p.495).

Como nos mostra Marx (2017), no capítulo XVII do Livro I de O Capital – “Transformação do Valor ou Preço da Força de Trabalho em Salário”, a transformação capitalista da força de trabalho em uma mera mercadoria passível de compra e venda, constitui uma negação absoluta do seu traço de humanidade, pois, a submete a uma posição de equivalência ao dinheiro e gera tamanho nivelamento no nível das coisas, que captura todos os vínculos humanos que constituem o processo de trabalho (LIMA; REGO, 2020). Nas palavras do autor, para os produtores “(...) as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem

como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (MARX, 2017, p.148).

Quanto a ampla captura dos vínculos humanos pela lógica de reificação/coisificação capitalista, embora Marx não tenha dedicado muito do seu trabalho a esse debate, em Lukács (2003, p.193) encontramos um esforço mais detido em pensar o modo como o fenômeno da reificação se disseminou por todas as esferas da vida social e veio a tornar-se “protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade”. Embora esse fenômeno possa ser percebido também em outras formas sociais nas quais a produção de mercadorias e a circulação de dinheiro compõem a realidade social, há acordo entre Marx (1971) e Lukács (2003, p.201-202) de que é na organização capitalista do trabalho que se encontra o seu ponto central de disseminação.

Se perseguirmos o caminho desenvolvido pelo processo de trabalho desde o artesanato, passando pela cooperação e pela manufatura, até a indústria mecânica, descobriremos uma racionalização continuamente crescente, uma eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas humanas e individuais do trabalhador. [...] Com a moderna análise “psicológica” do processo de trabalho (sistema de Taylor), essa mecanização racional penetra até a “alma” do trabalhador.

É no MPC que a “essência da estrutura da mercadoria” se capilariza por todos os segmentos objetivos e subjetivos da sociedade e seu fundamento é que as relações entre pessoas ganham caráter de relação entre coisas, adquire uma objetividade que mascara as características de sua natureza fundamental: a relação entre pessoas (LUKÁCS, 2003).

Segundo Vasconcelos (2014), a reificação pode ser considerada como o principal tipo de alienação/estranhamento na sociabilidade capitalista, pois, ao ser tomado como coisa, como mercadoria, o ser social aliena-se da sua condição humana. Objetificado, o trabalhador encontra-se alienado em três níveis: 1) alienado em relação ao produto do seu trabalho – seu trabalho é objetivado em um produto (mercadoria) que não fica à sua disposição; 2) alienado em relação à própria atividade produtiva – pois, o trabalho realizado não atende diretamente aos interesses do trabalhador; e, 3) alienado em relação ao gênero humano – pois, suas amplas possibilidades de existência no mundo ficam restritas à condição de vendedor da mercadoria força de trabalho e, portanto, à exploração capitalista.

O fenômeno de reificação generalizada das relações entre pessoas atende, nos postos de trabalho, a um objetivo claro: a instrumentalização da força de trabalho para produção de altas taxas de lucro. É essa máxima que, segundo Padilha (2015), se encontra no fundamento daqui

que conhecemos por assédio moral no trabalho⁴⁷. De acordo com a autora (2015, p.17), enquanto conjunto de condutas abusivas, o assédio moral decorre, sobretudo, "do interesse descontrolado dos empresários e acionistas de obterem ganhos financeiros maiores e mais rápidos".

Sabemos que a tese defendida por Padilha (2015) está em completo acordo com a lógica de acumulação capitalista exposta por Marx (2017). Quanto mais rápido o capital completa seu ciclo de rotação [D - M(FT+MP) - P - M' - D'], mais rápido o dinheiro investido retorna valorizado para as mãos do capitalista e, assim, possibilita reinvestimentos e ampliação da sua riqueza. Portanto, o interesse do capitalista é o de acelerar ao máximo o ciclo de produção-consumo para realizar o capital num curto intervalo de tempo. No caso particular do capitalista comercial, sua pressa é para que os trabalhadores por ele contratados vendam a maior quantidade possível de mercadorias num menor intervalo de tempo e, assim, permitam que ele se aproprie do lucro. O não atendimento desse objetivo pode ter como efeito o indicado pela trabalhadora Lélia Gonzalez: "A gente vive na corda bamba. Trabalho com vendas, né? Tem que vender, senão... Pesquisador: Se não vender? Lélia Gonzalez: Pode ser desligado da empresa..."

Uma das formas mais frequentes de prática de assédio moral nas últimas décadas tem sido por pressões para que os trabalhadores batam metas altíssimas de venda (PADILHA, 2015), prática que costuma se desdobrar em adoecimento psíquico, dores generalizadas, sentimento de inutilidade, aumento da pressão arterial, distúrbios digestivos, insônia e até mesmo suicídio, como revela o estudo realizado por Barreto (2006) com 870 vítimas de assédio moral. Vejamos o relato do trabalhador Manoel Calafate sobre sua experiência com metas na empresa em que trabalha:

Manoel Calafate: Lá é por comissão. Então, você tem que bater a meta para você ganhar um pouco mais do que um salário. Então, se você não bater a meta, você ganha o seu salário normal. **Pesquisador:** O salário mínimo estabelecido por lei. (...) A comissão é de quanto mesmo que você falou? **Manoel Calafate:** A comissão é de 3,5% daquilo que você vendeu, mas a maioria dos comércios ganha de 1% a 1,5%. **Pesquisador:** Qual é a meta de venda? **Manoel Calafate:** A meta, por exemplo, nesse mês é 147.000. **Pesquisador:** Por funcionário **Manoel Calafate:** Não, pela loja. Mas você tem que bater uma meta de 36.000. (...) Vale ressaltar também que o mês de dezembro a meta era 500.000. A gente vendeu 485.000 reais. Aí, a gente viu que

⁴⁷ De acordo com definição disponível no site brasileiro www.assediomoral.org.br, assédio moral no trabalho "É a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e atéticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigida a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-a a desistir do emprego.

estava muito alta. Na verdade, era 560.000, aí estava muito alta. Eu cheguei até ela, conversei com ela e tal... Pulei em cima da gerente para conversar com a dona. Aí, ela Foi e falou: eu vou ver aqui que eu posso fazer. Aí ela foi para 500.000. Aí a gente achou que também estava muito alta. Aí ela foi para 485.000. A gente bateu a meta. Só que aí diminuiu também o valor que a gente recebeu, entendeu? Então, a gente foi tentou chegar nos 500.000 mas, não deu... Mas, ganha muito dinheiro comércio, se você parar para pensar... **Pesquisador:** A arrecadação, o lucro pode crescer, mas vocês continuam ganhando o mesmo salário. Varia muito pouco. **Manoel Calafate:** Exatamente.

Corroborando a nossa discussão sobre reificação da vida, Padilha (2015, p.149) conclui que cenários como exposto por Barreto (2006) expressam uma característica estruturante das organizações capitalistas:

colocam o lucro imediato em primeiro lugar, submetendo as relações humanas a uma coisificação mercadológica que cria o contexto favorável, não só ao assédio moral, como a condições degradantes de trabalho (trabalho escravo, trabalho precarizado, terceirizações fraudulentas, rebaixamento de salários, perda de direitos trabalhistas conquistados historicamente).

Enquanto tendência geral da estrutura capitalista reificante, as relações de produção reificadas aparecem de diferentes formas na esfera particular trabalhista do comércio de SAJ. Vejamos abaixo mais alguns exemplos que expressam esse fenômeno:

Zeferina - Inclusive agora, muitas pessoas já estão se demitindo. (...) Então, eles não estão achando pessoas. Inclusive pra cozinha porque o salário é pouco, a questão do tratamento... A gente não tem aqui tratamento como ser humano. **Pesquisador:** Então, assim, essas pessoas que se demitiram há pouco tempo, se demitiram por conta das condições trabalhistas? **Zeferina:** Exatamente. A falta de respeito com o ser humano é muito grande.

Luís Mahin: Eu lembro que uma colega – não foi comigo, nesse mesmo lugar – a gerente disse à colega que o lixo da loja valia mais do que ela. (...) Ela disse que o lixo da loja tinha mais valor do que a pessoa.

Zeferina: (...) tem um colega meu que eu gosto muito, que ele foi chamado de inútil, inútil. E ele se dedica muito. “Você é um inútil, você aqui não é nada”. O meu outro colega que foi demitido, antes dele ser demitido, ele era muito criticado: disse que ele lá e nada era a mesma coisa, que ele não servia de nada.

Pesquisador: (...) se você tivesse o poder de mudar qualquer coisa no trabalho, desde salário, jornada de trabalho, condição de trabalho, o que é que você mudaria? **Zeferina:** Eu mudaria a maneira dele tratar as pessoas.

Luís Gama: O comércio hoje precisa de pessoas que necessitam de emprego e não que são qualificados. É bem isso, aquela coisa de ser número. Aí eles enxergam você como número.

Zeferina: Mesmo eles vendo a dificuldade de encontrar pessoas que têm amor, interesse em trabalhar pela empresa deles. Quando eles encontram alguém, eles não valorizam. Entendeu? Eles falam assim: ah, não quer? Aparece outro, mesmo que demore, mesmo que dê dor de cabeça. E isso é triste demais.

Segundo Hirigoyen (2003, p.65) – para quem o assédio no trabalho é “toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa” –, as práticas de assédio dividem-se em horizontais (praticadas entre colegas de trabalho) e verticais (praticadas entre chefes e subordinados). Foram diversos os relatos de assédio praticados também por colegas de trabalho e clientes. Luísa Mahin refere sua experiência com assédios horizontais:

Luísa Mahin: Meu Deus, é todo dia, né? Todo dia é assédio moral, é coação... é tanta coisa... Todo dia! **Pesquisador:** E, geralmente, esse assédio vem de quem? De cliente, de chefe? **Luísa Mahin:** Olha, cliente, todo dia. O cliente, ele acha que a gente está aqui e a gente é escravo, né? Mas, como elas dizem, o que cliente sempre tem a vez... Cliente sempre tem direitos; a verdade sempre está com o cliente. Isso é uma mentira, porque nós também somos seres humanos, né?

Zeferina e Abdias do Nascimento, por outro lado, relatam diferentes experiências de assédio vertical:

Zeferina: Quando eu comecei a trabalhar, era em outro setor e nesse setor tinha um vale que você tinha direito a receber. Outros que estavam no meu lugar, que saíram, recebiam. Aí eu questioneei, porque eu não recebia esse valor? Aí ele falou “para você receber isso, além do que você faz, você tem que fazer, mais isso e isso, e isso... E aí eu vou analisar para ver se você merece ou não receber”.

Pesquisador: Você tem outras colegas de trabalho que também já passaram por assédio, essa situação? **Zeferina:** Sim. Umas chorando no banheiro, principalmente meninas. E chora mesmo no banheiro, dá crise de ansiedade que eu já fiz chá de camomila pra dar e me chamaram atenção, porque fazia chá para dar e não pode tá gastando gás. (...) elas choram não só por isso, mas também pela humilhação, pelo jeito que eles abordam elas e pelo jeito que eles se direcionam para reclamar ou para se chamar atenção de alguma coisa.

Pesquisador: Teve algum relato de assédio sexual? **Zeferina:** Já ouvi, mas eu não presenciei. Já ouvi muita coisa. (...) E muitas meninas, por medo de perder o emprego, elas já foram, já ficaram. **Pesquisador:** Já cederam? **Zeferina:** Eu não, nunca vieram pro meu lado, não. Mas, tem colegas minhas que pediu para sair por causa disso aí. Principalmente as novinhas, as novinhas que sofrem.

Abdias do Nascimento: (...) tinha uma colega minha que já contou comigo que aconteceu com ela. **Pesquisador:** Que tipo de assédio? Foi assédio... **Abdias do Nascimento:** Assim... Ela interpretou de uma forma, aparentou para ela, que foi um assédio sexual. **Pesquisador:** Sexual. (...) **Abdias do Nascimento:** E aí ela falou comigo e tal. Foi desesperador assim... Foi constrangedor tanto para mim quanto pra ela. Só que ficou por isso aí mesmo. **Pesquisador:** E foi com uma pessoa de cargo... **Abdias do Nascimento:** É, de um cargo superior ao dela. **Pesquisador:** E numa situação como essa o que é que se faz? Tem algum setor que você pode fazer denúncia? A quem recorrer? **Abdias do Nascimento:** Deveria. Ela poderia ter... Só que ela também ficou acuada, né? Com medo porque também ela era nova no local e tal, ela ficou meio cismada assim. **Pesquisador:** De perder o emprego? **Abdias do Nascimento:** Sim.

A reificação da qual estamos tratando se aprofunda ainda mais quando consideramos os aspectos raciais que marcam de modo indelével a constituição do modo de produção capitalista. Como apontamos no tópico em que tratamos da prosperidade burguesa e concomitante degradação do povo negro, é preciso termos a clareza de que o MPC desenvolvido na Europa só foi possível graças a um amplo processo de reificação de pessoas negras durante séculos de escravidão (MARQUESE, 2018; WILLIAMS, 2012).

Se no chão de fábrica europeu algum grau fantasmagórico de autonomia foi preservado pelo direito burguês ao limitar as condições de uso da mercadoria força de trabalho, nos portos europeus situados na costa da África e nos territórios colonizados a coisificação do trabalhador negro não encontrou restrições. Havia uma completa instrumentalização mercantil da população negra que extrapolava os cenários de trabalho e a colocava propositalmente, sem qualquer constrangimento legislativo ou mesmo religioso, num lugar coisificado, desprovido de qualquer traço de humanidade (RODNEY1975).

O empreendimento capitalista europeu do século XVI, numa modalidade menos técnica de gestão da força de trabalho, conjugou escravidão negra e produção mercantil de larga escala para garantir os superlucros das indústrias, dos bancos e do comércio europeus. Mais tarde, noutro patamar de desenvolvimento técnico e com as particularidades históricas decorrentes do avanço das forças produtivas, os modelos de gestão fordista-taylorista e toytista também se empenharam em gerir grandes volumes de força de trabalho a fim de viabilizar sistematicamente os lucros capitalistas (WILLIAMS, 2012; PINTO, 2013).

No entanto, não o fazem sem a herança racista, material e simbólica, que mantém a população negra, agora assalariada, em postos de trabalho mais precarizados e exposta às mais diversas facetas do racismo, como o recreativo, institucional, estrutural, etc. (ALMEIDA, 2019; FERNANDES, 2008a). Há uma camada de opressão que se soma à generalizada exploração capitalista da força de trabalho que, embora tenha adquirido diferentes formas de manifestação no decorrer do tempo, guarda vínculos diretos com o processo de profunda reificação da população negra enquanto ferramenta funcional na acumulação capitalista.

É flagrante o modo como tanto a alocação nos postos de trabalho quanto a abordagem feita ao trabalhador(a) negro(a) – colocando-o(a) numa posição servil frente a quem consome na ponta a sua força de trabalho –, atualizam diariamente a tese de racialização do trabalho. Primeiro, porque, como não nos deixa esquecer o trabalhador Manoel Calafate: “(...) a maioria das pessoas que são donas do comércio são pessoas brancas. Praticamente são a elite daqui de

Santo Antônio de Jesus”. Segundo, porque, como demonstra os dados da nossa amostra, 85,8% da classe trabalhadora empregada no comércio é negra e exercem funções de execução, não de planejamento do trabalho.

Vejamos alguns trechos de entrevistas que podem ilustra um pouco dessa realidade:

Pesquisador: (...) você já viveu alguma situação de racismo com cliente, coisa assim?

Dandara dos Palmares: Já sim, já teve uma vez que uma cliente, ela era branca, bem branca mesmo, a mãe dela também. E aí ela chegou e me fez a encomenda de um produto e disse que não queria nada preto em cima da torta. Eu disse a ela que tudo bem, mas só que a plaquinha que vinha com o nome preto. Aí ela disse que não, qual parte que eu não entendi, que ela não queria nada de preto e que ela não gostava de preto. Ai eu me senti muito incomodada na hora e perguntei a ela se outra pessoa pudesse atender ela. Ela olhou e disse que não, que dali a mais clarinha que tinha era eu e que era para eu continuar. Aí eu me segurei ao máximo para não chorar na frente dela para não dar... E terminei o pedido dela, entreguei imediatamente e chorei demais.

No trecho supracitado, a cliente e sua filha, ambas “bem branca mesmo”, ao expressarem sua ojeriza a pessoas negras, constatam também que todas as trabalhadoras do caixa eram negras. Sua reação imediata à constatação foi escolher a trabalhadora que mais se distanciasse do fenótipo retinto para estabelecer um contato direto na compra e venda da mercadoria.

Outro relato da mesma trabalhadora aponta para o estranhamento de outra cliente ao se deparar com uma pessoa negra exercendo posto de gerenciamento:

Dandara dos Palmares: Mas, teve outras pessoas que passou, inclusive, um dos meus gerentes também passou por essa situação no caixa, eu estava até no dia, o produto estava com algum valor errado, algo assim. Ela chegou, começou a reclamar, disse que queria falar com o gerente, aí ele falou com ela “pode falar, pode falar comigo”, aí ela “e você é gerente?”, tipo, por causa da cor dele né? Porque ele é negro. Então ainda falou “um negro sendo gerente”, coisa e tal, falou na cara dele, na frente da gente também. Aí, situações assim que já aconteceu. Frequente.

Certamente, a herança colonial do Brasil escravista unida aos mecanismos racistas contemporâneos – expressos nas condições materiais de vida da população negra brasileira e imaginariamente na posição que lhe é atribuída na sociedade – está marcadamente presente na experiência particular dos(as) trabalhadores(as) do comércio em SAJ. Entre todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho como mercadorias para o capitalista comercial, sua maioria negra parece ter “um defeito de cor” que autoriza, não bastasse a exploração patronal, as mais diversas humilhações.

Tereza de Benguela: (...) os clientes tratam a gente com muita falta de educação, são mal educado. Às vezes, é o caso mesmo de eu tá embalando e o cliente jogar saco na minha cara; já fui discriminada... Eu sofri muito preconceito pela minha cor...

Luís Sanim: (...) eu fui diretamente vítima de racismo explícito, na frente de várias pessoas. Um dos clientes da casa de show disse que eu era negro e que eu estava lá para servir ele.

Luísa Mahin: O cliente, ele acha que a gente está aqui e a gente é escravo, né?

Zeferina: Quando na pandemia que todo mundo fechou tudo, e a gente teve que ficar só num lugar e ali na hora que estava embalando as compras, ele “ô, seu pretinho, cuidado com isso aí” e tal.

Abdias do Nascimento: Não foi algo assim, tipo, a abertamente falando. Falou que meu cabelo parecia aquelas vassouras de tirar teia de aranha. Foi isso que foi dito. Na hora nem comentei, saí e tal... virei as costas. (...) foi constrangedor.

Tereza de Benguela: Por causa de um pão. Porque eu fui pegar um pão pra minha colega na padaria. Ele chegou e mandou eu abri o saco pra mostrar quantos pães tinha, na frente de um cliente. O cliente chega me olhou com a cara achando que, por eu ser negra, me olhou e... “Então é ladrona”. Eu fui humilhada por causa de um pão!

Quando questionados sobre a possibilidade de denunciar o assédio vivido nas empresas Zeferina e Luísa Mahin relatam negligência e a possibilidade de retaliação em âmbitos diferentes. O primeiro deles, dentro da própria empresa:

Pesquisador: E deixa eu te perguntar, nesses casos em que existe a assédio moral, assédio sexual, abuso de poder, existe algum órgão, alguma instituição dentro da empresa que vocês podem denunciar? **Zeferina:** Não, de modo algum. Porque se eles imaginarem ou sonharem até certos tipo desses comentários, o funcionário se quebra entendeu? Eles não aceitam. Eles abafam o caso (...) abafa o caso para não prejudicar a empresa. Os funcionários, manda embora sempre que está errado. **Pesquisador:** Ah, quando vem de um superior eles abafam? **Zeferina:** Exatamente. Como aconteceu um caso lá da menina que ele assediou pra pegar a menina e tal, lá. A menina foi até o superior, ele tirou ela do setor, botou em outro setor e o cara ele subiu de cargo. **Pesquisador:** Subiu de cargo o cara? **Zeferina:** Subiu de cargo. E ela não voltou, depois pediu pra sair. Ela se demitiu, saiu e ainda perdeu tudo.

A segunda possibilidade de retaliação extrapola as fronteiras organizacionais, estendendo-se por todo o município e fortalecendo o entendimento de alguns trabalhadores de que há uma articulação dos empresários no município com o objetivo de controle do universo comercial.

Luísa Mahin: (...) minha gerente disse que não me suportava. E por isso ela me demitiu. Na época eu não prestei uma queixa porque eu fui induzida por outras pessoas a não fazer isso: “Cidade pequena, você não vai achar outro emprego...”, entendeu? Vai ficar marcada... porque é assim! (...) É isso. Se souber que fui no Ministério do trabalho, eles não contratam, não.

O fato de outras trabalhadoras aconselharem Luísa Mahin a não prestar queixa por medo de retaliação, nos dá indício de que é uma prática empresarial recorrente no município. Trabalhadores(as) que se opõem às transgressões dos direitos trabalhistas e expõem as violências vividas nas empresas passam a ser vistos como fatores de risco e têm suas chances de contratação por outras empresas reduzidas⁴⁸.

Outro comportamento visto como fator de risco para a classe patronal é a vinculação sindical dos seus contratados.

Pesquisador: ... como é a tua relação com o sindicato? **Luísa Mahin:** Eu não tenho muita aproximação com o sindicato. Até porque, se a gente se aproximar, a gente que é trabalhadora, pensa que a gente está levando coisa da empresa. (...) **Pesquisador:** esse hábito das lojas acharem que se o trabalhador está se aproximando do sindicato, está levando coisa da empresa... Qual é o risco que o trabalhador corre se... **Luísa Mahin:** Ser demitido. O risco é esse.

Pesquisador: Como é a tua relação e dos teus colegas com o sindicato dos comerciários? Existe algum vínculo? **Manoel Calafate:** Enquanto trabalhador, não. Nesse sentido não. Não tem porque, de certo ponto, se a gente chegar lá para reclamar, eles vão saber quem é o funcionário, vai chegar no ouvido deles, entendeu? Então, meio que está algo fechado.

Aqaltune: Por incrível que pareça, lá na empresa deve ter mais ou menos uns quinze funcionários. A única que é afiliada ao sindicato do comerciário sou eu. O menino já foi até lá falar com outro, mas isso é aquela coisa, as vezes o pessoal fica com medo. (...) teve até uma época antes de eu ter filho que eu participava. Aquela questão, às vezes fazia reunião antigamente ... Ai eu ia. Eu disse às meninas: Eita, eu tô estampada na foto... Quando for amanhã, as meninas lá na loja vai tudo ver que eu estou logo na frente! Ai teve uma outra, que ficou se escondendo.

Luís Gama: O medo faz a gente ter esse receio de perder o emprego, entendeu? Porque a gente tem outras coisas que pesam.

Unidos, o poder da classe patronal, a possibilidade de perda do emprego e o sentimento de ineficácia do Sindicato dos Comerciários, fragilizam profundamente a aproximação da classe trabalhadora de sua entidade de classe e reduzem as possibilidades de combate às violências vividas no ambiente de trabalho. Como relata o trabalhador Luís Gama:

Eu já ouvi várias vezes falarem isso: “tem várias pessoas lá fora querendo trabalhar no seu lugar”. É super comum ouvir isso no comércio... Porque realmente as pessoas estão necessitando de emprego e aceitam qualquer coisa, submetem a qualquer coisa. (...) eles trabalham um psicológico do funcionário dessa maneira, de que você é só mais um. Que você é número de uma forma bem, bem clara, na realidade. Antes até

⁴⁸ Como nos mostra Quadros (2004), essa é uma dinâmica conhecida há décadas no município. Já entre as décadas de 1950 e 1970, período marcado pelo desemprego, pela quantidade de conflitos entre patrões e trabalhadores e pela morosidade das instituições judiciárias, denúncias contra o patronato reduziam as chances de emprego para os trabalhadores da cidade, pressionando-os ao silêncio e manutenção de um cenário seguro para os abusos empresariais.

era maquiado. Hoje mais não, eles falam mesmo: “Tem várias pessoas querendo estar no seu lugar, eu posso te mandar embora a qualquer momento”.

Esses três ingredientes – poder patronal, desemprego e fragilidade sindical – compõem uma correlação de forças extremamente delicada para a classe trabalhadora. Além dos efeitos da Reforma Trabalhista sobre a estrutura sindical, há ainda uma micropolítica patronal que se desenvolve no cotidiano do comércio de SAJ. Como nos mostram Aqualtune e Antonieta de Barros, há um empenho no dia-a-dia de trabalho orientado para fragilizar ainda mais as condições de luta sindical por garantia de direitos, deixando os trabalhadores descobertos e expostos às violências da acumulação capitalista.

Aqualtune: Eu sou filiada. Inclusive, meu patrão já me perguntou, para que é que eu pago o sindicato? **Pesquisador:** Por que, ele acha que você não deveria? **Aqualtune:** Ele acha que não deve. Ele disse: fica dando dinheiro pra esse povo sem precisão.

Antonieta de Barros: (...) a maioria dos empresários, eles... como é que eu posso? Ficam ali na cabeça das pessoas e fazem com que você não precise daquilo, que você não tem a necessidade, sendo que você tem. (...) Aí, depois de tudo isso, como [o sindicato] perdeu a força, eles não tiveram mais como lutar, acabou que os supermercados ficam aí à vontade para abrir e fechar a hora que quer.

É preciso que se diga que, apesar dos relatos de assédio, racismo e ataque aos sindicatos trazidos acima, alguns(as) entrevistados(as) relataram experiências positivas no comércio. Essa diversidade se dá graças à diversidade de trabalhadoras(es) participantes, empregados em diferentes departamentos das empresas comerciais. Os relatos de assédio, racismo, sobrecarga, etc., estão presentes nas falas de trabalhadoras/es que atuam no “piso da loja” – estoquista, caixa, cozinheira, empacotador, limpeza, vendedor, etc. Trabalhadoras/es que atuam do setor de recursos humanos e secretaria, relataram relações mais amistosas com seus superiores e chegaram a defender abertamente a empresa que trabalham. Maria Felipa, por exemplo, que trabalha numa loja de roupas considerada de luxo, chega a defender os patrões – “a gerência, os patrões são sempre solícitos quando você precisa de alguma coisa. Eles estão sempre dispostos a ajudar” –, e qualifica o salário que ganha (R\$ 1.300,00) como razoável, amenizando as críticas feitas às condições trabalhistas no comércio:

Maria Felipa: Eu vejo muita gente falando... ‘Ah, que trabalho de comércio é isso, que trabalho de comércio é aquilo...’. Mas, pelo menos onde eu trabalho, eu não vejo dessa forma como escravidão; e o ambiente é legal, as pessoas, a clientela também, os patrões e a carga horária de trabalho também não é essas coisas que eu vejo o povo falando. Falando mal.

Os trechos de outros trabalhadores entrevistados reforçam a tese de que a experiência em diferentes setores de trabalho produz diferentes percepções sobre o que é trabalhar no comércio de SAJ:

Zeferina: Eles dão mais importância, tipo assim, a quem trabalha na sala, no ar-condicionado, no computador, aí aquelas pessoas (...) esses setores assim eles chamam quando faz aniversário, eles faz bolo para elas. Quando tem alguma propaganda da empresa, das mulheres, só colocam elas porque estão com as unhas pintadas, os cabelos arrumados e maquiada. Então as pessoas que estão lá com a vassoura ou que estão lá na gordura, na correria, não são chamadas para participar dessas coisas.

Abdias do Nascimento: Velho... O povo às vezes, quando eu falo da empresa onde eu trabalho, acha que eu puxo o saco, essas coisas assim. Mas, não. Eu gosto mesmo de lá. Não tenho o que falar não. **Pesquisador:** Qual é a área que você trabalha? **Abdias do Nascimento:** Administrativo. Lá no setor pessoal. **Pesquisador:** (...) Eu tô perguntando porque isso é importante, porque dependendo do setor que você ocupa, administrativo, de vendas, etc... **Abdias do Nascimento:** Isso! A cobrança pode ser diferente. (...) É totalmente diferente. Eu te falo aqui da área administrativa lá, né? Do local onde eu trabalho, no local onde eu fico o tempo todo. (...) **Pesquisador:** Você acha que, por exemplo, a tua experiência no setor de pessoal é uma experiência diferente, por exemplo, das pessoas que trabalham no depósito? **Abdias do Nascimento:** Eu imagino que sim, eu imagino. (...) Depósito é na saída da cidade. Então, o ritmo que as coisas são ditadas lá pode ser totalmente diferente do que é ditado aqui, lá na empresa onde eu trabalho. Então, eu não posso medir a experiência da galera de lá com a minha aqui, entendeu? É complicado.

Antonieta de Barros: Não, nunca teve não. Pode ter tipo assim, uma desavença ou outra, porque acontece né? São ser humanos diferentes, mas nunca essa questão de, como é a palavra? Abuso, né? Foi isso? Assédio. Mas nunca de assédio, nunca teve lá.

Antonieta, que acima relata não haver assédio na empresa em que trabalha, tem a função de auxiliar de escritório na mesma empresa em que outras três mulheres relataram episódios de racismo, assédio moral e sexual. As vítimas trabalham nos setores de cozinha, caixa e reposição do mercado, fortalecendo a tese de que as violências variam de intensidade e frequência nos diferentes setores de trabalho. O mesmo vale para Abdias, que trabalha no setor administrativo da empresa, diz “não ter o que falar” contra a empresa, mas, noutro trecho, relatou episódio de assédio sexual de um superior contra uma colega que trabalha no setor de vendas.

As diferentes condições trabalhistas que caracterizam os diferentes setores dentro do comércio produzem diferentes percepções e perspectivas sobre o trabalho, diversos níveis de desgaste e geram, portanto, diferentes níveis de satisfação com o emprego, como podemos observar nos trechos abaixo:

Pesquisador: E você que passou por diferentes setores, espaços dentro da empresa, qual que você acha que assim mais desgastante assim? **Antonieta de Barros:** Desgastante em cansaço físico? **Pesquisador:** Do ponto de vista de acúmulo, acúmulo

de trabalho, muita correria, peso, desgastante...? **Antonieta de Barros:** Correria o escritório... Desgaste físico, caixa. (...) o caixa acho que desgasta mais, exige mais você mentalmente e tudo mais, porque ao mesmo tempo que você está atendendo um cliente, você tem que estar muito ligado ao dinheiro. Você tem que estar muito ligado à quantidade de produtos que você está registrando, então você tem que ter um trabalho físico e um trabalho mental mesmo tempo. Eu acho que desgasta mais do que uma reposição. Por mais que você esteja caminhando, esteja em pé ou pegando uma caixa ou outra. Mas eu acredito que você se sinte mais cansada.

Antonieta de Barros: Porque, assim, quando a gente trabalha em um setor que tem, por exemplo, muitas burocracias, tipo papéis e tal, muitos documentos, aí você acaba se estressando mais, quando você tem que lidar com muitas pessoas, aí você acaba necessitando um pouco mais, como é que eu posso dizer, de uma assim, de uma atenção maior, e você acaba ficando um pouco estressado e tal, mas daí com a equipe, você acaba se acostumando, entendeu?

Não obstante o reconhecimento de que as diferenças setoriais produzem melhores condições de sobrevivência para uma pequena parte dos trabalhadores que atuam em funções de planejamento e gestão do trabalho, a grande maioria empregada nos postos de execução – como: caixas, estoquistas, vendedores, reposidores, limpeza, segurança, cozinha, motoristas, etc. – relata, como visto nos exemplos acima, as mais diversas violências e precarizações nas relações e condições trabalhistas. É essa realidade temporalmente exíguas, sobrecarregada, extenuante que justifica falas como a de Luísa Mahin: “Faço qualquer coisa para ajudar meus filhos, porque eu não quero que eles caiam no comércio. Não é por orgulho... É pelo que eu já passei. É testemunho de vida”.

O trabalho no comércio de SAJ – por seus excessos expressos nos assédios, nos episódios de racismo, na vigilância que garante mais intensidade na exploração da força de trabalho, no não pagamento efetivo de horas-extras –, é visto como o que resta quando os planos para uma vida materialmente mais digna não encontram condições de realização. Manoel Calafate e Maria Felipa, por exemplo, possuem, cada um deles, duas graduações e ambos relatam que, por não encontrarem no município oportunidades de emprego em suas áreas, submetem-se ao trabalho no comércio.

Manoel Calafate: A gente tá ali só, como eu te disse, pra servir e pra sobreviver do que a gente tem. Então, não tem meio termo. Ou é comércio ou é comércio, entendeu? E se a gente precisar sair, a gente tem que conhecer alguém para estar dentro daquele lugar, daquele ambiente, pra poder ter pelo menos uma chance, não pelo o que você sabe fazer, sabe? (...) Se eu quiser sair agora do comércio, eu vou viver do que eu vou receber por alguns meses, o seguro desemprego, e depois disso eu vou para onde?

Como dito, não se trata de uma escolha prioritária. Muito pelo contrário, como trazido por Luísa Mahin, há um esforço para que as próximas gerações da família não precisem

trabalhar no comércio para garantir as condições básicas da vida. O trabalhador Luís Gama reforça esse entendimento ao nos dizer que “... todos que a gente vê ali no comércio trabalhando, atendendo e está com um sorriso no rosto, não é porque está se sentindo feliz, né? Porque precisa de estar ali com um sorriso no rosto, porque se ela não estiver assim, provavelmente não vai ter condição de viver”.

5.2.4 Unidade de Análise III – Renda e endividamento

Má distribuição de renda e desigualdade social

A desigualdade material observada na sociabilidade capitalista não é um fenômeno que se possa combater com políticas sociais atenuantes, uma vez que, o abismo social com o qual nos deparamos lhe é estruturante, possuindo diferentes contornos e mediações de acordo com as determinações históricas presentes em cada contexto. Sua existência, portanto, expressa diferentes formas da Questão Social: disparidades nas relações de gênero, de raça; na baixa renda e no acesso precário aos bens e serviços básicos que garantem a vida e o desenvolvimento humano enquanto Ser Social nas sociedades contemporâneas (NETTO, 2001; ARCOVERDE; CHAVES, 2021; IAMAMOTO, 2015; ALMEIDA, 2019; ALVES, 2013).

Na atual fase de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, essas disparidades alcançaram níveis tão altos que, sem muito esforço, podem ser observadas nas assimetrias da vida cotidiana. Se, por exemplo, considerarmos os indicadores de renda – um indicador essencial na regulação capitalista do acesso à direitos, bens e serviços historicamente acumulados pela humanidade –, não tardaremos em perceber os abismos que caracterizam a realidade social.

A análise da desigualdade global ao longo do tempo mostra que desde a revolução industrial há uma tendência de crescimento (BRITO, 2015). Ao analisar um conjunto de 120 países a partir dos parâmetros do Índice de Gini⁴⁹, Milanovic (2013) constatou uma média de desigualdade global de 0,70, entre 1990 e 2010, média que expressa um alto nível de concentração de renda.

⁴⁹ O Índice de Gini é um instrumento criado pelo matemático italiano Conrado Gini, que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo, variando entre zero (situação de igualdade) e um (concentração total de toda a riqueza) (WOLFFENBÜTTEL, 2004). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28

De acordo com os índices de Gini calculados pelo Banco Mundial, os países que apresentaram os maiores níveis de concentração de renda se encontram na África Subsaariana e na América Latina (GODOI, 2022). No caso brasileiro, mesmo após quase quatro décadas da promulgação de uma Constituição marcada pelo compromisso de combate às desigualdades sociais, o país continua ocupando posição entre os 10 mais desiguais do mundo (SANTOS; OLIVEIRA, 2021). Dados da PNAD Contínua de 2018 apontam que o percentual de pessoas em condição de extrema pobreza atingiu a marca de 6,5%, cenário agravado por baixos níveis salariais, acesso restrito a serviços básicos de educação, saúde, transporte público, saneamento básico, entre outros (ARCOVERDE; CHAVES, 2021).

Esse cenário brutal de desigualdade e pauperização das maiorias populares tem estimulado uma crescente nos estudos sobre distribuição de renda no país. Segundo Bonelli e Ramos (1993), as primeiras pesquisas bem fundamentadas sobre o tema datam da década de 1960, estimuladas pela publicação dos dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE. Já naquele período, constatou-se que a renda dos 10% mais ricos equivalia a quase dez vezes mais a renda dos 60% mais pobres do país. Na década seguinte, a situação só se agravou, pois, a apropriação da renda total pelos 10% mais ricos passou de 39,6% para 46,7%, enquanto a apropriação da renda total pelos 60% mais pobres passou de 24,9% para 20,9% (GOTO; BUCHALA; JUNQUEIRA; DEL MONDE, 2000).

Nos anos 1980, conhecida como a “década perdida”, a concentração de renda manteve sua tendência de crescimento, sendo marcada, em 1989, por altos índices inflacionários, tentativas ineficazes de ajuste salarial e um Índice de Gini de 0,636 – fato que rendeu ao Brasil a posição de país mais desigual do mundo (LACERDA, 1994). Os 10% mais ricos se apropriaram de 48,3% da renda total enquanto aos 50% mais pobres restaram apenas 11,2% (HOFFMAN, 1998).

Em 1990, o Plano Real proporcionou certa estabilização nos preços, garantindo melhores condições de consumo para as maiorias populares. No entanto, não foi o suficiente para gerar mudanças significativas na renda dos mais pobres, pois, seus ganhos decorreram da estabilização econômica, não de políticas redistributivas (CHAVES; ARCOVERDE, 2021).

Foi só na primeira década do século XXI que vimos a operacionalização de políticas de redistribuição de renda, apontadas por Azevedo (et al, 2013) como uma das principais responsáveis pela redução de desigualdades não só no Brasil, mas, em diferentes países da América Latina. Os autores estimam que, em média, 21% da queda dos índices de desigualdade na região, entre 2000 e 2010, decorreu da operacionalização de políticas públicas de

transferência, 9% vindos de rendimentos da Previdência Social e 54% da queda da desigualdade na renda. Contudo, esse comportamento se apresentou de forma heterogênea entre os países. No Brasil, por exemplo, mesmo com as melhorias decorrentes da valorização real do salário mínimo e dos programas de transferência de renda, os índices de desigualdade da distribuição de renda ficaram entre os 12 mais altos do mundo, até 2010; e, entre os 15, em 2011, ano em que alcançou seu menor nível de desigualdade desde 1960 (IPEA, 2012a).

Graças à pouca mobilidade observada, há quem minimize a efetividade da valorização salarial como estratégia redistributiva. Embora haja uma correlação histórica entre a valorização do salário mínimo e a distribuição de renda⁵⁰, as simulações realizadas por Santos e Oliveira (2021) apontam que a queda do índice de Gini passa a decrescer quando alcançadas taxas mais elevadas de crescimento do salário mínimo. Essa relação mostra que, em determinado intervalo de tempo, há perda de eficiência da valorização salarial como instrumento de redução das desigualdades.

Para aqueles que têm se dedicado ao estudo e caracterização marxistas da sociabilidade capitalista, não é surpresa a conclusão alcançada pelas autoras. Vimos anteriormente que a desigualdade material é estruturante do MPC, pois, é a partir dela que a classe proprietária dos meios de produção se relaciona exploratória e produtivamente com a classe trabalhadora. Desse modo, não há real interesse na superação das desigualdades via valorização salarial. Pelo contrário, é a manutenção do salário mínimo em níveis mais baixos que garante os altos níveis de lucro na democracia burguesa brasileira.

Ao permitir que a classe trabalhadora restaure diariamente sua força de trabalho através da compra e consumo de mercadorias – isto é, garante tanto a manutenção do estágio de produção (P) do mais-valor, quanto a sua realização no estágio de circulação (M'- D') –, o salário mínimo, certamente, contribui para a estabilização e ampliação do modo de produção capitalista. Mas, em uma sociabilidade que necessita precarizar as condições trabalhistas para reduzir os custos de produção e, assim, ampliar a acumulação, o salário jamais será capaz de garantir a superação das desigualdades. No capitalismo o salário sequer é justo, pois, se assim o fosse, não haveria apropriação de mais-valia: toda a riqueza produzida pelo trabalho iria para aqueles que a produziram.

É considerando o supradito que queremos avançar para, por fim, alcançarmos a realidade vivenciada pelos(as) trabalhadores(as) do comércio de SAJ. Esses que residem em

⁵⁰ De acordo com os dados apresentados pelo IPEADATA, entre 1995 e 2011, o índice de Gini para distribuição de renda domiciliar apresentou uma queda de 11,5% - de 0,6005 para 0,5314 - na proporção que o salário mínimo teve uma valorização real de 90,6% - R\$ 285,94 para R\$545,00 (BRITO, 2015).

um país mundialmente reconhecido por sua histórica concentração de renda, marcados pelas desigualdades no acesso aos serviços públicos essenciais, submetidos à exploração do capitalismo comercial por um salário mínimo que nem sequer garante adequadamente as condições básicas de sobrevivência familiar, que dirá mobilidade social. Trataremos a seguir dessas questões à luz da experiência desses(as) trabalhadores(as).

Salário Mínimo e a precariedade material entre trabalhadores do comércio de SAJ

A Constituição Federal de 1934, em seu artigo 121, alínea b, dispôs que o “salário mínimo deverá ser capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador” (BRASIL, 1934). Considerando essa premissa constitucional e os estudos realizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência, o salário mínimo (SM) foi instituído em 1º de maio de 1940, através do Decreto de Lei nº 2.162, pelo então presidente Getúlio Vargas. Sua instituição não se deu sem a observância da correlação de forças políticas presentes naquele momento. Segundo Wells e Drobny (1982, p.893), uma das interpretações mais adequadas é a de que o SM foi criado como

uma concessão política à classe operária urbana em embrião por parte de uma burguesia industrial politicamente fraca, que procurava aliados para seu novo projeto de industrialização capitalista. Na sua origem, o salário mínimo propunha-se a cobrir os custos mínimos da reprodução fisiológica de um operário masculino solteiro, baseando-se no custo das diferentes regiões (em 1939) de uma dieta de subsistência (generosa pelos padrões contemporâneos da classe operária) que iria absorver 50% do salário mínimo.

Três anos após sua instituição, em 1º de maio de 1943, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo Decreto-Lei nº 5.452, com o objetivo de regular as relações individuais e coletivas de trabalho. Em seu art.76, da CLT define o salário mínimo como sendo

a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (BRASIL, 1943, art.76).

Após 54 anos de sua criação, o pressuposto de que o SM deveria atender às necessidades básicas dos trabalhadores e trabalhadoras foi ratificado na Constituição Federal de 1988, onde lê-se, em seu art. 7º, inciso IV:

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...) [inciso] IV – Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988, art.7º, IV).

Apesar das oscilações no valor do SM desde a sua criação, em 1940, tem-se percebido um crescimento nominal sustentado desde meados da década de 1990 (SABOIA, 2007). Com a política de valorização salarial instituída pela Comissão Quadripartite do Salário Mínimo, em 2005; e, a adoção dos critérios de reajustes anuais baseados na variação do PIB e da inflação registrada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em 2007, o SM tem garantindo, pelo menos, variação nominal⁵¹ (BRITO, 2015).

Mesmo com as diretrizes de valorização aprovadas, segundo nota técnica do DIEESE (2012), o salário mínimo nominal está muito distante de atender ao propósito para o qual supostamente foi criado: atender às necessidades básica do trabalhador e sua família com “moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, previdência social”, etc. (SILVA, 2012).

Fazendo uma comparação percentual apenas a partir da última década do século XX, em 1990 o SM nominal de R\$100,00 representava apenas 13% do SM necessário (R\$763,09) para garantir as condições básicas de sobrevivência de uma família no Brasil; em 2005, o SMN que chegou a R\$300,00, representava 19% do SM necessário (R\$1.607,11); em 2010, o SM nominal que em dezembro atingiu R\$510,00 representava 22% do SM necessário (R\$2.227,53); em 2015, o SM nominal de R\$788,00 representava 22% do SM necessário (R\$3.518,00); e, em 2023, o SM nominal (R\$1.320,00) representa 21% do SM necessário (R\$6.294,00) (DIEESE, 2023). Isto é, o salário mínimo que se tem no Brasil não atende às prerrogativas previstas no texto constitucional que trata dos direitos do trabalhador. Não é uma remuneração capaz de garantir adequadamente a manutenção da vida do trabalhador e de sua família.

Essa incapacidade de suprimento adequado das condições básicas com o salário fica clara tanto nos dados sociodemográficos⁵² apresentados na etapa 1 dessa pesquisa – 85,1% da amostra considera não ter dinheiro suficiente para atender necessidades básicas –, quanto nas

⁵¹ Em termos reais, o salário mínimo cresceu cerca de 128% entre 1995 e 2014 (SABOIA; NETO, 2018). Contudo, de acordo com Brito (2015), ainda assim, seu valor real em 2015 equivalia ao valor real de 1965. Isto é, muda-se o valor nominal, mas, o valor real não sofre grandes alterações.

⁵² 76,7% dos(as) trabalhadores(as) tem renda familiar entre um e dois salários mínimos, o equivalente a uma renda per capita entre R\$417,93 e R\$835,86 – considerada a média de 2,9 pessoas por domicílio.

palavras dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistadas no comércio de SAJ⁵³. Como relata Abdias do Nascimento: “É muita coisa que a gente precisa fazer pra o pouco que a gente ganha, não é?”; ou, ainda, Tereza de Benguela, que, quando perguntada sobre o que mudaria em suas condições de trabalho na empresa: “Eu mudaria a carga horária e também eu mudaria o salário, para aumentar. Porque a gente trabalha muito e recebe muito pouco”.

São diversos os relatos que indicam a pauperização dos comerciários do município. Algumas como Zeferina e Maria Quitéria falam da impossibilidade de comprar coisas básicas com o salário: Zeferina: “Pra comprar uma cama – que a minha quebrou –, uma televisão, essas coisas básicas, que a gente precisa pro dia a dia, não tem”; Quitéria: “Confesso que eu estou há um tempo sem poder comprar nada, entendeu? Levando uma vida bem limitada mesmo”. Outras, como Carolina de Jesus, Dandara dos Palmares, Sueli Carneiro e Manoel Calafate, destacam os malabarismos e planejamentos que fazem para conseguir comprar o que precisam:

Carolina de Jesus: Só para você ter uma noção, eu trabalho nesse trabalho há 8 anos e eu nunca guardei um centavo. Porque não é um salário exorbitante... É um salário mínimo. Então, se você for botar na ponta do lápis hoje, a gente ainda sai devendo. Porque se for botar todas as dívidas mesmo, a gente sai devendo. Pra tu ter noção, eu faço um extra, sendo manicure pra conseguir nem equilibrar, amenizar a situação.

Dandara dos Palmares: (...) tudo que eu compro é através de caixas que a gente faz para estar juntando ou pelo cartão. Mas não sobra um dinheirinho no final do mês para você ir lá e comprar algo assim, não. É mais dinheiro regrado mesmo das contas, de pagar as contas.

Sueli Carneiro: Eu tenho que pagar meu aluguel, eu tenho que pagar minhas contas fixas e aí uma vez no ano eu tenho que comprar um eletrodoméstico, eu tenho que fazer esse jogo. Porque se for comprar tudo, eu vou ficar sem comer ou sem pagar o aluguel. Tem que planejar direitinho, né?

Manoel Calafate: (...) recentemente eu pensei em comprar uma geladeira. Aí eu tive que pedir emprestado para a mãe de uma amiga minha um cartão para poder passar, para poder comprar aquela geladeira... Em 1.000 vezes se fosse necessário para ir pagando. Aí, tipo, agora eu comprei a geladeira. Aí depois que pagar a geladeira, compro uma outra coisa.

Alguns trabalhadores que possuem experiência de trabalho em comércios de outros municípios da região concordam que as condições de trabalho no comércio de SAJ são das mais precárias por eles conhecidas, chegando a desconfiar de que há um acordo de cooperação entre

⁵³ É importante frisar que 49,6% da amostra refere que a sua renda/salário piorou com a pandemia, havendo perda nominal e real no salário; e, 43,3% relataram ter permanecido com a mesma renda/salário após a pandemia, isto é, com o mesmo salário nominal, mas, com perda real em razão da desvalorização monetária.

empresários do município com o objetivo de controlar o mercado de trabalho através da combinação de salários, benefícios, preços, etc.

Maria Quitéria Eu vim de uma cidade grande, né? Vim da capital. E aí, observei que aqui... o mercado de trabalho aqui até que é amplo, vem crescendo muito. Uma cidade que tem o comércio bem desenvolvido, mas é uma cidade que não paga almoço para ninguém – ajuda de custo para almoço, que eu tinha isso quando eu trabalhava na capital. Não dá ajuda de custo para transporte. **Pesquisador:** Então, a tua avaliação, inclusive como pessoa que já trabalhou numa cidade maior e que trabalha aqui hoje, é que o comércio daqui... **Maria Quitéria:** Paga mal demais! (...) Acho que existe um cartel aqui que... Essa junção aí de um empresário com outro que ninguém paga mais nada a ninguém, ninguém dá uma ajuda de transporte e alimentação de nada a ninguém.

Pesquisador: (...) Você acha que de fato é verdade isso? Que aqui o comércio paga menos do que outras cidades? **Tambor Soledade:** Pelo que o povo diz e pela realidade que eu vivo, paga né?

Sueli Carneiro: Eu acho que as pessoas que trabalham no comércio de Santo Antônio de Jesus, no fundo, no fundo, não são pessoas satisfeitas. Em questão dos horários, em questão de salário. Eu acho que aqui... Não sei se é em geral ou se tornou mais um cartel. (...) Eles pagam, em Santo Antônio Jesus, pagam mal demais. Outras cidades que eu já trabalhei, de carteira assinada... Eu morei em Vitória da Conquista durante 10 anos e lá eu tinha meus horários extras, lá eu recebia bem mais do que aqui. Aqui não, aqui paga mal demais mesmo. Eu creio que não é só a empresa aonde eu trabalho, eu acho que é isso que eu falo, que eu acho que se tornou um cartel por conta disso.

Luís Sanim: Se for comparar com Salvador, apesar que o custo de vida é maior, mas tem lugares lá que a mesma função, as mesmas atribuições, eles pagam o dobro do que pagam aqui, né? Tem cargos que, relativamente são pequenos, que aqui em SAJ receberia um salário mínimo e lá o pessoal recebe 2000, 2500, mais auxílio transporte, mais alimentação (...) Existem cargos aqui em Santo Antônio que em qualquer outro lugar a pessoa teria recebendo uns 4.000, 5.000, 6.000 reais... E aqui recebe 2.000... 2.200 na carteira. Ainda tem um desconto, valor líquido ainda cai mais do que isso. Então, essa questão aí realmente aqui em SAJ paga muito mal, muito mal.

Um dos trabalhadores relatou um caso em que, mesmo havendo promoção de cargo, fato que justificaria um aumento salarial compatível com a mudança nas competências, o acréscimo foi insignificante:

Mestre Bimba: Não gostam que peça aumento, não. **Pesquisador:** Mas já teve algum pedido que foi atendido? **Mestre Bimba:** Eu vou dar exemplo de um: Ele era repositor e ele foi promovido a supervisor. Aí, quando foi ver o salário dele, ele pediu aumento. Quando aumentou, aumentou vinte reais. **Pesquisador:** Vinte reais? **Mestre Bimba:** Foi. Vinte reais... Um aumento pra um salário de um supervisor... Não é justo 20 reais.

Os trechos supracitados das entrevistas, por si só, já nos ajudam a pensar que realidade material é essa compartilhada pelos trabalhadores e trabalhadoras do comércio de SAJ. Mas, gostaríamos de insistir um pouco mais na caracterização desse cenário trazendo trechos que dizem de aspectos específicos das condições de vida e trabalho dessa população e, assim,

chegarmos com mais elementos na discussão que propomos sobre desenvolvimento humano enquanto Ser Social.

Os(as) trabalhadores(as) participantes da pesquisa relataram profunda dificuldade em garantir à contento alguns dos elementos preconizados na Constituição de 1988: alimentação, cuidados em saúde, acesso educação formal, lazer e moradia. Quando se trata de alimentação, é recorrente a referência ao consumo do básico. Vejamos alguns trechos:

Maria Felipa: Como hoje em dia a alimentação está muito cara, eu acho que a gente tem que dar prioridade as coisas que são mais básicas e que venham realmente dá uma sustentação, tipo, o arroz e feijão que são essenciais, não pode faltar.

Luís Gama: Rapaz, não. (...) A gente compra o básico para sobreviver. Essa coisa de ter uma vida nutritiva... Não tem como você ter uma vida nutritiva.

Carolina de Jesus: Todo dia a gente chega no mercado, da vontade de comprar e não leva. (...) E aí as pessoas pedem pra você ter uma alimentação saudável. Se você for partir para essa parte, aí que fica mais caro ainda, porque não é barato.

Zeferina: (...) tá tudo muito difícil, o alimento tá muito caro. Você pra fazer uma feira, eu não consigo fazer uma feira como antes. (...) Não dá pra fazer uma feira, a gente tipo assim, acabou carne de sertão, você compra um pedacinho, compra dois chuchus e uma cenoura. Aí você vai empurrando assim, eu até o mês chegar.

Pesquisador: E com alimentação, o salário que você tem hoje te permite se alimentar com frequência e a qualidade que você gostaria? **Esperança Garcia:** Não.
Pesquisador: O que é que você consome hoje? **Esperança Garcia:** O básico, o básico.

Pesquisador: O salário que você ganha te permite se alimentar com a frequência e a diversidade que você gostaria de se alimentar? **Carolina de Jesus:** O básico, o essencial.

Pesquisador: O salário que você ganha te permite se alimentar com a frequência e da forma que você quer, com a variedade que você quer? **Luísa Mahin:** Não. De maneira alguma! Com frequência, mas não da variedade que eu gostaria. **Pesquisador:** Hoje você se alimenta com o quê? **Luísa Mahin:** Com o básico do básico. O básico do básico.

Pesquisador: (...) seu salário permite que a senhora se alimente com a frequência e com a diversidade que a senhora deseja? **Aqaltune:** Não, porque não dá. Eu priorizo mais as coisas de meu filho. Quando vou para o mercado mesmo, vou para comprar o lanche dele, as frutinhas dele que ele gosta. Aí, se faltar alguma coisa, já providencio para poder... mesmo que eu não tenha dinheiro, providencio tomar emprestado na mão de alguém para não deixar nada dele em falta.

No que diz respeito aos gastos com cuidados em saúde, todos os participantes relataram dificuldades em acessar serviços privados⁵⁴ de saúde em eventuais casos de emergência:

⁵⁴ 92% dos trabalhadores relataram não possuir plano de saúde.

Pesquisador: O salário que você ganha hoje te permite pagar um plano de saúde?
Luísa Mahin: Não! Misericórdia... É meu sonho! Mas, nem a empresa oferece, nem o salário que eu ganho tem como. **Pesquisador:** Se você tirar do teu salário para pagar o plano o que acontece? **Luísa Mahin:** Morro de fome. Fora de cogitação.

Manoel Calafate: Recentemente, eu estou percebendo estou com um princípio de pré-depressão. Eu não tenho dinheiro para ir para um clínico geral ou, então, para um psiquiatra para poder me consultar para ver e questões de medicação e continuar me consultando com um psicólogo no dia a dia.

Beatriz Nascimento: Plano de saúde? Qui... não tem nem como. Quando a gente somar e dividir, quando a gente vai pagando as coisas... já fica já no zero. (...) Porque quando eu pago um biquinho, um negocinho, tiro o dinheiro pro cartão... Aí não tem como tirar o dinheiro para pagar um plano de saúde, não tem.

Pesquisador: (...) a senhora tem plano de saúde? **Aqaltune:** Não tenho. **Pesquisador:** Então, o teu salário, hoje não te permite... **Aqaltune:** Eu pagar um plano de saúde, porque eu não tenho condição nenhuma por conta justamente do que eu ganho, ter um [filho] pequeno também que, mexe e vira, é medicamento. A gente pega 2 coisinhas é 300 reais...

Ao tratarmos das condições de moradia, o cenário não se altera muito. A relação entre renda e moradia aponta para a escassez e facilmente caberia naquilo que diz o trabalhador Luís Gama: “Você sempre vive no limite. O trabalhador do comércio, de modo geral, vive no limite, na realidade”. A trabalhadora Aquatune, após 19 anos (1994-2023) trabalhando para os mesmos dos patrões, só conseguiu a casa própria graças ao programa de moradia do Governo Federal, Minha Casa, Minha Vida:

Zeferina: (...) aí saiu a proposta do minha casa minha vida. Aí uma colega minha disse: “Oh, tem umas casa aí para sair agora no Cajueiro” – eu morava no centro. Tu quer? Porque a gente vai e te inscreve também?”. Eu disse, quero! Ela disse: “agora é mais distante...”. Eu disse: não tem problema. A distância para mim não vai dizer nada. O importante é ter minha casa própria. (...) Isso foi em agosto de 1900 e... não, 2013. 22/08/2013. Aí eu fui contemplada, fui para minha casa própria e eu amo morar aqui.

Destacamos abaixo alguns trechos representativos das limitações gerais expressas nas entrevistas.

Luísa Mahin: O trabalho no comércio é aquele trabalho no qual você se sente obrigado, infelizmente, a trabalhar para receber, entendeu? Você se priva de sonhos. Você se priva de uma alimentação saudável. Você se priva de ter um bem... Não tem um trabalhador para ele ter hoje uma casa, um trabalhador do comércio. Isso é muito sacrifício. **Pesquisador:** Ter uma casa própria? **Luísa Mahin:** Uma casa própria. E alugada também! Pra ter uma alugada, para se manter, é difícil demais. Uma moto, um transporte, é muito difícil.

Luís Gama: Eu moro de aluguel. Eu pago um valor que é quase metade do meu salário.

Pesquisador: O teu salário te permite pagar certinho o aluguel? **Carolina de Jesus:** Pago apertado, mas pago. **Pesquisador:** Com esse salário você consegue fazer melhorias na casa ou comprar eletrodomésticos? **Carolina de Jesus:** Não. Esquece. **Pesquisador:** Se você faz isso... **Carolina de Jesus:** Alguma coisa vai faltar. Ou vai ficar faltando na comida ou vai ficar faltando aluguel ou na educação das meninas.

Luís Gama: O salário é 1.000 e fraçãozinha... Como é que você vai comprar um geladeira? Até quando tu vai ficar pagando uma geladeira? Uma TV? São várias coisas... Fogão... Eu moro só hoje e eu só consigo morar só porque eu tive ajuda. (...) E quem não tem nem isso, esse amparo? Quem não tem pai ou não tem mãe?

Zeferina: Minha casa, eu comprei o terreno, antes da Madalena. E eu só fiz um vão grande e um banheiro, cobri de eternite. E por conta dessa casa, meu nome foi pro SPC. **Pesquisador:** Por conta da dívida do material dessa casa? **Zeferina:** Exatamente. Que eu morava de aluguel. Então, com o filho e tal, aí embolou tudo. Eu não dormia de noite preocupada. Eu falei, deixa pra lá. E aí meu nome no SPC tá por causa disso: comprei material, comprei um bocado de coisa pra fazer e a casa não terminou.

Outra esfera na qual a limitação salarial produz efeito direto é a do lazer. Esse que parece um tema menor, mas, que está diretamente associado ao debate sobre tempo livre no capitalismo e a possibilidade de maior qualidade de vida. O uso do tempo – como visto da discussão sobre jornada de trabalho – é essencial no trabalho capitalista, pois, sua regulação garante maiores ou menores níveis de apropriação de mais-valia. Não à toa a força do ditado “tempo é dinheiro”. Se resta pouco tempo para o lazer, para o descanso, é porque ele tem sido majoritariamente consumido pelo seguimento patronal, pelo empregador. E a falta de tempo associada à falta de dinheiro para o lazer, agrava o cenário.

As/os trabalhadoras/os entrevistadas/os deixaram claro que as possibilidades de lazer e acesso a espaços de divulgação cultural se encontram limitadas tanto pelo pouco poder aquisitivo quanto pelo tempo limitado que possuem. No cenário de baixa renda em que se encontram, a prioridade tem sido garantir “o básico do básico” e, caso sobre tempo e dinheiro, as atividades de lazer podem entrar no planejamento dos dias.

Quando perguntada sobre a relação renda-lazer, a trabalhadora Dandara dos Palmares foi muito precisa: **Pesquisador:** “E o salário que você ganha, ele te permite gastar com acesso a lazer, ir para festas? **Dandara:** Não, é mais mesmo para pagar as contas mesmo”. O trabalhador Luís Gama, por sua vez, para além do fator renda, problematiza o aspecto temporal associado à possibilidade de lazer: “(...) você trabalha de segunda a sábado, o domingo é para descansar do de segunda a sábado. Qual o tempo que você tem para dizer assim: agora eu estou relaxando! Você está só descansando o seu corpo e a sua mente um pouquinho, um dia só; um dia e meio... porque o comércio fecha 2h”.

Outros trabalhadores relataram que o lazer costuma estar associado a uma variação no cardápio, a comer algo diferente do “básico”. Vimos acima alguns relatos sobre as dificuldades de consumir alimentos diversificados no cotidiano. Nesse contexto, para parte dos participantes dessa pesquisa, divertir-se significa se permitir ultrapassar modestamente “o básico” da alimentação cotidiana e comer algo diferente do corriqueiro.

Tereza de Benguela: Lazer que eu gasto é pegar em casa uma pizza e comer.

Pesquisador: Quanto a gastos com lazer e cultura, o salário que você tem permite você gastar com lazer, viajar, se divertir? **PSI:** Lazer, assim... o básico. Pedir um lanche diferente, fazer uma receita diferente, sair para um lugar diferente, o básico mesmo.

Tambor Soledade: (...) às vezes também no décimo a gente tira pra dar uma moral pra família, entendeu? Trazer uma alegria para as crianças. Mas lazer, assim, é você ir na praça, que é um lazer, como é que se diz? Normal assim, no dia a dia. Vai na praça comer um lanche e tal, levar a criança num parquinho. Assim, dá para você fazer.

Na fala de Manoel Calafate, além da variação na alimentação diária como lazer, realizar atividade física na academia também aparece como esse espaço de descontração por ser um intervalo na rotina de trabalho e possibilidade de uma outra socialização diária. Mas, não é um espaço economicamente acessível para a maioria das/os trabalhadoras/es do comércio.

Manoel Calafate: O meu lazer é academia agora. Eu voltei para academia. Academia é o lazer, porque a gente pode ver várias pessoas de todos os corpos e afins. Às vezes, no final de semana, eu marco alguma coisa com minha amiga na casa dela. A gente assiste um filme, a gente come algum tipo de comida diferente, entendeu?
Pesquisador: É uma coisa mais em casa, mais privada... Não chega a ser viagem...
Manoel Calafate: Viagem? Ô Deus... Se for viajar, deixa de comer.

Ao falar sobre lazer, Maria Quitéria indica a Igreja como esse outro espaço de quebra na rotina trabalhista e possibilidade de lazer em uma outra dinâmica de socialização. Mas, aquilo que marca essa possibilidade é a sua gratuidade no acesso:

Pesquisador: É um salário que te permite gastar com acesso a espaços de cultura e lazer? **Maria Quitéria:** Só se for algo gratuito, né? Nada que venha a ser pago, não.
Pesquisador (...) qual é o espaço de lazer que você tem no mês? **Maria Quitéria:** O tempo ainda tem um domingo, né? Para ir na igreja mesmo. Acho que nada mais, não. Não dá pra fazer passeio, nada não.

Não há dúvida de que as possibilidades de entretenimento, diversão, da experiência do prazer encontram-se restritas na vida desses trabalhadores e trabalhadoras. Ainda que alternativas sejam encontradas como refrigério para os dias declaradamente desgastantes, essas alternativas parecem estar muito aquém do desejado e pegam carona em atividades que costumam atender a outros fins. É preciso termos claro que, alinhada à lógica geral de exploração capitalista, a experiência da(o) trabalhadora(o) do comércio de SAJ é uma experiência de profundamente capturada pelo trabalho, seja pelo tempo dedicado à jornada de trabalho, seja pela impossibilidade de fruição do tempo livre em virtude do baixo preço pago por sua força de trabalho.

Essa captura se estende também à esfera da educação formal, uma dimensão central quando se trata de pensarmos sobre desenvolvimento humano.

Salário Mínimo e a precariedade imaterial

Quando tratamos, no capítulo 1 (p.16), da perspectiva marxista sobre o indivíduo humano e sua particularidade enquanto ser social, vimos a importância de considerarmos os aspectos universais, particulares e singulares da realidade material no curso do desenvolvimento humano. De acordo com Marx (2017) – munido do materialismo histórico como teoria da história e, portanto, como instrumento lógico de interpretação da realidade – é na relação que o sujeito estabelece com as condições históricas e objetivas de produção e apropriação da realidade material que se dá o desenvolvimento das habilidades e capacidades que o particulariza como humano. Seu aparato biológico, por si só, não garante o desenvolvimento dessas características. Pelo contrário, o indivíduo poderá estar em pleno gozo de todas as suas propriedades morfofisiológicas, mas, distante dos elementos constituintes da vida social, da apropriação das objetivações historicamente acumuladas pela humanidade, sucumbirá.

Partindo desses pressupostos, os processos de apropriação das objetivações culturais assumem um lugar central para o pleno desenvolvimento dos indivíduos. É a apropriação dos saberes e práticas historicamente sistematizados que garante o processo de humanização (SAVIANI, 2003). Atualmente, essa perspectiva de desenvolvimento humano pode ser observada em teses da Pedagogia Histórico-Crítica que condicionam tanto o desenvolvimento social quanto o pleno desenvolvimento do indivíduo à possibilidade de apropriação dos conhecimentos historicamente sistematizados pela humanidade.

Os indivíduos humanos nascem biologicamente pertencentes a sua espécie; no entanto, para tornarmos-nos de fato humanos precisamos nos aproximar de nosso gênero, que é produzido coletivamente e cuja apropriação se dá em âmbito social. Portanto, o gênero humano constitui-se no acúmulo histórico da produção humana coletiva. (...) Os produtos objetivados no processo de apropriação e objetivação podem ser de natureza material ou não material. E, para que o indivíduo possa desenvolver-se de maneira plena, ele deve apropriar-se tanto das riquezas materiais quanto das riquezas não materiais. No caso da educação escolar estamos falando de riquezas não materiais, da transmissão e da apropriação de conhecimentos. Porém, a vida do indivíduo não se limita a apropriação de riquezas não materiais. A base da formação humana é a apropriação das riquezas materiais, pois sem a materialidade a vida humana não existiria. Entendemos que não seria possível haver um desenvolvimento histórico se o ser humano somente se apropriasse de objetos que servissem de instrumentos para a satisfação de necessidades simples e imediatas. Logo, o que possibilita o desenvolvimento histórico é o fato do ser humano apropriar-se de um objeto, transformá-lo e inseri-lo em sua prática social. É justamente essa ação que gera, tanto no nível da atividade do gênero humano quanto no nível da consciência dos seres humanos, novas necessidades e novas capacidades (FERREIRA, 2020, p.68-69).

Na Psicologia do século XX, foi Vigotski quem defendeu a historicidade do psiquismo e sua articulação aos processos de apropriação dos saberes historicamente acumulados pelo gênero humano. Nas palavras de Leontiev (1978, p.155), foi com Vigotski que

se introduz na psicologia uma nova ideia capital, a tese de que o principal mecanismo do desenvolvimento psíquico no homem é o mecanismo da apropriação das diferentes espécies e formas sociais de atividade, historicamente constituídas. Uma vez que a atividade só pode efetuar-se na sua expressão exterior, admitiu-se que os processos apropriados sob a forma exterior se transformam posteriormente em processos internos, intelectuais.

Segundo Martins (2011), Vigotski fez clara oposição às concepções de desenvolvimento humano como processos puramente endógeno, individualizado e linear. Como já visto nesse trabalho, o autor defende que, é na relação com o mundo que o indivíduo realiza mediações simbólicas para solucionar tarefas psíquicas, exigindo adaptações e, portanto, transformações estruturais no psiquismo. Esses mediadores simbólicos são chamados de signos e seus efeitos rearticulam funções psíquicas e inauguram formas superiores de funcionamento dessas funções (VIGOTSKI, 2001, 1997).

No comportamento do homem surge uma série de dispositivos artificiais dirigidos ao domínio dos próprios processos psíquicos. Com analogia com a técnica, estes dispositivos podem receber com toda justiça a denominação convencional de ferramentas ou instrumentos psicológicos [...] Os instrumentos psicológicos são criações artificiais; estruturalmente são dispositivos sociais e não orgânicos ou individuais; estão dirigidos ao domínio dos processos próprios ou alheios, tanto quanto a técnica o está para o domínio dos processos da natureza (VYGOTSKI, 1997, p. 65).

Ainda que unidas em um funcionamento sistêmico, as funções psíquicas superiores estão compreendidas em dois eixos fundamentais. O primeiro deles, no que diz respeito ao domínio dos meios externos de desenvolvimento cultural e de pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho. O segundo deles diz respeito aos processos de desenvolvimento das funções psíquicas superiores especiais, denominadas pela psicologia tradicional como: atenção voluntária, memória lógica, formação de conceitos etc. (VYGOTSKI, 1995). A diferença crucial entre as “estruturas superiores” em relação às “inferiores” reside na possibilidade de controle sobre as reações naturais a partir do uso de recursos simbólicos e culturais, os signos.

Por exemplo, se, por um lado, em estado natural percebemos reações atencionais involuntárias, mobilizadas pelas propriedades dos objetos, por outro, a necessidade de atendimento das demandas sociais exige reações atencionais voluntárias, conscientemente estabelecidas. Ao controlarmos a atenção para darmos conta da dinâmica da vida em sociedade, nos distanciamos de um funcionamento meramente orgânico, tornando a atenção um instrumento de sobrevivência. O mesmo podemos pensar sobre a memória involuntária, que decorre da interação imediata com a realidade, mas, que não conta com estratégias de memorização; e, a memória voluntária, que resulta de um esforço consciente e que conta com recursos simbólicos para auxiliar na recordação das experiências. Há um uso lógico e proposital da memória que viabiliza o atendimento de demandas da vida em sociedade (VYGOTSKY; LÚRIA, 1996; SMIRNOV et al., 1960; VYGOTSKY, 1997).

Ocorre que é na idade escolar que, graças aos processos de escolarização, se dão as transformações capazes de viabilizar o desenvolvimento dessas funções superiores. De acordo com Martins (2011, p.234-236),

As exigências fundamentais de observação, a atividade dirigida com vista à consecução de dado objetivo, a apreensão sistemática e detalhada de objetos e fenômenos, a comparação, generalização, abstração são alguns dos aspectos que estimulados nesse percurso. (...) A natureza da atividade escolar promove modificações na organização de todo esse processo, convertendo-o em premissa e ao mesmo tempo resultado da aprendizagem. Tais modificações unem-se ao desenvolvimento do pensamento, de quem depende o incremento da memória lógica e o aumento da eficácia de toda memorização. Igualmente, essa complexificação mnêmica sofre decisiva influência do desenvolvimento da linguagem, graças a qual ampliam-se as conexões interfuncionais e o grau de sistematização com o qual operam.

Sendo assim, a aprendizagem escolar constitui um elemento de suma importância para o desenvolvimento das funções superiores que viabilizam a vida no atual estágio das forças produtivas. Ainda que não se dê em detrimento dos saberes espontâneos, é a aprendizagem dos saberes científicos sistematizados que permite tanto a superação da superficialidade da realidade imediata quanto o domínio das ferramentas físicas e simbólicas que nos afastam das barreiras naturais, isto é, que nos fazem seres sociais (VIGOTSKI, 2001). À educação formal (básica e superior) cabe, portanto, “de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (SAVIANI, 2003, p. 13).

De acordo com Saviani (2020, p.25-28), o conjunto básico ofertado nesse processo deve incluir:

(...) a linguagem escrita e a matemática, já incorporadas na vida da sociedade atual; as ciências da natureza, cujos elementos básicos relativos ao conhecimento das leis que regem a natureza são necessários para se compreender as transformações operadas pela ação do homem sobre o meio ambiente; e as ciências da sociedade, pelas quais se pode compreender as relações entre os homens, as formas como eles se organizam, as instituições que criam e as regras de convivência que estabelecem, com a consequente definição de direitos e deveres. O último componente (ciências da sociedade) corresponde, na atual estrutura, aos conteúdos de história e geografia. Eis aí como se configura o currículo da escola elementar, complementado pela educação artística e educação física. (...) Da escola média passar-se-á à educação superior na qual, além do ensino superior destinado a formar cientistas e as diversas modalidades de profissionais de nível universitário, formula-se a exigência da organização da cultura superior com o objetivo de possibilitar, por meio de eventos abertos a toda a população, a difusão e discussão dos grandes problemas que afetam o homem contemporâneo.

Contudo, é preciso o entendimento de que esses processos de apropriação dos acúmulos sistematizados e viabilizados pelo processo de escolarização estão submetidos a forças objetivas que constituem a sociedade de classes. Embora os saberes que nos constituem seres sociais devam ser igualmente disponibilizados a cada geração para que a humanidade possa se desenvolver enquanto gênero, uma sociedade de classes possui diferentes condições de acesso à escolarização e ao desenvolvimento humano. E a classe trabalhadora empregada no comércio de SAJ vive uma experiência de dificuldade no acesso e continuidade do seu processo de formação, avolumando-se no nível médio de ensino⁵⁵ (73,9%).

⁵⁵ Como visto no panorama geral apresentado acima, 13,8% dos trabalhadores estudaram até a conclusão do ensino fundamental, 73,9% concluíram o ensino médio e apenas 6% deles possuem ensino superior completo.

Vejamos abaixo alguns trechos das entrevistas que indicam a existência de uma relação direta entre a baixa renda a possibilidade de desenvolvimento nos estágios da educação formal. Quando questionada sobre a possibilidade de fazer um curso técnico ou ingressar no curso superior, a trabalhadora Zeferina nos diz:

Não consigo. Eu não consigo, porque eu já tenho um gasto fixo: eu tenho gás, eu tenho energia, tenho supermercado, que mais? Aí tem a alimentação de meu filho, (...) pago transporte escolar pra pegar ele na escola e aí já tem umas despesas fixas que eu não consigo sobrar nada para que eu venha fazer um curso por fora, para estar pagando. Ainda tem também a pessoa que eu pago para poder olhar. **Pesquisador:** Pra cuidar dele enquanto a senhora trabalha? **Zeferina:** Justamente.

Outras trabalhadoras também relatam dificuldade de arcar com serviços privados de educação superior⁵⁶.

Pesquisador: O salário que você ganha você acha que você consegue investir na tua formação, por exemplo, fazer faculdade, comprar livros? **Dandara dos Palmares:** Não. Não, não dá porque praticamente é para o sustento de dentro de casa, para pagar as contas.

Pesquisador: O salário que você ganha hoje ele te permite investir em formação pessoal? **Tambor Soledade:** Rapaz, não. **Pesquisador:** Mas você deseja? **Tambor Soledade:** Desejo bastante, entendeu? Mas no momento, ainda não. (...) Eu queria fazer uma faculdade, está entendendo? Uma faculdade e vários outros cursos ainda que eu não fiz ainda também.

Pesquisador: (...) com o salário que você tem agora, você consegue investir em formação pessoal, educação formal? **Lélia González:** Eu tento. (...) Inclusive, mês que vem eu estou com a dívida altíssima por causa disso, porque eu tive que tirar algum dinheiro que eu não podia tirar. Eu tive que tirar o dinheiro de uma coisa que eu não podia para pagar o curso.

Pesquisador: Você já pensou em alguma vez na vida em fazer faculdade, fazer algum curso técnico, fazer um curso de formação profissional? **Maria Quitéria:** Sim, mas com o salário não dá para manter isso não... Não existe possibilidade nenhuma de manter, não.

Pesquisador: Com o salário que você ganha, você consegue investir em formação pessoal? **Luísa Mahin:** Nunca... Não. (...) Só que eu não consegui porque esse curso que eu quero fazer custa apenas 300 reais. Mas eu não posso tirar, entendeu? A gente fica limitado a ficar nesse comércio, infelizmente.

Ao considerar as dificuldades financeiras para acessar o ensino superior, Luís Gama destaca a importância de políticas governamentais como o PROUNI e o FIES no acesso.

⁵⁶ Apesar de SAJ ser uma cidade universitária – conta com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Instituto Federal da Bahia (IFBA) e diferentes empresas privadas de Educação –, o setor privado é o que oferta a maior quantidade de cursos com funcionamento noturno, única possibilidade para trabalhadores e trabalhadoras que passam os turnos matutino e vespertino cumprindo sua jornada de trabalho.

Luís Gama: Acho que se não existisse PROUNI, não existisse FIES, não existem esses meios para a gente fazer uma faculdade, ia ficar muito mais distante. (...) como é que vai pagar 1000 reais de uma faculdade? Eu hoje faço faculdade de direito. Eu hoje tenho o PROUNI, entendeu? Consigo fazer. Então, assim, eu tenho um meio de conseguir. (...) tem pessoas que não têm condição mesmo, nenhuma... E querem fazer alguma coisa diferente, mas...

Mas, há casos em que, mesmo quando contemplado com bolsa de estudo, a/o trabalhadora/or não consegue manter. Esse é o caso de Luís Sanim: “Eu parei no sexto semestre de administração. Eu fazia através do PROUNI, tinha meia bolsa. Uma bolsa de 50%, no caso. Mas, eu interrompi porque eu não estava tendo condições realmente de pagar a outra parte da faculdade”.

A educação formal é vista como um dos caminhos para, a médio-longo prazo, sair da condição de trabalhadora/or do comércio. Contudo, a própria dinâmica de trabalho no comércio (jornada de trabalho, salário, sobrecarga física e psicológica, etc., inviabiliza o acesso a esse caminho. Trabalhar no comércio de SAJ restringe as possibilidades de escolarização da classe trabalhadora, que se vê num circuito precarizado de trabalhar muito para sobreviver com o básico, sem perspectiva de melhoria de vida. Conhecendo essa dinâmica por dentro, Luísa Mahin diz que costuma aconselhar as novas gerações a dedicarem-se aos estudos e escaparem da vida precarizada de comerciário:

Luísa Mahin: Aqui as meninas chegam novas, estudantes... Eu digo: vai estudar. Procure estudar, não foquem nisso aqui. Porque eu sei o que é isso... Você querer estudar e não poder. Você sabe o que é você querer estudar, fazer um curso e você não poder? Você chegar em casa acabada, cansada? Não tem ânimo pra fazer nada. Quem é que faz isso? O trabalho exaustivo... É muito exaustivo. Eu faço o que eu gosto, não vou te mentir, eu faço o que eu gosto. Mas é muito exaustivo, é muito cansativo.

Considerando o pressuposto que tem nos sustentado nesse estudo, o de que “para que o indivíduo possa desenvolver-se de maneira plena, ele deve apropriar-se tanto das riquezas materiais quanto das riquezas não materiais” (FERREIRA, 2020, p.68-69), as falas dos trabalhadores e das trabalhadoras do comércio de SAJ nos dão elementos que favorecem o entendimento de que suas possibilidades de pleno desenvolvimento humano se encontram restritas. Considerando os relatos de restrições nos aspectos materiais básicos – como, alimentação, cuidados em saúde, moradia – e as restrições em aspectos imateriais – como, a limitada possibilidade de apropriação dos saberes historicamente sistematizados pela humanidade –, é possível afirmarmos que as condições de vida e trabalho dos(as)

trabalhadores(as) do comércio de SAJ têm um impacto substancial sobre suas possibilidades de desenvolvimento enquanto seres sociais.

Diante dessa precariedade, a única alternativa apresentada pelo capitalismo é aquela que pode lhe garantir maiores níveis de acumulação: o endividamento sistêmico da classe trabalhadora. Vejamos adiante como esse recurso atualmente estruturante do MPC se expande e marca a experiência dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio de SAJ.

Endividamento e precarização da vida

Segundo Teixeira (2020), o endividamento constitui uma das formas mais antigas de dominação social, implicando sempre uma relação de dominação e subordinação entre classes sociais. Essa forma histórica de dominação tem assumido diferentes contornos com o passar dos anos e, nas décadas mais recentes do século XXI, com o avanço acelerado das forças produtivas, sua configuração tem se dado através da expansão do sistema financeiro nas mais diversas esferas da vida cotidiana. Esse fenômeno tem sido conhecido por financeirização da vida (RODRIGUEZ, 2020a).

A financeirização é uma das mais recentes formas de expansão da acumulação capitalista e tem se desenvolvido tanto através das dívidas públicas dos Estados (RODRIGUEZ, 2020b) quanto dos mecanismos praticados por instituições e elites financeiras, capazes de multiplicar em larga escala a produção de valor. Uma das suas rotas mais lucrativas está em, frente as condições precárias de vida das maiorias populares, ofertar o endividamento com altos juros como saída para garantir a sobrevivência (RODRIGUEZ, 2020a).

Um dos grandes colaboradores desse processo é a implementação de políticas liberais de privatização dos serviços públicos essenciais. A execução de políticas de privatizantes obriga a classe trabalhadora a ampliar suas jornadas de trabalho – aumentando as taxas de mais-valia apropriada pelo capitalista – e a endividar-se para suprir carências decorrentes da minimização da oferta de serviços públicos pelo Estado (RODRIGUEZ, 2020a).

Nesse sentido, o Estado burguês é uma peça fundamental para a dinâmica de financeirização da vida, tanto forçando a classe trabalhadora a gerenciar seu empobrecimento via endividamento, quanto forçando uma bancarização dos setores populares através de políticas de inclusão financeira (CAVALLERO; GAGO, 2020).

Na particularidade brasileira, o Estado teve um papel fundamental na bancarização, condicionando a ela a execução de políticas sociais de distribuição de renda. Nos anos do

Governo Lula e Dilma (Partido dos Trabalhadores), houve uma intensa intervenção do Estado na promoção e ampliação de serviços financeiros afim de viabilizar sua estratégia social-desenvolvimentista de acesso à cidadania pelo consumo (RODRIGUEZ, 2020b). Segundo Lavinás (2015, apud RODRIGUEZ, 2020b), o efeito positivo desse vínculo foi a massificação do acesso à bens de consumo duráveis⁵⁷, fazendo das famílias o grande vetor de crescimento econômico da época. Por outro lado, percebeu-se um grande endividamento dos setores mais vulneráveis da classe trabalhadora, entre os quais estão incluídos os trabalhadores e trabalhadoras do comércio de SAJ⁵⁸:

Zeferina: Meu nome tá no SPC. Aí eu tô negociando a dívida agora pra pagar, já paguei uma prestação, amanhã eu vou pagar outra. Dividi em três vezes. Pra poder conseguir limpar, mas só consigo limpar meu nome.

Desde então, o uso do crédito ou empréstimos como estratégia para o consumo tem se tornado um problema crescente, pois, em um cenário marcado pela má distribuição de renda e desigualdades abissais, essa estratégia tem se orientado mesmo para o atendimento de necessidades básicas, como a compra de comida, pagamento de contas de energia, água, gás e outros itens cujo acesso vem sendo dificultado pelos processos inflacionários e de desvalorização real do salário (RODRIGUEZ, 2020a). O uso do crédito no atendimento de necessidades básicas é relatado por diferentes trabalhadores(as) participantes da pesquisa. Entre elas:

Pesquisador: O cartão de crédito é um recurso que você utiliza muito? **Carolina de Jesus:** É. **Pesquisador:** Geralmente você usa o cartão de crédito para quê? **Carolina de Jesus:** Remédio, saúde e comida.

Beatriz Nascimento: Eu deixo o cartão mais assim, pra uma necessidade. Por exemplo, se for uma gasolina, se for uma medicação, alguma coisa de emergência; se você acabar uma comida em casa, assim, uma carne... uma coisa assim, de grande necessidade.

Pesquisador: E aí, você usa então o cartão de crédito para coisas urgentes assim, não é? **Zeferina:** Exatamente. Aí, no final do mês, quando você vê... Às vezes você parcela o cartão para poder conseguir pagar as coisas. E vai empurrando com a barriga.

⁵⁷ Exemplo de acesso a esses bens se encontra nos dados sociodemográficos levantados nessa pesquisa: 33,2% (Tabela 3) da amostra se movimenta pela cidade com motocicletas próprias, 62,2% dos financiamentos declarados correspondem foram realizados para obtenção de carro/moto – realidade reforçada pela ineficiência do transporte público municipal (em uma escala de 0 a 10, a média de satisfação é de 1,6).

⁵⁸ 64,4% da amostra refere ter dívida no cartão de crédito; 95,5% refere se preocupar constantemente com o pagamento de dívidas.

Em 2019, 63 milhões de consumidores (40% da população adulta) possuíam dívidas atrasadas com empresas de fornecimento de energia, gás, telefonia, etc. (SARNO, 2020). Segundo (RODRIGUEZ, 2020b), em 2020, 63,8 milhões de brasileiros encontravam-se inadimplentes em alguma modalidade de crédito ofertado por bancos. E, frente a impossibilidade de sanar com as dívidas assumidas com o baixo rendimento salarial, acumulam dívidas, gerando uma bola de neve que só precariza ainda mais suas condições de vida:

Tambor Soledade: – (...) você recebe uma quantia e aí você tem que pagar o cartão, mas não tem como pegar outras coisas em dinheiro. Aí você já vai usar o cartão novamente para suprir aquelas necessidades.

Carolina de Jesus: Eu já passei a situação de zerar o dinheiro todo que eu tinha. No caso, o salário ser aquilo ali e eu pagar a fatura, o aluguel e acabou o dinheiro. **Pesquisador:** E aí, o que que faz? **Carolina de Jesus:** Milagre. Fica triste esperando, o outro mês chegar. (...) Usa o cartão de novo porque a fatura tá limpa. **Pesquisador:** Aí passa no mesmo crédito. **Carolina de Jesus:** Crédito, exatamente.

Pesquisador: Já passou por algum momento de virar uma bola de neve? (...) **Tambor Soledade:** Já. Já chegou a dividir a fatura do cartão para liberar limite para comprar o que está necessitando. Já virou uma bola de neve, não: um redemoinho.

Uma das modalidades mais utilizadas é o cartão de crédito, um recurso muito utilizado também na experiência das/os trabalhadoras/es do comércio de SAJ:

Luísa Mahin: Eu tenho um cartão que, eu digo: abaixo de Deus, ele é meu tudo! Eu deixo de fazer qualquer coisa pra pagar o meu cartão. (...) **Pesquisador:** O cartão ele te auxilia só nas questões de saúde ou você usa para outras coisas também? **Luísa Mahin:** Para tudo! Comida, saúde, lazer, tudo eu uso meu cartão.

Beatriz Nascimento: Menino, ultimamente, meu cartão está levando parte do meu salário. **Pesquisador:** Uns 50%? **Beatriz Nascimento:** Exato, é isso mesmo. Até mais, uns 60%. O salário fica para o cartão. Porque, olha, a gente recebe o dinheiro, paga o cartão, o dinheiro fica pouco, a gente tem que reutilizar o cartão novamente, né?

Pesquisador: Geralmente a fatura do cartão, por exemplo, consome muito da tua renda mensal? **Luís Sanim:** Uns 25 a 30% da renda.

Segundo dados do Banco Central, no quarto trimestre de 2018, haviam 98,7 milhões de cartões de crédito ativos no Brasil. Seu uso cresceu 14,5% em 2018, atingindo R\$1,55 trilhão em compras, o correspondente a 22,8% do PIB (TEIXEIRA, 2019). Um dos efeitos imediatos do endividamento está na construção das condições objetivas de submissão da classe trabalhadora à precarização do trabalho. Ao vincular o presente à uma obrigação futura de pagamento, trabalhadores e trabalhadoras acabam por se manter em postos de trabalho marcados por sobrecarga, assédio moral e outras violências, para conseguir pagar suas dívidas

(CAVALLERO; GAGO, 2020). Desse modo, se constitui um ciclo no qual a precarização funciona como condição para o endividamento que, uma vez estabelecido, tensiona para que trabalhadores e trabalhadoras se mantenham submetidos às condições precárias de trabalho.

Parte significativa desse público preso ao binômio endividamento-precariedade é constituído por mulheres. Segundo Rodriguez (2020a, 2020b), a centralização majoritária do trabalho reprodutivo sobre as mulheres as põe em posição de enfrentamento direto da precariedade material e, conseqüentemente, de agenciamento dos custos de sobrevivência no cotidiano.

O endividamento feminino é estimulado, inclusive, por políticas governamentais como a implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a partir de 2008. Com o objetivo “inclusão e educação financeira”, o Governo estimulou a bancarização dos beneficiados pelo Bolsa Família – mulheres, em sua maioria – através do pagamento do benefício por conta corrente simplificada, a “Conta Fácil”. Esse estímulo acarretou mais prejuízos do que benefícios, pois, se desdobrou em mais endividamento das mulheres na aquisição de serviços financeiros antes dispensáveis (SARNO, 2020). Medidas como essa aprofundam ainda mais a precarização da vida das mulheres que, segundo o DIEESE (2019), quando comparadas aos homens, já contam com menor participação no mercado de trabalho, menor remuneração média, maior taxa de informalidade no trabalho, mais dificuldade de alcançar a aposentadoria por não terem registro em carteira, etc (TEIXEIRA, 2020).

Tudo o que foi dito acima nos dá condições de entendermos que o endividamento está longe de ser um problema individual. Esse é um fenômeno coletivo, estrutural e que interessa aos processos de acumulação capitalista às custas da degradação material da classe trabalhadora. Enquanto fenômeno que expressa uma dinâmica geral da sociabilidade capitalista, seus efeitos também se expressam na experiência particular dos(as) trabalhadores(as) do comércio de SAJ.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos nos capítulos anteriores que, ao se debruçar sobre as leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista, Marx (2017) lançou os fundamentos para uma ontologia do ser social. Mesmo considerando a singularidade biológica humana, o autor nos mostrou como o seu intercâmbio com a realidade material produz um modo particular de existência, diferenciando-o dos demais seres vivos. Amparado por seu repertório biológico, o indivíduo

interage e se apropria das objetivações produzidas e acumuladas graças ao trabalho humano, desenvolvendo assim as características que o particularizam enquanto ser social (MARX, 2017; MARX; ENGELS, 2008; TEIXEIRA, 1993; ALVES; SILVA, 2012). Todavia, vimos também que as possibilidades de acesso a esses acúmulos não se encontram igualmente abertas para todas as pessoas, sobretudo numa dinâmica social que se estrutura a partir da desigualdade material: a sociabilidade capitalista. As contradições históricas entre capital e trabalho forjam condições desiguais de acesso aos acúmulos históricos da humanidade e criam, assim, diferentes condições para o desenvolvimento humano.

É firmado nesse entendimento que consideramos o desenvolvimento humano como um fenômeno associado não só ao avanço das forças produtivas de uma sociedade, mas, sobretudo, ao modo como seus produtos são distribuídos dentro dessa formação social. Não há como compreendermos as condições de desenvolvimento humano, enquanto ser social, sem considerarmos o modo como as leis gerais de acumulação de capital e a pertença a diferentes classes viabilizam diferentes facilidades e obstáculos para o desenvolvimento humano.

Enquanto traço particular da dimensão universal capitalista, vimos nas três unidades de análise temática que a realidade vivida pelas trabalhadoras e trabalhadores do comércio de SAJ apresenta uma série de obstáculos para o seu desenvolvimento. Grosso modo, vimos que o cenário de vida/trabalho no comércio do município é marcado: 1) pelo controle rigoroso do tempo de vida, pela ampliação da jornada de trabalho sem acréscimo real no salário; gestão flexível da força de trabalho viabilizando maiores níveis de exploração; 2) é marcado também pela sobreposição de violências patriarcais, raciais e pela reificação generalizada das relações humanas, fato que estimula episódios de assédio moral, sexual e racismo, dentro e fora do ambiente de trabalho; e, 3) é um cenário caracterizado por profunda pauperização da classe trabalhadora, por desigualdades no acesso aos serviços públicos essenciais; por uma remuneração que não garante adequadamente as condições básicas de sobrevivência familiar e que, por isso, condena as maiorias populares já precarizadas – sobretudo as mulheres negras – ao endividamento estrutural como condição para garantir a própria sobrevivência.

À guisa de conclusão, queremos desenvolver um pouco mais dessa discussão aprofundando em alguns dos elementos considerados como limitadores do potencial de desenvolvimento humano presentes na realidade santoantoniente enquanto expressão particular da sociabilidade capitalista.

Capitalismo enquanto limitador estrutural do desenvolvimento humano e sua particularidade na periferia do capitalismo mundializado

Antes de alcançarmos a discussão sobre os aspectos limitantes do desenvolvimento humano presentes na já caracterizada realidade santosantense, cabe reforçarmos um entendimento sem o qual a mais dedicada das nossas análises resultaria incompleta. Trata-se de trazermos ao centro do debate a tese de que: **o modo de produção capitalista é um limitador estrutural do desenvolvimento humano**. E, enquanto expressão particular dessa sociabilidade, o comércio em SAJ reproduz tanto suas “leis gerais” quanto seus limitadores.

Ao dizermos “lei gerais”, dentro de uma perspectiva histórico-dialética, não estamos nos referindo a regularidades essenciais e imutáveis como são tratadas as “leis da natureza” – a lei da gravitação universal, as leis de Newton, as leis planetárias de Kepler, as leis dos gases ideais, a termodinâmica, etc. Entendemos que, por ser a realidade material fundamentalmente histórica e dinâmica, suas leis de funcionamento também são históricas e dinâmicas, estando submetidas às mudanças decorrentes das intervenções humanas. Isto é, há uma legalidade histórica cujas regularidades variam como tendências em intervalos históricos. As leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista não existiam no escravismo romano do século V. Mas, onze séculos depois⁵⁹, dadas as condições histórico-concretas para que fossem criadas, passaram a regular a dinâmica social e, desde então, operam a realidade até que sua superação nos leve à outra legalidade histórica.

Nesse ponto, podemos nos questionar: qual lei geral capitalista constitui um limitador estrutural para o desenvolvimento humano? E, ainda, como essa legalidade histórica delimita limitadores para o pleno desenvolvimento das trabalhadoras e trabalhadores do comércio de SAJ?

Não precisamos ir muito longe para compreendermos que a lei geral de acumulação capitalista constitui um limitador estrutural para o desenvolvimento do humano. Ao serem despojados dos meios de produção e precisarem submeter a própria força de trabalho à exploração capitalista, os trabalhadores “livres” passaram a produzir um valor superior àquele que recebem como salário: a mais-valia, também conhecida como trabalho não pago. Quanto mais mais-valia é produzida na exploração dos trabalhadores e apropriada pela burguesia, mais riqueza é acumulada no polo burguês, e, “ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício

⁵⁹ De acordo com Marx (2017), embora os primórdios do capitalismo já possam ser observados em algumas cidades do Mediterrâneo, nos séculos XIV e XV, foi no século XVI que a era capitalista teve início, com a supressão majoritária da servidão e decaimento das cidades soberanas, traços centrais do modo de produção feudal.

do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.” (MARX, 2017, p. 721). A expansão capitalista é diretamente proporcional à expansão da exploração da classe trabalhadora: quanto mais o capital se valoriza, mais explorados são os trabalhadores; e, quanto mais explorados são os trabalhadores, mais o capital se valoriza. A mesma dinâmica produtiva que gera riqueza é a que pauperiza a classe trabalhadora constituindo, portanto, o antagonismo capital-trabalho e o cerne da “questão social”.

[...] no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená do capital. Mas, todos os métodos de produção de mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para desenvolvimento desses métodos. Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar (MARX, 2017, p. 720-21).

Essa é uma das principais contribuições do pensamento marxista na análise que faz do capitalismo: a demonstração de que a miséria material da classe trabalhadora não é um fenômeno acidental que possa ser superado com políticas sociais atenuantes. Mas, que esta é uma condição estruturante do processo de acumulação de capital e que, ao expor a classe trabalhadora a condições existenciais degradantes, limita suas possibilidades de desenvolvimento enquanto ser social.

Tais condições são ainda mais degradantes na periferia do capitalismo mundializado. De acordo com a Teoria Marxista da Dependência (TMD) – devedora dos esforços de autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos –, a relação capital-trabalho nos países que, mesmo após a superação formal das relações coloniais, foram mantidos em posição de subordinação e dependência frente aos países de capitalismo desenvolvido, produz cenários ainda mais precários para a classe trabalhadora.

O papel atribuído às periferias capitalistas de abastecedoras de produtos primários, permite que os países desenvolvidos se dediquem à produção especializada de mercadorias com alta densidade tecnológica. Países como o Brasil, por exemplo, exportam mercadorias primárias

e importam tecnologia especializada, criando condições desiguais de transferência e apropriação de valor. Se, por um lado, essa desigualdade favorece maiores níveis de acumulação de capital nos países imperialistas do centro capitalista, por outro, exige que as burguesias periféricas elaborem medidas que compensem a drenagem de valor que reduz sua acumulação de capital. E a medida que historicamente tem sido operada é a de aprofundamento dos níveis de exploração da classe trabalhadora, fenômeno que Marini (2011) chama de superexploração do trabalho.

De acordo com Almeida (2022, p.473)

A superexploração ocorre quando a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor real. Isso quer dizer, precisamente, que os rendimentos salariais das classes trabalhadoras dos países dependentes são inferiores ao custo de reprodução da própria força de trabalho – o que permite apenas uma reprodução parcial e atrofiada desta. São características da superexploração as jornadas de trabalho excessivamente extensas e intensas, que elevam o valor da força de trabalho justamente por acentuar seu desgaste. Por definição, quanto maior o desgaste da força de trabalho, maior é o seu custo de manutenção. O cerne da superexploração é que os salários dos trabalhadores submetidos a esse mecanismo são, estruturalmente, incapazes de proporcionar a essa reposição plena do desgaste acentuado.

Dessa forma, se observa que, nos países dependentes, o preço da força de trabalho é sempre inferior ao seu valor porque os capitais periféricos compensam suas perdas de valor com uma exploração redobrada da classe trabalhadora que a eles está submetida.

Se nos países de capitalismo central a acumulação capitalista se expande em maior medida via incremento de tecnológico no processo produtivo, nos países de capitalismo dependente a expansão do capital se dá através do rebaixamento sistemático do preço da força de trabalho⁶⁰, gerando cenários ainda mais desiguais, de pobreza, de insegurança alimentar, déficit habitacional, violência, etc. Como nos diz Marini (2017, p. 156), “Trata-se de uma agudização da lei geral da acumulação capitalista, isto é, da absolutização da tendência ao pauperismo”.

Para Konder (2009), a manutenção dos países da periferia capitalista na condição de atraso e miséria pelo capital internacional, mantém a classe trabalhadora desses países em uma condição alienada. Os povos dos países subdesenvolvidos produzem riqueza, mas, é o capital estrangeiro que se apropria da sua produção. Isto é, aliena a classe trabalhadora do produto do seu trabalho, do processo produtivo, da natureza, do gênero humano e outras formas de alienação indicadas por Marx (2004). Como nos diz Konder (2009, p.230),

⁶⁰ Como já exposto nesse trabalho, em 2023, o DIEESE calculou que o salário mínimo necessário para garantir dignamente as condições básicas de sobrevivência da classe trabalhadora brasileira deveria ser de o R\$6.294,00. No entanto, neste ano, o salário mínimo era de R\$1.320,00, apenas 21% do valor ideal (DIEESE, 2023)

Tal como o produto do trabalho do operário na fábrica do capitalista é apropriado pelo capitalista, o produto de um povo que vive em um país subdesenvolvido sofre controle por parte do mercado capitalista internacional e é sangrado por essas empresas monopolistas ou oligopolistas cuja sede se encontra fora do país.

Se a divisão do trabalho cria diferentes expressões da alienação humana, a divisão internacional do trabalho amplia a aplicação da teoria marxista da alienação para pensarmos não só a condição do indivíduo, mas, a condição alienada da classe trabalhadora dos países da periferia capitalista frente aos países dos centros imperialistas (KONDER, 2009).

Não bastasse a superexploração característica dos países da periferia capitalista, o Brasil conta ainda com outros dois elementos que aprofundam a precarização da classe trabalhadora: as especificidades de gênero e de raça. No que diz respeito ao aspecto racial, tanto a bibliografia histórico-sociológica (FERNANDES, 2008a, 2008b; ALVES, 2022; MOURA, 2014; NASCIMENTO, 2016; GOMES; SCHWARCZ, 2018; SCHWARCZ, 2018) quanto os dados estatísticos publicados por institutos (IBGE, 2018; DIEESE, 2023), dão conta de nos mostrar que a integração da população negra na sociedade de classes não se deu de forma similar a integração da população branca. Se a superexploração é uma condição geral para a classe trabalhadora brasileira, ela se aprofunda ainda mais para a população negra ao integrá-la no regime assalariado em postos de trabalho mais precarizados, com maior índice de informalidade, maiores jornadas de trabalho, menor média salarial, e, portanto, maior dificuldade em garantir as condições básicas de sobrevivência.

No que diz respeito à população feminina, temos três camadas que precisam ser consideradas. A primeira consiste nos obstáculos históricos para a sua inserção no mercado de trabalho e, quando inseridas, a comprovada desigualdade salarial, quando comparada à média salarial masculina (PASSOS; GUEDES, 2018). Menores rendimentos implicam menores possibilidades de acessar bens de consumo fundamentais para a garantia de condições dignas de vida. A segunda camada, diz respeito às diferenças ocupacionais e salariais encontradas entre as mulheres brancas e negras, trazendo à superfície a sobreposição dos determinantes de gênero e raça. Quando se trata de renda e acesso aos postos de trabalho, são as mulheres brancas que mais se aproximam do posto mais alto da pirâmide, ocupado por homens brancos. As mulheres negras ocupam os postos mais pauperizados, recebem as piores remunerações (BIROLI, 2018), são as que mais engrossam as fileiras da informalidade e são maioria no exercício do trabalho doméstico mal remunerado (OLIVEIRA, 2021). Por fim, a terceira camada se encontra na sobrecarga de trabalho quando considerado o acúmulo do trabalho reprodutivo.

É nesse cenário de superexploração capitalista do trabalho, aprofundado por aspectos raciais e de gênero, que a realidade comercial de Santo Antônio de Jesus está inscrita. Ele justifica a propaganda de “comércio mais barato da Bahia”, não pelo baixo preço pago pelos consumidores nas mercadorias expostas nas vitrines, mas, pelo baixo preço pago pelos empresários à força de trabalho dos seus contratados. Um cenário que, ao elevar a pauperização da classe trabalhadora a níveis críticos, a expõe a um amplo conjunto de limitadores estruturais das possibilidades de desenvolvimento humano enquanto ser social.

Feitas essas considerações mais amplas sobre limites estruturais para o desenvolvimento humano, finalizaremos esse trabalho destacando a seguir aspectos limitantes presentes na realidade santoanoniense, expressos nas três unidades temáticas discutidas acima.

Limite temporal e desenvolvimento humano alienado

Se nas sociedades antigas o tempo não existia enquanto abstração, figurando como força mitológica que rege a vida dos seres humanos (SILVA, 1996), nas sociedades capitalistas, ele assume o papel central na organização da vida em sociedade, sobretudo como ferramenta disciplinadora do trabalho (THOMPSON, 1998). Para garantir altos níveis de apropriação privada das riquezas coletivamente produzidas, a classe burguesa precisou dominar não apenas os meios de produção, mas, também o tempo de vida do trabalhador (BERNARDO, 1992). Como nos diz Marx (2017, p 337-338), sob os marcos do capital,

(...) é evidente que o trabalhador, durante toda a sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabbatismo – , tudo isso é pura futilidade! Mas, em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo absolutamente exaurido.

O que se observa, como discutido anteriormente nesse trabalho, é uma completa reificação da humanidade, alienada, instrumentalizada e posta a serviço da exploração dos capitalistas comerciais de SAJ. Quanto maior é o tempo de vida regulado e submetido à exploração nas empresas, menor é o tempo que dispõe as trabalhadoras(es) do comércio de SAJ para fruição das conquistas do gênero humano, fundamentais em seu processo de humanização, de desenvolvimento enquanto ser social. Nas palavras de Marx (2011, p.101/663),

Quanto menos tempo a sociedade precisa para produzir trigo, gado etc., tanto mais tempo ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Da mesma maneira que para um indivíduo singular, a universalidade de seu desenvolvimento, de seu prazer e de sua atividade depende da economia de tempo.

Ainda segundo o autor,

(...) O tempo é o campo de crescimento humano. Um homem que não dispõe de qualquer lazer, cuja vida inteira, a não ser por simples interrupções para comer, dormir, etc, fica açambarcado pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina de produzir riquezas para outros, esmagado fisicamente e brutalizado intelectualmente (MARX, 2013, p.89).

Se a quantidade de tempo livre favorece ou reduz as possibilidades de fruição e apropriação dos acúmulos humanos, esse deve ser um aspecto considerado como um limitador estrutural para o desenvolvimento humano e, como visto anteriormente, está amplamente presente na experiência particular dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio de Santo Antônio de Jesus. São recorrentes as manobras realizadas pela classe patronal para que os trabalhadores excedam as 8h de trabalho previstas em lei; assim como, variados os mecanismos de controle orientados para a intensificação de um processo de trabalho marcado por sobrecarga, assédio moral, assédio sexual e racismo.

A falta de tempo para estudar, para garantir convívio com os(as) filhos(as), para acessar itens/espços de cultura e lazer; para se dedicar às relações sexo-afetivas/românticas, para descansar efetivamente, etc., são todos efeitos de uma vida alienada do gênero humano, pois, encontra-se objetificada e consumida na exploração da força de trabalho na realidade particular de SAJ, e que se encontra atrelado à dinâmica geral de funcionamento do modo de produção capitalista.

Limite material e desenvolvimento humano alienado

“Você sempre vive no limite. O trabalhador do comércio, de modo geral, vive no limite, na realidade” (Luís Gama, trabalhador do comércio de SAJ).

Na Unidade de Análise III, onde discutimos sobre renda, endividamento e os limites no acesso aos elementos que compõem as condições materiais básicas de vida – alimentação, saúde, moradia, educação, etc, –, vimos com que dificuldade esses elementos são acessados pelos trabalhadores e trabalhadoras do comércio de SAJ, submetidos a um alto grau de precarização nas condições de vida e trabalho. Parte desse cenário de pauperismo e que reúne diferentes formas de alienação do(a) trabalhador(a) encontra suas razões no fato de o salário mínimo no Brasil estar longe de atender às necessidades básicas da classe trabalhadora (DIEESE, 2023), impactando diretamente em sua capacidade de reprodução digna da vida. Nesse ponto, o país segue a linha dos países da periferia do capitalismo ao remunerar a força de trabalho abaixo do necessário para a reprodução da própria vida (MARINI, 2017).

Vimos também o reconhecimento por parte dos trabalhadores de que a precarização nas condições de trabalho no comércio de SAJ é ainda mais profunda quando comparada à realidade observada em municípios circunvizinhos, fazendo-os desconfiar da existência de um cartel homogeneizador da precariedade local. Conforme relatado em entrevistas, essas diferenças intermunicipais incluem desde as diferenças nas remunerações dos diferentes postos de trabalho, até a maior frequência com que manobras para não pagamento das horas extras são postas em prática, assim como, a frequência de experiências de assédio moral nas relações trabalhistas.

O fato é que, as(os) trabalhadoras(es) do comércio de SAJ, do ponto de vista material, sobrevivem com o “básico do básico”. O acesso à educação formal, visto como possibilidade para escapar desse cenário precário, se apresenta como uma porta fechada para a classe trabalhadora, já que a intensa jornada de trabalho – cujo limite legal é frequentemente extrapolado sem a devida retribuição – inviabiliza o acesso aos processos formativos durante os turnos matutino e vespertino. Durante a noite, exaustas pela sobrecarga no trabalho, não dispõem de energia física e psicológica para dedicar aos estudos – sobretudo as mulheres, pois, além do trabalho nas empresas, ainda dedicam horas do seu dia na realização do trabalho reprodutivo.

Ainda que dispostas, não conseguem arcar com os custos mensais da formação. Como vimos, até mesmo os beneficiários de programas do governo federal – Prouni e FIES – relataram dificuldade financeira em manterem-se no ensino superior. Ou seja, a limitação física, provocada pelo desgaste no trabalho, somada a limitação de tempo, provocada pela dedicação

ao trabalho assalariado e doméstico; e a limitação de renda, decorrente de uma má remuneração no trabalho, são fatores que juntos inviabilizam a possibilidade de progressão nos estudos, mantendo-os mais distantes tanto de melhores condições de trabalho, quanto dos processos de apropriação cultural, fundamentais para seu desenvolvimento enquanto ser social.

É nesse cenário materialmente restrito e marcado por obstáculos que as(os) trabalhadoras(es) do comércio de SAJ – reificados, alienados da natureza transformada pelo trabalho, dos produtos do trabalho, afastados pela exploração capitalista dos acúmulos imateriais do gênero humano – lutam para reproduzir a vida. Considerando o entendimento sobre desenvolvimento humano que tem sustentado esse estudo – o de que o pleno desenvolvimento humano enquanto ser social carece do acesso e apropriação aos bens materiais e imateriais historicamente acumulados pelo gênero humano –, não resta dúvida de que a precarização material presente na vida das trabalhadoras e trabalhadores do comércio de SAJ é um limitador das suas possibilidades de desenvolvimento. A precarização material que marca suas experiências impacta diretamente suas condições de alimentação, moradia, experiência de lazer, acesso a serviços de saúde em situações de urgência, além de empurrá-las para níveis mais profundos de submissão ao capital através do endividamento enquanto estratégia de sobrevivência. Isto é, não viabiliza outra coisa que não um desenvolvimento alienado.

Trabalho reprodutivo e desenvolvimento humano alienado

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta (FEDERICI, 2019, p. 42)

Como vimos nas discussões anteriores, apesar das limitações da produção marxiana, o método materialista-histórico e dialético tem nos permitido realizar diversas análises sobre a experiência social humana, estimulando reposicionamentos naquilo que pensamos sobre as relações de sexo/gênero, raça e classe. Um dos seus efeitos foi a criação da Teoria da Reprodução Social, uma produção que destaca a profunda integração entre a exploração da

força de trabalho na esfera produtiva e sua manutenção na esfera reprodutiva, relação sem a qual a acumulação capitalista não se realiza. Foram as feministas marxistas que, a partir da década de 1970, apontaram para o trabalho reprodutivo, predominantemente realizado pelas mulheres de forma não-remunerada, como historicamente responsável tanto pela regeneração dos indivíduos através de atividades como preparação dos alimentos, manutenção do espaço doméstico limpo, acolhimento afetivo e cuidados psíquicos, etc., quanto responsável pela gestação e cuidados de novos indivíduos destinados ao provimento das cadeias de exploração capitalista (BHATTACHARYA, 2019; FEDERICI, 2017, 2019).

O trabalho reprodutivo organiza de forma distinta a experiência coletiva de homens e mulheres, gerando diferentes percursos de desenvolvimento humano, marcados por diferentes constrangimentos materiais e ideológicos. Segundo Saffioti (2013), em razão da sobrecarga gerada pela centralização dos cuidados reprodutivos e a restrição à renda própria, as mulheres foram submetidas sistêmica e sistematicamente a condições restritas de desenvolvimento enquanto ser social, limitando suas possibilidades às fronteiras domésticas e alienando-as das potencialidades condicionadas às experiências da esfera extra doméstica. Esse cenário, como visto, é ainda mais restrito ao considerarmos as particularidades de vida e trabalho das mulheres negras, historicamente expostas a postos de trabalho ainda mais precários e com menores rendimentos (BIROLI, 2018).

Seja no cenário nacional ou na realidade particular de SAJ, a responsabilização das mulheres pelo trabalho reprodutivo gera prejuízos sobre as suas possibilidades de apropriação dos bens historicamente acumulados pela humanidade favorecendo, portanto, um desenvolvimento humano alienado. Se, em razão da exploração capitalista, os homens da classe trabalhadora possuem um tempo estreito para a fruição da vida e apropriação dos acúmulos históricos tão importantes na constituição do ser social, esse tempo é ainda menor para as mulheres da classe trabalhadora, pois, a exploração capitalista somada a exploração patriarcal consome até mesmo parte daquele tempo reservado para sua regeneração física e psicológica.

Racismo estrutural e desenvolvimento humano alienado

Enquanto sistema orientado para a produção massiva de mercadorias e que se expande na medida que aprofunda os níveis de exploração humana, o capitalismo precisou agenciar diferentes formas de controle do trabalho para consolidar-se como modo de produção hegemônico. A escravização da população negra foi uma das suas mais perversas estratégias

com a finalidade de expandir os níveis de acumulação de capital, viabilizando episódios históricos como a Revolução Industrial e, posteriormente, o avanço para o capitalismo financeiro do século XXI (WILLAMS, 2012; MOURA 2014).

Mesmo com a abolição formal da escravidão e transição para o regime de trabalho assalariado, a população negra egressa da escravidão foi marginalizada das tendências de expansão capitalista e mantida submetida aos mais diversos mecanismos de imobilidade social. Os postos de trabalho mais precarizados do Brasil “livre” – aqueles cujas condições abissais de trabalho viabilizam uma apropriação ainda mais expressiva de mais-valia – são ocupados por homens e mulheres negras (FERNANDES, 2008a, 2008b; PNAD, 2023; DIEESE, 2023).

Em se tratando das(os) trabalhadoras(es) do comércio de SAJ, vimos que os dados locais não se distanciam muito da condição estrutural da população negra na sociabilidade capitalista brasileira. A classe trabalhadora empregada no comércio de SAJ, majoritariamente negra (85%) e feminina (65,7%), é marcada por baixa renda, endividamento, menores níveis de escolaridade e suporte sindical. A compreensão de que a experiência histórica da população negra no capitalismo é uma experiência de restrição no acesso aos bens e serviços garantidores da vida e promovedores do desenvolvimento de potencialidades humanas – isto é, uma experiência de alienação dos produtos do seu trabalho, do processo produtivo, da natureza transformada em mercadorias garantidoras da reprodução da vida, etc. – revela uma dinâmica estrutural que, ao racializar e hierarquizar a existência, constitui um limitante estrutural para o desenvolvimento da população negra. Sua histórica, profunda e requeitada alienação nos processos de trabalho tem lhe dado com saldo histórico um desenvolvimento humano alienado.

Limite sindical e desenvolvimento humano alienado

Como discutido nos tópicos anteriores, a dinâmica produtiva capitalista se orienta para a acumulação privada de riquezas coletivamente produzidas. Os caminhos estratégicos para essa acumulação costumam orientar a classe burguesa para a busca por redução salarial, exploração de matérias primas a baixo custo e incremento tecnológico que otimize a realização do capital.

Nas últimas décadas do século XX, parte dessas estratégias tem ganhado corpo nos esforços colegiados para desregulamentação das leis que limitam a exploração da força de trabalho e a exploração dos recursos naturais; na transferência de empresas estatais e serviços públicos para o setor privado (privatização), condicionando o acesso a bens e serviços básicos

para a sobrevivência humana ao poder de compra; e, na busca por eliminação de barreiras alfandegárias, de modo a permitir que grandes potências capitalistas acessem mais mercados consumidores, recursos naturais e explorem força de trabalho disponíveis além das fronteiras nacionais. A operacionalização dessas estratégias, na proporção que viabiliza a apropriação crescente das riquezas pela classe burguesa, aprofunda os níveis de pauperização da classe trabalhadora.

Nesse cenário de antagonismos entre capital e trabalho, sindicatos e movimentos sociais constituem mecanismos de defesa organizada da classe trabalhadora. Ao se oporem frontalmente aos interesses da classe dominante, constituem uma das estratégias básicas na luta pela sobrevivência, pautando tanto melhores condições de vida e trabalho dentro dos marcos do capitalismo, quanto a superação desse modo de produção que se estrutura sobre/na desigualdade e na exploração humana.

Rossi e Gerab (2009, p.13) definem sindicato como:

(...) organismos sociais, que se destinam à defesa dos interesses econômicos e sociais dos componentes das suas respectivas categorias profissionais, individual ou coletivamente. Esses interesses são os voltados para as melhorias salariais, das condições de trabalho e das condições de vida, em geral.

Enquanto ferramenta de defesa da classe trabalhadora, os sindicatos nasceram lado a lado com o capitalismo industrial e o regime assalariado europeu. Precedido por pequenas lutas organizadas – como as protagonizadas pelos ludistas e cartistas, no final do século XIX –, o sindicalismo surgiu e se fortaleceu a partir dos ideais socialistas, anarquistas e outros esforços libertários que desembocaram em episódios como a Comuna de Paris, de 1871, e, mais tarde, na Revolução Russa, de 1917, ambos em oposição às degradantes condições de vida e trabalho proporcionadas pela exploração capitalista.

No Brasil, a experiência colonial, escravista e predominantemente agrícola retardou o processo de industrialização e emergência do movimento sindical. Só após a proibição do tráfico negreiro e abolição da escravidão que as condições para o trabalho assalariado e industrialização começaram a ser criadas, capturando parte significativa dos investimentos da classe dominante. As experiências iniciais foram fortemente influenciadas pelos acúmulos dos imigrantes socialistas e anarquistas europeus, no fim do século XIX e início do século XX, que traziam um histórico de enfrentamento à exploração patronal europeia e pautavam bandeiras como: jornada de trabalho de oito horas diárias e a regulação específica para os trabalhos feminino e infantil.

Fosse com influência dos ideais socialistas, anarquistas ou católicos, os sindicatos brasileiros sempre foram alvo de cooptação pelo Estado burguês brasileiro. O primeiro grande esforço de controle do movimento sindical foi visto no Governo Vargas, com a criação do Ministério do Trabalho, em 1931, que, entre outras coisas, atrelou o aparelho sindical ao Estado, regulando suas ações e submetendo-o aos limites do direito burguês. Desde então, é possível observarmos diferentes inclinações sindicais, que variam desde posições reformistas que buscam melhorias pontuais e imediatas nas condições de vida e trabalho – o conhecido “sindicalismo de resultados” –, até posições que, mesmo entendendo a importância das conquistas imediatas, estendem suas lutas para além das pautas corporativas e salariais, elegendo a superação do modo de produção capitalista como horizonte. De todo modo, a presença da luta sindical é um instrumento importante tanto na garantia dos direitos já conquistados pela classe trabalhadora, quanto na luta por mais conquistas capazes de garantir melhorias nas condições de vida daqueles que vivem do trabalho.

Após um período favorável de dez anos (2004-2014), a atuação das frentes sindicais brasileiras ganhou um novo convite à intensificação das lutas trabalhistas. As crises econômica e política observada a partir de 2015, somadas às políticas de austeridade e Reforma Trabalhista implementadas pelos Governos Temer e Bolsonaro, impactaram significativamente a tendência de crescimento dos níveis de emprego e formalização, fragilizando profundamente as bases os sindicais (GALVÃO, et Al., 2019). A Reforma foi um dos pontos mais críticos desse processo, ao interferir na capacidade de negociação dos sindicatos, estimulando a criação de comissões locais de representação trabalhista (GALVÃO et al., 2017).

Além dos efeitos citados acima, ao condicionar o imposto sindical à anuência prévia do trabalhador, a Reforma contribuiu para o subfinanciamento sindical, inviabilizando unidades menores ou mesmo provocando reorganizações que lhes garantam continuidade. De acordo com Galvão (et al., 2019), novas tendências são perceptíveis enquanto esforço para garantir a sobrevivência do movimento sindical: o fechamento de sedes, o corte de pessoal, a redução do número de secretarias, a diminuição da infraestrutura ou mudança para estruturas mais baratas, a redução de assessorias; a criação de estruturas compartilhadas entre diferentes entidades, além de processos de unificação/incorporação de entidades sindicais como estratégia para reduzir custos de sobrevivência sindical; tentativas de organização da classe trabalhadora por macrosetor e a aproximação sindical dos/as trabalhadores/as de plataforma digital, informais, autônomos e terceirizados (GALVÃO, et Al., 2019).

O fato é que, o enfraquecimento do movimento sindical, sobretudo em cidades de pequeno-médio porte como Santo Antônio de Jesus, desequilibra ainda mais a correlação de forças entre capita e trabalho, expondo a classe trabalhadora ao aprofundamento da exploração de sua força de trabalho. São nesses cenários que, devido a fragilidade na fiscalização e apoio jurídico sindical, as jornadas de trabalho são estendidas, as horas extras dificilmente pagas, a frequência de assédio moral, sexual e racismo se avolumam sem respostas adequadas, os salários são achatados, etc. Isto é, os aspectos limitantes do desenvolvimento humano discutidos nos tópicos anteriores adquirem dimensões ainda maiores.

O que se pretende chamar a atenção aqui é que, se a sociabilidade capitalista, por seu aspecto alienante, constitui um limitador estrutural do desenvolvimento humano enquanto ser social, a limitação da atuação sindical também figura como um fator que limita as possibilidades de desenvolvimento da classe trabalhadora, pois, sua ausência afrouxa as contenções da exploração capitalista. Por outro lado, a presença de um sindicato forte e garantidor dos direitos trabalhistas constitui um elemento de proteção ao desenvolvimento humano da classe trabalhadora, ao limitar a exploração capitalista, reduzir os efeitos da alienação capitalista e agregar esforços para que as condições de vida e trabalho melhorem gradativamente.

Como apresentado no Estudo 1, apenas 25% das(os) trabalhadoras(es) do comércio de SAJ são sindicalizados. No Estudo 2, os participantes expressaram uma forte descrença na efetividade da unidade sindical local no enfrentamento dos interesses patronais. Estamos certos de que só um estudo mais detido sobre a experiência sindical no município traria luz sobre suas especificidades na relação com a classe trabalhadora. Mas, um cenário onde 75% das(os) trabalhadoras(es) encontram-se sem cobertura sindical sinaliza coisas importantes para o nosso estudo: 1) $\frac{3}{4}$ das(os) trabalhadoras(es) do comércio se encontram completamente expostos à selvageria capitalista, em completo desamparo jurídico diante dos abusos cometidos pela classe patronal; 2) $\frac{1}{4}$ das(os) trabalhadoras(es) que possuem vínculo sindical conta com uma entidade subfinanciada e que, portanto, não consegue garantir combatividade permanente ao grande capital comercial de SAJ. Em diferentes medidas, toda a categoria se encontra vulnerabilizada e exposta ao aprofundamento de uma experiência alienada no trabalho e, portanto, submetida às condições de desenvolvimento humano alienado.

Rumos de desenvolvimento e emancipação humana

Alguns entendimentos e conclusões importantes foram apresentadas nas sessões anteriores. Toda a discussão feita até aqui aponta para um horizonte irreduzível quando o fundamento teórico é o pensamento marxiano: a superação do modo de produção capitalista como condição para uma existência pautada na valorização da vida, e não na exploração humana. Para a classe trabalhadora, esse é um horizonte inalcançável fora da organização e luta de classes. Garantir tempo para fruição da vida, acessar os acúmulos materiais e imateriais produzidos pelo gênero humano, superar a instrumentalização racial e de gênero como propulsores da acumulação de capital, isto é, fazer frente a alienação capitalista que limita o desenvolvimento humano, não acontecerá sem a ruptura com uma sociabilidade que surgiu e se mantém em oposição a esses elementos.

Partindo desse pressuposto, cabe àqueles que se dedicam a pensar a Psicologia do Desenvolvimento Humano avaliar quais compromissos assumirão na construção dessa ciência e profissão: se aqueles compromissos que justificaram a criação da Psicologia como disciplina garantidora dos interesses do capital – e, portanto, garantidora dos obstáculos estruturais para o desenvolvimento humano; ou, se assumirão o compromisso ético-político de pautar a totalidade da existência humana e a construção de um mundo no qual o seu desenvolvimento siga os passos da busca por emancipação humana.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. (2021). **Reformas Trabalhista, da Previdência e Administrativa: a Precarização como Regra**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h63qdzezY8c> . Acesso em: 27 de outubro de 2021.

ADASCALITEI, D.; MORANO, C.P. Drive and Effects of Labour Market Reforms: Evidence from a Novel Policy Compendium. **IZA Journal of Labor Policy**. V.5, n. 15, 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS). **Boletim panorama: saúde suplementar** [recurso eletrônico]. v.2 n. 2, 2º trimestre de 2023. Rio de Janeiro: ANS, 2023.

AGUIRE, C. **Breve historia de la esclavitud em el Perú: uma herida que no deja de sangrar**. Perú: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2005.

ALBUQUERQUE, G.S.C., SILVA, M.J.S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 953-965, 2014.

ALMEIDA, M; BAX, M. Uma visão geral sobre ontologias: pesquisa sobre definições, tipos, aplicações, métodos de avaliação e de construção. **Revista Ciência da Informação**, 32(3), 2003.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Y. F. A lei geral da acumulação capitalista: particularidades a partir da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.14, n.1, p.466-476, abr. 2022. ISSN: 2175-5604

ALVES, L.D. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 212-221, 2022.

ALVES, A.E.S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 2, p. 271-289, maio/ago. 2013.

ALVES, C.C.F. **O trabalho reprodutivo sob o capital: mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado**. Belo Horizonte: Letramento; Temporada, 2021.

ALVES, A.J.L.; SILVA, S. M. O problema da generidade humana no pensamento de Marx: do gênero à sociabilidade. **Princípios: Revista de Filosofia**. Natal (RN), v. 19, n. 31, p. 235-260, 2012.

ALVES, A.J.L. A individualidade moderna nos Grundrisse. **Dissertação de Mestrado em Filosofia** pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

ALVES, I. A. **Matas do Sertão de Baixo**. Bahia: Reper, 1967.

ALVES, G. Entrevista com Giovanni Alves. Entrevista concedida a: Livia de Cássia Godoi Moraes e Vinícius Tomaz Fernandes. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, 2016.

AMORE, C.S., LEITÃO, K. O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e urbanização de favelas. In: ROSSI, P., DWECK, E., OLIVEIRA, A.L.M. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, p.215-241, 2018.

ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental** – nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo.

ANDERSON, K.B. **Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, 1996.

ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. Introdução. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.9-15, 1996.

ANDERY, M.A., MICHELETTO, N., SÉRIO, T.M.A.P. O mito explica o mundo. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. (1996). **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.23-31, 1996a.

ANDERY, M.A., MICHELETTO, N., SÉRIO, T.M.A.P. O mundo tem uma racionalidade, o homem pode descobri-la. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.33-55, 1996b.

ANDERY, M.A., MICHELETTO, N., SÉRIO, T.M.A.P. O pensamento exige método, o conhecimento depende dele. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.57-95, 1996c.

ANDERY, M.A.P.A.; SÉRIO, T.M.A.P. A prática, a História e a construção do conhecimento: Karl Marx. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.395-418, 1996.

ANDRADE, D.P. Neoliberalismo: Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Rev. Novos Estudos**, CEBRAP. São Paulo, V38n01, 109-135, 2019.

ANDY, F. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. Trad.: Lorí Viali. – 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

ARAÚJO, J.A.L.; SILVA, A.A.; OLIVEIRA, E.G.; ALVES E SILVA, J.H.; ARAÚJO, L.C.S. Organismos financeiros internacionais e a produção de (des)ajustes socioeconômicos brasileiros: análise da Reforma Trabalhista. In: SILVA, F.R.; SILVA, A.A.; ALBUQUERQUE, C.S.; SILVA, L.S.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs). **Trabalho e Política Social no Contexto da Intensificação do Ajuste Fiscal no Brasil**. p.133-144. Fortaleza, CE: Editora da EUCE, 2021.

ARCARY, V. Controvérsias marxistas sobre o papel do indivíduo na história. In. **Crítica Marxista**. N.15. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARCOVERDE, A. C.; CHAVES, H. L. A. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Revista Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 141, p. 164-182, maio/ago. 2021.

ASSIS, C. A. S.; FARIAS, S. O. **Memórias e narrativas dos trabalhadores dos armazéns de fumo - Santo Antônio de Jesus-Bahia/Brasil 1950-70**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/39.pdf>. Acesso: 12/05/2022, às 11h.

AZEVEDO, J. P.; INCHAUST, G.; SANFELICE, V. **Decomposing the Recent Inequality Decline in Latin America**. Policy Research Working Paper, 6715. The World Bank, 2013.

ÁVILA, R.; PORTES, É. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 809-832, 2012

BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-69, mar. 2014

BALTES, P. B. On the incomplete architecture of human ontogeny. Selection, optimization, and compensation as foundation of developmental theory. **American Psychologist**, 52(4), 366-380, 1997.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, ISSN 1980-7031, TRI III, 2017.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780 - 1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARRETO, M. **Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações**. São Paulo: Fapesp/Editora PUCSP, 2006.

BENEDIVES, S. C. Impactos da Reforma Trabalhista no modelo de custeio das organizações sindicais. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v. 64, n. 97, p. 167-183, jan./jun. 2018.

BERNARDO, J. Depois do Marxismo, o dilúvio? **Educação e Sociedade**, n.14, 1992.

BERNARDO, J. **Reestruturação capitalista e os desafios para os sindicatos**. Lisboa: Mimeo, 1996.

BEZERRA, M.G. Análise sócio-ambiental da porção urbana do Rio Mutum, Santo Antônio de Jesus, Bahia. **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Estado da Bahia, 2007.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, v. 32, n. 1, p. 99-113, 2019.

BHATTACHARYA, T. (Org.). Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar da opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BICHARA, I.D. Crescer como índio às margens do Velho Chico: um desafio para as crianças Xocó. In: LORDELO, E.R.; CARVALHO, A.M.A.; KOLLER, S.H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador-BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**. Limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação nas tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 2, abr./jun. 1993.

BOSCHETTI, I. Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação? In: BOSCHETTI, I. (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BOUCHER, G. **Marxismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRANDÃO, S.S. No lar e no balcão. As mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888). **Dissertação (mestrado)** – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm . Acesso em: 23/12/2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23/12/2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452**, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm . Acesso em 23/12/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e saúde da Criança e da Mulher**: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília, 2009.

BRITO, A. S. O papel do salário mínimo na redução da desigualdade na distribuição de renda no Brasil entre 1995 e 2013. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2015.

BRITO, S.B.P.; BRAGA, I.O.; CUNHA, C.C.; PALÁCIO, M.A.V.; TAKENAMI, I. COVID-19 pandemic: the biggest challenge for the 21 st century. **Revista Vigilância Sanitária em Debate**; 8(2):54-63, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1531/1198>

BURLANDY, L.; SALLES-COSTA, R.; PAIXÃO, M. Assistência social e segurança alimentar e nutricional. In.: PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L.M. (orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil – 2009-2010**. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2010, p.123-154.

BUSTAMANTE, J. **Endividamento dos trabalhadores como relação de classe**: uma discussão teórica à luz da Teoria Marxista da Dependência. XXIV Encontro Nacional de Economia, 2019. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/1412_1583718442_ENDIVIDAMENTO_COMO_RELAC3%87%C3%83O_DE_CLASSE_pdf_ide.pdf

CAMPOS, L.A.; BARBOSA, R.; RIBEIRO, J.; JOÃO, F.J. Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. **Relatório das Desigualdades Raciais (GEMAA)**, IESP-UERJ, 2022, p. 1-22, 2020.

CANO, W. América Latina: notas sobre a crise atual. **Rev. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 603-621, 2009.

CARA, D., PELLANDA, A. Avanços e retrocessos na Educação Básica: da Constituição de 88 à Emenda Constitucional 95. In. ROSSI, P., DWECK, E., OLIVEIRA, A.L.M. **Economia para**

poucos: impactos sociais da austeridade alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, p.98-126, 2018.

CARDOSO, L.A. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 23, n. 2., 2011.

CARVALHO, A.M. Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In: LORDELO, E.R.; CARVALHO, A.M.A.; KOLLER, S.H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador-BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002.

CARMAGNANI, M. **Formación y crisis de um sistema feudal**. América Latina del siglo XVI a nuestros días. Coyoacán: Siglo XXI, 1976.

CARNEIRO, E. Situação do negro no Brasil. In: MARTUSCELLI, D.E.; BATISTA DA SILVA, J. (Orgs.). **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista**. Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021, p.72-76.

CASTELLUCCI, A. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. III Prêmio FIEB de Economia Industria. FIEB, 2004.

CARVALHO, S. S. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial. Carta de Conjuntura, Brasília: Ipea, n. 48, 2020.

CARVALHO, S.S. **Carta de conjuntura**. Mercado de trabalho: Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2023. Nº 59, 2º trimestre de 2023.

CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS (CSB). **Efeito reforma trabalhista: sindicalização no Brasil é a menor da história; entenda**, 2023. Disponível em: <https://csb.org.br/noticias/reforma-trabalhista-sindicalizacao-no-brasil-cai-em-2022>. Acesso em: 13.01.2024.

CERQUEIRA, J.B.A. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, 2008.

CHEPTULIN, A. **A dialética Materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

COCHO, F. **Ciência y aprendizaje**. Madri, H. Blume Ediciones, 1980

COSTA, A.A. Arranjos de sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888). **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Estado da Bahia, 2009.

COSTA, D.V.A.; CLEMENTE, M.S. Karl Marx e a questão colonial: luta antirracista e método dialético. In: MARTUSCELLI, D.E.; BATISTA DA SILVA, J. (Orgs.). **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista**. Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021, p.145-170.

COUTINHO, G. F. “Reforma” trabalhista de Temer retrocede ao século 19. Brasília: **DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar**, 2017. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/87750-reforma-trabalhista-de-temer-retrocede-ao-seculo-19>. Acesso em: 16/12/2021.

COX, Oliver. **Caste, Class and Race: a Study of Social Dynamics**. Nova York; Londres: Modern Reader Paperbacks, 1970.

CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Editora Global, 1983.

CRESWELL, J. **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

CRESWELL, J. W. **Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed: Porto Alegre, 2010.

DAMASCENO, W. M. F. Por que o capitalismo não pode ser antirracista? In: MARTUSCELLI, D.E.; BATISTA DA SILVA, J. (Orgs.). **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista**. Chapecó, SC: Ed. dos Autores, 2021, p.420-440.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**, 2016.

DAVIS, A. **A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **As dificuldades da população negra no mercado de trabalho**. Especial 20 de novembro de 2023 - Dia da Consciência Negra. DIEESE, 2023. 2º trimestre. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>.

DIEESE. **Salário Mínimo Constitucional**. Nota Técnica n. 8, out. 2005. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecSMC.pdf> >. Acesso em 01 nov. 2012

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1995>. Acesso em: 17 dez. 2023.

DIEESE. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, 2016**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>. Acesso em: 17 de dez. 2023.

DIEESE. **PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência**. Nota Técnica nº 202. São Paulo, 2019.

DUARTE, N. **A individualidade para si - Contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 1993.

DUARTE, N. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In. DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004.

DUAYER, M. **Minicurso**: Para uma ontologia do ser social – introdução. Youtube. 05/07/2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bRt6g8p91bA&ab_channel=LabLegal. Acesso em: 30/03/2022.

DWECK, E. Agenda neoliberal em marcha forçada. In: Avritzer, L.; Kerche, F.; Marona, M. (orgs.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. 1. Ed. p. 241-254. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

DWECK, E., SILVEIRA, P.G., ROSSI, P. Austeridade de desigualdade social no Brasil. In. ROSSI, P., DWECK, E., OLIVEIRA, A.L.M. **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, p.32-56, 2018.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, R. **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. p.13-29 São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, F. **Dialética da natureza**. São Paulo: Boitempo, 2020

FAGNANI, E. Austeridade e Seguridade: a destruição do marco civilizatório brasileiro. In. ROSSI, P., DWECK, E., OLIVEIRA, A.L.M. **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, p.57-82, 2018.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes** – Ensaio de interpretação sociológica Volume 1. São Paulo: Globo, 2008a.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes** – No limiar de uma nova era. Volume 2. São Paulo: Globo, 2008b.

FERREIRA, C. G. O conceito de clássico e a pedagogia histórico-crítica. In: MALANCHEN, J.; MATOS, N.S.D; ORSO, P.J (Orgs.). **A Pedagogia Histórico-Crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020, p.63-80.

FERREIRA, R. África durante o comércio negreiro. In: SCHWARCZ, L.M.; GOMES, F. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade – 50 textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.p.49-55.

FILGUEIRAS, V.A. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, J.D., OLIVEIRA, R.V., FILGUEIRAS, V.A. (Orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. p.13-52, Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

FILHO, E.S. **Introdução ao pensamento dialético**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1991.

FLEURY-TEIXEIRA, P. T. F. **A Individualidade Humana na Obra Marxiana de 1843 a 1848**. Ad Hominen, São Paulo, v. 01, p. 175 – 246, 1999.

FLEURY-TEIXEIRA, P., BRONZO, C. Determinação social da saúde e política. In: Nogueira, R.P. (Org.). **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**, p.37-59, Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

GABORIT, M. **A realidade interpelante e o projeto de uma psicologia da libertação**. Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação. p. 9-14, Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2011.

GAGO, L.C.V. Extrativismo financeiro A dívida como uma ofensiva do capital contra os setores subalternos. In: RODRIGUEZ, G. (org.). **O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020, p.35-48.

GALVÃO, A. Reforma Trabalhista: efeitos e perspectivas para os sindicatos. In: KREIN, J.D.; OLIVEIRA, R.V.; FILGUEIRAS, V.A. (Orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. p.127-155, Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

GALVÃO, A.; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. Reforma Trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, Maio/Ago. 2019.

GALVÃO, A. et al. (Org.) Dossiê Reforma Trabalhista. In: TEIXEIRA, M. et al. (Org.) **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas: Unicamp/Cesit, 2017. Disponível em <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie-14set2017.pdf>. Acesso em: 11.02.2019.

GIOIA, S.C. A razão, a experiência e a construção de um universo geométrico: Galileu Galilei. In. ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.133-142, 1996.

GINI index. [Washington, DC]: **World Bank Group**, c2022. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>. Acesso em: 13 maio 2022.

GODOI, M.S.. Concentração de renda e riqueza e mobilidade social: A persistente recusa da política tributária brasileira a reduzir a desigualdade. **RIL Brasília** a. 59 n. 235 p. 61-74 jul./set. 2022.

GOES, E.F.; NASCIMENTO, E.R. Mulheres negras e brancas, as desigualdades no acesso e utilização de serviços de saúde no Estado da Bahia, PNAD – 2008. In: BATISTA, L.E.; LOPES, F. (Orgs.). **Saúde da população negra**. 2. ed., Brasília, DF: ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

GOIS, J. C. S. A gênese da pauperização da classe trabalhadora na sociedade capitalista. **Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

GOLDMAN, L. **Origem da dialética**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

GOMES, F.S.; SCHWARCZ, L.M. Indígenas e africanos. In: SCHWARCZ, L.M.; GOMES, F. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade – 50 textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.p.274-282.

GONZÁLEZ, O.M.R. La población indígena em la Provincia de Venezuela. 2015. Tesis (Doutorado) – Universidad de Salamanca, Instituto Universitario de Ieroamérica, 2015.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GORENDER, J. **Manual de Economia Política Academia de Ciências da URSS**. Instituto de Economia. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

GOTO, F.; BUCHALA, L.; JUNQUEIRA, L.; DEL MONDE, M. **Uma exposição sobre a concentração de renda no Brasil**. Formação Econômica, Campinas, (6): 59-82, dez. 2000.

GUERRA, B.M.M.; JIMENEZ, S.V. **Tornar-se indivíduo: bases ontológicas e processo histórico**. Sobral: Edições UVA, 2016.

GUERRA, M.F.L & CAMARGOS, R.C.M. Reforma trabalhista e previdenciária: o desmonte da regulação das relações de trabalho e da seguridade social. In: Avritzer, L.; Kerche, F.; Marona, M. (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1. Ed. p. 303-316. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HARVEY, D. **O neoliberalismo, história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HASENBALG, C. Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 38, n. 2, p. 355-375, 1995.

HASENBALG, C.; SILVA, Nelson do Valle. Nota sobre desigualdade racial e política no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. (orgs.). **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HEGEL, G.W.F. **A ideia**. Tradução Orlando Vitorino. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

HENRIQUES, L. S. N. Notas sobre a relação entre ciência e ontologia. **Temas de Ciências Humanas**, 4, 27-40, 1978.

HIRIGOYEN, M. Assédio moral: a violência perversa no cotidiano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOBES, T. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.

HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. **Economia e Sociedade**, Campinas, dez. 1998.

HOFFMANN, R.; BOTASSIO, D. C.; JESUS, J. G. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização**. São Paulo: Edusp, 2019.

HOFFMANN, R. **Distribuição da renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco**. Campinas: UNICAMP, s.d.

HOLZKAMP, K. On doing psychology critically. **Theory & Psychology**, v.2, n. 2, p. 193-204, 1992.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistemas de Contas Nacionais Brasil**, 1990-1995, 1997, v. 1; PNAD, 1992, e microdados de 2002/06.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD Covid-19**. Resultado mensal (junho 2020). Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua 2018**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 5 out. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2021. Disponível em: . Acesso em: 30 ago. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022 : identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: resultados do universo**, 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=38698&t=publicacoes>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022. População por idade e sexo: resultados do universo** - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2023b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3102/cd_2022_populacao_idade_sexo_br.pdf

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022. População por idade e sexo: resultados do universo** – Bahia, 2023c. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73102>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Características adicionais do mercado de trabalho 2022. ISBN 978-85-240-4579-0, 2023d.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection**. Geneva: ILO, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_173363.pdf. Acesso em: 29/07/2022.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Análise do mercado de trabalho**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 69, 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Igualdade racial**. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, n. 22, 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**: nota técnica. Brasília: IPEA, 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Comunicados do IPEA, n. 155, 2012a.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Igualdade racial**. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, n. 20, 2012b.

IPEADATA. **Série do Índice de Gini para o rendimento domiciliar per capita (1976-2013)**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Último acesso em: 26/12/2023.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KOSIK, K. Dialética da totalidade concreta. In: KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KREIN, J.D.; OLIVEIRA, R.V. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. In: KREIN, J.D.; OLIVEIRA, R.V.; FILGUEIRAS, V.A. (Orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. p.127-155, Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

LACERDA, A.C. Distribuição de renda no Brasil nos anos 80. **Revista de Economia Política**, vol. 14, nº 3 (55), pp. 477-483, 1994.

LACERDA JR, F. Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi. 2010. 394f. **Tese (Doutorado em Psicologia)** - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de PósGraduação em Psicologia, Campinas, 2010.

LACERDA JR., F. Marxismo e Psicologia: Notas críticas sobre epistemologismo, emancipação e historicidade. In: OLIVEIRA, I.F.; PAIVA, I.L.; COSTA, A.L.F.; LIMA, F.C.; AMORIM, K. (Orgs.). **Marx Hoje: pesquisa e transformação social**.— 1.ed.— São Paulo: Outras Expressões, pp. 255-276, 2016.

LAMEIRAS, M. A. P.; CAVALCANTI, M. A. F. de H. **PNAD Covid-19** – divulgação de 14/8/2020 – principais destaques. Carta de Conjuntura, Rio de Janeiro: Ipea, n. 48, 3o trim., 2020.

LENIN, V. I. **Materialismo e Empirocriticismo Notas e Críticas Sobre uma Filosofia Reacionária**. Existe uma verdade objetiva? Trad.: Abguar Bastos., Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo. Rio de Janeiro: Editorial Calvino Ltda, 1946. Acessado em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/index.htm> , 18/03/2022, às 10:00.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4a ed. São Paulo: Global, 1987.

LEONTYEV, A. N. **The development of mind**. New York: Erythrós Press, 2009. (Texto original publicado em 1977).

LEONTIEV, A. N. **Desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEONTIEV, A. N. **Atividade. Consciência. Personalidade**, 2014. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/leontiev/1974/06/Atividade-Consciencia-Personalidade.pdf>

LAVINAS, L. A financeirização da política social: o caso brasileiro. **Forthcoming at Politika**, Rio de Janeiro, Fundação João Mangabeira, n. 2, 2015.

LIMA, M. M. B.; REGO, W. G. D. L. Atualidade da reificação de Marx como instrumento da análise de relações jurídicas e sociais. **Lua Nova**, São Paulo, 109: 193-228, 2020.

LOBO, V. S. **Geographia do Município de Santo Antônio de Jesus**. Santo Antônio de Jesus, 1898.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LORDELO, E.R. Contexto e desenvolvimento humano: quadro conceitual. In: LORDELO, E.R.; CARVALHO, A.M.A.; KOLLER, S.H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador-BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002a.

LORDELO, E.R. “Agora vá com a tia que a mamãe vem mais tarde”. In: LORDELO, E.R.; CARVALHO, A.M.A.; KOLLER, S.H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador-BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002b.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. In: LUKÁCS, G. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S.R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.

MANOEL, J.; LANDI, G. **Raça, Classe e Revolução: a Luta pelo poder popular nos Estados Unidos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MARQUESE, R.B. Economia escravista mundial. In: SCHWARCZ, L.M.; GOMES, F. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade – 50 textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.p.212-219

MARINHO, R. **Parecer**. Comissão especial destinada a proferir parecer ao projeto de Lei nº 6.787, de 2016, do poder executivo, que "altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes do trabalhadores no local de trabalho temporário, e dá outras providências", 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1544961

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2017.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. **Acción y ideología: Psicología social desde Centroamérica**. San Salvador: UCA Editores, 1983.

MARTÍN-BARÓ, I. O desafio popular à Psicologia Social na América Latina. In: LACERDA Jr., F. (Org.). **Crítica e Libertação na Psicologia**: Estudos psicossociais (pp. 66-88). Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In: Guzzo, R.S.L; Lacerda Jr., F.L (Orgs). **Psicologia Social para América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação (pp.181- 197). Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2011.

MARTINS, L. M. e LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018.

MARTINS, T. C. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, set. 2012.

MARTINS, L.M. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da Psicologia Histórico Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. **Tese de Livre-Docência**. Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2011.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5668741/mod_resource/content/1/MARX_%20Grundrisse%20Manuscritos%20Econ%C3%B4micos%20%281%29.pdf

MARX, K. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, R. **A dialética do trabalho** – escritos de Marx e Engels. p.59-100, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Guerra Civil dos Estados Unidos**. São Paulo: Boitempo, 2022.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política – Livro III** Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política – Livro II**. O Processo de Circulação do Capital. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTOS, L.M. Destruição das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar brasileira. In. ROSSI, P., DWECK, E., OLIVEIRA, A.L.M. **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, p.242-263, 2018.

MATTOSO, K.Q. **Bahia, Século XIX**: uma província do Império. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

MÉDA, D. **O Trabalho** - Um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim de Século, 1999.

MELAZZO, E. S. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 29-40, set. 2013.

MELO, H.P; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, 13(1): 135-158, jan./abr. 2009.

MILANOVIC, B. Global income inequality in numbers: in history and now. **Global Policy**, volume 4, Issue 2, May 2013.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed., p. 261- 297, São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação interação e descoberta. In: MINAYO, M. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed., p. 61-77, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MOLON, S.I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vigotsky**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MONTOVANELE, F.; SANCHES, K.; PAIXÃO, M. Padrões de morbimortalidade e acesso ao sistema de saúde. In.: PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L.M. (orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil – 2009-2010**. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2010, p.37-78.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 2.ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOREIRA, M. C. Determinação social da saúde: fundamento teóricoconceitual da reforma sanitária brasileira. Porto Alegre, 2013. **Dissertação (Mestrado)** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MORSE, J. M. Designing funded qualitative research. In: NORMAN, K. D.; YVONNA, S. L. (Orgs.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994. p. 220-2335.

MOTA, A. A. Inserção dos condomínios fechados no espaço urbano de Santo Antônio de Jesus: Apropriação da natureza, Produção do espaço e legislação. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal da Bahia, 2009.

MOTA, M.E. Psicologia do Desenvolvimento: uma perspectiva histórica. **Temas em Psicologia** — Vol. 13, no 2, 105 – 11, 2005.

MUSSE, R. Reificação em História e consciência de classe: de Max Weber a Karl Marx. **Blog da Boitempo**, 2015. Fonte: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/05/22/reificacao-em-historia-e-consciencia-de-classe-de-max-weber-a-karl-marx/>

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 1. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NERI, A.L. O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. **Temas em Psicologia**, Vol. 14, no 1, 17 – 34, 2006.

NETO, A.S.R. **A agonia de uma civilização forjada no patriarcado**. Outras Palavras, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/terraeantropoceno/agonia-de-uma-civilizacao-forjada-no-patriarcado/>. Acesso: 17/04/2022, às 15h.

NETTO, J. P. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília: Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, n.3, p. 41-49, 2001.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo Cortez, 2012.

OFFE, C. **Trabalho & Sociedade**: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho (v. I: A crise; v. II: Perspectivas). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, A.L.M. Educação superior no Brasil: a inclusão interrompida. In. ROSSI, P., DWECK, E., OLIVEIRA, A.L.M. **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, p.127-146, 2018.

OLIVEIRA, A.M.C.S. Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal da Bahia, 2000.

OLIVEIRA, B. A dialética do singular-particular-universal. In. ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. **Método Histórico-Social na Psicologia Social**, Vozes, 2005.

OLIVEIRA, R.F.S. **O lugar do feminino negro no mercado de trabalho**: para além do salário e da remuneração. 1.ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. **Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)**,

2019. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ONWUEGBUZIE, A. J.; LEECH, N. L. Sampling Designs in Qualitative Research: Making the Sampling Process More Public. *The Qualitative Report*. **Fort-Lauderdale**, v. 12, n. 2, p. 238-254, 2007.

OSÓRIO, R. G. A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006. 2009. **Tese (Doutorado)** – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OSÓRIO, R. G. **Texto para discussão. A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

OXFAM BRASIL. **Nós e as desigualdades**: Percepções sobre as desigualdades no Brasil. [S.l.], Brief Comunicação, 2017. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2018.

PADILHA, V. (Org.). **Antimanual de gestão**: desconstruindo os discursos do management. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

PAES, P.C.D. Vigotski e os fundamentos de uma psicologia marxista. *Marxismo e Educação. Cadernos Cemarx*, nº3, 2006.

PADMORE, G. **A vida e aluta dos trabalhadores negros**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

PALANGANA, I.C. **Individualidade**: afirmação e negação na sociedade capitalista. São Paulo: EDUC/Plexus, 1998.

PALANGANA, I.C. & INUMAR, L.Y. A individualidade no âmbito da sociedade industrial. *Revista Psicologia em Estudo*, Brasil, v.6,n.2, p.21-28, 2001.

PARKER, I. **Revolution in psychology: Alienation to emancipation**. London: Pluto Press, 2007.

PASSOS, A. L. S. Santo Antônio de Jesus numa perspectiva geográfica: memórias e paisagens. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2010.

PASSOS, L.; GUEDES, D. R. Participação Feminina no Mercado de Trabalho e a Crise de Cuidados da Modernidade: conexões diversas. **Planejamento e políticas públicas**; n. 50, jan./jun. 2018.

PEDRÃO, F. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol. 1 (1), 2007.

PEREIRA, J.M.M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C. Do feudalismo ao capitalismo: uma longa transição. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO,

M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.163-177, 1996a.

PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C. Séculos XVIII e XIX: revolução na economia e na política. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.257-293, 1996b.

PEREIRA, M.E.M. A indução para o conhecimento e o conhecimento para a vida prática: Francis Bacon. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.193-199, 1996.

PEREIRA, L. C. B; GALA, P. Por que a poupança externa não promove crescimento? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 1, p. 3-19, 2007.

PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital: Uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINHEIRO, L. et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea, Unifem, 2008.

PINHEIRO, L. S.; LIMA JUNIOR, A.T.; FONTOURA, N.O.; SILVA, R. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nota técnica n. 24, 2016, p. 3-28.

PINTO, G.A. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toytismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PIRES, B. Brasil despenca 19 posições em ranking de desigualdade social da ONU. **El País**, São Paulo, 21 de março de 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html. Acesso em: 26 dez. 2023.

PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo Brasiliense, 1970.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm >. Acesso em 01 nov. 2012.

QUADROS, E. O. S. Transformações na cidade: vivências urbanas em Santo Antônio de Jesus/Ba (1950-1970). **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Estado da Bahia, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales**. Buenos Aires: CLASCO-UNESCO, 2000a, p.201-246.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v.11, n.2, p.342-386, 2000b.

RABELO, D.F.; SILVA, J.; ROCHA, N.M.F.D (Orgs.). **Psicologia e Desenvolvimento Humano no Contexto Brasileiro**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

RABINOVICH, E. P. Contextos coletivistas de desenvolvimento: uma análise comparativa intercultural. In: LORDELO, E.R.; CARVALHO, A.M.A.; KOLLER, S.H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador-BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002.

RÁO, E.M. **Capitalismo e vida social moderna: tempo, trabalho e tempo de trabalho**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói, 2017.

RATNER, C. **Macro Cultural Psychology: a political philosophy of mind**. New York: Oxford University Press, 2012.

RIBEIRO, R.F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016.

RIBEIRO, V. M. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. **Educação & Sociedade** [online]. 1997, v. 18, n. 60 [Acessado 10 Novembro 2022], pp. 144-158. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000300009>>. Epub 21 Jun 2001. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000300009>.

RICUPERO, R. A crise financeira e a queda do muro de Berlim. USP: **Estudos Avançados**, v.22, n.64, 2008.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995

ROBILLIARD, A. What's new about income inequality in Africa? **World Inequality Lab**, Paris, n. 2020-03, p. 1-8, Nov. 2020. Disponível em: <https://wid.world/document/whats-new-about-income-inequality-in-africa/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

ROAZZI, A.; NASCIMENTO, A.M.; DIAS, M.G.B.B. A Psicologia do Desenvolvimento em contexto brasileiro: perspectivas atuais e questões cardeais no alvorecer do milênio. In: YAMAMOTO, O.H.; GOUVEIA, V.V. (Orgs.) **Construindo a Psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

RODNEY, W. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Serra Nova, 1975.

RODRIGUES, J. A. (Org.). **Durkheim: sociologia**. São Paulo: Ed. Ática. Col. Grandes Cientistas Sociais, 1998.

RODRIGUES, L. **IBGE revela desigualdade no acesso à educação e queda no analfabetismo**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo> . Acesso em 10/01/2024.

RODRIGUEZ, G. Sobre o endividamento, as vozes das mulheres . In: RODRIGUEZ, G. (org.). **O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020a, p.11-18

RODRIGUEZ, G. A financeirização da vida: as mulheres e o endividamento do cuidado. In: RODRIGUEZ, G. (org.). **O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020b, p.19-34.

ROSSETTO, I.; PAIXÃO, M. Acesso ao sistema de ensino e indicadores de proficiência. In.: PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L.M. (orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil – 2009-2010**. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2010, p.205-248.

ROSSI, P., DWECK, E., ARANTES, F. Economia Política e Austeridade. In. ROSSI, P., DWECK, E., OLIVEIRA, A.L.M. **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, p.14-31, 2018.

RUBANO, D.R.; MOROZ, M. Relações de servidão: Europa Medieval Ocidental. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, 1996, p.133-142, 1996a.

RUBANO, D.R.; MOROZ, M. A dúvida como recurso e a geometria como modelo: **René Descartes**. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.201-209, 1996b.

RYNGELBLUM, I.; GUTIERREZ, M. Lucro das empresas dobra com cortes e novo cenário. **Valor Econômico**, 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/04/01/lucro-dobra-com-bom-resultado-de-estatais-e-vale.ghtml>. Acesso em: 11/01/2022.

SABEL, C.S. A psicologia de Vigotski e o materialismo histórico dialético de Marx e Engels: relações arqueológicas. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SABOIA, J. O Salário Mínimo e seu Potencial para a Melhoria da Distribuição de Renda no Brasil. In: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. 2 v. p. 479-497.

SABOIA, J., NETO, J.H.. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.1 (62), p. 265-285, 2018.

SACRAMENTO, C.A. Mundos do trabalho no Recôncavo Sul: cotidiano, trabalhadores, costumes, conflitos e solidariedades. 1870-1910. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal da Bahia, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANSON, C. **O trabalho nos clássicos da Sociologia: Marx, Durkheim e Weber**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SANTA, F.D.; BARONI, V. As raízes marxistas do pensamento de Vigotski: contribuições teóricas para a psicologia histórico-cultural. **Kínesis**. Vol. VI, nº 12, p.1-16, 2014.

SANTANA, C. D. **Fatura e Ventura Camponesas: Trabalho, cotidiano e migrações**. Bahia – 1950 – 1980. São Paulo: Anablume, 1998.

SANTOS, J.S. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set., 2012.

SANTOS, J.J. Ações dos agentes imobiliários e (re)produção do espaço nas periferias das cidades médias da Bahia: a dinâmica da zona norte da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2020.

SANTOS, M.C. Mutações territoriais em Santo Antônio de Jesus: possibilidades e implicações ao desenvolvimento. Apresentação de trabalho. **Revista ST1: Urbanismo em Processo**, 2011.

SANTOS, R. C. B. Tendas da sobrevivência: Trabalho e “arranjos” sócio - culturais trabalhadores de fogos de artifício - Recôncavo Sul – BA 1950 – 1970. **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Estado da Bahia, 2009.

SANTOS, R. B.; OLIVEIRA, S.V. **Agenda 2030 e as disparidades da distribuição de renda no Brasil**. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente da FEA/USP, 2021. ISSN: 2359-1048.

SARNO, P.M. Endividamento das famílias no Brasil recente: algumas reflexões. In: RODRIGUEZ, G. (org.). **O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020, p.61-72

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: MALANCHEN, J.; MATOS, N.S.D; ORSO, P.J (Orgs.). **A Pedagogia Histórico-Crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020, p.7-30.

SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. O real é edificado pela razão: Georg Wilhelm Friedrich Hegel. In: ANDERY, M.A.; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T.M.A.P.; RUBANO, D.R.; MOROZ, M.; PEREIRA, M.E.M.; GIOIA, S.C.; GIANFALDONI, M.H.T.; SAVIOLI, M.R.; ZANOTTO, M.L.B. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 6. ed. rev. e ampl. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: EDUC, p.363-371, 1996.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos Internos**. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. 1530-1835. São Paulo: Cia das Letras. 1988.

SCHWARCZ, L.M. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In: SCHWARCZ, L.M.; GOMES, F. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade – 50 textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.p. 227-234.

SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). “**Mapa: Território de Identidade Recôncavo – Bahia, 2007**”, 2013. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/pdf/reconcavo.pdf
Acesso em: 06/03/2024.

SILVA, J. P. **Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo**. São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 1996.

SILVA, L. P. Salário Mínimo no Brasil à Luz da Teoria do Valor de Marx: uma Comparação entre o Mínimo Nominal e o Salário Mínimo Necessário. In: **XI Semana de Economia- O Atual Momento da Economia Brasileira: Perspectivas e Desafios**, 2012, Vitória da Conquista. XI Semana de Economia- O Atual Momento da Economia Brasileira: Perspectivas e Desafios, 2012. v. 01.

SILVA, T.D.; SILVA, S.P. Trabalho, População Negra e Pandemia: Notas sobre os Primeiros resultados da PNad Covid-19. **Boletim de Análise Político-institucional**, n. 26, mar., 2021.
SILVA, L.N.; KOLLER, S.H. A rua como contexto de desenvolvimento. In: LORDELO, E.R.; CARVALHO, A.M.A.; KOLLER, S.H. (Orgs.). **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador-BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002.

SILVEIRA, P. Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e objetivação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Orgs.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Edições Vértices, 1989.

SINGER, P. **Repartição da renda: pobres e ricos sob o Regime Militar**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. 95p.

SMIRNOV, A; MENSHINSKAIA, N. A. El pensamento. In: SMIRNOV, A. A et al. **Psicologia**. México: Grijalbo, 1960. p. 232-276.

SOBRAL, F. **A concepção circular de homem em Marx: um estudo a partir dos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844**. São Paulo: Editora Nojosa, 2005.

SOUSA, M. S. A organização do trabalho e o processo de produção de fogos de artifício em Santo Antônio de Jesus – BA. **Dissertação de Mestrado**. Faculdade Maria Milza. Governador Mangabeira, 2019.

SOUZA, Edinaldo A. O. Lei e Costume: Experiências de Trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960). **Dissertação de Mestrado** em História: UFBA, Salvador, 2008.

SOUZA, E.M.O.; SOUZA, E.O. Modernização e vida urbana na cidade de Santo Antônio de Jesus – BA. **Simpósio Internacional Globalización, innovación y construcción de redes técnicas urbanas em América y Europa, 1890-1930**. Universidade de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, 2012.

SOUTO MAIOR, J.L. A “**reforma**” trabalhista gerou os efeitos pretendidos”, 2019. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/blog/a-reforma-trabalhista-gerou-os-efeitos-pretendidos>. Acessado no dia 27 de outubro de 2021.

SOUTO MAIOR, J.L. Um conceito marxista de salário. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 95-109, 2014.

SOUZA JÚNIOR, P.R.B.; SZWARCOWALD, C.L., DAMACENA, G.N., STOPA, S. R., VIEIRA, M. L.M.P., ALMEIDA, W.S., OLIVEIRA, M.M., SARDINHA, L.M.V., MACÁRIO, E.M. Cobertura de plano de saúde no Brasil: análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2013 e 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(Supl. 1):2529-2541, 2021.

STEDILE, J.P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

TEIXEIRA, P.T.F. A individualidade humana na obra de juventude de Marx. **Dissertação de Mestrado** em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

TEIXEIRA, M.O. Os efeitos econômicos da Reforma Trabalhista. In: In: KREIN, J.D.; OLIVEIRA, R.V.; FILGUEIRAS, V.A. (Orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. p.53-80, Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

TEIXEIRA, F. Crédito, microfinanças, endividamento e a vulnerabilidade das mulheres no Brasil atual. In: RODRIGUEZ, G. (org.). **O Sistema financeiro e o endividamento das mulheres**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, 2020, p.73-84.

TEIXEIRA, L. B. **Compras com cartões aumentam 14,5% e atingem R\$ 1,55 trilhão em 2018**. UOL, Economia, São Paulo, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/26/balanco-mercado-de-cartoes-meios-de-pagamentos-2018.htm>. Acesso em: 23/12/2023.

TELESCA, I. Paraguay a fines de la colônia. ¿metizo, español o indígena? **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas – Anuario de Historia de América Latina**, v.46, n.1, 2015. Disponível em: <https://www.vr-elibrary.de/doi/pdf/10.7767/jbla.2009.46.1.261>. Acessado em 08/09/2022.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMASONI, S. M. R. P. Dinâmica socioespacial da produção de fogos de artifício em Santo Antônio de Jesus-BA: território fogueteiro. **Tese de Doutorado**. UFS, 2015.

VALADÃO, H. **Santo Antônio de Jesus, sua gente e suas origens**. Gráfica Exemplar. Santo Antônio de Jesus. 2005.

VASCONCELOS, E.M. **Karl Marx e a subjetividade humana, volume I**: a trajetória das ideias e conceitos nos textos teóricos. São Paulo: Hucitex, 2014.

VIEIRA, J.L. Marx não economicista: pistas contra interpretações reducionistas. **Trilhas Filosóficas**, Caicó, ano 11, n. 3, Edição Especial, 2018, p. 121-137. Dossiê Bicentenário de Karl Marx, 2018.

VYGOTSKY, L.S.; LURIA, A. R. **Estudos Sobre a história do comportamento**: símios, homem primitivo e criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VIGOTSKY, L.S. **Obras escogidas**. Tomo III. Madrid: Visor, 1995.

VIGOTSKY, L.S. **Obras escogidas**. Tomo I. Madrid: Visor, 1997.

VIGOTSKY, L.S. **Obras escogidas**. Tomo II. Madrid: Visor, 2001.

VIGOTSKI, L.S. **História do desenvolvimento das funções mentais superiores**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021.

WADE, P. **Gente negra, nación mestiza**. Colômbia: Editorial Universidad de Antioquia, 1977.

WEBER, M. (2004). **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2004.

WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WORLD Inequality Database. [S. l.]: **WID.world**, [2022?]. Disponível em: <https://wid.world>. Acesso em: 13 maio 2022.

WELLS, J., DROBNY, A. A distribuição da renda e o salário mínimo no Brasil: uma revisão crítica da literatura existente. **Pesq. Plam. Econ.** Rio de Janeiro, 12(3), 893-914, 1982.

WOLFFENBÜTTEL, A. O que é? Índice de Geni. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília/DF, **Revista Desafios do Desenvolvimento**. Ano 1 . Edição 4, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28 . Acesso em 06/03/2024.

YAMAMOTO, O. H. **A crise e as alternativas da psicologia**. São Paulo: Edicon, 1987.

ZANELLA, A. V. A psicologia de Vygotski - resgatando a história de uma contribuição atual.
Revista de Ciências Humanas, v.12. n16. p.43 – 61, Florianópolis, 1994.

ANEXO I – Questionário Sociodemográfico

1. Qual é a sua idade? _____
2. Sexo: (1) Masculino (2) Feminino
3. Qual é a sua raça/cor? (1) Branca (2) Parda (3) Preta (4) Indígena (5) Amarela
4. Qual seu estado civil? (1) Solteiro (2) Casado/união estável (3) Viúvo (4) Divorciado
5. Qual é a sua escolaridade?
(1) Sem grau de escolaridade (2) Ensino fundamental incompleto (3) Ensino fundamental completo (4) Ensino médio incompleto (5) Ensino médio completo (6) Ensino superior incompleto (7) Ensino superior completo (8) Pós-graduação
6. Você tem alguma condição crônica de saúde? *Por exemplo: hipertensão, diabetes, doenças osteomusculares, doenças respiratórias crônicas, câncer, HIV/AIDS, etc.* (1) Sim. Qual? _____ Resposta Livre. (2) Não
7. Você tem plano de saúde? (1) Sim (2) Não
8. Você mora na: (1) Zona urbana (2) Zona rural
9. Condição de moradia: (1) casa própria (2) casa alugada (3) casa cedida (4) casa de familiares
10. Você tem filhos/as que dependem de você? (1) Sim: _____ (quantos?) (2) Não
11. Quantas pessoas moram na casa? _____ Resposta livre.
12. Com quem você mora? (1) Sozinho (2) Com cônjuge/companheiro (3) Com filhos (4) Com cônjuge e filhos (5) Com os pais (6) Com os pais e filhos (7) Com os pais, cônjuge e filhos (8) Com cônjuge, filhos e netos (9) Outros parentes (10) Pessoas fora da família (11) Outros: _____
13. Você é a (o) principal responsável pelo sustento familiar? (1) Sim (2) Não
14. Qual seria o total da renda familiar em salários mínimos aproximadamente?
(1) **Menos de 1 SM** (2) **1 a 2 SM** (3) **3 a 4 SM** (4) **5 a 8 SM** (5) **Mais de 8 SM**
15. Você considera que têm dinheiro suficiente para cobrir suas necessidades da vida diária?
(1) Sim (2) Não
16. Há quanto tempo está nesse trabalho? _____ Resposta livre

17. Qual é o tipo de contrato? () tempo determinado () tempo indeterminado () temporário () eventual () intermitente () parcial () terceirizado () outro

18. Quantas horas por dia, em média, você passa nesse trabalho? _____ Resposta Livre

19. Você faz outra atividade, além dessa, para complementar sua renda? (1) Sim: _____ (descrever que tipo de atividade) (2) Não

20. Você é sindicalizada (o)? (1) Sim (2) Não

21. Em um dia normal da sua rotina, dentro da sua casa, quantas horas desse dia você gasta nas atividades domésticas e de cuidado? (*Preparar refeições/cozinhar, Lavar a louça e organizar a cozinha, Limpeza e arrumação da casa, Lavar a roupa, Fazer compras de alimentos e medicamentos, Outras tarefas domésticas, cuidar de crianças, cuidar de pessoas idosas*). _____ Resposta Livre

22. Você conta com alguém para te ajudar nessas atividades? (1) Sim (2) Não

23. De que modo você se movimenta pela cidade: (1) a pé (2) transporte público (3) carro próprio (4) motocicleta própria (5) bicicleta (6) táxi (7) moto táxi

24. Em uma escala de 0 a 10, quanto o transporte público atende às suas necessidades de mobilidade? _____

25. Você fez algum empréstimo nos últimos três (03) anos? (1) Sim: (1) no banco (2) em casas de crédito (3) com familiares (4) com outras pessoas (5) Outro: _____ (2) Não

26. Você está pagando algum tipo de financiamento? (1) Sim: (1) Habitacional (2) Construção (3) Carro/moto (2) Não

27. Você tem dívidas com o cartão de crédito? (1) Sim (2) Não

28. Você se preocupa constantemente com o pagamento de suas dívidas? (1) Sim (2) Não

29. Com a pandemia, o que aconteceu com a sua renda/salário? (1) piorou (2) ficou igual (3) melhorou

30. Hoje, em comparação com o passado, você acredita que: (1) piorou de vida (2) está igual (3) melhorou de vida

31. No seu trabalho, você se sente exposto à falta de segurança (acidentes, falta de equipamentos de segurança, falta de higiene, substâncias tóxicas, doenças, etc)? (1) Sim (2) Não

32. No seu trabalho você se sente exposto à situações desgastantes (estresse, posições dolorosas ou desconfortáveis, fadiga, medo, discriminação)? (1) Sim (2) Não

33. Já foi vítima de preconceito ou injúria racial no ambiente de trabalho?

A segunda etapa desta pesquisa é uma entrevista individual, de caráter sigiloso e confidencial, com o pesquisador responsável, no qual você nos contaria sobre sua história de vida e sobre seu trabalho. Você tem interesse participar dessa entrevista individual?

SIM Como podemos entrar em contato com você? _____

NÃO

Obrigado pela sua participação!

ANEXO II – Roteiro de entrevista semiestruturada

1. Como você chegou a esse trabalho?
2. Como você se sente nesse trabalho? (se gosta desse trabalho; se sim, o que faz gostar; se não, o que contribui para isso)
3. O que você mudaria no seu trabalho?
4. Você já precisou se afastar alguns dias para cuidar da sua saúde ou de algum familiar?
5. Como é a sua relação com os seus colegas de trabalho?
6. Como é a sua relação com o seu patrão/patroa/superiores imediatos?
7. Você já foi vítima de assédio no ambiente de trabalho ou conhece algum colega que foi?
8. Caso positivo, a quem você ou colegas assediados recorrem quando isso acontece?
9. Como é a sua relação com o Sindicato dos Comerciários?

10. O que o salário que você ganha atualmente te permite fazer?
 - 10.1. Contratar plano de saúde? Realizar consultas e exames periódicos?
 - 10.2. Gastos com formação pessoal: cursos, livros, faculdade, etc.?
 - 10.3. Gatos com habitação: aluguel, comprar casa própria, reformar ou qualificar a moradia, comprar eletrodomésticos, etc.?
 - 10.4. Gastos com alimentação: te permite se alimentar com a frequência e diversidade que deseja?
 - 10.5. Te permite comprar vestuário quando necessário?
 - 10.6. Te permite poupar ou investir alguma quantia em dinheiro?
 - 10.7. Te permite gastar com acesso a espaços de cultura e lazer?

11. Você já ouviu falar sobre a Reforma Trabalhista?
12. Depois da Reforma Trabalhista, algo mudou em seu ambiente de trabalho? Na sua relação com o patrão? Nos direitos/benefícios que tinha?

ANEXO III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO 1 – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Prezado(a) participante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Condições de vida e trabalho no ‘comercio mais barato da Bahia’”, desenvolvida por Victor Aurélio Santana Nascimento, discente de Doutorado em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Professora Doutora Dóris Firmino Rabelo. O objetivo central do estudo é analisar as relações existentes entre as condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano, entre trabalhadores e trabalhadoras do comércio varejista de Santo Antônio de Jesus-Bahia. O convite a sua participação se deve ao fato de ser você ser um(a) trabalhador(a) formal do comércio de Santo Antônio de Jesus-BA, possuir entre 18 e 70 anos e ser domiciliado(a) no município. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa, pois, você ajudará a desenvolver o conhecimento científico sobre desenvolvimento humano, além de contribuir para a proposição de eventuais melhorias nas condições de vida e trabalho dos(as) trabalhadores(as) do comercio de Santo Antônio de Jesus. A sua participação consistirá em responder a um questionário, em aproximadamente 15 minutos, com perguntas sobre suas condições de vida, estado de saúde e sobre suas condições de trabalho. Ao final do questionário, você será perguntado(a) se aceita participar da segunda fase da pesquisa, na qual participará de uma entrevista gravada. Na segunda fase, caso aceite participar, entraremos em contato para agendarmos uma entrevista que será realizada em local seguro e sigiloso. Em ambas as fases (Estudo 1 e Estudo 2), serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e as suas informações serão manuseadas como dados confidenciais e de responsabilidade dos profissionais que trabalharão na pesquisa, sendo guardado na casa do pesquisador – Santo Antônio de Jesus/Bahia, CEP 4443-622, Cajueiro, Av. Carlos Amaral, nº2500, Condomínio Vog Imperial, bloco 13, apartamento 202A – em lugar reservado, trancado com cadeado. As informações adquiridas serão utilizadas nesta

pesquisa e poderão contribuir para futuros estudos sobre o tema. Esses resultados também serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante e em artigos científicos. Quando os resultados forem publicados, os participantes não serão identificados. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, através do telefone (75) 988669640 e do e-mail psicoaurelio@gmail.com. Em caso de dúvida ou sugestões quanto as questões éticas, você poderá entrar em contato com Conselho de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEPIPS, ligando para o telefone (71)3283.6457; enviando e-mail para o endereço eletrônico: cepips@ufba.br; ou, ainda, ir ao Comitê localizado na Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade. Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), através do telefone: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879; e/ou do e-mail: conep@saude.gov.br. O pesquisador responsável declara que cumprirá todas as exigências contidas neste termo, bem como que a pesquisa será iniciada apenas após aprovação pelo sistema CEP/CONEP. Declara ainda que a coleta dos dados se dará com a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), recomendados na Nota Técnica GVIMS/CGTES/ANVISA N° 05/2020 em todas as etapas da coleta de dados dessa pesquisa, tendo em consideração a pandemia ainda vigente. Este termo é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas devem estar rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

Santo Antônio de Jesus-BA ___/___/___.

() Declaro estar de acordo em participar da pesquisa respondendo ao Questionário Sociodemográfico.

Assinatura do Pesquisador

Victor Aurélio Santana Nascimento

Assinatura do(a) participante

ANEXO IV

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO 2 - ENTREVISTA

Prezado(a) participante, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Condições de vida e trabalho no ‘comercio mais barato da Bahia”, desenvolvida por Victor Aurélio Santana Nascimento, discente de Doutorado em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Professora Doutora Dóris Firmino Rabelo. O objetivo central do estudo é analisar as relações existentes entre as condições de vida, trabalho e desenvolvimento humano, entre trabalhadores e trabalhadoras do comércio varejista de Santo Antônio de Jesus-Bahia. O convite a sua participação se deve ao fato de ser você ser um(a) trabalhador(a) formal do comércio de Santo Antônio de Jesus-BA, possuir entre 18 e 70 anos e ser domiciliado(a) no município. Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa, pois, você ajudará a desenvolver o conhecimento científico sobre desenvolvimento humano, além de contribuir para a proposição de eventuais melhorias nas condições de vida e trabalho dos(as) trabalhadores(as) do comercio de Santo Antônio de Jesus. A sua participação consistirá em conceder entrevista gravada, de aproximadamente uma hora, realizada em local seguro e sigiloso, em que trataremos sobre condições de vida de trabalho. A entrevista será transcrita e armazenada em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e a sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e as suas informações serão manuseadas como dados confidenciais e de responsabilidade dos profissionais que trabalharão na pesquisa, sendo guardado na casa do pesquisador – Santo Antônio de Jesus/Bahia, CEP 4443-622, Cajueiro, Av. Carlos Amaral, nº2500, Condomínio Vog Imperial, bloco 13, apartamento 202A – em lugar reservado, trancado com cadeado. As informações adquiridas serão utilizadas nesta pesquisa e poderão contribuir para futuros estudos sobre o tema. Esses resultados também serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante e em artigos científicos. Quando os

resultados forem publicados, os participantes não serão identificados. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, através do telefone (75) 988669640 e do e-mail psicoaurelio@gmail.com. Em caso de dúvida ou sugestões quanto as questões éticas, você poderá entrar em contato com Conselho de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia - CEPIPS, ligando para o telefone (71)3283.6457; enviando e-mail para o endereço eletrônico: cepips@ufba.br; ou, ainda, ir ao Comitê localizado na Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade. Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), através do telefone: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879; e/ou do e-mail: conep@saude.gov.br. O pesquisador responsável declara que cumprirá todas as exigências contidas neste termo, bem como que a pesquisa será iniciada apenas após aprovação pelo sistema CEP/CONEP. Declara ainda que a coleta dos dados se dará com a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), recomendados na Nota Técnica GVIMS/CGTES/ANVISA Nº 05/2020 em todas as etapas da coleta de dados dessa pesquisa, tendo em consideração a pandemia ainda vigente. Este termo é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas devem estar rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

() Declaro estar de acordo em participar da pesquisa e estou ciente que a entrevista será gravada.

Santo Antônio de Jesus-BA ___/___/___.

Assinatura do Pesquisador
Victor Aurélio Santana Nascimento

Assinatura do(a) participante